INSTITUTO HISTÓRICO

da Ilha Terceira

BOLETIM



N.0 17

1959

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo

SEDE

Edificio da Junta Geral do Distrito Autónomo — Angra do Heroismo

DIRECÇÃO (1960-1961)

Presidente - Tenente-coronel José Agostinho

Tesoureiro - Francisco Coelho Maduro Dias

Secretário - Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA Á DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 115 Angra do Heroismo

Boletim do

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Sócios Efectivos à data de 31 de Dezembro de 1959:

Dr. Cândido Pampiona Forjaz — (Professor efectivo do Licea de Angra do Heroismo)

Francisco Coelho Madaro Dias — (Escritor e Artista)

Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr. - (Advogado)

Tenente Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva Jr.

Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral — (Professor efectivo do Licea de Angra do Heroismo)

Tenente-Coronel José Agostinho

Major Miguel Cristovam de Aradjo

Dr. Teotónio Machado Pires — (Chefe da Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo

P.e Inocêncio Enes — (Vigário da Freguesia dos Altares)

Capitão Luís Ferreira Machado Drumond

Governador do Castelo de S. João Baptista da Ilha Terceira

Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima — (Director da Biblioteca Publica e Arquivo Distrital e Museu Regional de Angra do Heroismo)

Cónego Dr. José Enes

Dr. José Leal Armas

Dr. Rafael Valadão dos Santos

Arquitecto Fernando Augusto de Sousa

Socios Honorários à data de 31 de Dezembro de 1959 :

Sua Ex.* Rev.^{ma} o Sr. D. José Pedro da Silva — (Bispo Titular de Tiava e Auxiliar do Patriarcado)

Prof. Doutor Antonio de Almeida Garrett — (Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto)

Prof. Doutor Antonio de Medeiros Gouveia — (Secretário do Instituto para a Alta Cultura)

Dr. Armando Cortes-Rodrigues — (Professor efectivo do Licea de Ponta Delgada)

Dr. João Hickling Anglin — (Professor efectivo e Reitor do Liceu de Ponta Delgada)

Presidente da Casa dos Açores do Rio de Janeiro

Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral — (Escritor e Etnógrafo)

Prof. Doutor Vitorino Nemésio — (Catedratico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Prof. Doutor Wilhelm Giese — (Catedrático da Universidade de Hamburgo)

Prof. Dr. Aurélio Quintanilha

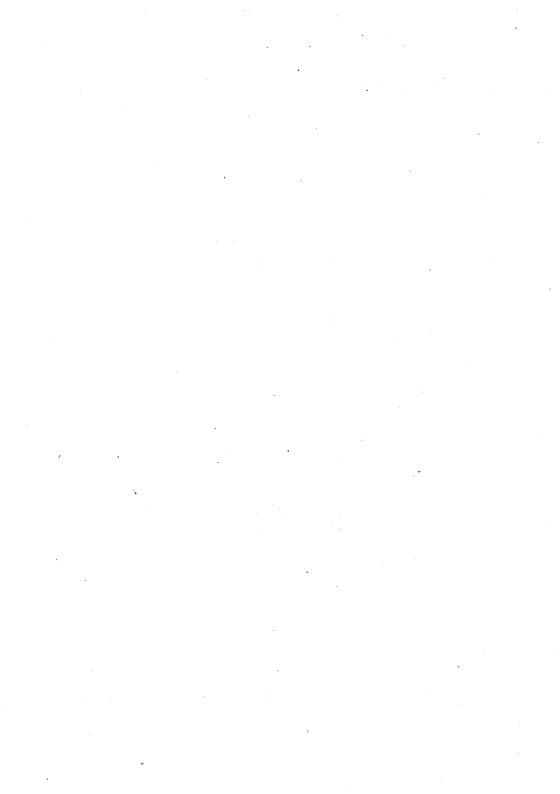
Prof. Artur Alvaro dos Santos Correia de Sousa — (Professor do Conservatório Nacional)

Doutor Walter F. Piazza -- (Presidente da Sub-Comissão Catarinense de Folclore)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM





Olarias de Vila Franca do Campo (São Miguel)

Pelo Prof. Dr. WILHELM GIESE, Hamburgo

Sobre a Olaria terceirense possuimos um estudo do eminente folclorista de Angra, Luís da Silva Ribeiro, publicado na revista Açoreana, vol. IV, Núm. 4 (1949), com cinco fotografias.

Das duas fábricas de cerâmica da Vila da Lagôa (São Miguel), cujos produtos já são mais refinados que a cerâmica popular de Vila Franca do Campo, fala F. Carreiro da Costa na revista Açoreana, II (1938), 183-194 (com debuxos). Algumas notas, especialmente dados históricos, sobre a cerâmica de Vila Franca devem-se ao Padre Ernesto Ferreira (Loiça da Vila em Ao espelho da tradição, Ponta Delgada, 1943, p. 47-59). Sustem o Padre Ferreira com bons argumentos que a olaria de Vila Franca tem a sua origem na cerâmica de Estremós.

Na tarde do 1.º de Março de 1959 tive ocasião de visitar os oleiros de Vila Franca e parece-me ser útil comunicar aqui as minhas observações.

Existem em Vila Franca 16 olarias. E' muito curioso que nos arredores da Vila não se encontra barro que poderia servir à

laboração de vasos. O barro necessário vem da ilha de Santa Maria que dista uns 86 kilómetros na linha aérea. O barro molha-se com água e amassa-se. Também na Lagôa e na ilha Terceira emprega-se o barro de Santa Maria. Em Vila França o barro de Santa Maria usa-se sem misturá-lo com areia. O mesmo proceder emprega-se na Lagôa quando se querem obter produtos grosseiros. Na ilha Terceira mistura-se com areia do mar. Na Lagôa tomam barro importado do Continente para as peças vidradas e empregam uma mistura de barro de Santa Maria com barro da Ribeira Grande (São Miguel), onde também existe indústria cerâmica, para a fabricação de tijolos de forno.

A oficina do oleiro de Vila Franca é a tenda ou olaria, em oposição às fábricas de loiça da Vila da Lagôa que se chamam

engenhos.

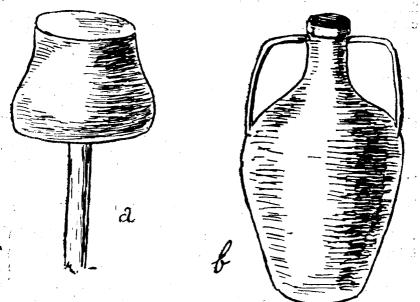
Na oficina está a rôda que é um torno de oleiro da forma alta, muito difundido na Europa e que se usa no centro e no sul de Portugal, emquanto que no norte de Portugal se conhece ainda o torno de forma baixa, mais antigo, que existe também em certos lugares de Leão, na Bretanha, Bósnia, Albânia e Rússia. A forma da rôda de Vila Franca oferece muita analogia com a roda da Terceira (cf. a quinta fotografia de Silva Ribeiro). A rôda de Vila Franca é formada dum eixo vertical (ex, exu) de madeira que termina na parte superior num corpo de madeira de forma especial (fig. a), chamado cabeça, e dum disco de madeira inferior de diametro bastante amplo. O nome de cabeça repete-se na Lagôa, onde significa o disco superior que leva o alpioca, massa de barro que ali serve de tôrno.

A roda tinha a mesma forma já em 1838, como se vê da descrição em J. e H. Bullar, Um Inverno nos Açores, Ponta Del-

gada, 1949, pág. 81.

O oleiro está sentado num banco e põe a roda em movimento com o pé esquerdo (na ilha Terceira com o pé direito). O pé direito repousa numa tábua inferior colocada na mesa de trabalho que está ao lado do tôrno. Nesta mesa está a bacia com água para o oleiro molhar as mãos durante o trabalho de tornear. Põe-se na cabeça da rôda uma bola de barro preparado, o empêlo, palavra que se repete na Lagôa e na ilha Terceira (aqui

se diz porém com predilecção bola). A palavra empêlo é uma formação postverbal do verbo empelar que conhecemos da Beira (Miranda do Corvo; Telhado), de pela «bola de barro» dos oleiros na Beira (Miranda do Corvo; Telhado) e no Alentejo (do latim *PILULA). Pondo a rôda em movimento (a rôda anda «move-se a roda») o oleiro forma com mãos hábeis em breve tempo a vasilha desejada servindo-se apenas duma medida, um pau correspondendo à altura desejada do vaso, e dum pedaço exterior de cana (rosto de cana) para alizar a superfície exterior do vaso torneado. Para cortar a peça torneada da cabeça serve-se dum fio d'arame (arám, aráme). Um fio de metal serve para este fim, também na Itália (Úmbria) e na Espanha (Ronda e Província de Salamanca).



As vasilhas acabadas põem-se para secar em tábuas na tenda ou também ao sol.

Para a cosedura serve o fôrno (furn, fúrnu) que se compõe de fogueira inferior, com abertura anterior em forma de canal (bôca do fogo) terminando por cima em arco redondo, e da

parte superior, onde se põe a loiça. Em Lagôa esta parte chama-se recolêta. A parte superior é separada da caldeira do fogo por uma série de arcos chatos e encruzados, formados de tijolos. Introduz-se a loiça por uma porta posterior no recinto da cosedura que, uma vez cheio o recinto, se fecha por ladrilhos. Chega-se à porta mencionada subindo o caminho em declive. Como combustíveis para a fogueira usa-se madeira que fornecem os matos da ilha e também ramos e brenhas. Uma cosedura leva quatro dias e quatro noites.

A loiça fabricada em Vila Franca do Campo é a seguinte :

- 1. O vaso é o conhecido vaso para flores.
- 2. A talha é um cântaro de forma elegante, relativamente esbelto e com duas asas que na parte alta se atam à orla da bôca da talha (fig. b). Cântaros da mesma forma (corpo esbelto, duas asas em situação alta) conheço do Portugal continental sómente de Faro (cf. E. Ribeiro, Agua tresca, Porto s. a., segunda fotografia antes da página 57) e de Loulé, onde os vi nas olarias em 1927 e em 1959. Vê-se pois aqui claramente uma influência da cerâmica algarvia. E' impossível relacionar estas talhas com a cerâmica de Estremós. As talhas de Telhado (Beira Baixa) são cântaros sem asas (veja-se H. Messerschmidt em Volkstum und Kultur der Romanen IV (1931), figuras b e d na página 262).
- 3. Lava-mãos são bacias que se usam para lavar as mãos.
- 4. Um vaso de forma análoga: de cone invertido e bôca dum diâmetro maior que a altura do vaso, é o alguidar, do árabe al-ghidâr. Cf. árabe granadino guidár «escudilla -grande» (P. de Alcalá 242). O mesmo nome tem a grande bacia em Telhado (Beira) e em Bisalhães (Trás-os-Montes). O alguidar de Vila Franca serve na cozinha para amassar a pasta do pão e outros fins. E' vidrado e de côr vermelha. «Vidriar»: aparar.
- 5. A bilha é um vaso em forma de botelha. Em Telhado a bilha é um cântaro com uma asa (Messerschmidt fig. g pág. 262), em

Bisalhães um vaso para levar consigo a água para beber no campo, em forma de aro, com pé, um aro superior e dois pequenos tubos (1957). A palavra bilha vem do alto alemão antigo *BIKKIL «dado».

6. Igualmente vidrada e de côr vermelha é a balsa, loiça para guardar carne salgada. E' de forma cilíndrica e tem em geral uma altura de 50 centímetros. Figueiredo: açor, balsa «salgadeira». Cf. esp. balsa «en los molinos de aceite, estanque donde van a parar las heces, agua y demás desperdícios» (Dic. ilustr.) cf. também F. Krüger, Die Hochpyrenäen, C II, Hamburgo 1939, p. 481; e ainda 'bacia para peixes numa loja'. A palavra parece ser ibérica: *balsa com o significado de «charco, atoleiro» (REW 817).

O tamanho das várias peças de loiça não é sempre o mesmo, pode mudar.

Todas as peças que se fabricam em Vila Franca elaboram-se também na Vila da Lagôa, onde porém a série dos produtos é muito mais grande. Uma lista dos produtos dos engenhos da Vila da Lagôa dá F. Carreiro da Costa na Açoreana, II, 189-190.

Vocabulário Regional Terceirense

(Razão da Obra)

Pelo Tenente-Coronel FREDERICO LOPES JR.

Quando, em 1934, apareceu a revista «Açoreana», publicada pela «Sociedade Afonso Chaves», com séde nesta cidade, em seu primeiro número inseria um erudito e curioso trabalho do dr. Luís Ribeiro, intitulado «Linguagem popular da Ilha Terceira — Notas para um Vocabulário» que desde logo me prendeu a atenção e fez nascer em mim o desejo de contribuir, dentro dos conhecimentos adquiridos pelo contacto directo com a «gente do monte» da minha terra, para acrescentá-las e melhorá-las como convinha a um amplo conhecimento da linguagem popular desta ilha.

Neste propósito fui anotando todos os vocábulos que de memória conservava e então me ocorreram, enviando ao distinto etnógrafo e saudoso amigo uma relação de que guardei cópia e que continha cêrca de 200 palavras, a fim de que delas aproveitasse as que entendesse para completo de obra tão útil e interessante.

A expressão de agrado com que o Mestre acolheu aquilo a que chamou *preciosa dádiva*, animaram os propósitos, já por mim formulados, e continuei a registar tudo quanto me pareceu digno de figurar no futuro *Vocabulário* já então prometido *para um dia*, quando atingisse o desenvolvimento desejado.

Assim foi crescendo a recôlha e, com ela, o interesse por êsse trabalho que eu reputava, além de curioso, extremamente útil, especialmente aos Etnógrafos e Lexicólogos que porventura a êstes particularismos da Linguagem pretendessem dedicar seus estudos.

Em 1943, quando no primeiro número do Boletim do I. H. I. T., o mesmo ilustre Etnógrafo publicou um valioso estudo subordinado ao título: «Arcaismos na linguagem popular da Ilha Terceira», nova onda de curiosidade me invadiu, e ao rebusco de arcaismos me lancei, conseguindo igualmente acrescentar, aos citados no referido artigo, alguns que enviei ao autor para fim idêntico ao das «Notas».

Em algumas sessões do Instituto, quer por mim quer por outros sócios, foi lembrado ao dr. Luís Ribeiro, ao tempo Presidente da Direcção, a utilidade da publicação do «Vocabulário», sugestão a que, em conversa, já muitas alusões se haviam feito também, no intuito de o incitar à conclusão dêsse trabalho, por todos aguardado com o mais vivo interesse.

Um *Inquérito linguístico*, enviado, se não estou em êrro, a todos os párocos e professores das freguesias rurais, não surtiu o efeito desejado, segundo declaração do próprio dr. Luís Ribeiro num Relatório sobre as actividades do Instituto, e tal facto desgostou o Mestre que naquela iniciativa tinha pôsto as melhores esperanças.

Quando, em 1953, a solicitação da Sociedade de Língua Portuguêsa, proferi na séde do Grémio do Comércio desta cidade uma palestra sob o tema: «O Português de Quinhentos na Linguagem popular das Ilhas», de novo o assunto me despertou a atenção merecida, e novamente, ao falar-me dêle com a amiga e benévola crítica de sempre, o dr. Luís Ribeiro prometeu ir «pensar a sério» na publicação do «Vocabulário».

Mas os anos passavam, continuando vãs as esperanças, até que a morte o venceu sem que tais promessas pudessem ser cumpridas.

Dentre os vários manuscritos que deixou, alguns dos quais foram já publicados em sucessivos números do Boletim, nada se encontrou porém que dissesse respeito ao «Vocabulário», e se não fôra ter eu ficado com uma cópia dos vocábulos que então colhi e lhe enviei, perdido estaria também êsse cuidado, pois fácil não era já para mim reconstituir o que alguns anos levara a recolher.

Foi êste facto que me levou a também *pensar a sério * na publicação dêste trabalho, embora de antemão convencido de que bem longe ficará dos horizontes vastos que para aquele estariam reservados, pela profundeza de conhecimentos que ao Mestre eram familiares, neste como noutros ramos de cultura ao assunto inerentes.

Mas como entre o óptimo e o mau algumas graduações poderão ser admitidas que não inutilizem por completo o esfôrço até aqui dispendido, me abalanço a trazer agora a lume êste modesto trabalho, convencido de que a quantidade dos vocábulos reunidos, conseguirá ao menos suprir a deficiência com que foram estudados e anotados.

Nêles figuram, não apenas os que os dicionários não citammas todos aqueles que na Terceira têm significado diferente do usual no Continente ou nas outras ilhas e os que, como arcaismos, por cá se mantêm ainda na primitiva forma.

Também alguns neologismos foram incluidos, daqueles que mais enraizados se encontram na linguagem, porque muitos hoje haveria a acrescentar, infelizmente, se profundar quizessemos êsse ingrato estudo um tanto penoso até para o nosso amor próprio e indesmentível portuguesismo ilheu. Mas a corrupção nêsse ponto é inevitável, pela constante introdução de objectos e produtos até então totalmente ignorados do nosso povo, e que trazidos e divulgados por estrangeiros, dêles recebem o nome por que se tornam conhecidos, deturpada é claro, a pronúncia, consoante ouvidos incultos a podem mais facilmente reter.

Mas a extrema maleabilidade da língua portuguêsa, facilitando as deturpações, continua a dar origem a certa evolução que, afastando-a dos moldes clássicos, a infesta de neologismos e certas construções de frases a que os estrangeirismos não são alheios.

Felizmente o povo rude é ainda o que melhor reage contra tais neologismos, pois só dificilmente permite a difusão de vocábulos exóticos e de fraseologia estrangeira, a não ser que a necessidade a tanto o obrigue por falta de equivalentes na linguagem correntia. Nos meios heterogéneos das cidades contudo, os maus livros, a imprensa de revisão pouco cuidada, e a rádio que, deixando-se arrastar pela moda, dia a dia vai atirando ao éter verdadeiros barbarismos — são elementos que maravilhosamente se adaptam ao estilo frívolo dos incultos, sempre à espera duma palavra nova ou duma expressão galante, para a lançarem aos quatro ventos, dando-se ares de entendidos...

O povo, por atavismo ou por intuição, tem pelo contrário uma tendência nata para reprimir êsses barbarismos que a gente do *bom tom*, frívola e pedante, procura ansiosa, no convencimento de que, exibindo tais palavrões dificeis, outros a tomarão por mais letrada e sabida.

Praza a Deus que o conhecimento e estudo do Lexicon, em todos os seus particularismos, possa contribuir para mais estimarem alguns a Tradição, dando o valor devido ao que a linguagem representa de sadio no esfôrço comum, para continuidade da Pátria.

Vindos do Minho e do Algarve, das Beiras e do Alentejo, os primeiros povoadores das Ilhas fundiram no mesmo cadinho as mais velhas usanças dos povos que, em comunhão de almas, aqui se reuniram sob o signo da mesma Fé e o imperativo do mesmo anseio.

Para as Ilhas se transferiram, com a luta bravia dos arroteadores de charnecas, as orações, os salmos, as rezas, os rimances e as crendices do povo rude, reunido em seroadas longas ao abrigo dos tetos de colmo, enquanto o mar e o vento, lá fora, rugiam ameaçadores.

Nas províncias do Reino que haviam deixado, a vida continuava-se dia a dia; aqui, desbravando o mato e removendo as lavas petrificadas, tudo teve de principiar. Trabalhava-se com os braços e o pensamento, porque a par e passo surgiam dificuldades imprevistas, na instabilidade do tempo, na incerteza e dificuldade das comunicações, no convulcionado estremecer da terra, destruindo em segundos o que anos levara a construir.

Saídas havia milénios das forjas de Vulcano, as Ilhas foram

encontradas em estado virginal. Árvores frondosas, de troncos seculares, bojudos como o arcaboiço das naus, causariam o espanto dos iniciados nesta empresa gigantesca. E talvez porque era grande de mais esta visão de exuberância e fecundidade, o isolamento do mundo devia tê-los apavorado. Haviam de sentir-se mesquinhos ante a grandiosidade com que a Natureza se lhes patenteava no meio do Oceano imenso, espelho cristalino onde à uma todo o ceu podia mirar-se e por sôbre o qual a vista podia dilatar-se, nas tardes amenas, em visões de infinito jamais alcançadas.

A religiosidade, o recolhimento, as penitências, tomavam aqui maior gravidade e sentimento, porque o coração se confrangia e a alma se apertava verdadeiramente nas preocupações do só, no temor do desamparo divino. E a insularidade começou de lançar raizes, impondo ao homem a sujeição aos limites acanhados e constantes da terra. A fronteira do mar rodeava-o, tolhia-o nos seus anseios de Além, dominava-o e muitas vezes acabaria por vencê-lo, sujeitando-o inteiramente às condições impostas.

E' então que o colono se revela em toda a sua magnifica capacidade de acomodação, pertinaz e confiante, criando especiais regimes agrológicos que as condições climatéricas e a natureza dos solos determinavam, aperfeiçoando particularidades de amanho das terras, processos novos de cultura, épocas adequadas de plantações, readaptação de preceitos já revelhos que a experiência e a reflexão lhes iam ditando, quase por atávica intuição.

Assim se foram fixando também, nos usos e costumes caseiros, velhas práticas de avoengos, já postas de parte no Continente pelo conhecimento de novos processos, que o fácil contacto com os grandes aglomerados populacionais mais depressa tornara sabidos e aplicáveis.

Os três factores: •habitat•, isolamento e distância, foram os grandes obreiros desta notável fixação dos tipos e costumes de Quinhentos no facies e na vida do português das ilhas. Há «picarotos» que parecem arrancados aos paineis de Nuno Gonçalves e corvinos que lembram, com seus tipicos barretes de lã, velhos

marujos das naus descobridoras de Diogo de Teive ou de João Fernandes Lavrador.

Mas se assim perduram em todas elas, verdadeiras relíquias dêsse passado distante, quer nos tipos, quer nas crenças, quer nos hábitos da gente açoriana — que admira que à linguagem andem prêsos também arcaismos e locuções já em desuso no Continente, que de lá vieram e aqui se fixaram trazidos pelos povoadores oriundos de várias províncias e regiões, com formas dialectais próprias, tanto na prosódia como na morfologia e sintaxe?

Em «Locuções e Modos de Dizer usados na Província da Beira Baixa», valioso e muito completo estudo de José Fonseca Lebre, apresentado sob a forma de dialogo e publicado no «Boletim da Classe de Letras» da Academia das Ciências de Lisboa, donde a Livraria Classica Editora extraíu uma separata editada em 1924, encontram-se maneiras de dizer em tudo idênticas às que se usam na Terceira e em todo o Arquipélago segundo creio, comprovativas da afinidade existente e que tão vivamente se mantem.

As expressões «Antes assim que nanja», «A cada canto seu Espirito Santo», «Desampara-me a loja» (na Terceira diz-se a porta,)» «Está-se ninando» etc. são disso exemplos frisantes.

No livro de Hipólito Raposo Descobrindo Ilhas Descobertas, a pág. 28 lê-se: ...nos Açôres encontramos variedades dialectais no mesmo grau em que se manifestam no Portugal Continental, tanto na ortoepia, como na morfologia e sintaxe. A mutação prosódica do fonema a ou o (cunhado=cunhódo) especialmente sensível em São Miguel, encontra-se no sub-dialeto beirão de Niza e Castelo Branco. O próprio u molhado que nos Açôres se atribuíu a influência de colonos francêses, também se surpreende nos arcaicos falares de algumas regiões continentais.

A extrema modalidade da nossa língua pode ser e é propícia a deturpações que, no entanto, encontramos com frequência entre os grandes clássicos. Mas muitos documentos oficiais, em períodos subsequentes, no-los assinalam também.

FERMOSA, REZÃO, ESCÂNDOLA, AÇUCRE, TABALIÃO, REPOSTA, ALMÁRIO, ESTRUMENTO e muitas outras expres-

sões tidas hoje como obsoletas, são correntes até fins do século XVIII e encontramo-las por aí a cada passo, na linguagem actual do nosso povo. Não são dislates, não são produto da ignorância de aldeões iletrados — são palavras cuja forma arcaica perdurou entre a gente rude, mantendo-se até nossos dias. Encontramo-las nos melhores poemas e nas mais vernáculas composições dos séculos XV a XVII, escritas por Camões e Gil Vicente, D. Francisco Manuel de Melo e Garcia de Resende, Frei Luís de Sousa e Fernão Mendes Pinto. Nos •Cantos Populares Açorianos•, Teófilo contou 87 vocábulos de origem anterior aos Quinhentistas e que eram usuais e vernáculos nos séculos XIV e XV.

Palavras cujo significado evoluiu no Continente, mantêm-se nas Ilhas com a primitiva acepção. BRAGAS chamavam os antigos às ceroulas de atilho, precursoras dos modernos calções ou cuecas. Na metrópole, creio que só existira a palavra no yelho ditado «Não se pescam trutas a BRAGAS enxutas», mas encontramo-la na obra de Castanheda "História da India", ao descrever a passagem de um curso de agua: "Arremeçou-se a gente nagoa que lhe dava pelas bragas».

ABALAR mantem ainda o sentido de comover, tal como nos autos de Mestre Gil. Diz-se OBRIGAÇÃO no sentido de Familia como na frase: *Olá, ti Chico, como vai a obrigação?*; ESCÂNDOLA por ofensa; FENECER por acabar; MOVER no sentido de abortar; CHOCALHAR com o significado de propalar (e daí vem as línguas chocalheiras); COMETER OU ACOMETER no sentido de propôr acção indecorosa; DESIMPARAR significando abandonar, afastar-se de... como na conhecida frase «Desimpara-me a porta!* que é como quem diz: *Desaparece da minha vista!"; GUEIXA, palavra que lembra a japonesa tão conhecida e que continua a empregar-se para designar uma bezerra, vindo já de quatro séculos pelo menos o seu uso.

TRESANDAR tem o significado de cheirar mal, transtornar ou afligir, tal como em Gil Vicente, na tragi-comédia pastoril da Serra da Estrela, quando diz: «Trezanda-me o coração...»

Outras conservam a forma arcaica, como só encontramos nos poetas e prosadores dos séculos XV e XVI. Estão neste caso:

AMIZIDADES como se lê na «Crónica do Condestabre de Portugal»: «...e os rrerys foro vindos em amizidade...»

ARRINCAR por arrancar é vulgaríssimo entre os clássicos.

As formas ALMARIO por armário e CALES por cálice, figuram por sinal quáse juntas nestes dois versos do «Auto do Clérigo da Beira», de Gil Vicente:

«E o cales achará No almario de cá».

Na «Barca do Purgatório», do mesmo autor, lá encontramos a expressão BAUTIZADO, tal como hoje a emprega o nosso homem do monte.

E como estas há dezenas: CASIÃO, CORDENIZ, DOAIRO, MAGINAR e MAGINAÇÃO; PROVE; REZÃO, etc., etc.

Há ainda as palavras cujo uso desapareceu quáse por completo no Continente, e nos Açôres se mantêm na sua primitiva pureza, como por exemplo: FIUZA que quer dizer fiança; MISTICO em vez de comum, vulgar; HEREO significando comproprietário de águas; ESTAMAGADO no sentido de aflito; CAIREL que é um galão, franja ou fita, própria para debruns; ACARREJAR por carregar, acarretar; ENTONCES por então; NABIÇA que é como chamam ao vendedor ambulante de peixe, sem que se encontre hoje expressão equivalente entre os clássicos (1). E muitas mais.

As variedades dialectuais também, que tão profundamente impressionam aqueles que pela vez primeira visitam as Ilhas, são na sua maioria de grau idêntico às que encontramos em determinadas regiões das províncias portuguêsas, especialmente no Alentejo. A mutação do fonema A em O, que às vezes transforma inteiramente os vocábulos, como CABRA que dá COBRA, MALHA que dá MOLHA, CARTA que dá CORTA, FACA que dá FOCA e é particularmente notável em S. Miguel, encontra-se no sub-dialecto beirão de Castelo Branco e na região de Niza, próxima de Portalegre. (2) E o próprio U molhado, de sabôr francês, que se atribue à influência flamenga e mais acentuada-

mente se encontra nas Ilhas de S. Miguel e Corvo, também se surpreende em determinadas regiões continentais. (3)

O adjectivo DISCRETO usa-se ainda na Terceira com o mesmo significado de inteligente e arguto que lhe deu João de Deus nos seguintes versos de uma das suas composições de caracter jocoso:

«Temo que a morte nos roube Rapazinho tão discreto!»

Gaspar Frutuoso, escrevendo a cêrca de um século do povoamento, fala-nos nas suas «Saudades da Terra» de um certo Manuel Carneiro que era «virtuoso, discreto e poeta», qualidades que, consoante os quatro séculos seguintes o têm provado, não é fácil reunir na mesma criatura, por mais discretamente que leve a vida...

PAGO, por PAGA ou RECOMPENSA, encontramos em Diogo Bernardes («O Lima»—Egloga IV, pág. 26): «E tu por Galateia me desprezas? Cruel! Tal pago dás a meus Amôres?»

TRANSITO, que significa o conjunto do gado e apetrechos de lavoura; ABORRECIDO, na acepção de doente; CORSÁRIO, que o povo diz «corsairo» e emprega com o significado de atrevido; REINAR, no sentido de zangar, desesperar — constituem motivo de reparo para quem os ouve pela primeira vez, mas talvez se encontrem entre os clássicos se fôr feita uma cuidada investigação.

Determinadas particularidades de construção, dão às frases certo ar antiquado, como o que resulta da forma de tratamento na segunda pessoa do plural e do emprêgo do «nem» como comparativo. Eis um exemplo:

«Que tendes, môça, que ides vermelha nem rocaz?

Teófilo Braga, nos «Cantos Populares» já citados, diz encontrarem-se nas Ilhas vestígios notaveis da linguagem quinhentista e mesmo anterior ao século XVI. E o dr. Paiva Boléo, professor de Fisiologia Portuguêsa na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e notavel investigador, ao deixar num jornal ilheu. as impressões colhidas numa rápida visita que fez aos Açôres

opinou: «O Arquipélago dos Açôres deve ser a porção de território nacional onde melhor se poderá encontrar a terra portuguêsa na sua constante história. As Ilhas são como que um acumulador, onde se concentram, juntamente com a linguagem, as energias fisicas e espirituais da Raça.»

Dissemos que a fixação dos primeiros povoadores nestas Ilhas garantiu continuidade e segurança às tradições, conservando-as incólumes na sua quási totalidade. Para fortalecimento desta asserção nos chegam, de quando em quando, notícias comprovativas, ao falar-se por exemplo do comportamento dos «colonos» ilheus em terras do Estrangeiro, ou nas nossas províncias ultramarinas, especialmente Angola.

Estudos valiosos e profundos de abalisados escritores brasileiros, provam à saciedade que foram açorianos e madeirenses gente das Ilhas, portanto — os continuadores no Brasil dêsse esfôrço gigantesco, lá deixando, entre os naturais, palavras, expressões e costumes que andam ainda, decorridos já quatro séculos, a par do que a Etnografia actual dos arquipélagos nos deixa antever do passado.

Para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outras terras da Sul-América, partiram das Ilhas atlânticas mais de vinte mil emigrantes, entre os anos de 1647 e 1748, lá deixando, com a fama imorredoura do seu batalhar e construir, vocábulos que se conservam na linguagem popular gaúcha e são ali usados ainda com a mesma grafia e o mesmo significado. (4)

Por exemplo: — ABAXAR, em vez de abaixar; ABRASIADO, no sentido de vermelho, afogueado pela febre; AGARDECER, por agradecer; forma arcaica que se usa correntemente em qualquer das regiões citadas; ALEVANTAR, tal como nos conhecidos versos dos «Lusiadas»: «Que outro valor mais alto se alevanta» e «Um padrão nesta terra alevantámos»; ANTÃO ou ENTONCES, por então; AMETADE, em vez de metade; AUGA, por água; BAILO, por baile, como na quadra popular colhida por Walter Spalding no Rio Grande do Sul:

•Meu amor está no bailo,
Mamãe não me quer levar...>

E a palavra CANADA, que os franceses transformaram em Canadá, lá vive ainda na Argentina, sob a forma espanhola da cañada como se houve no estribilho do conhecidíssimo tango que tem feito as delícias dos ouvintes da rádio: «Adiós, pampa mia.»

Dizem BRABO por bravo, embora também não seja de uso a troca do «B» por «V»; DESMENTIR, por deslocar (Desmenti um braço); DESPOIS, por depois; ESPRITO SANTO, tal como nas nossas ilhas; ESTRALAR; GORGOMILHO; INSAME; LECENÇA; LUITA; MILHOR e MAIS MILHOR; PRESCURAR, por procurar (Prescurei mas não achei); PROFEITAMENTE; SALUÇO e SALUÇAR, («Fazendo gemê a prima. E saluçá o bordão»), como se diz no samba; SOMANA; VELUME; VEVER. «E véve ainda pâ vi causá disgôsto», etc., etc.

Não há dúvida: — o «milagre» do Brasil foi também obra de islenhos.

Quanto à Fonética, a pronúncia varia também muitíssimo de ilha para ilha, e até de lugar para lugar, dentro da mesma ilha. Contudo, poder-se-ão fixar como mais notáveis, as seguintes regras:

O a é em geral fechado, como no centro e sul do País. Dizse: CÂNO, PÂNO, e não CÀNO, PÀNO, como nas províncias nortenhas.

Idêntico som tem o e que vale também como â nas palavras: LENHA, CELHA, ABELHA, mas que se conserva aberto em VELHA, por exemplo, não acontecendo porém o mesmo na ilha Graciosa, onde tal excepção não existe. Antes de j também vale ei, como em CERVEJA que se diz CERVEJA, BANDEJA que se diz BANDEJA, etc. Na proposição EM tem o valor de i. Diz-se IM CASA. Sôa também como i na conjunção NEM que se pronuncia NIM — «Nim cá nim lá».

As vogais a, o e u, quando abertas e na sílaba tónica, vêm precedidas de i ou de u. Em vez de ESCADA, ESCOLA, ESCUDO, diz-se ESQUIADA, ESQUIOLA, ESQUIUDO; como em vez de PONTADA, PORTADA, TROCADA, se diz PONTUADA, PORTUADA, TROCUADA. A palavra CASA, por exemplo, pronuncia-se de diferentes maneiras, consoante o lugar da frase que

ocupa. Por ex.: A CASA do Jaquim. O Jaquim está em QUIASA. O Jaquim deve estar por CUASA.

O l quando precedido de i é sempre molhado. Assim: FILA, VILA, QUILO, lêem-se FILHA, VILHA, QUILHO.

O m cai por apócope no final de muitas palavras, como em HOMEM e ORDEM que dizem HOME e ORDE, fazendo no plural HOMES e ORDES; idêntico caso se dá com o r em MULHER e SENHOR que dão MULHÉ e SENHÔ.

Nas palavras MENINO, PEQUENINO, e outras, o n final é nazalado, soando MENINHO, PEQUENINHO, etc.

- O t tem um som molhado e chiante, como th, por exemplo em GAITA que sôa GAITHA, e noutras palavras, quando precedido de i.
- O u precedido de r vale por ui como em GRUTA e FRUTA que dizem GRUITA e FRUITA.
- O ditongo ei lê-se como âi, tal como em LEITE que se pronuncia LÂITE.
- O ditongo en tem o som de an ou in, como em ENTRAR que dá ANTRAR e VALENTIA que dá VALINTIA. Em contra-partida, an pronuncia-se como en em ADIANTE que se diz ADIENTE.
- O ditongo ou vem sempre sob a forma oi nas palavras onde os clássicos admitem como facultativa. Diz-se TOIRO e não TOU-RO, OIRO e não OURO.
- O ditongo ão apresenta às vezes, nos diminuitivos, a curiosa forma de in, como em PÃOSINHO que dá PINSINHO, BOTÃO que dá BOTINSINHO, etc.

Não se faz a contração da preposição a e do artigo o, dizendo-se sempre separadamente. Por exemplo: FUI A O MONTE e não FUI AO MONTE. Mas quando tal contracção é feita, resulta em o aberto, como em DIZ AO PAI que se pronuncia DIZ Ó PAI. E' vulgar também a supressão do artigo «Diz a Maria que venha cá». «Escreve a José». «Conta a Manuel».

Os a protéticos são bastante frequentes, dizendo-se ASSAN-TAR em vez de SENTAR, AJUNTAR em vez de JUNTAR, etc.

O adverbio não só assim se lê e pronuncia quando isolado ou precedendo verbo que comece por vogal; nos restantes casos diz-se NÃ ou NAN, como NÃ QUERO, NÃ FAÇO, NÃ VOU.

O pronome pessoal *eu* pronuncia-se como ê: É DIGO, É SEI, É VI.

Usam-se muito os diminuitivos, como acontece no Alentejo e no Algarve, mas as palavras em cuja sílaba tónica aparece um o êste transforma-se em u, como em VIOLA que dá VIULINHA, PORTA que dá PURTINHA, FORTE que dá FURTINHO, etc.

A palavra senhor que, como atrás mencionámos, se pronuncia senhô, toma a forma ainda menos complexa de sô, quando precedendo nomes próprios de pessoas. Por exemplo: «O SÔ JACINTO É UM SENHÔ DA CEDADE».

O sobrenome e o apelido da família nunca são mencionados na designação dos indivíduos, mas junta-se quási sempre ao nome um atributo que sirva para distingui-los. Dizem então: O SÔ JOINZINHO DA VENDA, o SÔ ANTONIQUINHO DA QUINTA ou mais familiarmente, o MANEL DA ANICA, o JOAQUIM DA ROSINHA, etc.

Para pessoas de certa idade, o nome vem precedido da palavra tio ou tia, reduzindo-se a primeira a ti por apócope do o TI JOSÉ, TIA JATRUDES.

A alcunha é vulgaríssima como atributo do nome e usam-na mesmo dirigindo-se ao próprio, salvo sendo pejorativa, porque neste caso só na ausência é empregada.

Tratando-se de pessoas de família, fazem preceder o nome do pronome possessivo nosso ou nossa. Por exemplo: O NOSSO MENINO, a NOSSA MARIQUINHAS, etc.

Todas estas variantes devem existir, disseminadas, pelas várias regiões do Pais, e um consciencioso estudo comparativo poderia contribuir grandemente para a solução de problemas demo-geográficos que se encontram ainda em aberto, por não ter aparecido quem convenientemente os aprofunde e resolva a contento.

Se o presente trabalho para tanto possa contribuir, bem empregados terão sido os esforços dispendidos nesta recolha, sempre arreliantemente incompleta, e que, por isso mesmo, não parará com a publicação dêste VOCABULÁRIO, antes poderá até vir a ser intensificada, se dos poucos leitores que tenha, alguns queiram auxiliar-me, o que muito agradeceria.

NOTAS

- (1) A respeito dêste vocábulo, diz o dr. Luís Ribeiro em «Arcaismos na linguagem popular da Ilha Terceira» (Boletim do I. H. I. T., n.º I. pág. 97): «...como julgo, o termo se relaciona com o antigo imposto nabo ou nabão, de que fala Viterbo no «Elucidário». E suspeito que tivesse sido do Continente, porque não me consta que o nabão se cobrasse nos Açôres, menos ainda na Ilha Terceira, porque pelo foral de D. Manuel, dado à cidade do Porto, eram dêle isentos os moradores desta, e aos habitantes da cidade de Angra foram concedidos, por D. João III, os previlégios de cidadãos portuenses».
- (2) Lacerda Machado, no seu «Vocabulário Regional», Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, diz, a pág. 14: «Estou hoje convencido de que a colaboração do Alentejo nessa colonização (dos Açôres) foi mais efectiva do que seria lógico supôr-se, ao pensar-se na sua população rarefeita e na falta de ligações marítimas que caracteriza esta província (...) Na Ilha Terceira houve uma povoação chamada Portalegre, longe do mar; na Ilha de Santa Maria há a ponta do Marvão, coroada por uma fortaleza e na Ilha do Pico existe a povoação de Marateca, nome de uma freguesia situada junto da ponta mais ocidental do distrito de Evora...»
- (3) No mesmo Vocabulário acima citado, lê-se a pág. 15: «Como elemento de estudo (...) devo registar que na parte norte do distrito de Portalegre, sobretudo para os lados de Niza, tenho ouvido pronunciar TRAS em vez de TRÊS, NOVANTA por NOVENTA; o u como u francês (...) além de outros detalhes fonéticos que fazem lembrar a pronúncia micaelense, onde estes defeitos, por motivos a averiguar, se exageram notavelmente».
- (4) Arcaismos portuguêses na linguagem popular do Rio Grande do Sul», do professor Walter Spalding.

BIBLIOGRAFIA

(Por ordem alfabética)

- AÇORIANA, Boletim da Sociedade Afonso Chaves, Angra do Heroísmo.
- A HABITAÇÃO (na Ilha de Santa Catarina), por Olga Cruz, Florianópolis, 1956.
- A HABITAÇÃO TERCEIRENSE, pelo Dr. Luís Ribeiro, in «POR-TUCALE», vol. XIV, pág. 64.
- ARCAISMOS PORTUGUESES NA LINGUAGEM DO RIO GRANDE DO SUL, pelo Prof. Walter Spalding, Brasil.
- ARQUIVO DOS AÇORES, Ponta Delgada.
- ASSUNTOS INSULANOS, por Oswaldo Rodrigues Cabral, Florianopolis, Brasil.
- BOLETIM DA COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE, Brasil.
- BOLETIM DA COMISSÃO REGULADORA DE CEREAIS DO ARQUIPELAGO DOS AÇORES, Ponta Delgada.
- BOLETIM DO INSTITUTO HISTORICO DA ILHA TERCEIRA Angra do Heroísmo.
- CANTOS POPULARES AÇORIANOS, por Teófilo Braga, Lisboa.
- COSTUMES AÇORIANOS, por Manuel Dionísio, Horta.
- DESCOBRINDO ILHAS DESCOBERTAS, por Hipólito Raposo Lisboa.

- DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA, por Morais e Silva, Lisboa, 1813.
- DICIONÁRIO ILUSTRADO DA LINGUA PORTUGUESA, por Francisco de Almeida e H. Brunswick, Lisboa, 1898.
- FASTOS AÇORIANOS, por Gabriel de Almeida, Lisboa, 1889.
- HISTORIA DAS ILHAS de Maximiliano de Azevedo, Lisboa 1899.
- ILHA DE S. MIGUEL, seu dialecto e literatura popular, por Lygia Matos.
- INSULANA, boletim do Instituto Cultural de Ponta Delgada, S. Miguel.
- INSULAR PORTUGUESE PRONUNCIATION, do Prof. Francis Rogers, in. "Hispanic Review". em parte traduzida no Boletim do I. H. I. T.
- LOCUÇÕES E MODOS DE DIZER USADOS NA PROVINCIA DA BEIRA BAIXA, por José da Fonseca Lebre, Separata do Boletim da Classe de Letras, da Academia de Ciências de Lisboa, 1924.
- MADEIRA, por Käte Bürdt, Lisboa, 1938.
- MATERIAIS PARA O ESTUDO ANTROPOLOGICO DOS PO-VOS AÇORIANOS. Observações sobre o Povo Micaelense por Arruda Furtado.
- MEMORIA SOBRE A ILHA TERCEIRA, por Alfredo da Silva Sampaio, Angra.
- MÊS DE SONHO, por J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, 1926.
- NOMENCLATURA GEOGRAFICA DAS ILHAS DOS AÇORES (Subsídio), por José Agostinho, Separata da revista A TERRA Coimbra, 1938.
- NOTICIA DO ARQUIPELAGO DOS AÇORES, por Acúrcio Garcia Ramos, Lisboa, 1871.
- Novo DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA, por Candido de Figueiredo, Lisboa, 1899.
- OBRAS DE GIL VICENTE, por Arlindo Sousa, Porto,
- OBRAS DE VITORINO NEMÉSIO.
- OS AÇORIANOS, por Oswaldo Rodrigues Cabral, Anais do I Con gresso de História Catarinense, vol. II, Florianopolis 1950.

OS PALHEIROS NA ILHA TERCEIRA, por Luís Ribeiro, em POR-TUCALE, vol. XIV, pág. 64.

PEQUENO VOCABULÁRIO REGIONAL DAS ILHAS DO FAIAL E PICO, por Manuel de Ávila Coelho, in. Boletim do Núcleo Cultural da Horta, vol. 2, n.º 1, pág. 35.

SAUDADES DA TERRA, por Gaspar Frutuoso, Ponta Delgada,

1922 a 1931.

- TOPOGRAFIA DA ILHA TERCEIRA. pelo Padre Jerónimo Emiliano de Andrade. Angra, 1843-1845 (2 vol.) e Apontamentos Póstomos, publicados por Mariano Constantino Homem, em 1950.
- VOCABULÁRIO REGIONAL DAS ILHAS DO FAIAL E PICO por Marcelino Lima, in Boletim do Nucleo Cultural da Horta, 1957.
- VOCABULÁRIO REGIONAL, por Lacerda Machado, Coimbra, Imprensa do Universidade, 1917.

ABREVIATURAS

adj. - adjectivo adv. — advérbio Ang. - Anglicaismo arc. - arcaismo bot. — botânico Bras. - Brasileiro comp. - comparativo corrup. - corrupção ou corruptela contr. — contracção dim. - diminutivo demons. — demonstrativo dep. — depreciativo deriv. - derivado des. - desusado f. - substantivo feminino fig. - figurado i. - verbo intransitivo ind. — indefinido inf. - infantil Ing. - inglês int. - interjeição inter. — interrogativoiron. irónico

loc. — locução m. - substantivo masculino med. — medicina mod. — moderno mus. — músico n. p. – nome próprio naut. - náutico neol. - neologismo num. - numeral pej. - pejorativo pess. - pessoal pl. - plural poss - possessivo prep. - preposição pron. - pronome r. - verbo reflexo rel. - relativo sing. — singular t. — verbo transitivo taur. — tauromáquico us. – usado vid. -- veja-se zool. - zoológico

Α

abalar — i. arc. — Comover. Partir. Ausentar-se. «Abalar pela porta fora».

abarbar — t. — Chegar terra a certas plantas. Diz-se do milheiro, quando da maçaroca começa a sair a pragana.

abarracada - adj. - Diz-se da casa de um só piso.

abastença — f. arc. — Abastança.

abeiro — m. — Chapéu de abas largas, de feltro ou em trança de palha.

aboadeira — f. — Cizânia. Erva ruim. — (bot. Erigeron canadensis).

aboar - t. - Voar.

abobra — f. — Abóbora.

aboiar — i - O mesmo que boiar.

abondança — f. arc. — Abundância.

aborrecido — adj. — Adoentado.

abrasão — m. — Alcunha.

abrasiado — adj. — Ruborisado, afogueado (arc. Zangado).

abrigo — m. — Sebe viva, no geral de faias, usada nos pomares.

Muro de pedra solta, que forma os currais das vinhas.

abuanar — t. — Adubar a terra. Chama-se buana ao adubo.

acaculado — adj. — Amontoado.

acarado - adj. - De bom aspecto. Bem encarado.

acertuado — adj. — Diz-se do casaco que tem duas ordens de abotoaduras, traçado como o jaquetão.

ache! — int. — Equivalente a arre! mas só se emprega isoladamente.

```
acodado - adi. - Apressado.
acolheitar - i. - Fazer as colheitas.
acomedado — adi. — Quieto.
acomedar - t. - Acomodar, sossegar.
acometer — t. arc. — Seduzir, fazendo propostas indecorosas.
açucre — m. — Acúcar.
acupar — t. arc. — Ocupar.
adanar — i. — Nadar.
adano - m. - Nado. «De adano»: a nado.
adevinhar — t. arc. — Adivinhar.
adiafa — f. — Lida, azáfama.
adiente — adv. — Adeante.
adonde — adv. — Aonde.
adorna - f. -y Barrica onde salgam o peixe. Dorna.
adregar — t. - Acontecer por acaso.
adubar - t. - Temperar a comida.
aduela — f. — Costela, Vid. arca,
afidalgado — adj. — Fino. Diz-se do nariz afilado e bem ta-
      lhado.
afreimar - t. arc. - Afligir, causar desgostos.
africanada — f. — Fanfarronada. Proeza pouco acreditável.
afromentar — t. — Inquietar, apoquentar.
agardecer — t. — Agradecer.
agoniação - f. - Agonia.
agragojar-se - r. - Amesendar-se.
aguar — t. — Regar.
agua-viva — f. — Alforreca. (Zool. Pelagia, Sp.)
aguçadura - f. — Arça a meio da jogada a que se prende o
      arame. (naut.)
aguilhada - f. Aparelho de pesca, composto de vara de bam-
    . bú, linha de arame e anzol, sem chumbada. Vara para tanger
agulha – f. – (naut) – Peca de moinho. Vid. registo, (zool.)
```

Peixe comum nos Açores (Esox belone). Pessoa alta e magra.

agulheira - f. - (naut.) - Aparelho de pesca, de um azol, para

tomar cavala grada e goraz.

airora — f. — Aurora.

a indireito – loc. adv. – Em frente. Na direcção de...
ajuntar – t. – Apanhar, levantar do chão. Unir, Casar • Já se
casaram no Civil mas ainda não se ajuntaram.

ala! — int. — Põe-te a andar! Desaparece!

alagar - t. - Molhar. «Alagado, pingando» (a escorrer.)

alagoa — f. arc. — Lagoa.

alambrança ou alembrança - f. — Lembrança.

alambrar ou alembrar — t. — Lembrar.

alamparina - f. - Lamparina.

alaricado - adj. - Dengoso.

albarca — f. — Sandália feita com coiro de rez, resguardando apenas a planta do pé.

alboi - m. - Claraboia.

alcadefe — f. Antiga colecção de medidas de barro, para líquidos. (des.)

alcatra — f. — Carne assada no fôrno, com môlho de vinho e outros ingredientes, que é de uso servir-se nos jantares de «função», nas festas do Espírito Santo. (fig. Pessoa velha e doente.)

alembrança - f. - Lembrança. Pequena oferta.

elembrar - t. - Lembrar.

alevante — m. — Levante, motim, desordem.

alfeirio — adj. - Diz-se do gado vacum não leiteiro, criado no baldio.

alfenim - m. - Dôce feito só com açúcar e água.

elferes — m. — Pessoa que, nos festejos do Espírito Santo, conduz a bandeira.

alforrar — i. — Chover e fazer sol ao mesmo tempo.

alimal - m. - Animal. O mesmo que alimária, mas de menor emprêgo.

alimária - f. - Animal. (fig. Pessoa bruta.)

aliviar - i. - Defecar.

aljabre — m. — Caixa cilíndrica para transportar o furão para a caça.

almário — m. arc. — Armário.

elmezem - m. - Armazém.

elmo – m. – Álamo. (bot. Populus alba, nígra e tremula.)

alomiar - t. - Chamar alguem pelo nome. Vid. alumiar.

alparato — m. — Aparato.

alpardo — m. — Crepúsculo.

alqueire — m. — Antiga medida agrária e de cereais.

alumiação — m. — Iluminação.

alumiar — t. — Nomear. «Alumeia os homes todos» = diz os nomes dêles.

alvarós — m. — Fato de zuarte. — (Ang. De «overall». Faz no pl. alvaroses.)

alvedoria — m. — Vontade. «Por livre alvedoria» = por livre vontade.

alvorada — f. — Mudança da coroa do Espírito Santo. Vid. mudança.

alvorar — t. —Arvorar. •Soldado alvorado → = soldado arvorado em cabo.

alvoredo — m. — Arvoredo.

amachucar — t. — entristecer, acabrunhar.

amajoar — i. — Deixar a rêde durante noite para o peixe malhar. Pescar de amajoa. (naut.)

amanhação — f. — Contrato. Conciliação.

amanhar — t. – Arranjar, consertar, fazer. — r. – Amanhar--se» = governar-se num negócio.

amanhecente — adv. arc. — Ao amanhecer. «Amanhecente para hoje» — na madrugada de hoje.

amanho — m. — Roupa ou utensílios de casa ou de lavoura. No pl. — haveres. Em naut. : tralha.

amargulhar - t. - Mergulhar. Meter-se debaixo de água.

amaricano — m. — O mesmo que Americano = emigrante repatriado da América do Norte.

amassadura — f. — Farinha de milho para o pão da semana.

amassaria — f. — Mesa da cozinha, com armário na parte inferior, onde se tende o pão.

ambos — adj. pl. — Usa-se muito na expressão ambos-e-dois.

amenhā — adv. arc. — Amanhā.

amizidade - m. arc. - Amizade.

amo — m. — Patrão, senhor. «Meu amo»: forma respeitosa de tratamento.

```
a-modos — loc.
                    A geito, em boas condições para...
 amojar - t. arc. - Munjir. Encher de leite. Apojar.
 amolha — f. — Termo do jôgo do pião. «Rachar a amolha» =
       acertar em cheio. «Cortar a amolha» = passar ostensivamen-
       te pelo meio de um grupo, o que constitue provocação.
 amorganhar-se - r. - Engaroupar-se. Encolher-se.
 amoroso — adj. — Ameno, referindo-se ao tempo.
 andaço — m. — Epidemia. Mal contagioso.
 andaia - f. - Bebida espirituosa, obtida por destilação do vi-
      nho, e aromatizada com casca de laranja, canela e erva dôce.
 angelica — f. — Vinho branco, abafado, fabricado na ilha do
      Pico.
 anojado — adi. — De luto.
 antão — adv. arc. — Então.
Antoino — n. p. — António. No dim. Antonico ou Antoni-
      quinho.
antonces — adv. — Corrupção do arc. entonces.
antonte - adv. - Ante-ontem. Antes de ontem.
antrar — t. e i. — Entrar.
antre - prep. arc. - Entre.
apanhadeira — f. — Caixa que recebe a farinha saída de entre
      as mós. O mesmo que traminhal.
apanhadico — m. — Filho de mulher solteira. (pej.)
aparença – f. arc. – Aparência. Ilusão.
apegar — t. — Contagiar.
apelido — m. — Alcunha.
apilhar — t. — Apanhar.
aplacar — t. — Melhorar (de saúde).
apoipar — t. (arc.) — Poupar.
apoitar - t. - Lancar a poita para fundear o barco (naut.).
      Amesendar-se. Refastelar-se. Parar com demora.
aquedar-se - r. - Socegar. Aquietar-se.
áque-del-rei! — int. — Aqui-del-rei!
aqueix a - f. — Queixume.
aquestumar - t. - Acostumar. Habituar.
arca - f. - Caixa de madeira onde se arrumava o bragal (rou-
```

```
pa de casa). No pl.: Costelas. «As arcas do peito» = as cos-
       telas.
 arca — f — Alca no extremo dum fio ou corda.
 arcas-do-peito - f. - Costelas.
 arco-da-velha — m. - Arco íris.
 ar-do-forno — m. — A abóbada nos fornos de parede.
 areado - adi. - Maníaco.
 arengueiro - adi. - Arengador.
 a-riba — loc. adv. — Acima. — Analogamente as expressões:
       de-riba, em-riba, para-riba, por-riba.
 arquibanco - m. - Móvel servindo de arca e de banco, em
       que o assento é móvel por meio de dobradicas.
 arquinha - f. — Mãe-de-água. Pequeno reservatório para dis-
      tribuição de água nas canalizações.
 arrã — f. — Rã.
 arraçado — adj. — Que apresenta características de uma raça.
 arragar - t. - Agarrar.
arrebentão - m. - Ladeira muito íngreme.
 arrecolher — t. — Recolher.
 arrecear — t. — Recear
arreceio — m. arc. - Receio.
arrecua — f. — Passo à rectaguarda. Mesura.
arrecuar - t. - Recuar.
arrefentar - t. - Arrefecer.
arrefiadela - f. - Piscadela.
arrefiar — t. — Piscar o olho.
arregalar - t. - Melhorar o tempo. Descobrir o sol.
arregoa - f. - Fenda na parede ou no teto. Racha.
arreigada - f. arc. - Raiz. Arreigada da língua».
arrelampedo - adj. - Assombrado. Atordoado.
arrelamper — t. — Assombrar. Pasmar.
arrelique - m. Relíquia devota. Joia de pequeno valor.
arremate - m. - Propósito, Compostura. Governo.
arremedeio - m. - Arranjo. «Isso dá-me arremedeio»=faz-me
     arranjo.
arrenegar - i. - Zangar.
arrenêgo — m. — Zanga.
```

```
arretirar t. - Retirar.
arribar — i. — Convalescer.
arrincar - t. arc. - Arrancar.
arroicar - i. - Enrouguecer.
arrumar-se - r. - Arranjar lugar seguro. Desimpedir a pas-
    sagem.
assaluto — adj. — Absoluto.
assanhado - adj. arc. - Encolerizado.
assantar — i. — Sentar. Assentar.
assarapantar-se - r. - Espantar-se.
assecegar - i. arc. - Socegar.
assecêgo - m. arc. - Socêgo.
assentar-se - r. - Sentar-se.
assubir — t. — Subir.
astrever-se - r. - Atrever-se.
atabafar — t. — Ferver o leite para não talhar.
atacar — t. – Vexar. Comprometer.
ataleigar — t. — Encher o estomago. Comer demasiado (de ta-
    leiga).
atambique — m. — Pesca feita com jogada pequena, para to-
    mar peixe-rei, bodeão, verdugo, etc. (naut.)
atantado — adi. — Aventuroso. Atiradico.
atantar — t. — Provocar, Tentar.
atazanar - t. - Inquietar, (Cândido de Figueiredo regista ate-
    nazar.)
ateimar — t. — Teimar.
atempado - adj. - Adoentado.
atentador - adj. - Provocador.
atentar - t. - Provocar.
atiçar — t. — Assolar cães. Bater. «Aticar uma vardascada» =
    bater com uma vardasca.
atimar — t. arc. — Levar a cabo.
atôlhado — adi. — Atabalhoado.
atorar — t. — Cortar em toros ou redelas.
atramoçar - t. - Lançar tremôço à terra, para os outonos.
    Provocar confusão. Aldrabar.
atreito — adi. — Sujeito a. . .
```

atrelar - t. - Prender o cavalo ao carro.

atrigar-se - r. - Zangar-se.

atripar - t. - Trepar.

au! — int. — Empregada para falar às rezes na data de água.

auga ou áugua — f. arc. — Água.

auguantar - t. - Aguentar.

autorizo — m. — Autoridade. «Pessoa de autorizo» = pessoa de respeito.

avantage — f. — Vantagem. Proeza.

avantesma — f. — Fantasma. Aventesma.

avaria - f. - Proeza.

avio-do-caniço — m. — Conjunto das peças do caniço, excepto a cana. (naut.)

azarento - adj. - Que dá má sorte. Calixto.

azularates — f. — Nome dado às antigas notas de 50\$000 mil réis (moeda fraca) que eram de côr azul.

В

baeta — adj. — Pateta.

bafo - m. - Mau cheiro.

baforedo — m. - Cheiro nauseabundo.

bagacina - f. - Pedra queimada, de origem vulcânica.

bailo — m. - Vid. balho.

balaio — m. — Cêsto grande. (fig. Mulher gôrda).

baldear - t. - Tombar. Cair.

balhão - adj. - Que gosta de bailar. No fem. faz balhão.

balho - m. - Baile popular.

bandeira - f. - Panícula do milheiro.

bandulho - m. - Estômago grande. Barriga. O mesmo que **pandulho**.

baque — m. — Pressentimento.

baraço — m. — Ramo da vinha.

barbante - m. - Cordel fino.

barboleta — f. — Borboleta.

barça - f. - Salgadeira. «Toucinho de barça» = toucinho salgado.

barredouro ou barredoiro — m. — Vassoura de cabo comprido para varrer o fôrno.

barrigueiro - adj. - Comilhão.

bartador – m. – Concha para esgotar a água do leito do barco. Bertadouro. (naut.)

barulho - m. - Desordem.

Bastião - n. p. - Sebastião.

batata-da-terra-f.- (bot.) Solanum Tuberosum Lin. Tambem chamam batata-inglesa.

batata-doce — f. — (bot.) Convolvulus Batatas, L.

batedor — m. — Alavanca interfixa apoiada na mó girante e na calha para fazer cair o grão. Tambem se chama cachorro.

bátega – f. – Chuveiro abundante e rápido.

bautizo - m. - Batisado.

bazano - adj. — Pateta.

beiça — f. — Diz-se no jôgo da bisca, quando o az apanha a manilha de trunfo.

beicana — f. — Beiço grande.

berlindeo — m. — Buraco onde encaixa o mastro do barco.

(naut.)

Bertolameu - n. p. arc. - Bartolomeu. Diz-se tambem Berta-

bicado -- adj. -- Cheio de bicos.

bicha — f. — Orgão sexual masculino da criança. (inf. Bichinha).

bicho-do-mato - adj. - Envergonhado. Acanhado.

bilhano — m. - Milhafre. (dep.)

bisalho - m. arc. - Enfeite feminino.

biscoito — m. — Terreno pedregoso. O mesmo que biscouto.

bispeto — adj. — Delambida. Recta-pronúncia. O mesmo que pispeto.

bizalho - adj. - Porco. Sujo. Mal vestido. Pingente.

bo as-noites — f. — Planta florífera, cujas flores só abrem ao entardecer. (bot.) Mirábilis Jalapa, L.

bôca-aberta - adj. - Pateta. Diz-se do barco que não tem coberta (naut.).

bôca-de-prata — adj. — Bem falante.

bôca-negra — f. — Espécie de peixe. (Scorpoena imperialis,

boga - f. - Pancada na cabeça com pau ou pedra. Espécie de peixe. (Box. vulgaris, Linn.)

bogango — m. Mogango.

boleana — f. — Planta a que atribuem virtudes de bruxedos. Corrup. de Valeriana.

bôlha — f. — Sinal circular, feito a giz, usado no jôgo do ≤truque».

bolota — f. — Borleta. Pequena borla.

bôlsa - f. - Nó na extremidade da corda que segura o toiro nas touradas à corda.

bombaria - f. - O quartel dos Bombeiros.

bonecra -- f. -- Boneca. Pequena brindeira de massa sovada.

bonito — m. — Espécie de peixe. (Thynnus pelamys).

bordão — m. - Varapau enconteirado.

borralho — m. — Cinzas e brasas do fôrno ou do lar.

bosta — f. Escremento de rez-

botar - t. - Estreiar. Botar um vestido novo.

boticairo — m. — Boticário.

brabo — adj. — Bravo.

brabudo – adj. – Barbudo – m. – Nevoeiro denso.

bragalhada — f. — Negócio. Contrato. Combinação.

bragante - adj. arc. - Desavergonhado.

bragas - f. pl. - arc. - Ceroulas compridas, de atar no tornozelo com cadarços.

branco - m. - Alburne. «O branco do pinheiro».

bravo - adj. - Diz-se de indivíduo com mau génio.

brinco - m.— Brinquedo.

brindar - t. - Presentear. Brindar a mêsa» diz-se de uma quete feita pelos foliões, durante o jantar da «função», nas Festas do Espírito Santo.

brindeira - f. - Biscoito de massa dôce que se oferece nos

briqueira — f. — Aparelho de pesca com 2 anzois. O mesmo que Barqueira. (naut.)

brocha – f. – Corda que prendem nos canzis depois dos bois estarem cangados.

brôco — adj. — Descornado. Chamam **brôco** a um toiro que tenha perdido os chifres.

brúito - adj. - Bruto.

brutaço — adj. — Ateleimado. Ignorante.

buana — f. — Adubo, Guano.

bucho - m. - Estômago.

bugia — f. — Pavio de cera com que se acendem os círios nas igreias.

burgalhau—m. — Porção de cascalho. Calhaus meudos e soltos. **burra**— f. — Escalão. Armação de madeira para pendurar as maçarocas de milho a secar.

busano — m. — Gusano. **buzana** — f. — Velocidade.

C

ca - cont. - Que a... «Mais duro ca pedra». (È arc.)

cabaça — f. — Fruto da «Lagenaria vulgaris», usado antigamente para o transporte do leite que se vendia pelas portas. Brinco de orelha.

cabaço — m. — O virgo das mulheres. «Perder o cabaço» == ser desvirgada.

cabeçal — m. — Travesseiro roliço, usado nas «camas de esta-

cabedal — adv. — Muita quantidade. «Cabedal de gente» = muita gente. «Pessoas de cabedal» = pessoas de muitos haveres.

cabelinho — m. — Apêndices sedosos do rizoma de um feto (bot. Dicksónia culcita).

```
cabesteira - f. - Lado menor do rectângulo das rêdes. (naut.)
  cabo — m. arc. — Fim. Parte superior, de cima.
  çabola — f. — Vid. sabola (fig. Pateta).
  çabolinho — m. — Plantio de cebola.
  cabouca — f. — Utensílio de barro com a forma de pote boju-
      do, mas sem asa nem gargalo, usado como salgadeira para
      peles de toucinho e outras miudezas de porco. Tambem se
      emprega a forma masculina com igual significado.
 cação — adj. — Mulher magra, mas de proporções avantajadas.
 cachorro — m. — Saliência de pedra num dos lados de uma
     parede, para indicar que não é comum. Vid. batedor. —
     adj. — (pej.)
 caçôlha - f. - Rapariga de mau porte.
 caculo -m. - Amontoado de coisas. «Em caculo» = em monte.
 cadávele - m. - Cadaver.
 cádego — m. — Ponto de recuo que se apoia no barco. (naut,)
 cadeirado - m. - Conjunto das costelas.
 cadeiras - f. pl. - Costelas. Dôr nas cadeiras = dôr de rins.
 cafua ou cafuga - f. - Gruta natural numa rocha. Casebre
     miserável. (fig. Pessoa avarenta).
 cagaço — m. — Susto (Bras.)
 cagarro - m. - Ave marinha. Procellária pufinas, (segundo
    Sampaio). Diz-se dos naturais da ilha de Santa Maria.
 caiba - f. - Peca do arado.
cair - t. - Soar, falando das horas.
cairel - m. - Franja.
 caixão — m. — Recinto fechado no touril, onde se embolam os
    toiros.
cal? - pron. inter. - Qual?
calacear - i. - Mandriar.
calaceiro - adj. arc. - Madraço.
calafona - m. - Português que vive na Califórnia, ou de um
    modo geral, na América do Norte.
calceira — f. — Mulher que faz calças.
caldeação — f. — Mistura de coisas.
caldear — t. — Misturar.
caldeira - f. - Cratera de vulção extinto.
```

caldeirão — m. — Grande panela de ferro, quase esférica, com três pés.

calhamaço — m. — Mulher velha.

calhau— m. —Rocha do mar. Pedra de razoáveis dimensões, mas susceptivel de arremeço.

calibre - m. - Eucalipto.

Calrinhos — dim. n. p. — Carlinhos.

cal-te! - int. - Cala-te! Tambem se usa: «cal-te siquer!»

cambada — f. — Mólho de maçarocas de milho. Vid. cambulhão.

cambos ou cambeiros — m. pl. — Rebordos de madeira cujo fim é impedir a saída da farinha que cai das mós.

cambra — f. — Câmara.

cambrela - f. - Trambolhão. Cambalhota.

cambulhão — m. — Mólho de maçarocas de milho. De cambulhão = desordenadamente.

cana — f. — Aparelho de pesca à linha. Caniço de maiores dimensões. Parte do leme. (naut.)

canada — f. — Caminho estreito. Antiga medida de liquidos, equivalente a 2,12.

cana-do-ar - f. - Foguete.

canalha - f. - O rancho dos filhos pequenos.

canaria — f. — Conjunto dos canos dum órgão.

canário-da-terra - m. - (Zoo.) Fringilla serinns-Linn.

canastra — f. – Armação, de tábua aberta. destinada a conservar o isco vivo, O mesmo que Canoa. (naut.)

canceira - f. - Asma. Falta de ar.

cancela — f. — Grade baixa, de madeira. Meia-porta.

candeia - f. - Flor de jarroca, roxo-escura-

Cândia - n. p. - Cândida.

cando - adv. - Quando.

cangalha – f. – Peça da estaca a que se prendem os bois.

cangalhada — f. — Coisa intrincada, complicada. Porção de objectos truncados e amontuados sem ordem.

cangalho — m. — Aparelho de pesca. (fig.) Pessoa muito doente e depauperada. (pej.)

cangar - t. - Unir pessoas desavindas. Jungir os bois.

```
cangrejo - m. arc. - Caranguejo. Diz-se tambem cangarejo.
caniço — adi. — Pessoa alta e magra.
canoa — f. — Vid. canastra. (naut.)
canto - adi. arc. - Quanto.
cão-de-fila — m — Especie de buldogue, cão da raça especial
    da Terceira, conhecido por rabo-torto.
capenga - adj. - (bras.) Côxo ou torto.
capoeira — m. — Rufia brasileiro.
capote — m. – Peça de vestuário feminino, composto de longa
    capa de la, côr de pinhão ou azul escuro abotoada no pes-
  coço com um colchete de ferro, sem mangas, com gola e
    cabeção, e um capelo que enfiava na cabeça e amarrava de-
    baixo do queixo.
cara-da-minh'alma — loc. — Tratamento familiar usado com
    as crianças.
carafunfar — i. — Rabujar. O mesmo que crafunfar.
carbunco — m. - Carbúnculo.
cardaço - m. - Nastro. Atilho. (fig. Pessoa velha). (pej.)
carne-sêca — adi. — Magrisela.
carpicho — m. — Capricho.
carpideira - f. arc. - Mulher encarregada de fazer o pranto
    nos funerais.
carpinha - m. - Carpinteiro. «Arte de carpinha» = ofício de
    carpinteiro.
carrapicho — m. — O mesmo que picho.
carrear - t. - Acartar.
carrêto - m. - Carga de homem, animal ou carro. Pau de
    carrêto» = bordão que se apoia no ombro e que serve para
   transporte de cêstos pesados, suspensos pela asa.
carril - m. — Queixada.
cascalhada - f. - Vasilhame de aduelas.
caseira - f. - Cova especialmente destinada à sementeira de
    abóboras, mogangos, melões e melancias (horta grada).
casião — f. arc. — Ocasião.
```

catazola - f. - Circunferência riscada no chão, no centro da

qual se «abaixam» os piões da «amolha».

casinha — f. — Latrina.

```
catrâmbias — f. pl. — Cangalhas. «Virar de catrâmbias» = cair
   de pernas ao ar. Estatelar-se.
Catrina - n. p. - Catarina.
cavalheira - f. - Fem. Cavalheiro.
cegão — adi. — Atentador. Provocador.
cego - adj. - Desvairado. Ansioso. «Cego p'ra lhe bater».
ceirões — m. pl. — Dois cestos de vimes, tecidos gémeos, que
    se põem sôbre a albarda dos burros.
cêpa — f. — Tubérculo. Bolbo.
cepeiro - m. - Conjunto de cêpas.
cerrado - m. - Terreno de cultura, circundado por paredes.
testo-vindimo - m. - Cesto grande, empregado para trans-
    portar as uvas durante a vindima.
cevada - adj. - Melhor que «sovada», como chamam à massa
    dôce das Festas do Espírito Santo. Assim opina Lacerda Ma-
     chado no seu «Vocabulário Regional».
 cevadeira - f. - Saca: Alforge.
chalado - adj. - Adoentado (Bras.). O mesmo que aborre-
    cido.
 chamarrita - f. - Um dos bailes regionais.
 chamatão — m. — Falatório. Escândalo de murmurações.
 chamiça - adj. - Esgrouviado. Magrisela.
 chapeu-de-feiticeira — m. — Cogumelo.
 charamba — f. e m. — A primeira «moda» do baile terceirense.
     O coniunto das «modas» do baile.
 chaveca - m. - Pessoa insignificante, de fraca aparência.
 chavelha — f. — Peça do arado e da canga.
 cheda - f. - Peca do carro de bois.
 cheia — adi. — Grávida, tratando-se de animais.
 cheleira — f. — Assento da ré, no barco. Chaleira.
 chiadeira - f. - Peca do carro de bois.
 chincalho - m. - Troca. «Fazer chincalho» = fazer pouco.
  chincha — f. — Crianca pequena.
 chinchinha - adj. - Pequenina.
 chinchinho — adj. — Pequenino.
 chincho — m. — Vid. crianço.
  chinchorro - m. - Paleio.
```

chiqueiro - m. - Curral do porco. Casa ordinária e suja. chocalhar — i. — Dar à língua. Divulgar. chôchinho - adj. - Insignificante. Apoucado. chochuminar — t. e i. — Troçar. Caçoar. chumaceira - f. - Ponto de aplicação do tolête na borda do harco. chumar — t. — Chamar. chumbeta - f. - Pedaco de chumbo usado no jôgo das «marcas ou do (homem), (inf.) chuminé - f. arc. - Chaminé. cieiro — m. — Ciume. circunstança — f. — Circunstância. ciroulhas — f. pl. — Ceroulas. cismado - adj. - Convencido. cobranto — m. — Vid. quebranto. cocegar - f. - Fazer cócegas. cofre — m. — Armação para apanhar lagostas e santolas. O mesmo que **pote.** (naut.) coicão - m. - Peça do carro de bois. coisa — f. — Doença súbita que provoque desmaio. Deu-lhe uma coisa = teve um delíquio. coifar — t. — Cuidar de... Fazer festas. Acariciar. coive - f. - Couve. coiveiro - adj. - Diz-se do tempo de chuva miuda, favorável à cultura das couves (coives). .cólidade - f. - Qualidade. colca - f. - Cólica. côma ou comâ - conj. - Come. «Bum comâ bum!». comadrinha - f. - Dòninha. comida - f. - Forragem para o gado. compeçar — t. arc. — Começar. compêco - m. arc. — Comêço. compreição — f. — Compleição. comprender - t. - Compreender. concertar - t. - Arranjar o peixe. condúito - m. - Conduto. É arc.

conhecença — f. arc. — Conhecimento.

consumidoiro — m. — Consumição. Ralação. Apoquentação. consumir — i. — Apoquentar. conteira - f. - Ponteira metálica do bordão. (bot.) Cana Încontia — f. arc. — Quantia. contra - prep. - Junto de..., encostado a... Contra um canto». consumir — t. — Apoquentar. contrairo — adi. arc. - Contrário. copeira - f. - Nicho na parede do fundo do emeio-do-casa, onde se guarda a louca e os vidros e tambem o pote de água. Em S. Jorge chamam copeira ao «Triato» do Espírito Santo. coração-de-negro — m. — Anona. (bot.) Asinina Triloba. còrage - f. arc. - Coragem. côr-ao-carmo — adi. — Castanho. corca — f. — Prega. Ruga. coderniz — f. arc. — Codorniz. coresma - f. - Quaresma. coroação — f. — Cortejo do Espírito Santo. corricar — i. — Pescar à linha, com o barco em andamento. (fig. Andar dum lado para o outro, sem rumo certo). «Amigo de corricar - ser versátil, inconstante. corromaço - m. - Reparação atribiliária, ad hoc, para mascarar ou remediar. corsairo — m. arc. — Corsário. cortume ou quertume - m. - Conserva de vegetais em vicosedeira — f. — Pedra da abóbada do fôrno. costaneira — f. — Escosta de um monte. craca — f. — Velhacaria. «Ter muita craca» — ser muito sabido. crafunfar - i. - Rabujar. cramação - f. - Acto de cramar, dizer mai, lastimar-secramar - i. arc. - Clamar. Dizer mal. Lastimar-se. cranguejo - m. - Caranguejo. crapinteiro - m. — Carpinteiro. Diz-se do vento SE que na

baía de Angra causava grande estôrvo à navegação, destroçan-

do os cavernames dos navios por fazê-los embater contra a costa.

creca - adj. - cor. de careca.

eriação — f. — Pastagem natural.

crianço — m. — Criança do sexo masculino.

criter - f. - Formar abcesso. «Um dente a criar».

cristol - m. arc. - Clister.

crocas - f. pl. - Cócoras.

crongo - m. - Congro.

crusidado — f. — Curiosidade.

cudado — m. — Cuidado.

cudar - t. - Cuidar.

cumieira — f. — Madeiramento do cume da casa.

curral - m. - Pequeno cercado de pedra destinado a proteger as plantações de vinha, nos terrenos à beira-mar.

D

danado - ad.. - Disposto a cometer qualquer acto. «Danado para andar = ser bom andarilho. decer - t. arc. - Descer. de-comer - m. - Comida. Alimento.

defrença — f. arc. — Diferença.

Delaide - n. p. - Adelaide.

delir - t. - Inquietar. Arreliar.

dentro na... - loc. adv. arc. - Dentro da...

de-redoi - loc. adv. - Em volta de...

dereito - m. e adj. arc. - Direito.

dereitura — m. arc. — Direcção.

derrabado - adj. - Sem cauda.

derreter - i. - Não ligar importância. Estou-me derretendo para isso» = não me tira nem põe. - r. - Fazer trejeitos afectados.

```
derretido — adj. — Mimoso. Dengoso.
dês - prep. arc. - Desde.
desacupar - t. - Desocupar.
desalvorar – i. – Sair bruscamente, Perder a cabeça.
desapegar — i. — Meter-se a caminho. Ausentar-se repentina-
   mente.
desaprestemado – adj. – Sem préstimo ou remate.
desarriscar — t. — Riscar, Inutilizar uma anotação.
desbancar - t, - Vencer. «Ir a desbancar» = ficar bem ao
   parecer.
descarapuçar — t. — Tirar o chapéu.
descontra — prep. — Contrariamente à vontade.
descontrafeito — adi. — Contrafeito.
descontravontade — prep. — O mesmo que descontra.
descreto — adj. — Esperto. Inteligente. O mesmo que dis-
   creto.
descurso — m. arc. — Discurso.
deserto - adj. - Inquieto. Desejoso.
desfarçado – adj. – Desvergonhado. Descarado.
desgrácia — f. — Desgraca.
desgraceira — f. — O mesmo que desgrácia.
desinfeliz - adi, - Infeliz.
desingano — m. — Desengano.
desintria - f. - Diarreia.
desmanchado — adj. — Maníaco.
desmancho - m. - Abôrto provocado.
desmarcado — adj. — Desmedido. Desconforme.
desmentir - t. - Desmanchar. Deslocar. *Desmentir um braço
   ou uma perna».
desnetar - t. - Cortar os pâmpanos ou «netos» a certas plan-
desòstinado — adj. — Desaustinado. Desvairado.
despachado — adj. — Desiludido. Perdido. Sem esperança de
   cura.
despensa in figure Casa onde se guardam as ofertas feitas ao
```

«Império», tais como paes de bodo, vinho, etc.

```
despensal - m. - Saca de retalhos, com «bolotas».
 desperdiçado — adj. — Apreciador. «Não sou desperdiçado
     por isso = não aprecio tal coisa.
 destoitiçado — adj. — Destemido. Aventureiro.
 destramelado — adj. — Falazão. Que dá à «tramela».
 destravar - t. - Cortar o freio da língua.
 destrinçar - t. - Conhecer de vista. Avistar.
 desvairança - f. arc. - Desvairo.
 dezasseis - m. - Medida de capacidade (para vinho ou aguar-
     dente principalmente) que equivale a cêrca de 1,25 dl. Um
     «dezasseis» de vinho é um copo com a medida indicada.
 dezer - t. - Dizer.
 diente - prep. e adv. - Deante.
diferente - adj. - Indeferente. De relações cortadas.
direito — adj. — Quite. De contas saldadas.
discreto - adj. - Inteligente. Esperto.
dispois — adv. — Depois.
díveda - f. - Dívida.
divertido — adj. — Que gosta de se divertir. Folgazão.
dízimo-a-deus - loc. adj. - Diz-se de um prédio, livre de qual-
   quer foro ou outro encargo.
doairo - m. arc. - Donaire. Graça.
donabela - f. - Beladona, planta florífera do género Amarilis.
dromideira — f. — Papoula. Dormideira.
dromir — i. — Dormir.
dubaixo - adv. - Debaixo.
Dulovina — n. p. — Ludovina.
```

E

```
f — pron. pes. — Eu.

eira — f. — Halo à volta do sol ou da lua.

emboca — f. — Jôgo de ar livre, muito usado nas aldeias.

em-mentes — adv. — Enquanto. Ementes.
```

```
empacado - adj. - Empilhado. Apertado.
emparado - adi. arc. - Amparado. Protegido.
empaviar - t. - Comer demasiado, sofregamente.
empige — f. — Empigem. Dizem tambem empinge.
em-riba — loc. adv. — Em cima.
encalar — t. — Dar uma cozedura ligeira.
encanar — t. — Reduzir uma fratura.
encaranguejado - adj, - Trôpego Encolhido. De Encaran-
    gado?
encarne - m. - Encarnação. Boneca de encarne = mulher
    que se alinda.
enchelavar — m. — Rede de suspensão, de forma cónica, com
    a ourela porfiada em 2 arcos de madeira. (naut.)
enchiqueiradura — f. — Cerrado onde se metem os bezerros
    quando são separados das vacas.
encorcar — t. — Enrugar.
endireito - m. - Seguimento de qualquer direcção.
enfaiscar - t. - Emoldurar.
enfenor - t. - luncar de feno o chão térreo da casa.
 enfèzor - t. - Arreliar. Fazer fezes a outrem.
 enfronhos m. pl. — Agasalhos exagerados.
 engenho — m. — Fábrica. Maquinismo. O mesmo que ingenho.
 engraçar — i. — Gostar. Simpatisar.
 engrace - m. - Graça. Chiste. Forte engrace! - olha que
     graça! (iron.)
 enògado - adj. - Encolhido.
 enògar-se - r. - Encolher-se. Aninhar-se.
 enrocar - i. - Pegar-se às pedras o aparelho de pescar.
 ensapado — adi. — Embaçado.
 entafulhar - t. - Atafulhar. Encher demasiado.
 enticante - adj. - Aborrecido. Entrometido. O mesmo que
     inticante.
 enticar - t. - Meter á bulha. Entrometer-se.
 entorriscado - adj. - Torriscado. Queimado do forno.
  entremeio — loc. adv. — No meio. «Entremeio dêles» = no
     meio dêles.
```

) nob

```
entrúido — m. - Entrudo.
  enxota-praga — loc. adj. — Pessoa muito faladora e bulhenta.
 enxunda — f. — Enxúndia,
 erva-de-Nossa Senhora - f. - (bot. Anthox. Odoratum, L.)
     Erva muita usada para perfumar a massa. nas Festas do Es-
     pírito Santo.
 esbabacar — i. (arc.) — Embasbacar.
 esbagaçar — t. — Espatifar. Desbaratar.
 esbalançar - t. - Balançar com fôrça.
 esbeicar - t. - Quebrar os bordos ou beicos.
 esbenigar — t. — Esfrangalhar. Rasgar em bocadinhos.
 esborcinar - t. - Partir os berdos. Esborcejar.
 esbruçar — t. — Debrucar.
 escabeçar — t. — Cortar a «bandeira» dos milheiros. O mesmo
     que descabeçar.
 escaleira — f. — Escada de pedra tôsca, que facilita a escalada
     dos muros.
 escândola - f. arc. - Escândalo. Ofensa.
escangalhado - adj. - Desmembrado. Desconjuntado.
escarcalhar-se — r. — Desfazer-se. Escarcalhar-se com riso.
escarnento - adi. - Escarnecedor.
escarolar - t. - Partir em paquenos pedaços.
escascar — t. — Descascar. — r. — Morrer.
escoar - t. - Cozer (batatas ou favas) em água de sal e depois
    escorrê-las, temperando-as com malagueta picada.
escracalhar-se — r. — Desfazer-se (a rir).
escrepa - f. - Escavadora de ferro para desaterros.
escuitar - t. - Escutar.
escupir — t. arc. — Cuspir.
esfenicado — adj. — Magrizela.
esfiampar — t. — Desfiar. Desfibrar.
esfola-vacas - m. - Vento do Nordeste. O mesmo que
   mata-vacas.
esforquilhar — t. — Limpar o fôrno.
esgaçar — f. — Esgarçar. (fig.) Executar trabalho dificil.
esgadelhar-se - r. - Lamentar-se.
```

```
esgrácia — f. — Desgraca
esmalmação — f. — Cansaço. Fadiga, Preguiça, Calmaria.
esmalmado — adi. — Fatigado. Encalmado.
esmalmar — i. — Cansar. Abafar com calor.
esmanchar - t. - Espremer.
esmichar -t. — Espremer.
esmoleimado - adj. - Molengão.
espadaçar - t. - Despedaçar. O mesmo que espedaçar.
espairecer — t. — Distrair. Deambular.
espairecoso — adi. — Alegre. Bem parecido. Com boa vista.
esparrela — (remo de esparrela) — m. — Remo que nas
    baleeiras se coloca à ré, para governá-las melhor (naut.).
esparvoado — adi. — Tonto. Espantado.
espécia — f. — Espécie.
espedaçar — t. arc. — Despedaçar.
espedrejar - t. - Atirar pedras ao peixe para ele emalhar na
    rede. (naut.)
espichar - t. - Salientar. (fig. = morrer).
espichar-se — r. — Debrucar-se.
espicho - m. - Elogio desmedido. (fig.) Pessoa alta e magra.
espiga — f. — Pendão ou bandeira do milheiro.
espigar — i. — Crescer
espoldrinhar — i. — Espoiar-se.
espois — adv. — Depois.
esposar — i. — Namorar.
esposo — m. — Namorado.
esprital — m. — Hospital.
estamagado — adj. arc. — Aflito.
estâmago — m. — Estômago. Tambem ze diz estâmego. A
    ·boca-do-estâmego» é o epigastro.
estarraçar — t. — Partir, quebrar louça ou vidros. Destruir.
esterqueira — m. e f. — Pessoa despresível, (pei.)
 estiva — f. — Enxêrga.
estrafegar — t. — Espatifar.
 estrolar - i. - Estalar.
```

estraga-albardas — adj. — Perdulário.
estralho — m. — Parte do aparelho de pesca chamado Gorazeira. (naut.)
estrapaçar — i. — Ficar aflito, receoso.
estrear — t. — Vestir roupa nova.
Estrelo — n. p. — Boi com uma mancha branca na testa.
estreloiçar — i. — Fazer barulho.
estreloiça — m. — Barulho.
estrever-se — r. arc. — Atrever-se.
estrevimento — m. — Atrevimento.
estrowar — t. — Estorvar.
étego — adj. — Hético. Tísico.

F

faceira – f. — Cada uma das talas que, na roda de proa, segura o eixo da roda (roldana.) (naut.)
fácele – adj. — Fácil.
facéta — adj. — Bem disposto.
faísca — adj. — Esperto. Vivo.
faíã – f. — Terreno plano no sopé de um monte.
falado — adj. — Contratado. Comprometido para um trabalho.
falsa — f. — Sótão. Espaço vasio entre o fôrro de um quarto e o tecto da casa.
falso — m. — O mesmo que falsa.
familhinha — f. — O rancho dos filhos.
fandulho — adj. — Esfarrapado.
faneco — f. — Trabalho executado fora das horas normais, ganho alêm do salário.

fanico — m. — Desmaio. Chelique.

fanôco — m. — Nome dado ao pão de trigo (pão alvo) quando cozido na padaria. Cândido de Figueiredo regista canôco, como provincianismo, significando grande pedaço de pão.

fantesia - f. - Fantasia. faquinha — adj. — Maldizente. farelo-de-serra — m. — Serradura. farfalha - adj. - Trapalhão no falar. faúlha — adj. — Esperto, vivo. O mesmo que taísca. favica – f. – Fava miuda que se come torrada. fazer - t. - Trazer de renda uma terra. fechal — m. — Peca do arado. fedor — adj. — Nogento. Despresivel. (pej.) Fedrico — n. p. — Frederico. Tambem se diz Fudurico. **feita** — f. — Vez. «Desta feita» — desta vez. feital - m. - Terra onde abundam fetos. feiteira – f. – O mesmo que feital. (Top.) feitio - m. - Modo. Maneira. Do feitio em que o vi. feito - m. arc. - Feto. fel-da-terra - m.- (bot.) Frythrea (entaurium, Scubert). felor — f. - Flor. fêma - f. - Fêmea. feminha - dim. - Diminuitivo de fêma. Rapariguinha. feno - m. - Caruma do pinheiro. Junco empregado pelos caiadores para a fabricação dos pinceis de caiar. (bot. Juncus Acutus, L.) fermoso — adi. arc. — Formoso. fermosura — f. arc. — Formosura. ferromeco - m. - Boneca de massa sovada que se usa cozer por ocasião dos bôdos do Espírito Santo. ferro-quente — m. — Jôgo infantil. ferruge - f. - Ferrugem ou fuligem. fertuna — f. — Fortuna. fescal - m. - Peca do arado. - adj. - Fiscal, festar — t. — Fazer o fêsto. feturar — t, — Futurar. Prever o futuro. feturo — m. — Futuro. fezes - f. pl. - Arrelias.

fiampalho - m. - Fiapagem. Porção de fios.

fidalgo — m. — Caragueijo grande que se come cozido, como a lagosta ou santola.

fieira - f. - Cordel que serve para fazer andar o pião.

figo — m. — Banana. Figo de banana. = fruto da bananeira.

filhar - t. arc. - Apanhar.

filhoses — f. pl. — Filós.

fintar — t. — Acertar contas. Tirar a prova.

fiuzes — f. pl. — Espera nças. «Ir ás fiuzes de lhe darem alguma coisa» — ir confiante numa esmola. «Andar ás fiuzes de alguem» — viver á custa alheia.

fogaça — f. — Pancadaria.

folar — m. — Pão redondo, de massa sovada, com ovos inteiros assados na massa, que se usa cozer pela Páscoa.

foleja — adj. — Mentiroso.

folejar — i. — Mentir.

folheta - f. - Lata. Folha de ferro.

folia — f. — Grupo de foliões nas festas do Espírito Santo.

folião — m. — Músico que faz parte da folia. (200.) Peixe. (Serranus anthias, Cuv.)

fomaredo - m. - Muita fome.

fortolha – f. – Espécie de pássaro muito pequeno. (200.) (Regulos cristatus, Briss., Degl.)

forge - f. - Forja.

formigueiro — m. — Doença de pele.

fraco — adj. — Tuberculoso. No Hospital ha uma «Enfermaria das Fracas», destinada às mulheres tuberculosas.

frades — m. pl. — Pontas de pedra, em fila, alongando-se pelo mar.

fraqueza — adj. — De fraco aspecto fisico.

frávica — f. — Fábrica.

freima — f. arc. — Inquietação. Nervosismo. Mágoa.

freimão — Frúnculo.

freve - f. - Febre.

frida — f. — Ferida.

frieza — adj. — Indivíduo magro e friorento.

friza — adj. — De cabêlo frizado.

frouva – f. – Frieira, Mordedura de pulga. Botão epitelial.

fruito - m. arc. - Fruto.

fueiro — m. — Pau que se enfia na beira do leito dos carros de bois, para segurar a sebe.

fugura — f. — Figura.

fumaredo — m. — Fumo abundante.

função — f. — Jantar do domingo do Espírito Santo, oferecido pelo «Imperador» aos convidados, e ao qual presidiam os «foliões».

fusguita - f. - Criança viva e desembaraçada no falar.

G

```
gadanha — f. — Instrumento de lavoura, espécie de ansinho.
gadelha - f_i - Cor. de guedelha.
gado-rachado — m. — As mulheres. (pej.)
aaitada - f. - Gargalhada.
gaita de foles — f. — Concertina. Acordeon.
galantaria ou galanteria — f. — Enfeite ou adôrno caseiro.
galhadura — f. — Cornadura.
galho - m. - Chifre. Corno.
galocha — f. — Tamanco, de cabedal, com o soco de madeira de
    cedro.
garda-sol — m. — Guarda-sol.
gargamilho — m. — Gorgomilho.
garnel - m. - Argola de ferro que colocam no focinho dos
    porcos. Granel.
garrear - i - Brigar, Lutar, Zangar.
gavar — t. — Gabar.
gavela - f. - Folhagem do milheiro, já sêca.
genra - f. - Nora.
gibra — f. – Vela triangular de vante. Giba. (naut.)
gigo - m. - Peça de osso de baleia, em forma de peixe, empre-
```

gada no corrico. Vid. corricar. (naut).

giguinho - adj. - Corcunda. gilbarbeira - f. - (bot, Ruscus Aculcatus, L.) Planta de folhagem rija, empregada nas vassouras que se destinam a pavimentos lageados ou empedrados. giraldinha — adj. — Que gosta de divertir-se. Agenciador, godelhão — m. — Tumor. Íngua. gordura — i. — Banha de porco. governar — t. — Consertar. Arranjar. «Governar o peixe». preparar o peixe para ser cozinhado. governar-se - r. - Tirar vantágens de um negócio ou acção, por meios ilícitos. grandessíssima - adí. - Superlativo de grande, usado no sentido irónico ou ofensivo. Grandíssima. granhão — m. arc. — Garanhão. **Graviel** - n. p. - Gabriel. gravinho - adj. - Melhor de saude. grazina - adj. - Bulhento. Que fala muito, grilha ou grilhinha - f. - Orgão sexual masculino da criança. O mesmo que bicha ou bichinha. grota — f. — Leito de antiga ribeira. grotão — m. — Grota ladeada de fundas escarpas. gruvata — f. — Gravata. guar'-te - int. - Guarda-te! Desvia-te!

Н

gueixo — m. — Novilho. Bezerro.

guindar — t. — Saltar. gurita — f. — Guarita.

habelidade — f. — Habilidade. harmónica — f. — Gaita de boca. Filarmónica. Banda de música. heme ! — int. — Exclamação equivalente a «Ò homem!» herdança — f. — Herança hereo — m. — Comproprietário de água, aqueduto ou arquinha. herva-de-Nossa Senhora — f. — Gramínea (bot. Anthoxanthum Odoratum, L.), muito usada para perfumar a massa, nas festas do Espirito Santo.

home - m. - Homem.

I

ilharga - f. - Lado do corpo. (A ilharga) = ao lado.

image - f. - Imágem.

imbigo — m. — Umbigo.

imparar — t. — Amparar.

impaviar - t. - Comer com sofreguidão.

imperador — m. — O que coroa e é encarregado da festa do Espírito Santo. Espécie de peixe. (zool. Berix Decadactilus).

império — m. — Capela ou ermida, de madeira ou pedra, onde se expõe a coroa do Espirito Santo no dia da Festa, depois da «coroação».

imperiquitor-se - r. - Trepar-se. Assomar-se. Subir muito

inácio + adj. - Idiota. Imbecil.

incelência — f. — Excelência.

incenseiro — m. — Faia do Norte (bot. Pettosporum endulatum).

incenso — m. — O mesmo que incenseiro.

incha - f. - Vaga morta, alta e inesperada.

inchume — m. — Edema. (Bras.)

inconenado — adj. — Amuado. Misantropo.

inda - adv. - Ainda.

indêz – m. — Diz-se do ovo que se deixa no ninheiro para marcar o lugar onde as galinhas devem pôr. Pequeno. Insignificante.

infernizor - t. - Fazer zangar. Rabujar,

infronho — adj. — Mal vestido. Mal amanhado.

infruir - i. - Influir. Desencaminhar.

ingenho - ni. - Fábrica. ingenhoca — f. — Invenção pouco prática. inguento - m. c. - Unguento. **ingonço** — m. — Gonzo. Mola. Dobradiça. inhameiro - adj. - Individuo natural da ilha de S. Jorge. injorcado — adj. — Amanhado à tôa. inlegança — f. — Elegância. inrredear — t. — Enredear. Fazer enrêdos. inrêdo — m. - Enredo. insinar — t. c. — Ensinar. intanguido — adj. — Enfesado. Raquítico. intão — adv. — Então. inté - prep. - Até. inticar — i. — Implicar. Provocar. intrafolho - m. - Parte do intestino do porco ou rez. intrincado - adj. - Enfezado. Raquítico. inútele — adj, — Inutil. invejidade — t. — Inveja. invernizar — t. — O mesmo que infernizar. inveros — m. — Argolas de madeira para içar o traquete e o prender ao mastro. (naut.) invetir — t. — Evitar. inzame - m. - Exame. Diz-se «Dar inzame» e não «Fazer exame. inzempro — m. — Exemplo. inzestir — t. — Existir. inzoneiro — adj. — Usurário. iscuitar — t. — Escutar. iscupir - i. - Cuspir. isprito — m. — Espirito. O mesmo que esprito. istante — m. — Instante. itrísia — f. — Icterícia.

J

```
jaca — f. — Algibeira. (Bras.)
iagodes — adj. — Pessoa mal ageitada de maneiras e de vestuá-
    rio pouco cuidado.
jaja – f. – Buraco no fundo do barco para esgotar a àgua.
iaivar — i. — leiuar.
janeirar — i. — Mourejar.
jarro — m. — Bilha. Vaso bojudo, com asa, e de gargalo mais
    estreito, que serve para deitar água na bacia em que se lava
   as mãos e a cara. É geralmente da louca ou barro.
iarroca — f. — (bot. Arum Vulgare, Lam.)
jazentio — adi. des. — Estacionado. Iacente.
jeito — m. — Direcção. A estrada segue no jeito das casas.
    (Bras.)
iinela — f. — lanela.
João-Cardoso — m. — Garça real (zool. Ard. Cinera, Linn.)
José-Ninguem - adj. - Pessoa sem merecimento.
jugada — f. — Aparelho de pesca, de 2 anzões, para tomar
   cherne, congro. abrotea, garoupa, etc. (naut).
Julho — n. p. — Júlio.
juncal - m. - Campo de Juncos.
juntar — t. — Apanhar do chão. (Bras.)
junto a. — adv. — Junto de ...
iustica-da-noite - f. - Designação de uma espécie de associa-
   ção secreta que operava os derrubamentos das vedações dos
    cbaldios» e tinha acção directa na manutenção da ordem e
    da moral no seio das famílias duma freguesias
```

1

labandeira - f. - Arvéola (zool. Motacilla boarula, Gmel.

labutação — f. — Convívio.

iabutar — i. — Conviver. Instar. Teimar.

ladrilho — m. — Passeio da rua.

lamarão — m. — Lameiro grande.

lambuzão — adj. — Que se emporcalha quando come.

lâmpego — m. — Figo lampo.

lançol — m. Lençol.

langonhento — adj. — Pegajoso. — Languinhento. Diz-se tambem langanhento.

lanha - f. - Lenha. Pancadaria, Levar lanha: apanhar pancada. landrisca - f. - O mesmo que labandeira.

lápes — m. — Lápis.

larada — f. — Escarro. Cuspidela abundante.

lareu – loc. – ...ao lareu = á revelia.

lasca — f. — «Açucar de lasca» — açucar que forma lascas, como acontece ao açucar de cana, antes de purificado.

lastro — m. — Arrumo. Arranjo. «Uma mulher sem lastro nenhum» — desarrematada. «Ir a lastro» — sem acomodação. "Dormir a lastro» em cama feita no chão, sem barra nem qualquer apoio..

latada - f. - Caramanchão

lavadia — f. — Incha de Verão, que atinge altura considerável. lava-mãos — m. — Lavatório.

lázero - n. p. - Lázaro. (fig. Cheio de maselas).

le - p. - Lhe.

lecença — f. — Licença.

leituga - f. - (bot. Tolpis Nobilis, Hochet).

levadia - f. - O mesmo que lavadia.

levante — m. — Alvoroço. O mesmo que alevante.

Lianor - n. p. arc. - Leonor.

libaral - adi. - Liberal.

libardade - f. - Liberdade.

limpriça - adj. - Esgrouviado.

linga — f. — Língua. Parte da agulha das redes, entre o «Vão-da-linga». (naut).

linguiça — f. — Chouriço delgado.

linheiro — m. - Ninho. (fig. cama).

livel - m.- Peça do madeiramento do tecto.

loiceiro — m. — Louceiro.

loicenço — m. — Entumescência muscular ou óssea. Tumor maligno. Freimão.

loje — f. — Loja.

longueira — f. — Preguiça.

Iva - f. - Lua.

Ivitar - i. - Lutar.

luito - m. arc. — Luto.

lumieira – f. – Abertura na roda do carro de bois.

lustro — m. — Pomada para o calçado.

M

má — adj. — Mau. «E' má home» — é mau homem.

macha-fêma — f. — Mulher de modos viris.

machone — f. — O mesmo que machão. Mulher de gesto s

másculos.

madeirame — m. — Madeiramento.

madorna — f. — Sono leve.

maginação — f. arc. — Imaginação.

maginar — t. arc. — Imaginar.

magrama — f. — Tuberculose bovina. Magreza.

mal — m. — Moléstia. Ataque.

malacafento — adj. — Deente. Enfezado.

mal-da-Ave Maria — m. — Apoplexia.

malhadeiro — m. — Alvo de pancadas. «Malhadeiro do pai» — que leva amiudadamente pancadas do pai.

malheta — f. — Atado de rapa ou urze, que vendem para acender o fôrno.

maliça — f. — Piscadela.

malícia — f. — Planta do Género Mesembryanthemum.

malino - adj. - Maligno.

mamar - t. - Mugir. Ordenhar uma vaca alheia a ocultas do dono.

má-maré - f. - Má sorte.

mancheia — f. — Grande quantidade. «Uma mancheia de vezes — muitas vezes.

mancho - m. - Feixe que pode abarcar-se com a mão.

mandado-de-Deus - m. - Coisa muita grande, desconforme.

mandalête - m. - Recado de pouca importância.

mandil - m. - Pano grosso.

mandunguim - m. - Amendoim.

manear - i. arc. - Andar depressa. Aviar.

mangação — f. — Troça. Brincadeira.

mangueiro — m. — Trabalhador que, nas ceifas, usa mangotes postiços.

mano — m. arc. — Tratamento tamiliar respeitoso, para os irmãos mais velhos.

manqueira — f. — Doença nos pés

manto — m. — Trajo regional, constituido por uma saia de merino preto, comprida, e de capelo da mesma fazenda, amarrado na cintura, cobrindo a cabeça e o tronco.

maquia — f. — Antiga medida de sêcos.

maranho - m. unif. - Pessoa mal trajosa.

mar-banzeiro — m. — Ondulação longa e de fraca altura.

marca — f. — Botão. «Jogo das marcas» — jogo do botão. Intercepção de linhas ou enfiamentos em terra que definem os pesqueiros ou baixas a utilizar pelos pescadores. (naut.)

marcela - f. - Macela.

marchano — m. — Boi todo duma côr, que tem apenas uma malha de cor diferente.

marelo - adi. - Amarelo.

mar-falso — m. — Incha que se forma repentinamente junto à costa.

marmanjo - adj. - Finório. Velhaco.

marmurar — t. — Murmurar.

moroiço — m. — Nó da madeira. Redemoinho. Paredão para arrumar pedra.

maroto — m. — Lenço bordado que as raparigas oferecem aos namorados e que eles usavam sob a gola da jaqueta.

marquêsa - f. - Cama alta, dita «de estado».

marrajana - f. — Intrujice.

marralhão - adj. - Teimoso. Cabeçudo.

marraxo — m. — Tubarão.

marrolho - m. - Marroio. (bot. Marrubium vulgare).

mártele – adj. – Mártir.

martiro - m. - Martírio.

massame — m. — Entulho. Grande quantidade. «Massame de gente» — muita gente.

matacões — m. pl. — Ossos esburgados, de que se separou toda a carne.

matadela - t. - Matadura.

matança — f. — O abate do porco, para consumo caseiro.

matar-se - r. — Inquietar-se. Incomodar-se.

mata-vacas — m. — Designação dada ao vento de Leste.

atraquear - t. - Repisar. Falar repetidas vezes no mesmo assunto.

matulo — m. — Tumor. Inchaço.

meão — m. — Parte da roda dos carros de bois.

mecha — f. — Nome por que era conhecido o antigo «palhito» de enxofre.

médeco — m. — Médico.

meio-da-casa — m. — Quarto de entrada, aposento principal na casa do camponês.

mejar — i. — Urinar.

mel — num. — Mil. «Mel reis» = mil reis.

melagueta — f. — Malagueta.

```
melanconia — f. — Melancolia.
 melgueiro - adi. - Mimoso. Derretido
 melindre - m. - Bolinho feito com farinha, ovos e açúcar.
 memórias - f. pl. - Nome genérico dado aos aneis de ouro
     ou prata, usados pelas mulheres com o trajo de cerimónia.
 menhã - f. arc. - Manhã.
 mercar t. - Comprar.
 merdatheiro - adj. - Porcalhão.
 mescla - f. - Argamassa. Mistura de cal e areia, empregada
     nas construções.
 mestrar - i. - Trabalhar por amadorismo num oficio.
 mexer - i. - Aviar. Apressar. Andar mais depressa.
mèzinha - f. - Remédio caseiro.
migalha - f. - Breve lapso de tempo "Esperar uma migalha
    por outrem.
mijarete — m. — Esguicho. (Bras.)
milhor - adj. arc. - Melhor.
mimòira — f. - Memória.
mimosa - adj. fem. arc. - Sensivel.
minado - adi. - Derivado, resultante de...
mingar - i. arc. - Minguar.
minha - f. - A minha = a esposa.
ministra - f. - Mesinha de cabeceira.
misarento — adi. — Miserável.
mistério - m. - Terreno coberto de lava. Grande quantidade.
    «Mistério de gente» = muita gente.
místico - adj. arc. - Comum.
misura — f. arc. — Mesura.
mitra — f. — Uropígio das galinhas. Diz-se tambem «sobrecú».
miudeiro - adj. - Impertinente. Exigente.
mixidoiro — m. — Pau liso que serve para espalhar as brasas
   no forno.
moda - f. - Cancão popular. Dansa.
mofedo - m. - Vid. mufedo
moirajaca, - f. - Espécie de caranguejo.
meledo - m. - Pedra muito grande. Penedo.
```

moleira — f. — Veneta. Deu-lhe na moleira — deu-lhe na veneta.

moleirinha — f. — Parte do crâneo da criança, onde não está ainda completa a ossificação. Diz-se que a criança tem a emoleirinha aberta.

moleste — m. — Prejuizo. Incómodo. «Nã faz moleste» — não incomoda nem causa dano.

monte — m. — Campo. «Home do monte» — homem do campo. monte-do-moinho — m. — Conjunto de todas as peças dum engenho de moer.

morcela — f. — Espécie de chouriço, feito de sangue de porco. mòrdomo — m. — Dirigente duma festa, especialmente do Espírito Santo.

morganho — m. — Rato pequeno.

mortório — adj. — Demorado. Esquecido. Moratório.

mostrador — m. — Balcão envidraçado de um estabelecimento.

motreta f. - Escrescência carnuda. «Motreta de carne».

mover — i. — Abortar (falando de animais).

mufedo — m. — Sphagnalidea só existente na Terceira, segundo Sampaio.

mugir — t. arc. — Mungir.

muleta -f. — O mesmo que pau-de-carreto. Vid. carreto.

munto - adv. - Muito.

muro - m. — Medida da malha da rede. (naut.)

múseca - f. - Música.

N

nã ou nan — adv. — Não.

nabejar — t. — Falar no diabo ou praguejar.

nabiça - m. - Vendilhão de peixe.

nabo - m. - O diabo (Vid. nabejar).

nacer - i. arc. - Nascer.

nanja — adv. — Negativa muito usada em determinadas frases.

«Nanja eu» — eu é que não. «Antes assim que nanja» — antes

desta maneira que doutra. Em resposta a um «Muito obrigado», responde-se: «Nanja por isso». Usa-se na Beira Baixa. navosiro — m. — Nevoeiro. nebring — f. — Neblina, Nevoeiro, **nebrinar** — i. — Fazer nevoeiro, Neblinar. (naut.) nédio - adi. - Gordo. Saudável. **neinar** – t. – Amimar as criancas para adormecê-las. **negligença** — f. arc. — Negligência. no - conj. - (comparativo) Como. Tal como. «Gente nem bicho» = muita gente. **nica** - f. - Fragmento. Pequena parte. Nica de gente = pequeno, criança. «Daqui a nica» — d'aqui a pouco, d'aqui a momentos. Vid. nisca. nicótice — f. — Coisa sem importância. Esquesitice. **ninguem-de-gente** — adj. — Figura insignificante. nique — m. — Furo feito com o ferrão dos piões, (inf.) nisca — f. — O mesmo que nica. nódia - f. - Nódoa. nueza - f. - Nudez. nubro - m. - Número.

obrigação - f. - Família. «Como vai a obrigação?» = como vai a família?
obrigadar - t. - Proferir palavras de agradecimento. Agradecer.
oclos - m. pl. - Óculos. Diz-se tambem olcos.
ocupada - adj. - Grâvida, falando da mulher.
ofecial - m. e adj. - Oficial.
oitro - adj. - Outro.
olcos - m. pl. - O mesmo que oclos.
ente - adv. arc. - Ontem.

0

nuve - f. - Núvem.

openião — f. — Opinião.
openioso — adj. — Teimoso. Aferrado á sua opinião.
óspois — adv. — Depois.
outonar — t. — Preparar a terra para as culturas, adubando-a.
outono — m. — O tremoço e a fava que se enterram em verde, antes de frutificar, para adubar a terra.
P
pachorreiro — adj. — Pachorrento.
padaço — m. — Pedaço.
padecer — t. arc. — Sofrer.
pá-do-bucho — f. — Estômago.

pagão — adj. — Criança não baptisada.

painoca — adj. — Tonto. Pateta.

pairado — adj. — O mesmo que tenteado.

palear — i. Tentear. Viver nem bem nem mal. «Vai-se paleando» — vai-se vivendo como Deus é servido.

palha — f. — Medida de volume para água.

palheiro — m. — Casa de pedra solta, coberta de palha de trigo, que serve no geral de arrecadação das alfaias e tambe m da «comida» para os animais.

palhito - m. - Fósforo.

palhôco — adj. — Pateta. Idiota.

palitó — m. — Paletó. (Bras.)

palmeiro — m. — Sargo, quando pequeno. (zool. Sargus vulgaris, Cuv).

pampeiros — m. pl. — Nuvens negras, anunciadouras de mau tempo.

panariço — m. — Panarício.

pencada — f. — Esticão dado com a corda, nas corridas de toiros à corda, para fazer o animal parar. «O da pancada» — é. o homem que vai à frente, na corda, para o lado do animal, e que porisso aguenta o primeiro choque da corda ao esticar. (fig. Falta de juizo).

pandulheiro - adj. - Barrigudo.

pandulho — m. — Barriga grande. Pedra para segurar a rede enquanto se faz o lanço. (naut.)

panelão — m. — O mesmo que caldeirão.

pantesma — adj. — Pateta.

papalvo - f. - O mesmo que **vinagreira** (zool. Erithacus rubecula, Linn.)

papo — m. — Barriga. Estômago. "De papo para o ar" == de costas.

papagaios - m. - (bot.) Tropocolum Majus, L.

passante — adv. — Alêm. «Passante das dez» — depois das dez horas. «Passante das casas» — para alêm das casas.

pastana — f. — cor. de pestana.

pão-de-calo ou **caulo** — m. — Pão de mistura. O mesmo que **pão-de-rala**.

pão-de-rala — m. — Pão de rolão.

pás-traz! — int. — Para trás! (falando ao bois).

pão-por-Deus — m. — Oferta que se faz aos afilhados e servos, no dia 1.º de Novembro, chamado porisso «Dia de pão-por-Deus».

pata-choca - adj. - Sem préstimo. Pessoa desarrematada.

patear i. - Morrer.

patim - m. - Topo da escada.

Patriço — adj. — Patrício.

pau-branco - m. - (bot.) Picómia Excelsa, Drovet.

pau-de-cabeleira — m. — Auxiliar de namoro (Bras.)

pau-de-caiar — m. - Vara que na extremidade superior se alarga em pá, tendo ao centro um olhal onde entra o cabo do pincel de caiador. A extremidade do pincel é amarrada por um cordel, preso abaixo do olhal.

pau-de-carreto — m. — O mesmo que muleta. Vid. carreto. pau-de-toda-a-obra — f. — Acácia. (bot. Acc. Melanoxy-lon, R. Br.)

```
paveia — f. — Mólho de espigas de trigo.
pechinchinho - adj. - Pequenino.
peco - m. - Definhamento moral. Abatimento. Doença resul-
    tante de mau olhado.
pedrado — adi. — Aflito. Preocupado.
pedra-lume — f. — Pederneira.
pegaca — f. — Mania.
pegado - adj. - Diz-se da pessoa a quem' retarda a fala. Ma-
    niado.
pegar — i. — Enticar. Meter á bulha.
pegar-de-cabeça — i. — Enlouquecer.
peggr-o-carro - i. - Dar na mania.
peitoqueira — f. — Bronquite.
pelinarino — m. - Peregrino.
 pendença — f. — Pendencia.
 pensão — f. — Obrigação. Encargo.
perigo — m. — Aborto. Desmancho.
 perneira — f. — Perna da calça.
 pernóstico - adi. - Cheio de si. Bem falante.
 perrinquinha - adj. - De aspecto insignificante.
 perug — f. — Bebedeira.
 pescadeira - f. - Mulher do pescador.
 pèscurar — t. — Procurar. (Vid. prèscurar).
 pêso — m. — Pancadaria. «Levar pêso» — apanhar pancada.
 petingada — f. — Porção de coisas miudas.
 piadade — f. — Piedade.
 piaço — m. — Bronquite.
 piar - t. - Deseiar.
 picadeiro — m. — Tábua de picar o engôdo. (naut.)
picaporte — m. - Aldrava.
 picar - t. - Cobrir o lanço nas arrematações. Untar com azei-
     te o bico ou ôlho dos figos, para amadurecerem mais de-
 picarda — n. p. — Vaca branca com pequenas malhas pretas ou
     de outra côr.
 picaroto — adj. — Natural da ilha do Pico.
```

DA ILHA TERCEIRA

```
picho - m. - Rôlo de cabelo que as mulheres usam no alto da
     cabeça ou junto à nuca. O mesmo que carrapicho.
 pidir - t. arc. - Pedir.
 pigela ou pijela — f. — Resto insignificante (de comida). As
    pijelas = aos poucos.
 pilhanca — f. — Pelanca.
pimpar - i. - Vencer. Ganhar (aos desafios).
pinchar - i. - Pular.
pindão - m. - Pendão. Guião. (das procissões). Santo pin-
    dão" = o guião grande na procissão de Penitência, na fre-
    guesia da Ribeirinha.
pindureza - f. - Pingente.
pingalhão — m. — Pouco caso. Menosprêso. Chacota. Troça.
pingar — t. — O mesmo que bater (falando das horas). «Estão
    a pingar as sete = estão quáse a bater as sete.
pingar-se - r. - Esforçar-se. Passar trabalhos para realizar
   uma obra. «Has-te pingar!» = has de inquietar-te!
pinotes - m. - Amendoim. (Corrup. da palavra inglêsa spea-
    nuts).
pinta — f. — Partes podendas da mulher.
piorra — f. — Pião pequeno. (fig. mulher baixa).
piparote - m. - Pancada leve. Rufo com os dedos da mão
    direita no tampo da viola, em certas «modas» populares.
pipo — m. — Boquilha de cigarro.
piqueno - adj. - Pequeno.
pirungo — f. — Perua.
pisar — t. — Magoar.
pisca - f. - O mesmo que nica.
pisca-de-gente et f. - O mesmo que ninguem-de-gente.
piso — m. — Escoriação. Arranhão. Esfoladela. (inf.)
pispeta - adj. - Atrevida. Metediça. O mesmo que bispeto.
pitafe - m. - Defeito. Nódoa na reputação (do arc. bitafe).
pitafo — m. — O mesmo que pitafe.
piuga! - int. - Diz-se ás vacas, quando são mungidas, para
    que afastem uma das pernas. Em geral soa «uga le,
plangana - f. - Tigela. Terrina.
```

```
pó — prep. e art. — Para o · . ·
podão - f. - Navalha curva. Pessoa desageitada.
poder - m. - Muita quantidade de... Poder de gente =
         muita gente.
poderio - m. - Grande quantidade. O mesmo que poder.
pó-diabo! — int. — Vai para o diabo!
poipança — f. — Economia.
poita — f. — Pedra que se amarra a uma corda e se lança ao
         mar para fundear o barco. (fig.) Pessoa grossa e baixa, que
         anda com dificuldade.
políteco - adi. - Político (fig.) Pessoa bem falante. «Falar po-
         líteco» = falar difícil, com afectação.
pombinha - f. - Emblema do Espirito Santo. Orgãos sexuais
          masculinos da crianca. (inf.)
 ponião — f. — Opinião.
 ponteado — m. — Conjunto dos (pontos) da viola.
 por'i - prep. e adv. - Por aí.
 pormeter — t. arc. — Prometer.
 por-'môr-de — loc. — Por causa de ...
 porquidede — f. — Porcaria. — adj. unif. — Usa-se como pej.
 pôrratenta - adi. - Pateta.
 portal — m. — Abertura em muro de pedra sôlta, fechado com
           pedras.
 portão - m. - Porta de entrada de casa ou quinta.
 portas - f. - Extremos do arco de madeira do enchelavar.
          (naut.)
 por-via-de — loc. — Por causa de.:.
 pote - m. - O mesmo que cofre. (naut.)
 praga - f: - Os pássaros do campo, especialmente granivoros.
 praiano — adi. — Natural da Praia da Vitória.
  prantar - t. - Plantar. Colocar.
  praticar - i. - Conversar.
  pregatório — m. -- Purgatório.
  prenda-de-anel - adi. - Má bisca. Pessoa de mau caracter
                                                                      Committee of the state of the s
           ou maliciosa.
  prenta - f. - Planta.
```

```
prontur - t. - Plantar.
prepor - t. - Propor.
prêsa — f. — Ladeira îngreme.
prèscurar — t. — Procurar.
pretender — t. - Pertencer. «Nã me pretende» = não me per-
   tence, não é meu.
própio - adj. - Próprio.
prose - adj. - Presado. Presumido.
provavie - adi. - Provavel.
prove - adj. - Pobre.
provido — adi. — Proibido.
pro prep. — Por.
prufeito — adj. — Perfeito. O mesmo que purfeito.
prumeiro — num. - Primeiro.
pulmonia — f. — Pneumonia.
pulo - m. - Susto. «Preguei um pulo» = apanhei um susto.
purfeito - adi. - O mesmo que prufeito.
```

q'a-dela? — loc. inter. — Que é feito d'ela? (deriv. de «Que ha d'ela»?)

quaise - arc. - Quase.

quarta — f. — Medida agrária e de cereais, valendo a quarta parte de um alqueiro.

quebranto - m. - Fraqueza. Moléstia resultante de «mau olhado». Diz-se tambem cobranto.

queda - f. - Salto do sapato. Tacão.

queimada — f. — O mesmo que mistério. Campo coberto de lava a que chamam «pedra queimada» (top.)

queimado - m. - Milhafre (fig.) Pessoa que gosta de fazer pirraças. Adj. zangado.

queima-língua — m. — (bot.) Lobélia Urens, L.

queimar — t. — Juntar o grão de trigo na eira. «Vassoura de queimar» — vassoura de varrer a eira. queredo! — int. — Credo!

Questódio — n. p. — Custódio.

Guestodio — II. p. — Custodio.

quinta — f. arc. — Casa de campo.

R

GT V

rabanudo - adj. - Que se pavoneia no andar.

rabiar - i. - Zangar.

rabiça — f. — Parte do arado.

rabicho - m. - Linha que prende a tarrafa à mão de pescador.

rabina — adj. unif. — Endiabrado. Travesso.

rabo - m. - Parte do arado.

rabuge — f. — Doença dos cães. (Bras.)

racas — f. — Argolas que prendem a vela do barco á retranca e á carangueja.

rainha-das-ervas — f. — (bot.) Arthmisia Vulgaris, L.

ralos — m. — Adufa. Grades de varandas formadas por réguas de madeira cruzadas. Uma das malhagens da rêde; a outra é de meio-ralo.

rangalho — m. — Frangalho. Trapo.

rapa - f. — Urze (bot. Erica vulgaris). Vestido simples e liso que as mulheres usam por casa.

rapar - t. - Passar, na frase «Rapar fome».

rapolho — m. — Cor. de repolho. (fig). Bebedeira.

raposo — m. — Algas e raizes que se criam nos encanamentos de barro e os vedam.

rasgados — m. — Harpejos na viola.

rasaira — f. — Medida de alqueire.

rebate — m. — Inflamação no peito da mulher parturiente, a que chamam «rebate de leite».

1

```
rebeca — f. - Rabeca.
  rebemdita — f. — Vingança.
  rebentão - m. - Ladeira muito ingreme.
  reboico - m. - Redemoinho.
 recancha - adj. - Indivíduo com as pernas arqueadas para fora.
  reção — f. — Ração.
 remate - m. - Bom govêrno. Propósito. «Mulher de remate»
     = mulher governada e de juizo.
 redol - adv. - Redor.
 redolho - adi. - Fruto serôdeo.
 reduto — m. — Quintal. Terreno pertencente á casa de moradia.
 refinfar - t. - Exceder. Ultrapaçar. «Este é ruim, mas o irmão,
     refinfa.
 regeito - loc. - De regeito = horisontalmente, de forma ra-
     sante.
 reger - i. - Ir bem ao parecer. Calhar bem. «Este vestido não
     me rege» = este vestido não me vai bem».
 registo - m. - Alavanca de ferro que afasta ou aproxima a mó
    de cima, para regularizar a farinação. O mesmo que agulha.
registros — m. — Pagelas e outros pequenos quadros religiosos
    que pregam nas paredes, teares, barcos, etc., para afugentar
     as «coisas ruins».
 rêgo-d'água — m. — Regato. (top.)
rei - m. - Reis, na antiga moeda. «Um conto de rei» = um
    conto de reis.
reinaço — m. — Zanga. Desespêro.
reinar — i. — Zangar.
reixa - f. - O mesmo que rexa. Briga. Questão.
relâmpago - m. - Relâmpago.
relho - adj. - Velhissimo.
relingamento — m. — Corda que orla as velas do barco. «Re-
   lingamento do pano», «Relingamento da gibra», etc. (naut.)
reliquiaria — f. — Relíquia. Arrelique.
relogesinho - m. - Reloginho.
relojo - m. - Relógio.
remanchear - i. - Andar de vagar. Demorar-se na execução
   de um serviço.
```

remate — m. — Bom govêrno. Propósito. «Mulher de remate» — mulher governada e de juizo.

rendedura - f. - Quebradura. Hérnia.

repairo - m. arc. - Reparo.

repatanado — adj. — Sacudido no andar O mesmo que repetenado.

repelego — m. — Repelão.

repetenado — adj. — Sacudido no andar. Em arcaismo, significa insolente, cheio de si. Refastelado.

reposta – f. arc. – Resposta.

resalga — f. — Agua do mar que, nos temporais, o vento impele fazendo-a cair em rócio sôbre as terras. (Candido Figueiredo regista resaca).

resinga — adj. — Rabugento. Tambem se diz resingão.

resingar - i. - Rabujar.

resinguento — adj. — Rabugento.

rèsminés - loc. - À justa. Na medida certa.

resolve -m. — Cor. de revolver.

ressol - m. -- Parte do intestino do porco.

restolhada - f. - Rumor de folhas secas, ou semelhante.

restolho — m. — Barulho.

retelhador - adj. - O que «retelha».

retelhar — t. - Pôr telha nova ou recompor um telhado.

retelho - m. - Acto de retelhar.

retoiço — m. — Brincadeira.

reveria - f. - Revelia.

rexa - f. - Zanga. Discórdia. Rixa. Vid. reixa.

rez - f - Boi ou vaea. "Má rez = má pessoa.

rezão — f. arc. — Razão.

rezingão — adj. — Rabujento. O mesmo que verniza ou verdizela.

rico — adj. — Querido. (fam. «Mê rico filho»!)

rigular — adj. — Regular.

rijeira — f. — Pedaço de linha de linho ou algodão que se prende à ponta do caniço e à qual se liga o arame. (naut.)

rilheira – f. — Sulco que as rodas dos carros de bois deixam nos caminhos.

rinder - t. - Render.

rlquinho — adj. — Bonito. Bonitinho. (Usa-se muito em S. Miguel.)

roçalho — m. — Parte da rede que roça o fundo, à qual se prendem as chumbadas. (naut.)

rodilha - f. -Parte da estaca de prender o gado.

roipa - f. - Vid. roupa.

ronceiro - adj. - Vagaroso.

roqueira – f. – Pequeno canhão que servia para dar tiros nos arraiais. (Em S. Miguel significa foguete).

rôr — m. — Grande quantidade ou diversidade de coisas.

roupa — f. — Fato de homem. «Roupa de ver a Deus» = trajo domingueiro.

rua-da-casa - f. - Terreno junto à frente da casa.

rua-do-porco - f. — Atalho que conduz à possilga.

ruama — f. — Peixe miudo que vive entre os calhaus do mar e que a maré deixa preso nas pôças. Rancho de filhos.

rubeira — f. — Ribeira.

ruguroso — adj. — Rigoroso.

ruiva — f. — Nuvem vermelha, anunciadora de bom tempo, quando a Oeste.

S

sabola — f. — Cebola (fig. Relógio de algibeira, de grande formato).

sacada — f. — Janela saliente. Varanda.

saçar dote — m. — Sacerdote.

safa — int. — Expressão muito empregada para mandar embora. «Safa d'aqui».

saga — f. — Procura. A'saga de . . . > = em cata de . . .

sàgão — m. — Vestíbulo: Entrada, no geral em lajes, onde fica a escadaria que dá para o interior.

```
saia-de-ombros — f. — Saia de muita roda, de pano grosso,
    que se usava sôbre os ombros.
saingue - m. - Sangue.
salseiro — m. — Mar encrespado. Chuvada.
saluço -m. - Soluco.
salvar - t. — Saltar. «O mar salvou a rocha».
samacaio — m. — Dansa popular. (De S. Macário?)
samear - t. arc. - Semear.
samouco - adj. - Aparvalhado.
sanfona - adi. - Maçador, Resingão.
san-nunca — loc.—«Dia de San Nunca» — dia que nunca chega.
santafolho — Interior do porco.
santopeia — f. — Centopeia.
sapateia - f. - Dansa popular, última do baile regional.
sapateiro — adi. — Pessoa que não faz nada com perfeição.
   Sarrafacal.
saragaço — m. — Sargaço.
sarna — adj. — Pessoa rabugenta.
sarnar — i. — Rabujar. Repisar.
saro – m. – Boi preto, levemente mesclado de branco.
sarração — f. — Cerração. Neblina densa.
sarrafo - m. - Pedaço de madeira não aparelhada.
sarrar - t. - Serrar. (fig. Conversar durante muito tempo.)
sarrasina — adj. — Teimoso. Rabugento.
sarrasinice - f. — Teimosia. Rabugice.
sarrilha — f. — Antiga moeda de prata, do valor de 200 reis.
secego - m. - Socego.
sécia — adi. — Airosa. Bem vestida.
seis-e-cinco — m. — Antiga moeda de niquel, de 100 reis for-
   tes», que, em moeda «fraca», valia 125 reis ou 6 vintens e 5
   reis.
selvage - m. - Selvagem.
semenos — adj. — O mesmo que somenos.
semiscarúnfio — adj. — Adoentado. Abatido.
sē mos — (arc.) — Sômos.
```

```
sempre-viva - f. - Flor cujas pétalas de natureza e aspecto
      escamiforme, se conservam vicosas durante muito tempo.
  sequeiro — m. — Terreno sêco. Doença de algumas árvores.
  serigaita - adj. - Rapariga embirrenta, espevitada.
  sevandilha - adj. arc. - Sevandija.
  setil - m. - Armadilha para pássaros.
 sevar - t. - Tornar sujo, nogento.
  seve — f. — Sebe.
  sêxtemo — Sexto.
 sinalefa - f. - Sinais com as mãos para exprimir ideias.
 sineira — f. — A torre campanária,
 sintir - t. - Sentir. Ouvir. Tambem significa parecer. «Nã sinto
     que haia disso por aqui» = não me parece que encontre disso.
 siquer — adv. — Sequer.
 soca — f. — Macaroca do milho.
 sôco - m. - Galocha. Tamanco. Parte interna da maçaroca, on-
     de estão implantados os grãos.
 soidade — f. arc. — Saudade.
 soldada — f. — Parte que toca a cada um dos tripulantes do
     barco, dos lucros da pescaria.
 soleas — f. — Parte do trilho. Junta de bois da frente, quando o
    carro leva duas juntas. Dizem tambem «Xuliar» (de auxiliar?)
soleta — f. — Soleira.
solipas — f. - Sapatos. (Ingl. Slippers).
solteira — f. — Malva de flor dobrada. Gerâneo.
somana — f. arc. — Semana.
somenos - adj. - Adoentado. Insignificante.
sòmentes — adv. — Sómente. Só. «Sòmentes isso?» — só isso?
sorrobalhar — i. — Assar mal nas brasas.
sortar — t. — Resolver.
soslaio — loc. — «Olhar de soslaio». Olhar atravessado.
sótio — m. — Sótão.
sprito - m. - Espírito.
suan — f. — Espinhaço do porco.
subica — f. — Partes pudendas da mulher.
suera - f. - Camisola de malha. (Ing. Sweater).
sueste — m. — Chapeu oleado, usado pelos pescadores. (naut.)
```

sueta . – f. – Estiada.

sume-te! — int. — Some-te! Desaparece da minha vista!

sumiço – m. – Perda. Descaminho. 'Levar sumiço' = desaparecer.

sumidoiro ou sumidouro - m. — Esgôto. Agueiro. Tambem chamam sumidoiros aos algares.

suparar - t. - Separar.

surrado - adj. - Sevandijado. Coçado. Despresivel.

surrão - m. - Homem, no geral de tipo cómico, que leva a lanterna nos «Ranchos dos Reis».

surrebique — m. — Enfeite supérfluo.

sutil — adj. arc. — Subtil.

suvocar - i. - Sufocar.

T

tabalião — m. — Tabelião.

que se arria para maior estabilidade quando o mar está mau ou para se meter mais ao vento, para descair menos. (naut.)
Os americanos chamam-lhe «Contre Board».

tábua-de-vante — f. — Assento de proa dum barco. (naut.)

tação — m. — Salto da bota ou sapato.

tafalhão — adi. — Trapalhão. Desastrado.

tafulho — m. — Conserto. Remédio. Solução.

tairó - m. - Peça do arado.

tairoca - f. - Galocha.

tairocar - i. - Bater galochas.

talão - m. — Engano feito no lançar da rede, para o peixe malhar melhor. (naut.)

tàlhão — m. — Grande pote de barro, usado nas cozinhas como reservatório de água.

talqualmente — adv. — Tal qual. Do mesmo modo.

tamâin — adv. conj. — Tambem.

tamborête — m. — Cadeira de costas altas e assento de madeira.

```
tamoeiro - m. - Correia que prende a canga ao carro.
 tamujo - m. - (bot.) Myrsina Retusa, Drovet.
 tantas - loc. - «às tantas» = em dada altura.
 tanto - adv. - Tão. «Sei tanto bem !». «Ouvi tanto mal».
 tapa - f. - Tampa.
 tapação — f. — Falta de ar. Asfixia.
 tapado — adj. — Estupido. Bronco.
 taralhão - adi. - Que fala atabalhoadamente.
 tarelo - m. - Censo. Juizo. Tino. «Toma tarelo». «Não tens
     tarelo nenhum».
 farraço - adj. - Natural da ilha do Faial. Pessoa sem préstimo.
 tarramotada - f. - Grande barulho. (De terramoto?)
 tasquinhar — t. — Bater com frequência.
 tassalho - loc. - «Levar de tassalho» = conduzir debaixo do
     braco, como uma trôxa.
té – prep. – Até.
 tecelhão — adj. — Que gosta de meter à bulha.
 tecer — i. – Meter à bulha.
teixões - m. - Varas que servem para tecer a sebe de vimes.
té-qui - prep. adv. - Até aqui.
tenda — f. - Oficina. Significa tambem questão. Tiveram uma
    tenda os dois e ficaram diferentes».
tentear - t. - Proceder com tacto e cautela.
terçol - m. - O último filho duma ninhada.
teres - m. - Bens. Haveres. «Gente de teres» = gente rica.
terrametada — f. — Vid. tarramotada.
terreiro - m. - Largo em frente da igreja ou império.
f'esconjuro! — int. — O mesmo que «t'arrenego».
têsto - m. - Peça da grade da lavoura. Pedaço de louça, barro
    ou telha. (fig.) Mulher mal comportada.
tiatro — m. — vid. triatro.
timalho - m. - Geito. Feito. Concêrto.
tinhoso — adj. — Natural da ilha Graciosa. Vento que sopra do
· lado daquela ilha.
tirante — m. 4 Trave. - prep. — Afora. Tirante isso? = afora
    isso.
```

tiseco -- adi. - Tísico. tisoira — f. - Tesoura. toiça — f. — Cepeiro. Entrançado de raízes. toito - m. - O mesmo que toutinegro (zool. Sylvia atricapilla, Linn, Degl. toitição — m. — Cachação. Toutição. tolôte — m. — Eixo onde gira o cádego dos remos. (naut.) tontaco — adi. — Atoleimado. Pateta. topada - f. - Pancada com a ponta do pé. topar - t. - Encontrar. fora - f. - Rodela que se corta dum tronco ou dos enchidos de pôrco, como linguiça, chouriço, morcela, etc. torpesa - adj. unif. - Pessoa despresivel. (pej.) torresmada - f. - Disparate. Asneira. «Dizer torresmadas» == dizer tolices. trabanacle - m. - Tabernáculo. O altar do Senhor Espirito Santo. traça — m. — Individuo maldizente. fraçar — t. — Misturar. «Traçar a mescla» = misturar a cal com a areia, numa argamassa. trafulha — adj. — Intrujão. tragalhandaças - adj. unf. - Pessoa muito alta e desageitada no andar. tralha - f. - Conjunto de ferramenta ou material destinado a um mister. tramela - f. - Taramela. (fig.) Lingua «Dar à tramela» = dar á traminhal — m. — O mesmo que apanhadeira. tramocinho — m. — O tremoco curtido. francar - t. - Arpoar. Lançar o arpão à baleia. Ao que lança o arpão chama-se trancador. trancoeiro — m. — Peça da canga. transito — m. — O conjunto de gado e apetrechos de lavoura

traquete - m. - Alcunha. (Usado em S. Jorge).

traste - adj. - Patife. (pej.)

**ravado -- adj. -- Que tem o freio da lingua muito desenvolvido, não permitindo ou dificultando o falar.

travar-o-carro - i. - parar.

travisseiro - m. arc. - Travesseiro.

trejeito — m. — Enfeite. Bugiganga. (Em S. Miguel usam o diminuitivo trejeitinho).

trêsa — n. p. — Tereza.

tresandar — i, arc. — Cheirar mal.

tresuntonte - adv. - O dia anterior a ante-ontem.

tresdôbro — m. — Três vezes mais.

três-tantos — m. — O mesmo que tresdôbro.

tresteza — f. arc. — Tristeza.

triato - m. - Império do Espírito Santo.

trilho - m. - Instrumento de lavoura que serve para debulhar trigo.

rito Santo, quando a coroação vai para a igreja, ou a salva quando o imperador leva a coroa na cabeça. E' a entidade que se encarrega de trinchar a carne no jantar da função.

frocer — t. — Aqui é que a porca troce o rabo».

trochada — f. — Pancada.

fromento — m. — Tormento.

trompaço — m. — Tropeção.

frompicar — f. — O tropeção das bestas. (fig. Atrapalhar, prejudicar).

fronqueira — f. — Passagem estreita. Peça de madeira ligada à almanjarra da atafona, à qual se prende a canga.

frouve — t. arc. — Trouxe (do verbo trazer).

truque — m. – Jôgo de cartas.

tufo — m. — Cinzas de vulcão, solidificadas. Rocha. Pano de tufo = parede delgada de alvenaria.

11

uā — art. ind. — Uma.

ubei! — int. — Traduz espanto, admiração. «Ubei, meninha! Que me dizes?!». Usa-se tambem, ligada à int. «Credo!» = «Ubei, credo!». Na ilha de S. Jorge encontra-se ainda associada ao verbo Andar: — «Ubei credo andar!»

uga — int. — Vid. piuga.

ugualha — f. — Igualha.

unhas — f. pl. — Mãos. «Cair nas unhas» — ser apanhado. «Meter-se nas unhas de alguem» — entregar-se.

unheiro — m. — Panarício sub-ungueal.

upa-só-só! — Expressão familiar, dirigida às crianças para que se ponham de pé sem auxilio.

٧

vàdio - m. - Baldio.

vai-d'aí — loc. adv. — Então. <E vai daí ê disse-lev = e eu então disse-lhe.

vairo – adj. – Vário.

valeta — f. — Berma. Sargeta.

valhaco - adj. - cor. de Velhaco. (pej.)

valhaquinha — f. — Mulher de má vida.

vão — m. — Hipocôndrio, flanco.

vara-da-burra — f. — Vara que se aplica em diagonal no traquete. (naut.)

vareja — f. — O mesmo que varejeira (zool. Calliphora vomitoria, Linn.

varejar - t. - Atirar. Arremeçar.

```
variança — f. — Acompanhamento da Coroa do Espirito Santo,
      em que os homens levam varas na mão.
  vasculho — m. — Pessoa desprezivel. (pej.)
  vedor — m. — O mesmo que trinchante.
  venda — f. — Taberna. Pequena mercearia rural.
  veneta — f. — Maluqueira.
  veneziana — f. - Ralo. Persiana.
 vental — m. — Avental.
 ventrecha - f. - Partes da barriga dos peixes, depois de esca-
     lados.
 verdelho - m. - Casta da uva branca tradicional na ilha.
     Produz vinho maduro.
 vernizela — adj. unif. — O mesmo que verniza. Rabugento.
 vêrga - t. - Ripada.
 vergindade - f. - Virgindade.
 verniza — adj. unif. — Rabugento. O mesmo que rezingão ou
     verdizela.
 verrumão - adj. -- Operário reles. Sarrafaçal.
 vertude -- f. - Virtude.
 vesguento - adj. - Viscoso. Pegajoso.
 véspora - f. - Véspera.
 vêso - m. - Costume. Hábito. «Ficou com o vêso» = habituou-
     -se. O mesmo que vêzo.
 véstia — f. — Fato do homem. Casaco, Vestimenta.
vezinho — m. — Visinho.
 vêzo — m. arc. — Hábito.
via — f. — Causa. «Por via disso» = por causa disso. (arc.)
    Recto. «Sair-lhe a via» = sofrer um colapso rectal.
vigairo - m. - Vigário.
vinagreira - f. - Pássaro. (zool. Erilhacus rubecula).
vinho-de-cheiro — m. — Vinho aromático, fabricado com uva
    Isabel.
virado — adj. — Morto.
virote — m. arc. — Rapaz azougado.
vomecê - pron. pes. - Contr. de vossa mercê.
votrina — n. p. — Vitorina.
vurmelho - adi. - Vermelho.
```

X

Xias — n. p. — Emprega-se para designar pessoa desconhecida.

Diz-se tambem «Xias d'Agualva».

Z

Zabel — n. p. — Izabel.

zabela — m. — Homem afeminado.

zampralhão — adj. — Mal amanhado. Desajeitado.

zango — m. — cor. de zangão.

zape — m. — Momento. «Fui a casa num zape».

zápete — m. — O ás de paus no jôgo do truque.

zaranza — adj. — Atabalhoado.

zipla — f. — Ersipela.

zoada — f. — Zumbido nos ouvidos. O zoar do búsio.

Na Vila da Praia.

Um frade constitucional do Convento de S. Francisco. 1823-1824.

Pelo Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr.

Desde a Revolução Constitucional de 2 de Abril de 1821 (¹) no Castelo de S. João Baptista, dominada na noite de 3 para 4 pela soldadesca exasperada, e com a morte a tiro do seu Chefe militar, o Brigadeiro Araujo da Casa dos Barcas, — nunca mais houve socego completo na Ilha Terceira, tais os dissidios e ódios que a grave alteração da ordem trouxe consigo, como que no cumprimento de uma maldição. Depois de D. João VI ter jurado as Bases da Constituição de 22 — os Terceirenses dentro do seu espírito de fidelidade ao Rêi que tanto apregoavam, — Rei e Patria con-

Era vivo D. João VI. Como consequencia da Revolução liberal do Porto de 1820, que alastrara a Lisboa, funcionavam as Cortes Gerais Extraordinários e Constituintes. Em Angra, a Revolução é feita por deportados políticos, (os «deportados da Amazona», chamados) e chefiada pelo Brigadeiro Fran-

fundiam-se, - também as juraram, a 13 de Maio, embora intimamente amargurados e contrafeitos. A «Constituição» significava para eles o predominio dos «pedreiros livres» e dos detestados Araujanos», que os tinham vexado e oprimido durante anos. O juramento estava-lhes na boca, não no coração! Havia reserva mental que transpirava a cada passo, mal camuflada. Os «Constitucionais quase todos forasteiros, governavam no meio de entraves e resistencias permanentes, amparados pela Autoridade Militar e pelas ordens e instruções vindas directamente para a Camara, do Governo da Capital e das «Côrtes Gerais». Rasgavam--se as proclamações do Governo Interino. A disciplina da tropa do Castelo de S. João Baptista se mantinha a custo, com os oficiais obedientes, é certo, com medo todos das responsabilidades, mas quebrada uma vez ou outra por actos subversivos praticados por sargentos e soldados, a manifestarem a sua má vontade ao laço azul e branco, simbolo do Constitucionalismo incipiente. Durante a Emigração no Castelo de João Baptista, foi arvorada pela primeira vez, em Portugal, a bandeira azul e branca. Por Decreto de 13 de Outubro de 1830 foi determinado que na bandeira se usassem estas cores. Depois da implantação do Regime Republicano, em 1910, o aparecimento de tais cores deu lugar a conflitos com os adeptos do novo Regime, que mudara as cores da Bandeira para verde e vermelho, no desejo de marcar bem as distancias quanto a simbolos. Na Praia da Vitória, em 1924, foi desfraldada frente à baía, em dia de touros à corda, a bandeira azul e branca, que os Miguelistas detestavam e os Republicanos também. O Governador Civil de então, acicatado por um Semanário republicano que arguía as Autoridades de traição ou conivencia — mandou proceder a um inquérito, para apurar responsabilidades. Era criminoso pela

cisco António de Araujo, antigo Capitão General, que ficara após o trienio do seu Governo, a residir na cidade. Foi deposto o Capitão General Francisco de Borja Stokler. A 2.ª Revolução Constitucional, em Angra, de 22 de Junho de 1828 é feita pelo Batalhão de Caçadores 5, que viera para os Açores, e por alguns Morgados terceirenses. Lutam os partidarios de D. Pedro e D. Miguel. D. João VI falecera em Lisboa, a 10 de Março de 1826.

ironia das coisas e das mutações no tempo, quem arvorasse a bandeira com as cores que a ala avançada do Constitucionalismo liberal ousara desfraldar na Terceira com desacordo da ala moderada e escarmento dos Miguelistas! Foi o autor deste estudo, por incumbência do Governador Civil, quem explicou ao Ministro do Interior, — um militar ilustre, — que a coroa, simbolo da realesa, estava coberta, e que não houvera, por isso, uma intenção criminosa por aí além. O caso ficou arrumado definitivamente com um sorriso e um tolerante encolher de ombros do Ministro.

O descontentamento subia de ponto na Ilha: na Vila como na Cidade o estado de espírito era o mesmo, os agravos recebidos dos amigos de Araujo e a ardorosa fé realista e religiosa - sobrepunham-se às rivalidades existentes entre as duas importantes localidades, restos das antigas duas Capitanias. O que se passou com o "Juiz de Fora" — Serafim Girão Rodrigues de Almeida — exasperou mais as massas populares contra os Constitucionais. Positivamente a Terceira não fora feliz com varios dos seus «Juizes de Fora. Os da terra se lhes cabia exercer o cargo por serem os Vereadores mais velhos. — Juizes por bem da Lei», - com a vara na mão, por vezes também exorbitavam, na irresistivel tendência para abusar numa exibição de vaidade e de supremacia. Em 1813 o Capitão General Aires de Sousa repreendeu severamente o «Juiz por bem da Lei», da Vila, por ter preso, nas enxovias da cadeia, José António de Lima, escrivão do limite, do lugar das Lajes, acusado de lhe ter desobedecido, e lembrou-lhe que não fora posto em semelhante lugar para «satisfazer caprichos e paixões», mas para fazer justica e que emais carecem dela os miseráveis e desamparados do que os poderosos, aqueles devem ser amparados e não vexados. E frisava-lhe que não se deve prender «sem culpa formada, e que não se podia estar preso para além do prazo fixado na Lei. O mesmo Capitão General fazia esta recomendação com frequencia, não escapando mesmo o Governador Militar da Ilha do Faial, Elias José Ribeiro (1) arguido de ter pecado quanto às liberdades individuais.

⁽¹⁾ L. n.º 8 de Ordens e Portarias da Capitania General.

Os diplomados introduzidos nas Camaras pela Reforma Pombalina, para assegurar o cumprimento do Direito, na defesa das garantias individuais, e a regular execução das normas administrativas, ebrios com a sua força, desvairavam e praticavam arbitrariedades. O Juiz Serafim Girão parecia mesmo paranoico, embora com alternativas de calma, hereditariedade patológica, doença adquirida que deixara rasto, ou algum choque brutal em qualquer acidente ou queda. As votações na Camara em contrario das suas opiniões exacerbavam-no e alteravam catrastroficamente o precário e frágil equilibrio do seu espírito. Entrou em conflito



Câmara Municipal da Vila da Praia da Vitória

grave com os maiorais da Vila, «pronunciou» os Vereadores da Camara e ordenou a sua prisão sem atender às objecções que lhe faziam. Não obstante isto, talvez até em parte por isso, ele tinha as simpatias do povo que rejubilou com os ataques aos colocados acima dele. Os Vereadores Elisario Coelho Ribeiro, Mateus Diniz Drumond, João Pereira Borba de Melo, José Borges Scotto, Manuel Caetano de Barcelos, António Machado Fagundes Mouro, Diogo Coelho Machado e o procurador do Concelho Mateus Homem de

Menezes (1)—não se conformaram com as violencias do Magistrado - protestaram na devida forma legal e reclamaram para o Corregedor, que lhes concedeu «seguros» para se defenderem em liberdade. Mas o Juiz Serafim Girão, em delirio, não acatou o despacho superior que subtraía os inimigos às fauces da sua justiça vindicativa. Os Vereadores tiveram que fugir, precipitadamente, para se esconderem, tremendo, nas casas palhaças das freguesias rurais, à espera de dias mais bonançosos. A paranoia do homem tornáva-o muito desconfiado, e em público ele se exibia, ora sombrio, ora colérico em euforia palradora e gestos largos de orador. Prendeu a creada Luzia Mamona por desconfiar que esta tivesse entendimentos com os inimigos «aleivosos e traidores», com o fim de o assassinarem na noite de 24 a 25 de Dezembro, e pediu ao Governador das Armas que lhe cedesse soldados para lhe vigiarem a casa onde residia (2). Odiavam-no alguns praienses, a este respeito não havia dúvidas, tinham-lhe jurado pela pele. O Juiz no seu contra-profesto queixa-se ainda de que o quiseram assassinar na noite de 3 para 4 de Fevereiro, frustrada que tora a primeira tentativa. Os Vereadores por sua vez instavam com o Governador das Armas para que lhe retirasse o auxilio dos soldados milicianos, que só lhe serviam para praticar despotismos sobre um povo que sempre viveu em tranquilidade, e que se via desrespeitado na sua inviolabilidade e propriedade pessoal. Atribuiam à sua imaginação as apregoadas tentativas de assassinato. «Que desgraça» - acrescentavam eles na sua aflição, - «que isto aconteça precisamente com· o novo Regime e seu programa de ideias liberais. Chamaram-lhe a atenção para a falta de «sanidade intelectual» do Juiz a quem consideravam «desasisado». Lembravam factos esclarecedores das suas afirmações: o Serafim Girão pedira polvora e balas ao Te-

^{(1) 1823 —} Juizo da Comarca de Angra — Auttos de Petição e Protesto, — Suplicantes Elisário Co elho Ribeiro, Presidente Vereadores e Procurador do Concelho da Comarca da Vila da Praia desta Ilha Terceira. Suplicado o Dr. Juiz de Fora da Vila, Serafim Girão Rodrigues de Almeida, — antígo Arquivo do Tribunal de Angra do Heroismo.

⁽²⁾ Documento citado.

nente da Guarnição da Vila, Manuel Homem de Noronha, para fazer fogo sobre o Bergantim *Vulcano*, naufragado, na baía, no dia 4 de Novembro de 1822, e porque lhas não deram, arrombou a porta do polvarim do Forte, e mandou atirar sobre o Navio desmantelado, bem visivel ao povoleu curioso e estupefacto com o escarceu. Tudo porque a sua fantasia doente imaginara que vinha ali mesmo o Governo hostil do Rio de Janeiro, acompanhado de tropa!

Acusavam-no mais de ter entrado pessoalmente e pela força. a titulo de investigar, no dia 14 de Janeiro, nas casas do Reverendo Ouvidor António Coelho Soto-Maior, de Mateus José de Araujo, Dionisio José de Oliveira e do Almotacé António Borges Pacheco Leal, que constavam da sua lista negra. Os Vereadores deviam conhecer a indecisão e timidez do Governador das Armas, Major Manuel Leite Pereira, o mesmo que meses adeante, ao ter conhecimento de que os Batalhões do Castelo de S. João Baptista se tinham sublevado, desaparecera, refugiando-se nos extremos dos arrabaldes da cidade, para depois seguir para Lisboa, (1). E ameacaram-no de que se iam dirigir a Sua Magestade Constitucional a reclamar providências, e de o responsabilizarem pelo que sucedesse, entrementes, se ele não cessasse de fornecer elementos militares ao «Juiz de Fora» utilizados para apoio das suas prepotências e intolerancias. E o certo é que o Major, por oficio, lhe comunicou que de aí em diante a tropa deixou de estar à sua disposição, retirada a força para lhe impedir as violências. Os Vereadores raivosos e assustados, é que não desistiram de apresentar a sua queixa, em Lisboa, ao Governo das Côrtes Gerais, contra as singulares arbitrariedades do Juiz de Fora». E quem escolheram eles para embaixador, na Capital, a traduzir à letra a sua indignação, e a expor com inteligencia as suas razões? Frei Francisco de Ave-Maria, do Convento de S. Francisco, natural da Vila, constituci onal em evidência pelas suas atitudes, alumiado de no-

⁽¹⁾ Livro de Registo de Portarias e Ordens da Capitania Geral, n.º 11, fls. 153 — Oficio de 6 de Agosto de 1823 — que adeante publicamos na integra-Antigo Arquivo do Govêrno Civil.

vas luzes, marcado com o estigma de «pedreiro livre», alargado num excesso enforico o sentido da frase em moda. O diabo entrara, solerte, no Convento de S. Francisco, num burel escuro, e mãos cruzadas no peito, numa fingida beatitude. Frei Francisco era desassocegado e demasiado falador, e a sua área de acção de propaganda, mais de má lingua que de proselitismo, certamente, saía da Vila para se estender até ao lugar dos Biscoitos, de ricos pomares e vinhas, propriedade quase tudo, do fidalgo Francisco Cupertino do Canto e Castro, descendente de Pedro Anes do Canto, e do Brigadeiro Manuel Inácio Martins Pamplona (depois Conde de Subsserra), descendente de Gonçalo Alvares Pamplona, que viera do Porto no século XVI e está sepultado na Ermida da Bemaventurada Santa Catarina. As esmolas que os franciscanos recebiam nos seus peditórios, recolhiam-nas numa casa de sobrado, existente, em uma rua dos Biscoitos, até hoje conhecida por «Canada dos Frades».

O «Ave-Maria» tinha optimas relações com o reduzido número de constitucionais residentes na Ilha, especialmente com Máximo José Pereira de Azevedo (¹), e Tomaz José da Silva (²), inimigos figadais de Stokler, o idolo da Ilha, e aquele, seu implacável detra-

^{(&#}x27;) Máximo José Pereira de Azevedo foi, em 1799, nomeado Secretário do Governo de Moçambique, por D. Maria I. Por conflito que teve com o Capitão General Francisco Guedes de Carvalho Menezes — pediu a exoneração e dedicou-se à vida de lavrador. Para tratar de negócios veiu à Ilha Terceira, e foi um dos que promoveu a Revolução de 2 de Abril de 1821, incitando os oficiais e distribuindo dinheiro pelos soldados. Por virtude da Contra-revolução de 3 para 4, foi preso. Solto depois de Stockler, ter conhecimento da adesão de D. João VI às «Bases da Constituição», e a ter jurado na Camara de Angra — retirou-se para Lisboa na Fragata *Pérola*, pois não se julgou em segurança entre uma população apaixonadamente realista e furiosa com os Revolucionários de 2 de Abril. Em Lisboa concorreu com a sua influência junto do Govêrno Constitucional, para que Stockler ficasse preso em S. Julião da Barra, até à Vila Francada, e publicou contra ele alguns folhetins violentos. Em 1828 — estava na Ilha de S. Miguel quando a tropa proclamou Rei o Infante D. Mignel, e fugiu para a Terceira a bordo da fragata Brasileira, Isabel. — Com o triunfo do Constitucionalismo foi D irector da Alfândega de Angra, depois Administrador Geral das Alfânde-

tor e ambos, no momento, ausentes em Lisboa, cuidando dos seus interesses. O Frade prestou-se facilmente a ir a Portugal (3), e em trinta e cinco dias, incluindo o tempo que o Navio à vela levou no mar, resolveu, com o poderoso auxilio dos dois acirrados constitucionais, o magno e candente problema, pois o Juiz de Fora foi por Aviso Régio suspenso do exercicio de funções. E chegou à Praia, orgulhoso da sua pessoa e importância, com o resultado da sua missão, autentica vitória, mas que não era positivamente religiosa, e alardeou-a por toda a parte. A vaidade é inerente ao homem, desde Narciso e Páris até hoje. E se não for doentia pode até ser uma fonte do progresso humano.

gas dos Açores e com a extinção deste cargo, nomearam-no Director da Alfândega de Ponta Delgada. Teve conflito com o Guarda-Mór, queixando-se deste ao Govêrno que o suspendeu, para depois o reintegrar, após a defesa que o Guarda-Mór apresentou. A irma Joana Maxima Gualberto também foi presa ém 1821, e os amigos de Stockler em publicação feita em 1822 afirmam que o Cap. General D. António de Almeida também a mandou prender por, com as suas intrigas, pretender desunir marido e mulher, e que o morgado António Borges Teixeira a agredira corporalmente por ela ter difamado pessoas honradas de sua família, as filhas de Thomaz José Carvão.

(3) Os Açôres dram Colonias, dizia-se ir a Portugal e não como hoje ir ao

Continente.

⁽³⁾ Thomaz José da Silva, nasceu na Ilha Terceira a 7 de Dezembro de 1779. Pensou em seguir a vida eclesiástica e chegou a ter ordens menores, mas depressa desistiu para se dedicar à vida marítima e à do comercio. Serviu de Procurador do Concelho duas vezes, e de Almotace. Fez reparar algumas calçadas das ruas da Cidade de Angra do Heroismo, e fez outras de novo, fez ladrilhos de cantaria nas mesmas ruas. Amurou parte da freguesia de S. Pedro, da qual fez tirar um regato de água que corria pela mesma. Mandou construir um chafariz em S. Pedro. Fez ainda construir um Mercado para o peixe, que importou em mais de um conto de reis. Promoveu aforamento dos baldios (certidão passada pelo escrivão do Senado da Camara, Vicente Pereira de Matos). Foi nomeado por D. João VI Inspector da Agricultura na Ilha Terceira. Constitucional, aderiu à Revolta de 2 de Abril de 1821, em Angra. Em 1823, com o triunfo dos «realistas» na Vila Francada, estava em Lisboa e emigrou para Pernambuco, onde faleceu mais tarde, depois de ter fundado várias fábricas.

A Câmara respirou, livre do perigo temeroso, e para compensar o embaixador pelo seu trabalho frutuoso, deliberou dar lhe cincoenta mil reis (1), mas ele regeitou a oferta, para o tempo valiosa, afirmando «que se dava por muito bem pago e satisfeito com o gosto e prazer de ter sido útil aos seus concidadãos», e pediu que remetessem o dinheiro aos procuradores Maximo José Pereira e Tomaz José da Silva, falhos dele, sem dúvida. O franciscano, pobre em obediência às regras da Ordem, igual à dos Monges Cistercienses, mesmo mitigadas, onde teria obtído o dinheiro para as despesas avultadas da viagem a Lisboa?! O Senado agradecendo, desvanecido, a surpreendente e grande generosidade, classificou-o de «bom patriota, benemérito da sua Pátria e amante do Sistema Constitucional».

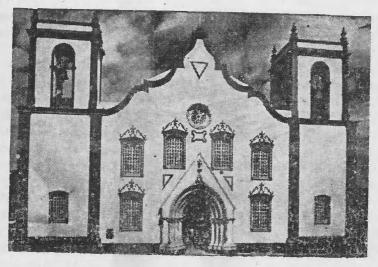
Dificil foi a execução do Aviso», porque Serafim Girão se armou e se negou a receber a Ordem de suspensão. Chegou, na sua irrascibilidade, a fazer fogo sobre um oficial que o procurara e o queria prender. Fugiu para as Lajes e depois para a freguesia da Fonte do Bastardo, numa manifesta alucinação. Espectáculo miserável! Sempre afinal o prenderam e amarraram, O povo juntou-se na Praça, em frente à Cadeia, nos baixos dos Paços da Camara, e condoído da triste sorte do magistrado, chorava e gritava, atribuindo a prisão a torpe vingança dos «pedreiros livres. Esteve iminente uma sublevação, a custo contida pela forca armada. — até que o levaram para a Cadeia da Cidade. Porém tempo depois o encontraram morto, no carcere, pendurado num cabido, por um lenco de seda. Suicidio? O investigador Francisco Ferreira Drumond, então residindo na Praia, ganhando a vida como organista, diz que «as causas de tal fim parecem manifestas e «os agressores do atentado não podiam ficar para sempre escondidos ou relevados» e citou o nome dos assassinos (2). Um deles Manuel de Sousa Dias, Alcaide do Tribunal, foi

^{(1) (}Acordão, fls. 65 do L. dos Acordãos da Câmara da Praia, junto ao Sumário instaurado pelo Juiz de Fora, por ordem do Capitão General, — antigo Arquivo do Tribunal de Angra do Heroismo).

⁽²⁾ Annaes da Ilha Terceira, v. IV, pág. 36. Drumond.

preso na Praia pelos realistas, a 2 de Agosto de 1823. O Povo passou num exagero desconcertante a considerar o Juiz como santo e ao absurdo de lhe atribuir milagres! O infeliz Girão, talvez paranoico, não se enganara, no entanto, quando desconfiava, que o queriam assassinar, embora os criminosos não fossem os Vereadores da Câmara, perseguidos por ele.

Depois da queda da Constituição Vintista com o Movimento militar de Vila Franca, em 1823, os ódios represos e as ofensas recalcadas das populações terceirenses explodiram passadas as



Matriz da Vila da Praia da Vitória

primeiras manifestações de alegria delirante. Os tumultos começaram na Praia. Em 1 de Agosto magotes de populares, apaixonadamente realistas, inimigos encarniçados dos «pedreiros livres», como apelidavam todos os que revelavam ideias constitucionais, percorriam as ruas, com paragem em frente das casas dos adversários notórios. Desafiantes, estacionavam na Praça, junto aos vetustos Paços do Concelho e do Quartel dos Milicianos ou no Largo do Convento da Luz. Pela noite fora, nas dobras das ruas, nas tabernas, de candeias fumosas de azeite de peixe, nos saguões

das casas de sobrado e junto às grades dos locutórios dos Conventos, - grupos de exaltados e energumenos, discutiam, e com voz cava apontavam nomes, e maquinavam desacatos. O rumor das vagas na baía, e na escuridão, chegava aos quatro cantos da Vila, contribuindo para o entenebrecimento das almas, instintos maus à solta. Só nas Igrejas e Ermidas, Conventos e Quarteis luzes bruxoleavam. A meio do Povoado, desfigurado na noite, avultava, confusa, a silhueta da Matriz secular. De tempos a tempos tocavam sinos. Os constitucionais, «rari nantes», e alguns só o seriam na imaginação dos facciosos, predispostos a verem numa frase, numa atitude de apasiguamento ou num silêncio prudente. uma prova de ideias políticas adversas, — recolhiam-se a casa cautelosamente e amedrontados. Por fim o que se gisava na noite - aparecia à luz do dia, e os Constitucionais ou suspeitos de terem obedecido às instruções da «Associação Patriótica» da Cidade - são apupados e insultados. Populares, escorrências de janisaros, chegaram a entrar em algumas casas particulares, indiferentes aos protestos e às lágrimas dos familiares - e realizaram prisões. Corriam boatos espantosos. Em horas de febre e de mistica política, todos os boatos, os mais inverosimeis, são fácilmente acreditados e circulam a toda a velocidade. Esta morbose demoníaca da credibilidade do mal tem originado através a História - erros tremendos e os crimes, os mais trágicos! A loucura toma es espíritos, colectivamente, pervertendo-os e alucinando-os. Pela Vila se propalou, numa vertigem, que os «jacobinos» premeditavam assassinar alguns «realistas» e incendiar o paiol da pólvora. O boato sinistro se explicava pela lembrança ainda bem viva do assassinato do luiz Serafim Girão, querido do Povo. E pela versão que se dera da explosão do «Laboratório da pólvora» em 7 de Maio de 1821, na Cidade, em que pereceram cinco soldados, atribuida aos «Araujanos», a vingarem-se da contra-revolução da noite de 3 para 4 de Abril que depusera a Junta Constitucional. Por esse tempo espalhava-se ainda que os «Araujanos» tinham tentado, - manes de Locusta à solta, - envenenar o pão que os Batalhões comiam. Procedera-se mesmo, ao respeito, a rigoroso inquérito, num esvurmar de insólitos rancores. Stockler quando

reposto por El-rei no lugar de Capitão General ainda dizia em 1824 (1) «que segundo todas as aparências a explosão fôra obra dos perfidos facciosos que no dia 2 de Abril levantaram o estandarte da rebelião. Incontestável apenas é que Stockler concedera às viuvas dos soldados mortos no pavoroso incidente, Francisca Bernarda, Eulália Rosa e Maria da Boa-Nova, o soldo e pão dos maridos, mas o «Governo Interino» constitucional, com rematada inabilidade, reforçando as suspeitas, suspendeu o benefício. Não se esquecera ainda os mortos e feridos nos «Cinco Picos», pelas tropas comandadas pelo Capitão Morais Rego, que tinham saído do Castelo de S. João Baptista em perseguição dos populares partidários de Stockler. E sobretudo a população não perdoava aos constitucionais, a maior parte «forasteiros», a prisão do Capitão-General, por mais de dois anos em Julião da Barra, coberto de doestes em «Gazetas de Lisboa» e em discursos nas «Côrtes Gerais».

O Coronel de Milicias Cândido de Menezes Lemos e Carvalho, o Major António Moniz Barreto do Couto e o Capitão José Scotto de Menezes que se encontravam em Angra, logo que tiveram conhecimento da anarquia praiense, partiram para a Vila e imediatamente convocaram, tocando o sino, uma reunião na Câmara, onde «acordaram» remeter para a cidade os indivíduos presos pela plebe, tomada de fúria num turbilhão de intrigas, e prometeram (2) o apuro rigoroso das responsabilidades de cada um, para castigo exemplar. Foi uma maneira de acalmar e dar tempo ao tempo de remediar as arbitrariedades e desmandos. E para a cidade mandaram os presos sob escolta, que os preservou dos ataques das massas vociferantes. Parte recolheu ao Convento de S. Francisco, entrando pelo portão dos carros, fugindo aos impropeios e ameaças populares da cidade e da Ribeirinha. Um dos presos era o franciscano Francisco da Ave-Maria, muito nas vistas perspicases do Povo, e que não escapou á sua vingança. O

^{(1) (}L. de Contas n.º 6, da Capitania General — antigo Arquivo do Governo Civil.

⁽²⁾ L. de Ordens e Portarias n.º 11 — antigo Arquivo do Govêrno Civil.

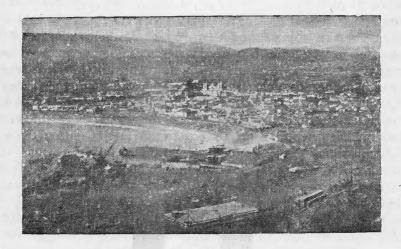
Juiz de Fora da Praia, Dr. António José Machado, que se queria manter imparcial e recto, não merecia a confiança dos praienses, atribuiam-lhe frases e actos reveladores de protecção aos presos e conluios com os Constitucionais, em conversas secretas. O espírito de Erasmo nunca se deu bem nas zonas de tufões, a calunia não respeita a justiça e a verdade a mais clara. O Corregedor José Joaquim Cordeiro, preso pela tropa insubordinada, fôra solto mas continuava suspenso para não exacerbar os ânimos dos desordeiros armados. Os serviços judiciais e da «Junta da Real ·Fazenda» estão paralisados. Os Governadores interinos determinam ao Juiz de Fora. António José Machado, que fosse sem delongas para a cidade, a fim de substituir o corregedor suspenso. Mas o Juiz negou-se, com firmeza, a substitui-lo — leal ao colega, apesar de instado e de se invocar o nome de Sua Magestade, - e os Governadores Interinos como represália, e para manterem o prestígio da sua Autoridade, necessária, apesar de postiça legalmente, suspenderam-no. A força dobra o Direito. Apelam então para o Dr. Francisco de Paula Noronha (1), que pouco tempo desempenhou o alto cargo, pois os Governadores Interinos chamaram o «Juiz de Fora», de S. Jorge, e este obedeceu. Pela violência o Corregedor lhe entregou a vara simbólica do mando - e com esta se legitimava, aparentemente, o exercício do cargo. O tempo era de ritos e fórmulas prodigiosas como a vara de Moisés, deles brotavam a força e as atribuições do Poder.

A 18 a Câmara da Praia recebeu um exemplar de um Edital com as honrosas expressões com que Sua Magestade agradecia a todos os terceirenses «a lealdade com que firmemente se portaram durante o tempo do predominio da facção desorganizadora que ía conduzindo a Nação à «ultima ruina». O exemplar é reproduzido e afixado em todos os lugares públicos e lido em «bando». Há jubilo na população. E na Praia se vai estabelecendo a tranquilidade pública.

)

⁽¹⁾ Filho de Manuel Homem da Costa e irmão de André Eloy Noronha Ponce de Leão, pai de Teotónio de Ornelas Bruges que mais tarde será o 1.º Visconde de Bruges e 1.º Conde da Praia da Vitória.

Stockler reposto na Capitania General, como chefe supremo, foi galardoado pelo Rei com o título de Barão da Vila da Praia. Chegou à baía de Angra a 17 de Novembro de 1823 e desembarcou no dia seguinte, recebido triunfalmente por uma multidão em alvoroço, como que hipnotizada por «Ele», olhos em extase, vinda de todos os cantos e recantos da Ilha. Os praienses não querem ficar atraz de Angra, orgulhosos dos seus pergaminhos, no sub-consciente a marca das duas Capitanias rivais, a lembrança da gloriosa revolta da Restauração em 24 de Maio de 1641 contra os castelhanos, do acolhimento carinhoso, em hora grave, a Stockler, quando este, deposto, se refugiou na Vila, com os



Vista da Vila da Praia da Vitória

seus amigos mais leais. Além disso a Praia está presadíssima, impando de vaidade, com a escolha que El-Rei fizera do nome para premiar os serviços do famoso Capitão General: — Barão da Vila da Praia! A Praia regorgitava de Morgados e Senhoras Donas, possuia varios Conventos e Colegiadas na Matriz secular, de portadas manuelinas, Juiz de Fora, Capitão-Mor, fortificações com artelharia e um Regimento de Milicianos, com obus de campanha e capitães, comandado por um coronel. Na Vila residiam tempo-

ráriamente fidalgos da Cidade, de velha estirpa, colocados nas milícias como Candido de Menezes, José Borges Leal Corte-Real, Luiz Meireles do Canto e Castro, António Moniz Barreto, António Borges da Silva do Canto, e outros. No Convento de S. Francisco se realizavam grandiosas festas, em que se discutiam, em alto nível, temas literários e filosóficos, com enorme concorrência de pessoas, não só de toda a ilha Terceira, mas das outras, algumas de notável sapiência. Tudo engrandecia a Vila, que sempre se ufanara de estar na raiz prodigiosa do povoamento da Terceira.

Em 1 de Janeiro de 1824 Stockler, Barão da Vila da Praia, o ·Santo», como o povo o titulava numa adoração, diferenciando-o nitidamente de Araujo, que odiava, seguiu para a Vila com numerosa e luzida comitiva, de cadeirinha e a cavalo, a honrar com a sua presenca veneranda a festa que os moradores fazem ao •Senhor Jesus de Misericórdia, em acção de graças pela •feliz restituição. de Sua Magestade ao pleno exercício dos seus direitos. Na comitiva sobresaíu o octogenário e respeitável Brigadeiro Vasconcelos e Lemos. A Praia recebeu a Autoridade Suprema com a maior pompa (1) e com as mais vivas demonstrações de prazer. Stockler, em ofício de 15 de Janeiro, ao Ministro Conde de Subserra, — aerescentava, lisongeando os altos poderes, que «os sinais de amor à Real Pessoa de Sua Magestade e de sincera obediência ao seu Governo, não se podem exceder, distinguindo-se com muita particularidade o Coronel de Milicias. Candido de Menezes e Lemos e o Dr. Juiz de Fora, António Justiniano Pegado Brotero e que todo aquele Povo rejubilou com a suma distinção a ele feita da escolha do nome da Vila para a designação do baronato:

Por ofício de 28 de Março (2) o barão agradeceu, em nome de Sua Magestade, as manifestações de jubilo pela Restauração da Monarquia e especialmente às pessoas que nelas mais se destaca-

⁽¹⁾ L. n.º 6 de Contas dos Capitães Generais — antigo Arquivo do Governo Civil.

⁽²⁾ L. n.º 11 de Ordens e Portarias — antigo Arquivo do Govêrno Civil.

ram: Candido Joaquim Pereira, alfaiate, António Inácio de Mesquita, Padre José Joaquim de Avila Ormonde, Padre Joaquim Pedro Ormonde, Padre Bruno Fagundes Pamplona e Mariano José da Silva. Aqui registamos os seus nomes para a História que não é estruturada unicamente com os chefes de alto coturno, tantas vezes mais guiados que guias firmes.

Frei Francisco Ave-Maria voltou à Vila e ao Convento, amainada a borrasca temerosa que ali soprara. A presença na Terceira do prestigioso Chefe da Capitania General não permitia desmandos nem arruaças nas ruas. A ordem restabeleceu-se. O Frade era reparado no entanto, pelas companhias preferidas, suspeitas, e por frequentar a casa de José Joaquim da Silveira, onde se ajuntavam os do partido Constitucional, a curtir as amarguras da mó de baixo e a criticar os acontecimentos. Mas tudo se reintegrava na normalidade, embora estivessem latentes, nem sempre bem disfarçados, velhos ódios e dissidios políticos. «Tan bien que mal» a vida entrava no costumado ramerrão. Mas eis senão quando um choque se dá, fazendo estremecer a pacífica sociedade, uma vaga se levanta, pondo a população em extraordinária irritação! O Frade rebentando o fel que o corroia, e a má vontade a arder-lhe no intimo da alma contra os numerosos inimigos, autores e inspiradores da sua prisão, em Agosto, deu escandaloso sinal de si num sermão que proferiu na Igreja do Mosteiro de Jesus, na solenidade dos «Passos». a 21 de Março, — e que foi considerado gravemente afrontoso para a população praiense. As queixas subiram, depressa, até ao Capitac Ceneral, que ordenou por intermédio do Juiz de Fora e chi a cana a sua cana a sceno, irrequieto e trefego, entregasse o «papel do sermae» para ser analizado atentamente. E a 23 o intimon a que saísse da Vila e se recolhesse ao Convento de Santo Antonio, da cidade, no prazo de 24 horas. Mas a resolução não ficou por aqui, o General comunicou ao Visitador Frei João do Cenaculo, que Francisco de Ave-Maria devia seguir para a ilha das Flores ou Graciosa — e com a proibição de prégar, na sua lingua viperina estava a causa do grande clamor e mal estar (1). Porém o

⁽¹⁾ L. 11 de Ordens e Portarias — antigo Arquivo do Governo Civil.

Frade não se acomodou, silencioso, reconhecendo-se vencido, tinha coragem, e, requereu, aliás com respeito, ao General, que lhe instaurasse corpo de delito no Tribunal competente, para aí usar dos meios de defesa, como lhe competia, tanto pelo Direito Civil como pelo Direito Natural (¹). No requerimento negou, com ares inocentes, as frases ofensivas que lhe atribuiam, proferidas no Sermão dos Passos, Igreja repleta de fieis, trajando severo luto. Stockler deferiu o requerimento, depois de ouvido o Visitador, e fundamentou o despacho com o argumento de que «nada obstava para bem da tranquilidade e crédito da sua Ordem que Francisco de Ave-Maria produzisse a sua defesa». Stockler de alto saber intelectual conhecia o direito, e também já estivera preso injustamente, e devia sentir a necessidade de garantir a defesa, fosse de quem fosse, conquista sagrada de todas as civilizações.

Procedeu-se ao «Sumário». A instrução é feita pelo Juiz de Fora António Justiniano de Brotero, que ouviu oito testemunhas: Mariano José da Silva, partidor do Juizo, Manuel Dias Coelho, homem que vive do seu negócio, Mateus Coelho da Rocha, homem que vive dos seus bens, José Luis da Costa, António de Sousa de Medeiros, trabalhadores, Raimundo José Belo, Bruno Marcelino de Almeida, estudante, Joaquim Machado Rebelo, trabalhador, todos residentes na Vila. Os depoimentos não têm diferenças sensiveis ou contradições. E por eles se via que o arguído fora um dos mais famigerados constitucionais antes da «teliz restituição de sua Magestade ao livre exercicio dos direitos de Soberano». Mas isto já se sabia, não adiantava grande coisa, e o Frade não o ocultava e juntou até ao «Sumário» a certidão do Acordão da Câmara que o comprovava, embora tivesse o propósito apenas de demonstrar que fora a Lisboa e se recusara a aceitar o pagamento do seu trabalho. O pior é que o Frade na sua excitação, a superar ódios, disse, como se provou, as frases ultrajantes: «O Povo desta Vila tem uma religião particular para o salvar, tem a murmuração, tem a calunia que é o seu idolo, deseja finalmente beber o sangue do

⁽¹⁾ Sumário 1824 — antigo Arquivo do Tribunal de Angra do Heroismo.

próximo que é a doutrina que lhe ensinam os sabios e virtuosos da Crise. E foram ditas, esclareciam os depoimentos, com a maior elevação, execração e rancor que quase parecia precipitar-se do pulpito abaixo, olhos fumegando, com que fitava os leais portugueses ali presentes, quase saltando fora. Algumas testemunhas chegaram a avançar que as frases bem pareciam ser ditas «de caso pensado e mancumunação com os do seu partido. (1). Esta parte do sermão a contrastar com o patetico da paixão e morte de Jesus Cristo, ali chorado, foi fogo que pegou em polvora! A afronta inulta fez subir a indignação ao auge contra o franciscano. De casa em casa ela era repetida, e como quem conta um conto acrescenta um ponto. — muito mais se atribuia ao imprudente e assanhado orador que abusara do pulpito de maneira insólita. O caso: do «Juiz de Fora» Serafim Girão voltou à baila e se recordou que o «Ave Maria» dissera em voz alta, por baixo das janelas da casa, na Cidade, de D. Mariana, viuva de Tomaz Paim da Camara, que o Girão em breve, passaria por ali amarrado de pés e mãos». E recordou-se com dor o cobarde assassinato do "Juiz de Fora".

O Capitão Ceneral em face do «Sumário», — e mediante o parecer do Visitador Geral e dos padres mais graduados, — ordenou de novo que o frade partisse imediatamente para a Ilha Graciosa — Livre dele, — ficaria a Praia em socego. E ser-lhe-ia mesmo dificil permanecer na Vila, cercado de ódios encarniçados e de pessoas predispostas a ver entrelinhas e insinuações pérfidas nos seus sermões ou conversas, por mais cautelas que ele se disposesse a tomar de ali em diante, se fosse susceptível de se emendár. O Capitão General permitiu-lhe que pregasse, mas dentro da Igreja do Convento da Ordem, e com prévia apreciação dos sermões pelo seu Prelado.

Pouco tempo depois Stockler, que percebia ser mal visto e contrariado na sua acção governativa, embora por processos indirectos, pelo Ministro Assistente ao Despacho, Conde de Subs-

⁽¹⁾ Sumário instaurado pelo Juiz de Fora, por ordem do Capitão General — antigo Arquivo do Tribunal de Angra do Heroismo.

DA ILHA TERCEIRA

serra, a fazer política oportunista, tentando o meio termo, pediu a sua exoneração, com grande desgosto da população. Ainda subiram aos pés de Sua Magestade Fidelíssima abaixo assinados para que a exoneração lhe não fosse concedida, mas inutilmente. A 11 de Julho chegou a Angra o novo Capitão-General Manuel Vieira de Albuquerque Touvar, do Conselho de Sua Magestade, Moço Fidalgo de Sua Real Casa, Comendador da Ordem de Avis, Coronel de Cavalaria, cerca de 80 anos de idade. É portador de vários "Avisos Régios". Um deles revogava o despacho de Stockler quanto ao frade constitucional e permitia-lhe que regressasse à Terceira, para ir habitar no Convento da Cidade ou da Praia conforme o Prelado escolhesse, apreciando, de perto, as circunstâncias.

Fr. Francisco de Ave-Maria que tinha azougue nas veias — é que já não estava em Santa Cruz da Ilha Graciosa. Abalara sem passaporte, para Lisboa. Não era a primeira vez que frades fugiam ao cumprimento da Lei que exigia o passaporte, para embarcarem com destino a Portugal, mas o facto da rebeldia provocava escândalo. Em 1812 o Capitão-General Aires Pinto de Sousa, admoestou severamente (¹), o Prior do Convento da Vila da Horta, que mandara para Lisboa cinco frades sem as devidas formalidades legais. Os frades estavam em desavença com outros que os caluniavam, argumentava o Superior e naturalmente se tornava urgente a separação. A vida interna do Convento anunciava tempestades! Aires Pinto de Sousa depois da admoestação, ordenou ao Prior que remetesse os caluniadores ao Provincial dos Carmelitas Calçados, embora com o menor estrepito possível.

Em 1824 — Fr. Francisco Ave-Maria — por si mesmo teria resolvido partir para Portugal, sem passaporte, indiferente às consequências da ilegalidade, e provavelmente foi ele que pleiteou junto do Subsserra, terceirense, com dois irmãos em Angra, o «Aviso Régio» que lhe permitiu seguir para a Terceira donde era natural, e teatro das suas proezas.

⁽¹⁾ L. n.º 6 de Portarias e Ordens — antigo Arquivo do Governo Civil.

Depois que teria ele feito mais de notável? Nada encontramos nos arquivos que ao Frade se referisse, de bom ou de mau, após o seu regresso à Ilha Terceira, apesar da segunda Revolução Constitucional, em 1828, poder fornecer vasto campo de acção para a sua irrequietude e exteriorização das suas ideias liberais. Seja como fôr — estava longe, pelo que conhecemos anteriormente, de cumprir os preceitos tão recomendados pelo Povorelo de Assis, de mansidão e humildade e fraternidade com as criaturas. Muito pouco cristocentrico o franciscano do Convento da Praia, de algum modo refratário às mensagens do Fundador da Ordem!

Francisco Lourenço Valadão Júnior.

DOCUMENTOS

Para o Major graduado Manuel Leite Pereira:

Em resposta ao officio q' V. S. acaba de dirigir-nos, e no qual nos pede permissão de regressar para o Reino de Portugal na Embarcação q' hoje parte p.a Lisboa, em consequencia de haver o Batalhão de Linha desta Ilha deposto a V. S. do Comando Militar q'exercitava, julgamos dever participar-lhe, que, supposto nos não conste haver-se verificado semelhante deposição, senão no dia de hontem, a q' talvez desse lugar o desapparecimento de V. S., de quem não havia noticia, não hesitamos em anuir promptamente á sua requisição, remetendo-lhe o Passaporte incluso Asseguramos porem a V. S., q' quando julgue ser-lhe mais commodo e conveniente o demorar-se por algu'tempo nesta Ilha, lhe não obste a isso o receio da Tropa, e do Povo, não só porque não tem manifestado intentos de o maltratar, mas porq'este Governo esperava por seus esforços, conservalos na devida subordinação, e respeito. — MG.º a V. S. Angra 6 de Agt.º de 1823. João Per.a Sarmento Forjaz de Lacerda. - Roberto Luiz de Mesquita Pimentel. Luiz Meyrelles do Canto e Castro. M. mo Sr. Major Graduado. Manuel Leite Pereira.

Para o Prior na Graça:

Precisamos q' V. Rev. ma nos informe por bem de Serviço publico q' numero de presos poderá receber no seu Convento pr. a onde destinamos mandar alguns dos q' estão no Castt. de S. J. Bapt. desta Cid. — M. G. de V. R. ma Angra 7 de Agt. de 1823.

P.ª o Prov. dos Menores Observantes da Provincia de S. João Evangelista dos Açores:

P.ª bem do Serviço publico precisamos q' V. S. nos informe com a brevid.º possivel q' numero de prezos poderá receber no seu Convento, contando com menos onze dos q' já existem no mesmo Convento, os quais destinamos remover p.ª outro logar M. G. de V. R. a Angra 7 de Agt.º de 1823.

Assinam este dois ofícios — os mesmos que assinaram o primeiro.

Um Verão nos Açores e a Madeira de relance

H

Excerto da obra A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira, por C. Alice Baker (Boston, 1882), traduzido por Jeão H. Anglin.

São Miguel e o seu porto

Segunda-feira, 18 de Agosto — Ao nascer do sol na manhã seguinte encontrava-se o vapor ancora do ao largo de Ponta Delgada, porto de mar de São Miguel. Embora esta ilha seja a maior e a mais bela dos Açores, o seu primeiro aspecto constitui surpresa desagradável. Inúmeros pequenos montes cónicos estendemse em fiada monótona e recortada por detrás da cidade. Vista de fora, Ponta Delgada assemelha-se à Horta. O seu comércio faz-se na maior parte com a Inglaterra, ao passo que o da Horta é com a América. É mais rica do que a Horta e possui algumas esplêndidas residências rodeadas de soberbos jardins, de fama mundial. Há uma pequena colónia inglesa formada de gente agradável, e uma igreja inglesa. Pouco se poderá dizer do hotel inglês mas pode conseguir-se pensão por preços módicos em casas de famí-

lia. Nestas condições verifica-se, sem dúvida, que Ponta Delgada, com seu ar fino e frutas deliciosas, é excelente estação de inverno. São Miguel tem uma temperatura anual média de 60 graus, isto é, doze graus mais do que Roma ou Nice e cinco mais do que Lisboa.

O carro de bois de São Miguel é dotado de rodas enormes, com raios, e é puxado por um boi entre dois varais. As mulheres usam um capote peculiar e os homens uma carapuca ou barrete largo, de pano, com enorme pala e uma ampla cobertura atrás, cobrindo o pescoço e parte das costas. A maior cratera, a das Sete-Cidades, fica na extremidade noroeste da ilha. O seu maior diâmetro tem três milhas. No fundo desta vasta bacia encontram--se duas grandes lagoas: uma, a Lagoa Azul, devido à sua cor azul; a outra, a Lagoa Verde, por ser desta cor. É, porêm, na cratera conhecida por Vale das Furnas, que se encontra a maior surpreza e o ponto de maior atracção dos Açores. Fica este vale a vinte e sete milhas de distância de Ponta Delgada, na ponta oriental da ilha. Tira o seu nome das nascentes de água fervente e «geysers» de água mineral, que dele fazem uma estação de cura para certas doenças. No costumado carro de três mulas e bolieiro, mais três burros e outros tantos burriqueiros atrás, para levarem as bagagens, partimos para as Furnas. Deixando os arredores da cidade, tornam-se os montes mais altos, cobertos de pinheiros, parecidos com os nossos, ou antes, supostamente parecidos, se não fossem as pilhas de tábuas para as caixas de laranja, já serradas e depositadas nas matas. A laranja de São Miguel é a melhor do mundo, exportando-se anualmente centenas de caixas para Inglaterra. (1) A variedade natural de Marrocos, pequena, chata, de casca fina e sabor forte, conhecida por tangerina, também aqui se cultiva. A época da laranja vai de Novembro a Março. As que caem no chão nunca são aproveitadas. Acontece muitas vezes que algumas laranjas não chegam a amadurecer durante a estação. Secam nas árvo-

^{(1) —} É equivoco da autora. Exportavam-se muitos milhares e não centenas. (N. do T.).

res mas não caem e no ano seguinte atingem o seu tamanho completo e amadurecem no começo do verão. Apanhámos deliciosas tangerinas das árvores em Agosto, restos da colheita do ano anterior.

A estrada é excelente, de piso duro e levemente convexo, com valetas de pedra de ambos os lados, cantaria ao longo de todos os precipícios e pontes de pedra por sobre todas as grotas. Aqui e além, corriamos a toda a velocidade do alto de ladeiras até à beira do mar, ao encontro da fresca brisa e atravessando ràpidamente aldeias bonitas e curiosas e de pobreza directamente proporcional ao seu pitoresco. Mulheres meio nuas, de braços cruzados, indolentes e inactivas, com aspecto de impassivel desesperança em seus rostos, aliás sem expressão, vêem-se acocoradas no chão de seus casebres imundos, de mistura com galinhas e pombas. Bébés nus arrastavam-se ás portas e um bando de crianças brutais e selvagens lançou-se ruidosamente no nosso encalço, a pedir esmola.

Ao longo da estrada, murmuram velhas fontes de pedra e de suas bicas de bronze jorra a água fresca dos montes, para regalar o viajante fatigado. Mulheres enchem nas fontes suas grandes jarras vermelhas; outras represaram a água transbordante e lavam roupa na poça. Muitas trabalham nas ceifas. Grandes montes de milho estão nas eiras, e famílias inteiras, acocoradas aos lados. amarram os molhos das maçarocas pelas camisas. Os homens penduram depois os manchos em quatro paus altos, a secar, formando uma espécie de cabana a cujo cimo se chega por meio de uma escada de mão. São belos de colorido estes quados rurais. Do chão cinzento da eira, surgem, lado a lado, estas medas brancas como pérolas, ou alaranjadas, com o azul do firmamento, ou do oceano, ainda mais azul, ao fundo. Finalmente, foi atrelada ao nosso carro uma junta de bois, para o arranque final da encosta. Á medida que se sobe torna-se a terra mais estéril. As cabras trepam pelos estreitos atalhos dos montes. O tempo arrefecia. As núvens desciam. Os chuviscos começavam a molhar-nos. Pairava no sítio o silêncio, que nos incomodava. Se não fora a pequena e clara urze, parecia que entrávamos na terra da desolação. Por fim, corremos por estreita língua do planalto e parámos. Estupendo panorama se apresenta na nossa frente. A centenas de pés em baixo, o vale das Furnas, escancarado e fumegante, parecia um abismo sem fundo; o vapor dos «geysers» ou caldeiras, iluminado pelos últimos raios do sol poente, flamejava ao sair das profundezas. Prendendo uma sapata de ferro à roda trazeira do carro, arrastou-se o veículo por alguns pés, o cocheiro pôs o chicote em acção, e lá fomos a voar por ali abaixo, torneando perigosas curvas e agudos zigue--zagues, a correr loucamente pelos precipícios, tão perto dos maineis das beiras que quase desfaleciamos com os terriveis relances do abismo Iá em baixo.

As Furnas. A Grená e as Caldeiras

Chegados ao fundo, começam as exclamações. Há decerto uma novidade encantadora só com a ideia de habitar por momentos numa cratera extinta. Não tão extinta, porêm, que ainda não palpite em convulsões meio reprimidas de raiva interna ou não ruja sombrias ameaças de futuras explosões. Por outro lado, não está o vulcão tão activo que não permita ao homem erguer a sua habitação por sobre toda a sua superfície; que impeça os campos de trigo de ondular nas vertentes; que não permita o cultivo do inhame e da batata doce, tudo levado a uma luxuriante pujança. tropical pelos calores subterrâneos e regado pela espuma de seus regatos de água fervente. Hà uma boa hospedaria portuguesa na aldeia das Furnas, mas não era para ali que nos destinávamos. Encaminhámo-nos para uma propriedade inglesa a duas ou trêsmilhas de distância, cujo feitor está autorizado a receber alguns hóspedes, sempre que a família do dono da casa não esteja nela residindo. Mandando o nosso carro embora, logo num ápice se puseram às nossas ordens cinco burros e outros tantos burriqueiros. Partimos para casa do Snr. B. Serpenteando pelas encostas, entre montanhas, por onde ribeiras de água férrea correm em seus leitos ferruginosos, atravessámos as bordas da cratera das Furnas, do lado oposto ao daquele por onde haviamos entrado e descemos para novo vale, duplicação do primeiro, e tão profundo e maravilhoso como este. Deixando a estrada principal entrámos em estreito atalho de burros, seguindo a margem da lagoa até ao prédio da Grená. Sua grande casa branca, a única existente nesta cratera, apareceu-nos à vista a cerca de uma milha de distância, lindamente situada em alto terraço, apoiado por duas fortes tiras de terreno arborizado em declive até à lagoa.

Por detrás erguem-se rochedos majestosos como o Rochedo da Aguia, em Francoma Notch, rodeado de paisagem ainda mais surpreendente, visto estar relacionada com tão sublimes manifestações da natureza. Os milhafres voavam, aos gritos, por sobre as rochas. Nenhum outro ruído se ouvia além do tropear miudo dos burros. As nuvens rolavam e surgiam dentre os picos truncados da orla da cratera; o céu mostrava-se forrado, o vento gemia por entre os pinheiros — céu sombrio, vento melancólico. Aqui e além a superfície da água, ao longo da margem, borbulhava com branda agitação. Fumos de enxofre enchiam o ar. De ambos os lados do atalho, as rochas do caminho tortuoso em redor do rochedo, estavam quentes. De um poço próximo, cuja água fervia nas profundezas com movimento violento, subiam rolos espessos de vapor. Nada mais impressionante do que aquela viagem, ao anoitecer, em terra tão estranha — o lago tranquilo e escuro exalando em silêncio seus gases venenosos; o charco, um caldeirão feroz e quente, a ameaçar morte terrivel a quem o pé lhe escorregar na borda; o terreno, fendido e lacerado, a rugir em cada rocha e a suar por todos os poros pela luta terrivel com o gigante que arqueja por baixo, preso por momentos, sem que ninguém saiba quando se desprenderá com força devastadora sobre o risonho vale.

Com grande incómodo para ela e com cordialidade absolutamente não-inglesa, preparou-nos a governante quartos para nós e em breve nos encontrámos confortavelmente instalados. Fica a casa a mil pés acima do nivel do mar e por detrás dela abruptamente se levantam rochas à altura de outros mil.

A palsagem é encantadora, com a lagoa tranquila a reflectir, como em sonho, os belos montes e as profundas ravinas por entre as quais a formosa Eco repete frases inteiras. «Isto parece o

Tirol, parece Interlaken, exclamou a nossa doente, afastando a cortina após a chegada. Mas não se parece com nada, só se parece consigo mesma, porque não tem rival.

A nossa vida aqui era como um capítulo extraído do «Quits». Subir à cumieira antes do almoço para beber leite fresco na ocasião da ordenha, com pão escuro na algibeira e paus ferrados nas mãos, eis como «Nora» subia no Tirol. O cimo assemelhavase a uma solidão alpina, com seus fazedores de queijos aqui e além, seus cortadores de lenha e seus carvoeiros. Era como Nora a esperar, ansiosa, por seu primo Jack, de regresso de uma das suas aventuras, quando saímos ao luar e ouvimos os camponeses a gritar e a acordar os ecos do outro lado da lagoa e vozes lá muito ao longe, entre as montanhas, e figuras brancas passando em silêncio ao longo da margem e finalmente um objecto escuro a subir o atalho rente a nós, que vinha a ser o nosso colegial, de regresso da festa. O moleiro e o mateiro, Seppell e Rosel—encontramo-los todos aqui, mas com nomes portugueses.

A propriedade da Grená abrange mais de quatrocentos acres, compreendendo, entre outros pormenores, mil laranieiras. É dirigida pelo Snr. George Brown, grande conhecedor da flora da ilha, ardente amador da natureza e na posse de todos os seus segredos. É também pessoa bondosa e agradável e, com sua família cortês e amável, muito contribui para o encanto do lugar. Podemos vaguear durante horas pelas ruas tortuosas da Grená, escutando o canto dos canários, de que estão cheias as matas, ou a música mais suave das cascatas, tão admiráveis e tão belas como as de Staubbauch. Escasseia-me o tempo para descrever metade dos encantos da Grená. O ar é tonificante e alegre; a temperatura tão estável que o nosso termómetro só variou de 60 graus de manhã a 72 ao meio dia, durante as quatro semanas que ali passámos As temperaturas extremas são 75 graus no verão e 50 no inverno. Não é suficientemente quente para amadurecer os tomates, os figos ou as bananas.

As caldeiras ou «geysers» formam um motivo constante de interesse. As da Grená aparecem num estéril trato de pedra pomes e barro, de cerca de meio acre de extensão, cuja superfí-

cie está coberta de grossa camada de alúmen e soda. O chão soa a oco debaixo dos pés, saindo, a sibilar, vapor quente de cada fenda. Perto do poço fervente que já descrevi, ouve-se um perpétuo ruído, semelhante ao esparrinhar da água sob a acção rolante da roda num poço. Em baixo, o poço ressoa e treme com estrondo regular, idêntico à pulsação constante de uma máquina, e, a cada latejo, vomita água escaldante, coberta de escuma oleosa e deposita, nos bordos da caverna, um barro pegajoso. Chamamos ao lugar a Casa das Máquinas do Diabo, pois parece que ali está a força motriz de todas as convulsões infernais que nos cercam. Concluimos que o profeta que primeiro ameaçou os pecadores com o lago onde há fogo e enxofre vivia num país vulcânico e escreveu sobre aquilo que conhecia.

Lado a lado, tão pertinho que se pode meter o polegar num buraco e o indicador da mesma mão no outro, encontra-se água carbonatada frigidissima, a espumar como o champanhe, separada apenas por fina camada de barro, da água sulfúrea tão quente e tão agressiva que se torna difícil suportar-lhe o contacto ou o cheiro; e, o que é ainda mais notável, a nascente fria está em estado de ebulição tão activa como a quente.

Estão as caldeiras das Furnas situadas em sítio elevado, donde as águas são conduzidas em canos para os banhos e fontes. O chão está incrustado de cristais de enxofre, alumen e soda. É tão quente que uma cana introduzida nele fica tostada e é preciso andar rápidamente sobre ele. Nuvens sufocantes de vapor, carregadas de hidrogéneo sulfúreo, envolvem-nos o rosto em todas as direcções. A Boca do Inferno é um poço de aspecto feio, em escala muito mais ampla do que o da Grená. Os demónios encarcerados fazem ali uma bulha ensurdecedora. É como o roncar e o ribombar de um trovão distante, como o gorgolfar de um grande volume de água correndo através de uma abóbada subterrânea; como o bater grave de tambores. E a própria lama semi-líquida escura é projectada para o exterior como por uma bomba. Os camponezes usam-na como emplastro nas articulações reumáticas.

O terreno está perfurado de nascentes minerais de todas as espécies e temperaturas. Perto duma, que parecia chaminé queimada e meio demolida, com uma panela a ferver no fundo, certa mulher vigiava três maçarocas de milho, que ela para ali arremessára, a cozer para o almoço. O marido, ncutro caldeirão, cozera varas de salgueiro para fazer cestos e ocupa-se a tirar-lhes as cascas. A água transbordante do panelão corria ao longo do caminho até cair precipitadamente num inhamal, onde lhe seguimos o rasto pelo vapor que deixava.

Logo ali perto há uma nascente de água carbonatada, límpida, fria e efervescente, tão carregada de gás ácido carbónico que um pouco dele agitado numa garrafa expulsa a rolha com forte estampido. Á medida que bebiamos da água, chávena após chávena, a mulher que cozia o milho abanou a cabeça para nós, em tom de aprovação, e, pegando nos seus dois bébés, ergueu-os cada um de per si, levando-lhes as bocas à bica e dizendo: «dá apetite». O que mais admirava é que ela desejasse aguçar o apetite dos dois desgraçadinhos.

Passando através de um túnel, aquecido por emanações naturais e revestido de lindas eflorescências de enxofre e alumen, chegámos a quatro grandes tanques que fornecem a água para os banhos.

O balneário, de pedra cinzenta, não está ainda concluido. Fica situado em lugar aprazivel e é generosamente destinado pelo govêrno português à hospitalização de doentes, com estabelecimentos separados para os indivíduos dos dois sexos que não frequentam os banhos por motivo de doença. Os quartos de banho são amplos, cada qual com seu vestiário, de chão de pedra e banheiras de mármore onde se pode flutuar à vontade, metidas ao nível do chão. Quatro batoques abrem para cada banheira, e fornecem águas quentes e frias sulfúreas e férreas, à discrição do banhista. Os banhos são grátis para toda a gente, bastando apenas uma pequena gorjeta ao encarregado, no fim da estação.

A Vida Rural nas Furnas

A aldeia das Furnas é muito mais pitoresca do que outras quaisquer que até agora vimos. As ruas são mais estreitas e de piso tão duro que os aldeãos delas se servem para malhar cereal. Quando as atravessamos de burro, o animal escolhe cuidadosamente o caminho por entre montes de tremoço que os homens malham com mangoais em frente das portas. No primeiro livro das Geórgicas, imprime Virgílio nos italianos a necessidade de uma rotação de sementeiras, para evitar o cansaço do solo e defende em especial que se alterne uma leguminosa leve com um cereal mais exigente. Mudando a estação», diz ele, «deveis semear o trigo doirado naquele mesmo solo donde havieis primeiro colhido os alegres legumes de vagens ruidosas, ou as pequenas sementes da vicia, e as frágeis hastes e a floresta murmurante do amargo tremoço. Este bom conselho foi tão bem seguido pelos romanos que estes levaram consigo o tremoço para as províncias conquistadas E em todos os Açores, até hoje, a sementeira da leguminosa alterna com a dos cereais. Quando já tem três pés de altura é o tremoço cortado com uma espécie de podão de dois gumes e a resteva é enterrada como fertilizante. A semente do tremoço é muito amarga. Os camponeses das Furnas levam-no emsacos para o mar e depois de o haverem curtido pela imersão na água salgada durante alguns dias, vendem-no nos cantos das ruas como acepipe da quaresma. Em todas as voltas da estrada correm fontes ao lado das quais as mulheres, de trajes fantásticos, enchem jarras antigas. No sítio em que a ribeira corre por baixo da ponte, grupos de mulheres encontram-se sempre a lavar. Não raro topamos com crianças—uma rapariga com seu bibe sujoou um rapaz a cantar e a agitar a camisa emporcalhada - a caminho da ribeira. Seguindo-os, vê-los-emos esfregar os farrapitos tão hàbilmente como as mães.

As casas são todas de pedra, de um andar e de tectos altos, de palha. Dão directamente para a rua, sem páteos na frente, cada uma delas avançando um pouco mais do que a do vizinho, Peque-

na janela quadrada, que abre para dentro, fica ao alto da parede da frente e nunca se fecha senão à noite. A porta da rua está; sempre convidativamente aberta; e mesmo que a parte inferior se encontre fechada, a metade de cima abre-se francamente para o quarto. Que quadros encantadores vemos com frequência através dessas portas meio abertas! Aqui um Rembrandt, além um Rubens; um velho em mangas de camisa, com os braços em descanso no peitoril, a fumar, impassivel, o cabelo prateado a sair-lhe por debaixo de um barrete de cores vivas; ou um lenço, vermelho, posto no peito de uma mulher, a aliviar o fundo negro, e o rosto enrugado da velha contrastando vivamente com a cabeça branca de neve que se apoia, em meditação, sobre uma das mãos. Há também Murilos, porém de espécie menos atraente, dificels de mencionar perante ouvidos delicados.

O interior consiste num quarto de chão térreo, juncado de caruma de pinheiro. A mobília consta de duas camas que se tocam pés com pés e ocupam uma extremidade do quarto; duas cadeiras de Eastlake, que encheriam de inveja o coração do decorador moderno; um assento de pedra, de janela, fundo, debaixo da janela alta; um nicho na parede oposta, contendo em geral a imagem do Menino-Jesus e uma mesa. As camas são altas, com colchões de riscado feitos em casa, cheios de folhelho, musgo ou fibra mole e sedosa, colhida das raizes da Dicksonia culcita, feto muito abundante aqui; um travesseiro duro e redondo, sem almofadas. Quando a família é numerosa demais para caber nas duas camas, põem-se outras por debaixo daquelas, que à moite se desenrolam. No alto do tecto faz-se também um sótão para os rapazes grandes, pendurando um estrado de tábuas de través, no quarto de estar, por cima das outras camas. Muitas vezes aqui se veem os homens da família a descansar ao meio dia, enquanto em baixo a mulher, aliviando, a cantar, o trabalho monótono, faz mover e chiar a sonora lançadeira.

Vagueando de casa em casa no vale das Furnas, fácilmente esquecemos que estamos a viver nos meados do século dezanove tão primitivas são as ocupações dos habitantes.

«Alguns, em moinhos de mão Moiam o grão amarelo Outros teciam o linho Ou faziam girar o fuso, sentados, Com a mão leve e rápida, como as folhas do álamo.

Ou seguravam

A roca embrulhada em lã De cor, como a violeta:

Um seca o milho no espaçoso forno, ou

·Tece o cesto flexivel com varas de vimes>

ou vagarosamente constrói a sebe de canas flexiveis ou anda de casa em casa com um testo de brasas vivas.

Outros levam à cabeça grandes molhos de linho, que trazem dos campos, e outros ainda tasquinham-no, espadelam-no, fiam-no e torcem-no até ficar pronto para o tear. Poucos andam ociosos. O seu trabalho paciente e as suas vidas simples estão cheias de ticões para nós. Mostram-nos como é estreito o limite das verdadeiras necessidades da vida e como somos estravagantes e pródigos quer como individuos, quer como nação. Muitos deles nunca viram nada para além das paredes da cratera em que nasceram. Trabalham de sol a sol por um xelim diário. Comem pão de milho e bebem água da nascente, com alguns feijões amargos e um pouco de peixe seco, de vez em quando, a modo de manjar delicioso. Não possuem celeiros nem armazens; não havendo erva a cortar, o milho é guardado em casa, com a família e as galinhas, e as pombas empoleiram-se no tecto de palha. Não possuem, na sua maior parte, nem campo nem carro, nem boi, nem cavalo, nem burro, nem vaca, nem cabra. Não bebem chá nem café e raramente provam uma gota de leite. Mostram-se alegres no tempo do Natal, pois que toda a gente que o pode fazer mata o seu porco e troca presentes deste com os visinhos.

O camponês do Vale das Furnas utiliza tudo o que a terra dá. Alimenta o porco com alface brava, ervas do mato e folhas de

inhame. Entrança o vime e faz cordas e esteiras ou utiliza-o, bem como a caruma do pinheiro, para juncar o chão da casa. Do miolo, faz flores artificiais. Ainda do vime fabrica cestos que lhe servem também de carro, carrinho de mão e abanico. Usa a cana como bordão, como sebe ou para barrotes. O tecto da casa e o chapéu são de palha. O linho fornece-lhe a maior parte da roupa. As suas matérias corantes são plantas das encostas. O vulcão dá-lhe a pedra para a casa; o ribeiro, o barro para a louça. Faz a cama de musgo, de folhelho ou de cabelinho (seda dos fetos). A faia e a urze servem-lhe de combustivel. A sua maior ambição é possuir um candeeiro, um relógio ou um guarda chuva, tudo americano.

Um dos seus costumes mais pitorescos consiste em por alcunhas que, com o tempo, veem a prevalecer sobre o verdadeiro nome da pessoa. O incidente mais trivial dá origem à alcunha-Por exemplo, o verdadeiro nome do pai do António, um dos nossos burriqueiros, era Pereira; porém, numa matança de porco, em ocasião de grande folia, apensaram-lhe a alcunha de Rubica, ou rabo de porco, ao seu nome de baptismo. Assim, este António passou a chamar-se António Rubica. Se o chamassem António Pereira, ninguém saberia quem era. O nosso velho Francisco tem o epíteto de Panela e o filho dele, Manuel, soldado, é sempre modestamente conhecido por Manuel Panela.

António é um sujeito muito inteligente. Se fosse um «Yankee» seria considerado activo; como camponês português a sua energia, prontidão, sagacidade e percepção rápida, são notáveis. O nosso entusiasmo por tudo, muito lhe agrada. Põe-no em contraste com a imobilidade do «inglês». Ele e os outros burriqueiros não se poupam a esforços para nos entreter. Perguntámos-lhe um dia de quem gostava mais — dos americanos ou dos portugueses. É claro que ele disse — dos americanos — fazendo-nos depois rir perdidamente ao tentar explicar a diferença e dar a razão da preferência. É um artista perfeito da mímica, e com pantomimas sem igual e algumas palavras em português, deu-nos a mulher típica de ambas as nações.

A senhora americana cose, escreve, lê francês e alemão e toca piano; viaja; gosta de andar de burro e aprecia uma boa vista.

A senhora portuguesa não faz nada disto. Não lê. Fica em casa a abanar-se. Valsa, valsa, valsa sempre e não quer saber de mais nada senão dançar, dançar, dançar sempre. E, abanando-se fortemente com o chapéu, o António pos-se a valsar pela estrada fóra, para nos mostrar como ela o fazia.

Uma Balhor nas Furnas

Control of the Control of the first section of the section of the

Quarta-feira, 3 de Setembro. Dissemos ao António que gostaviamos de ver alguma dança; depois de várias consultas ficou decidido que houvesse um «balho» em casa do Francisco. Alvitrámos que a dança se realizasse na terça-feira mas logo notámos que o seu interesse diminuira subitamente. O António explicou então que a terça-feira era dia aziago. Não queteriam as senhoras escolher outro dia?

Pontualmente, às oito horas da noite de quarta-feira, apareceram os nossos homens com a Borboleta, os dois Cupidos e o burro sem nome, para nos levarem ao «balho» na aldeia, a duas milhas de distância. A lua entrára no quarto minguante mas a noite estava clara. As estrelas reflectiam-se no lago em baixo. Brilhantes aerólitos atravessavam ràpidamente o céu e espelhavam-se nas profundezas das águas plácidas em cuja superfície se projectava a casa e todos os ramos da mata adjacente. A noite, dos fins de Outubro, estava fresca e o ar húmido e pesado, carregado de fumos dos gases mefiticos. As rãs coaxavam melancólicamente. Rãs? perguntei, intencionalmente, ao António, Sim, senhora, rās, respondeu, jovial, carregando com força nos rr. A rua da aldeia era escura e tranquila; as janelas e as portas, fechadas, e por detrás delas saiam vozes sumidas, como de alguêm que se preparava para se deitar. Uma ou duas portas encontravam-se abertas e os que dentro se sentavam falavam em voz baixa. Chegando a casa, bateu vigorosamente o Francisco com a verdasca.

na porta, a qual lhe foi imediatamente aberta pela mulher. Minha mulher, disse, apresentando-a.

O quarto principal da casa estava artisticamente decorado com molhos de hidrângeas de cor azul-clara e enormes ramos de belos fetos. Os convidados, já reunidos, levantaram-se quando entrámos. «Aprendem-se aqui boas maneiras», disse-nos O.; e de facto assim era. Ninguém se mostrou embasbacado; não houve risinhos nem sinais com os cotovelos, em presença dos estrangeiros. Se nos comportamos com a mesma compostura, certamente honrámos a nossa nação. Estou certo de que em condições semelhantes, uma multidão de compatriotas nossos, de ambos os sexos, e da mesma categoria, ter-se-ia manifestado com rudeza e grosseria. A dona da casa fez o possível por nos obsequiar, exprimindo o seu grande desgosto pela ausência da filha do snr. B., que nos devia ter acompanhado. «Sofia é muito bonita», disse-nos, apontando para o próprio rosto, e «muito boa», pondo a mão no coração. Fazem cuidadosa distinção entre a beleza da cara e a beleza da alma. Depois de certa demora, parece que circulava entre os circunstantes um dito jocoso, que a dona da casa delicadamente nos explicou, segundo o qual alguém dissera que o tocador da viola costumava levar três meses a vestir-se para o «balho. Em breve, porém, apareceu o homem, de bela aparência, muito mais bem vestido do que os restantes - a cantar, a fumar, a tanger a viola e a dançar três passos e a arrastar os pés, quando entrava. Um a um colocaram-se os homens por detrás dele, até que se formou um'círculo no quarto; um a um, acenaram às mulheres e todos se puseram a dancar e a cantar, seguindo o guia, em duplo círculo, dando estalos com os dedos por cima das cabeças, ao compasso da viola. Com caras solenes prosseguiu o cortejo monótono. De vez em quando um dos homens botava cantiga em voz alta, com o que todos riam. Outro pegava-lhe na deixa e acrescentava-lhe quaisquer rimas ou uma mulher dava-lhe a réplica. Estas cantigas, cantadas ao som da viola, são sempre improvisadas e servem muitas vezes para transmitir alusões aceradas ou para dirigir ditos bem intencionados aos que se supõe estarem namorados.

Alguns destes improvisos aludiam à infeliz experiência matrimonial da parte do cantador. «Se a minha mulher morrer», disse um deles, «amarro-a com uma fita e vou em procura de outra, mais jóvem e mais bonita». Certas cantigas teem um sabor poético da India: «Eu já vi nascer o sol entre a flor da melancia, por isso ele anda amarelo, do principio ao fim do dia». A simplicidade dos temas e a ingenuidade da expressão, contrastam fortemente com o nosso convencio nalismo.

Um deles, vistosamente vestido como um bandoleiro espanhol, de calções de veludilho, jaqueta preta agaloada e debruada de veludo e faixa larga escarlate, batia o pé, na dança, cantando com voz retumbante: Quando eu canto até saltam da terra as sementes. Toda a gente riu da arrogância, excepto a dona da casa, que franziu as sobrancelhas como se receasse qualquer inconveniência do homem.

Terminada a charamba, seguiu-se a saudade, canção triste à viola. Muitas vezes escrevem «muitas saudades» no final das cartas. Enquanto prosseguia a dança, uma jóvem sentou-se ao lado de E., deitou a cabeça sobre o ombro dela, abraçou-a e apertou-a com afecto.

Seguiram-se danças mais alegres. Os dançarinos formavam em linha, como nós na nossa dança escocesa e iam aos pares até ao meio, numai série de movimentos balanceados, maravilhosos de ver. Quando nos retiramos marchavam de braço dado, com um pequeno passo pulado de vez em quando.

Não havia luz na aldeia quando regressámos a casa. O ladrar de um cão e o tropear dos burros eram os únicos ruidos que quebravam o silêncio da noite.

Quando torneavamos a rocha, Ernesto disse aos homens que se unissem num grito forte: alô. O eco foi magnifico. Retumbou pelos picos além e voltou até nós cada vez mais fraco, como se proviesse do país dos duendes, cada vez mais longinquo.

Embora já passasse da meia noite a snr. B., e Sofia estavam à porta à nossa espera e a Maria tinha deliciosa galinha fria à nossa disposição sobre a mesa da sala de jantar.

Adeus às Furnas

11

Sabado, 6 de Setembro. Na manhã de sábado, 6 de Setembro, cheios de sono e ainda deitados, fomos repentinamente acordados por fortes pancadas na porta. «Mais um tremor de terra», disse comigo mesma, já familiarizada com ocorrência tão trivial durante um mês de permanência na cratera de um vulcão extinto. «Horas de almoço», exclamou, meio a dormir, a nossa doente, voltando-se para o outro lado da cama.

Bateram novamente, com mais força. «Quem está?» gritei. «Sou eu, a Maria», replicou a nossa criada de todo o serviço, na sua costumada voz baixa. Fui abrir a porta. A criada entregou-me uma carta. Era para o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, nosso colegial, que havia duas horas partira com o António Rubica até ao Pico da Vara, a montanha mais alta de S. Miguel. Abrimos a carta e por ela soubemos que o vapor vindo dos Estados Unidos era esperado mais cedo e que partiria sem demora para a Madeira; que o cônsul mandára na véspera um carro com a carta para nos buscar, informando nos de que deveriamos estar em Ponta Delgada às seis horas da tarde daquele mesmo dia; e, acrescentou Maria, com um sorriso «diz que se não forem, tomará outros passageiros».

O desmazelado cocheiro português chegára na véspera às Furnas, a tempo e horas, com ordem expressa de andar a toda a velocidade e voltar o mais cedo possível no dia seguinte. Em vez de nos levar o recado sem demora, o idiota irresponsável, andára toda a noite a beber com os amigos na aldeia. Cavaqueava de manhã com meia dúzia de campónios, que passaram pela nossa casa, bem podendo qualquer deles ser o portador da carta, a tempo de se evitar a excursão do estudante Poderia o cocheiro ter feito várias coisas para apressar o nosso regresso, mas não o fizera, como coisa natural. Mas «Paciência, sempre paciência».

Ne vous dérangez jamais.

E ali estávamos, com quatro malas a emalar, a chave de uma delas no bolso de G. e este mais o António e os burros a galo-

par noutra direcção, já com duas horas de marcha; a nossa roupa branca nas celhas em casa do Francisco, a duas milhas de distância, na aldeia; com os burros para nós e para a nossa bagagem, ainda por alugar nas Furnas; sem se conhecer o paradeiro do cocheiro e com 27 milhas de montes e vales a separar-nos do vapor onde viajaríamos ao fim destes trabalhos. Mandámos portadores a pé em todas as direcções. Um para os montes, por atalhos, à procura do António e do G., se fosse possível; outro para a cidade, para explicar ao capitão H. a causa da demora e pedir-lhe que esperasse por nós; um terceiro para a aldeia, a buscar a roupa molhada mais os burros vagarosos; ao passo que um quarto ficou postado numa encruzilhada do caminho para interceptar os excursionistas se por acaso regressassem por outra estrada. Ás dez horas encontravam-se as malas prontas e às costas dos burros com a promessa de que estes estariam na cidade às cinco da tarde, o mais tardar.

Caminhámos para a aldeia a esperar a chegada de G. em casa do Francisco, ganhando asslm um avanço de duas milhas. Colocando o Manuel e o pequeno António em diferentes pontos da estrada, de vigia aos excursionistas, apanhámos o cocheiro e ordenámos-lhe que subisse ao cimo da ladeira e ali nos esperasse com o carro, por lhe não ser possivel arrastar-nos sem os bois. Tão inocentemente como se ele próprio não fosse a causa de toda esta complicação, deu-nos o homem a entender que o senhor Tomás (a) lhe havia recomendado que não partisse mais tarde do que o meio dia. Assim, já com tudo pronto, quanto se podia aprontar, sentámo-nos na cozinha do Francisco, à espera. Paciência, exclamou a mulher daquele, animadoramente; e, a sorrir sem vontade, continuou a passar roupa a ferro

Fazia este serviço com o que ela chamava «ferros americanos», embora eu nunca os visse no nosso país — um grande
ferro como uma caixa, com um tacho cheio de brasas de madeira
ao lado e uma chaminé que lhe dava o aspecto de locomotiva

⁽a) Tomás Hickling Junior, cônsul dos Estados Unidos em Ponta Delgada (N. do T.)

nova. A mulher puxou-o vagarosamente de um lado para o outro cerca de vinte vezes sobre cada punho de uma camisa; a seguir, apagou-o e sentou-se a tagarelar com a filha e com uma rapariga da vizinhança, que lhe fazia costura. Depois, pegando numa roca e começando a fiar, parecia tomada de grande admiração por si mesma e perguntou-nos em português se o seu marido não era um homem feliz por ter uma mulher que sabia cozinhar, lavar e passar a ferro, fazer vestidos, fiar e tecer.

Garantindo-lhe que era caso para o felicitar, corri à rua para me certificar de que as nossas sentinelas estavam vigilantes e com grande satisfação encontrei os nossos alpinistas. Tinham estado no topo do pico; a chuva grossa obrigára-os, porêm, a descer. Por qualquer razão misteriosa desencontraram-se do nosso mensageiro e, por mera boa sorte, ali estavam à uma hora e meia da tarde em vez de ao entardecer. Pondo termo às perguntas de O, fizemo-lo montar num burro folgado e partimos para «o Alto»(1).

Os habitantes, que já naquele momento eram conhecedores de toda a história, reunidos em grupos ruidosos na rua, exclamavam: Boa viagem, atrás de nós. Chegámos finalmente «ao Alto» onde recebemos as últimas despedidas. Adeus! gritou o Manuel, num inglês pausado, como derradeira homenagem às nossas pessoas. O António, sempre engraçado, pos a mão no peito e tentou parecer comovido. «Em breve virão mais americanos, António», dissemos-lhe, à guisa de consolação. «Ah, senhora, mas não tão bons nem tão bonitos», cumprimento cortês com que o príncipe dos nossos burriqueiros tem decerto saudado os fregueses que se retiram, há dez anos a esta parte.

And the second

The state of the s

⁽¹⁾ Deve tratar-se do alto, sobranceiro as Furnas, hoje denominado Pedras do Galego. (N. do T.)

Complicações

Sábado, 6 de Setembro.— «Depressa!», gritámos ao cocheiro. Em resposta, o homem enrolou devagar um cigarrinho, acendeu-o e pos-se a consertar os arreios com um pedacito de pau em vez de uma lingueta de fivela, que se perdera. «Depressa», gritámos novamente em coro. Durante alguns minutos andámos depressa depois, o cocheir o passou tranquilamente as rédeas ao G., e adormeceu na caixa. Aproveitando a excelente oportunidade, o G. fustigou sem cessar as mulas; mas nada as fazia andar depressa e assim entregámo-nos à nossa sorte. A cada descida, em que a velocidade poderia ser aumentada, apeava-se o cocheiro, assentava uma sapata de ferro a uma das rodas trazeiras e assim nos arrastávamos penosamente pela ladeira abaixo para parar em ponto morto ao fundo da mesma e subir de novo com esforço.

Finalmente, anunciou o cocheiro que teríamos de esperar

pela junta de bois. Aqui esgotou-se-nos a paciência.

Deixando ao G. o cuidado de guiar, avançámos a pé. Parecia que o carro não chegaria a apanhar-nos; mas, quando isto aconteceu, não havía bois. O G. ficou a duvidar se o cocheiro de facto tencionava arranjar os bois ou se parára apenas na intenção de dar dois dedos de cavaco aos seus patrícios.

Ás 8 da noite chegámos aos subúrbios da cidade, avistámos o porto e sentimos grande alívio quando distinguimos ao longe o vapor, iluminado. É claro que a nossa pressa passou então a ser maior do que nunca. Mas, que fez o maroto do cocheiro? Aproximou-se de uma taberna, apeou-se, entrou na locanda, atirou dinheiro para o balcão e emborcou um copo, como se tivesse na frente toda uma elernidade! Ficámos irritados. Mandámos o G. com ordem de o arrastar para fora. Um quarto de hora depois saíu a sorrir, e, acendendo com vagar as lanternas, avançou a passo rápido. Truz-truz, à porta do cônsul. Ninguém respondeu. Finalmente apareceu aquele, que nos aconselhou a seguirmos sem demora para bordo. Das arcadas do cais surgiu o nosso mensageiro, quando falávamos, excitados. O capitão estava impaciente

por largar; a bagagem ainda não chegára; tinhamos de ir para bordo sem demora ou ficar em terra.

Voámos ao hotel. Ali disseram-nos ser inútil esperar pelas bagagens; que os homens, sabendo que tinham já um atrazo de três horas, ficariam toda a noite fora da cidade e só chegariam de manhã cedo. A essa hora já o «Mississipi» estaria a caminho da Madeira.

Despachámos um barco para o vapor, a informar o comandante de que nos encontrávamos na cidade e de que a nossa bagagem era esperada a cada momento. Quereria ele esperar ? Enquanto se mantinha a dúvida, nova complicação surgiu. A alfândega não despachava a bagagem depois das sete horas. E já passava das oito e meia. Mandou-se recado ao director da alfândega, que estava a divertir-se no club, a pedir-lhe que dilatasse um pouco a hora, Em resposta, disse aquele funcionário que o faria ao vapor da carreira regular (da linha portuguesa), mas não ao «Mississipi». Ferveu-nos o sangue. O que se podia fazer a um português, por que se não faria a um americano livre? Mandámos G. ao cônsul a fim de que este fosse falar pessoalmente ao director e exigir-lhe o despacho da nossa bagagem. No entretanto chegou a informação do capitão de que o vapor esperaria até às 11 horas, mas «nem um minuto mais». O G. voltou desanimado. O senhor Tomás tinha «receio do ar da noite e não podia sair de casa», mas dera-lhe um bilhete para o director. Munido do bilhete, G. conseguiu finalmente entrar no club e obteve autorização do director para que a nossa bagagem fosse levada para bordo a qualquer hora antes da meia noite. Sem nada dizer, sentámo-nos e esperámos.

Já eram dez horas quando nos chegou a boa nova de que os burros com a bagagem estavam no cais. Para lá nos dirigimo a passo rápido. Havia, de facto, pressa. Atravessámos a arcada e saímos no cais. Estava tudo às escuras. Nada se ouvia, a não ser a água a bater na muralha. Num banco, dormia um homem. Acordámo-lo. «Onde estavam os burros»? «E os bar queiros?» Cheio de sono, apontou através de uma longa série de colunas em direcção ao cais no outro lado do paredão. O G. mergulhou na escuridão, a gritar «Salema!» Vimo-lo, por fim, no outro lado, a

saltar sobre barris e gritámos-lhe para que não caísse à água. Voltou descoroçoado. Pensara que os homens nos esperavam no desembarcadoiro acima e para ali se dirigiu apressadamente. As luzes do vapor subiam e desciam com a vaga, a distância, parecendo à nossa fantasia excitada que o barco já levantára ferro. Voltámos uma vez mais para a beira da água, através duma arcada longa e escura. Um soldado, de espingarda polida, estava de sentinela, olhando-nos suspeitoso. Um guarda da alfândega passeava de um lado para o outro, na extremidade do cais. Perto ficava uma pilha de bagagens. Mal se distinguiam as silhuetas de quatro burros e dos seus condutores. Ouviu-se o ruído dos remos nas forquetas, a aproximar-se do cais. Quando deram por nós, os homens levantaram-se e começaram a clamar pela gorjeta. Censurando-os àsperamente por chegarem tão tarde, despedimo-los e mandámos a bagagem para bordo.

. «Não é possivel, senhora», exclamou o funcionário aduaneiro Triunfantemente agitámos a licença em frente dos olhos do hom em persistindo; contentou-se ele com chamar a nossa atenção para o facto de que a autorização só era válida até à meia noite.

Receosos de mais demoras, embarcámos. Quase duas milhas de mar agitado nos separavam do navio. Chegariamos, de facto, a bordo? Quando remávamos por debaixo da popa negra, fui tomada por um calafrio. Arremessaram, de cima, uma corda, que caiu pesadamente sobre a cabeca da nossa artista, atirando-lhe os óculos para o fundo do barco. Este elevou-se, não sem perigo, com a vaga, batendo de encontro às escadas do navio. Uma figura inclinou-se na amurada e perguntou com certa aspereza; «Quem é que você tem aí?» Alguém, ao lado, segredou: «São as senhoras». O capitão desceu a escada «Chegaram, então, mesmo à última hora» disse ele. E mal pusemos pé no convés, pos-se o vapor em marcha para a Madeira. Recebeu-nos uma criada céltica, volúvel, que nos meteu nas camas; mas os nervos, excitados, recusaram aquietarse e nesse estado de fadiga, sem sono, que se segue a uma terrive¹ tensão, passámos o resto da noite. Os três dias seguintes, como para mim, são quase todos os dias passados no mar, estão em branco no meu diário.

Na Madeira

Terça-feira, 9 de Setembro — Hoje, às 5 da madrugada, subi para o convés. Costeávamos o sul da Madeira. Este arquipélago consta de cinco ilhas — a Madeira, de 12 milhas de largura por 35 d comprimento; três ilhotas pequenas e desabitadas, a sudoeste, chamadas Desertas; e Porto Santo, a nordeste. Esta última é principalmente notável por haver sido a residência temporária de Colombo enquanto meditava nos seus planos sobre uma passagem mais curta para a India.

Embora vulcânica, a Madeira tem um aspecto diferente dos Açores, com poucas montanhas cónicas e nenhumas crateras visiveis. Uma cordilheira denteada que, em alguns picos, se eleva à altura de 6.000 pés, forma, como nos Açores, o espinhaço da ilhao Desta massa central, a intervalos quase regulares, ingremes ravinas, formando como que suportes da cadeia principal, estendem-se até à costa. Entre estes sulcos ficam os vales ricamente cultivados, erguendo-se em declive desde o mar à base da massa central. A costa, ao sopé destes vales, é recortada, formando pequenas baías hemisféricas entre as pontas. Nestas baías ficam as aldeias da Madeira.

A ilha parece levantar-se em terraços naturais, muito simplesa partir do mar, até às vertentes das montanhas e nos vales intervenientes. Estes terraços são de um verde muito vivo, servindo para a cultura da cana do açucar.

Aqui e além, ao longo da costa, funcionam engenhos de açucar. Por quarenta milhas navegamos muito perto de terra Em breve desaparecem os terraços e em vez de serras inclinadas, os cimos dos montes terminam abruptamente em majestosos precipícios, de superfícies claras, de um a dois mil pés de altura. Estas rochas de lava, teem a cor geral da nossa velha pedra vermelha arenosa, com largas fendas de grafite, de sienito queimado e de vermelhão puro atravessando as suas faces em linhas irregulares. A beleza da sua cor, grandeza de forma e majestosa altura, são indescritiveis.

Cada socalco de rocha, cada sitio aproveitável, tudo está cul-

tivado e revestido da mais rica verdura. É esta a região dos vinhedos, onde se faz o famoso vinho da Madeira.

Uma estrada pitoresca em redor da ilha segue as tortuosidades da costa. Agora, é um socalco estreito cortado baixo, mesmo à superfície da rocha. Depois, avistamo-la lá em cima, em alturas que causam vertigens. Agora vemo-la a trepar em volta de um cabeço escarpado através de um túnel iluminado por fendas, com janelas, recortadas na pedra sólida; além a estrada salta de rocha em rocha, mesmo à beira do mar, sobre fortes muralhas de alvenaria.

Por fim, surgem dois montes cónicos, de cimos aplanados; e, contornando um ponto baixo, encontramo-nos ao largo de «Loo Rock», a cidadela tão conhecida das gravuras de geografia da nossa infância — no porto do Funchal, capital da Madeira

A cidade é formada de uma massa compacta de casas de pedra, caiadas de branco, amarelo, castanho ou cor de rosa, de dois ou três andares e quase todas com telhados de quatro águas ou em pirâmides, cobertos de telhas. A parte principal da cidade fica ao longo da linha do mar e as vertentes dos montes erguem-se em escarpa por detrás até à ponta mais alta de terra. Duas enormes gargantas dividem aqui a ilha em três partes. As encostas estão salpicadas de bonitas casas de campo. Uma igreja com duas torres altas e brancas fica lá no alto, a 200 pés acima do nível do mar. A residência do governador, edifício longo, de cor amarela, de janelas em arco, está situada no cais, donde parte uma bela avenida de sicómoros até ao interior da cidade. Navegando vagarosamente no porto, passámos por um brigue americano, ancorado, com uma bandeira amarela a flutuar no topo do mastro. O caso não nos pareceu de bom augúrio.

A baía está cheia de barcos pintados de cores alegres, verdes, amarelos, azuis, pretos, alaranjados, com uma listra branca ou cor de laranja no alto da borda e a quilha erguendo-se à altura de um homem acima da amurada, tanto na proa como na popa. Um desses barcos, ostentando a bandeira portuguesa e coberto com um toldo, aproxima-se solenemente do vapor. É o «barco da saúde», como lhe chama o criado, que fala português, onde vêm o nosso

consignatário e o médico da saúde, em uniforme. O capitão desce a escada.

Tiram-se os chapéus.

«De que porto vêem?»

«De New-Bedford».

•Quantos passageiros? Quantos de 3.ª classe? Há alguma doença? Alguns mortos? Há médico a bordo?».

Graças a Deus, não há doenças, nem mortos e há um bom médico a bordo; todavia a terrivel sentença cai-nos em cheio: Teem de ficar de quarentena, durante cinco dias, pelo menos. Tudo por causa da febre amarela em Menfis.

Somos demasiado orgulhosos para nos queixarmos. Nenhum protesto se ouviu. Todos sentimos a inutilidade de argumentar contra o excessivo formalismo idiota de tal governo. Um indivíduo, entontecido pelo enjôo, deixa cair algumas lágrimas. O nosso capitão, com polida ironia, pede ao consignatário do vapor que telegrafe ao cônsul de Portugal em New-Bedford, John Tucker, para que este informe se algumas mortes por febre amarela ocorreram naquele porto desde a saída do barco. Se não, teremos, com certeza, livre prática.

De quarentena ao largo do Funchal

Foi posta uma guarda a bordo. Recebemos ordem de hastear uma bandeira amarela e ancorar ao largo da cidade, em zona de quarentena. Sentimo-nos como leprosos, em estado desesperado. Um vapor inglês procedente do Gabão está à nossa frente. Dentro de uma ou duas horas partirá, levando correspondência. Pusemo-nos a escrever, como desabafo da nossa desgraça. É desesperador ficar aqui, enjoados, a pouca distância da terra, ao balanço da vaga, impelidos preguiçosamente, ao sabor do vento, em redor das correntes da âncora, a ver o outro vapor descarregar carga e passageiros.

Como se pretendesse zombar da nossa desgraça, aproximou-se um barco com uvas Moscatel, brancas, cada uma delas como

uma noz do Brasil, em cachos de pé de comprido, de oito libras de peso.

Fazemos sinal a um barco para nos levar as cartas para terra. Aparece um, mas logo recebe ordem de retroceder, que lhe dá um guarda, dizendo ser necessário licença da alfândega para poder executar esse serviço. Felizmente, o vapor inglês teve demora no porto. Ás cinco, volta o barco da alfândega com um funcionário solene. As cartas são descidas, passando pelas mãos de todos os barqueiros até uma caixa fumigatória à popa, depois do que seguem para terra.

A noite cai. Não há resposta ao nosso telegrama, esperada já há horas. As vagas crescem Evidentemente desconfiado de alguma tentativa da nossa parte para desembarcar, aparece um barco de vigia ao vapor. Vemo-lo a rondar em volta, durante toda aquela noite longa, escura e borrascosa, sentindo nós um prazer selvagem por sabermos que os seus ocupantes sofriam, como nós, os mesmos incómodos. Agora sabemos como se sentia Napoleão em Santa Helena.

Na quarta-feira, 10 de Setembro, continuamos de quarentena, longe de terra, com forte ondulação, num ambiente penoso, à mercê do vento e da vaga e infelizes, por todos os modos. Já são onze e meia da manhã, sete e meia en New-Bedford e John Tucker ainda não chegou ao escritório Mal provamos o jantar. O capitão anda, também, mal humorado Às três da tarde, já desesperados, reunimos um conselho de guerra e resolvemos dirigir uma petição ao cônsul americano. Redige-se eloquente apelo. Porque é que, interrogámos, «não são também considerados infectados os barqueiros que pegam em cartas infectadas? Porque são desembarcadas de um navio infectado prensas para vinho e aduelas de pipas? E porque estamos aqui como prisioneiros quando os passageiros de proa do nosso vapor com seus colchões e roupas de cama, já desembarcaram nos Açores?

De um barco responderam ao nosso sinal. O E. entrega a carta, pela amurada do navio, aos barqueiros. «Não é possivel», grita o guarda, agarrando a carta. «Não pode seguir». «Mas tem de seguir» exclamou a nossa pequena companheira. E o capitão.

vindo em auxílio dela, ordenou ao guarda que mandasse chamar o médico da saúde, para «fazer uma visita». Deste modo, são necessários seis homens musculosos, mais o médico da saúde, e quatro milhas de rijas remadas, para levar para terra a minha inofensiva e pequena carta A resposta do nosso cônsul, em que ele considerava como injustificável perseguição o tratamento que recebíamos, actuou em nós como um tónico.

Na quinta-feira, 11 de Setembro, é mandado retirar pelo guarda um barco que tentava trazer-nos fruta e flores. As coisas complicam-se a nosso respeito. Entram e saem navios vindos da Inglaterra e da África e o nosso barco continua na mesma situação. Mais um anoitecer e nada de notícias da América. Que pôr-do-sol! As Desertas banhadas de cor de rosa brilhante; os rochedos orientais da Madeira, de carmezim carregado, abrandando para violeta; os picos em forma de cúpula brilhando como oiro polido que se intensifica em rica cor de cobre, quando o sol descai; as gargantas profundas e negras e as nuvens como gaze azul a flutuar sobre elas.

No dia seguinte, os homens levantam-se às 4 da manhã para pescar. É uma cena curiosa, a de uma fila de homens a arrastar as linhas por cima da amurada do navio, com chaves de relógio a servir de chumbo. Os seus esforços piscatórios nem sempre são coroados de êxito. Cardumes inteiros de um peixe azul pálido brincam em volta do vapor e mordem o chumbo, sem tocar na isca nem no anzol. Um calemburista mediocre observa que eles desejam as chaves para a vigia em baixo. Chegáramos a um tal estado de irritação que nem mesmo um gracejo sem graça nos fazia rir.

Ninguém toca no almoço. Finalmente, um a voz tristonha vinda da popa, exclama: «Lá vem o barco com o toldo». Ninguém se mexe. Na esteira do barco oficial aparece mais um, depois outro e o utro.

Evidentemente, está passado o perigo de contágio. Precipita mo-nos para as escadas. O capitão desce. Faz-se um silêncio penoso durante alguns segundos. Ninguém quer dizer nada?

«Está tudo bem em New-Bedford» exclama vagarosamente o

médico da saúde; já estão livres». «Toca a arriar essa bandeira amarela e a içar a bandeira nacional», ordenou com voz rápida o capitão. Nós aplaudimos e o funcionário de saúde franze a testa.

Parecia que aquele trapo amarelo e sujo não queria descer; estremece um pouco, depois cai, e a querida e velha bandeira dos Estados Unidos, a mais formosa de todo o mundo, sobe ràpidamente ao tope do mastro e flutua à brisa em toda a sua beleza. Humedecem-se muitos olhos. «Ora!», exclama alguém, «não sejam sentimentais.» Saiam fora da vista da bandeira e deixem de ouvir a nobre e velha língua saxónica, passando a viver por algum tempo sob um despotismo mesquinho e digam-me depois que tal acharam».

Os nossos amigos de terra acercaram-se para nos felicitar. Tenho o orgulho de dizer que não houve acepipes, nem aguardente com água, nem vinho, nem cerveja. O capitão H. possui princípios demasiado sólidos para intoxicar o cérebro e imobilizar a mão com bebidas alcoólicas, pois não esquece que tem à sua responsabilidade a tripulação, os passageiros e a carga do navio.

Em ferra

Sexta-feira, 12 de Setembro. Fomos para terra num dos estranhos barquinhos, seguido por velha e minúscula banheira cheia de rapazotes nus, que pediam dinheiro Arremessámo-lhes algumas pequenas moedas de prata à maior distância possível do seu barco, para o mar fundo.

Os rapazes mergulhavam como raios e, apanhando a moeda antes que tocasse no fundo, anunciavam o seu valor quando vinham à superfície, bufando e soprando a àgua que lhes entrára nas bocas.

A rebentação tornava-se mais forte à medida que nos aproximávamos da praia em declive. Três ou quatro homens arregaçaram as calças de linho branco até aos quadris, e, mergulhando na água, agarraram a nossa ré e amarraram-lhe uma corda cuja extremidade foi presa a dois bois em terra. Com aguilhões e gritos puseram-se os bois em marcha, arrastando barco e tudo até ao fim da praia coberta de seixos. Assim, finalmente, pusemos pé em terra na Madeira.

A cidade do Funchal mostra mais sinais de riqueza e de conforto do que quaisquer outras que já visitámos nas ilhas. Subindo a bela avenida de sicómoros familiares, chegámos à Praça, recinto ensombrado por árvores de mogno da Madeira e figueiras da India, que ocupam o meio da rua principal da cidade. Uma velha catedral, com um belo tecto de talha de madeira de zimbro, fica situada na extremidade da Praça. Na outra vê-se um velho e curioso forte com pequenos torreões ponteagudos nos ângulos.

Seguidos de uma multidão importuna que pedia dinheiro ou oferecia as suas mercadorias, rendas, trabalhos de madeira e cestos, entrámos no mercado por um grande portão de pedra. É recinto de boas sombras e bem pavimentado, com mulheres acocoradas no chão por detrás de enormes cestos, que continham, ao que nos pareceu, as frutas de todas as zonas e estações — uvas de todas as cores e qualidades, laranjas, limões, bananas, figos, mangas, maçãs rosadas, goiabas, maçãs, peras, nectarinas, pêssegos e melões. Dentro do mercado há um edifício circular utilizado como circo. Não há teatro na Madeira, mas os espectáculos mãis populares são os que teem o nome de um circo americano.

Um deles tinha acabado de se retirar. Constava de vários atletas e de um leão verdadeiro. Este último produziu grande sensação, pois que até agora só leões estofados haviam aparecido aqui. Próximo do mercado fica o Royal Edinburgh Hotel, mais pomposo de nome do que de facto, mas excelente sob todos os aspectos. Mais parecido no exterior com um chalé inglês do que com um hotel, fica situado no meio de aprazível jardim, cercado por um muro de pedra do doze pés de altura por dois de grossura, como todas as propriedades neste género nas ilhas que temos visitado. Toda a superfície do jardim está coberta por sombria latada sob a qual florescem rosas, jasmins do Cabo, hibiscos e alteias de todos os tons. Na nossa sala de jantar abrem-se de par em par grandes portas de dois batentes que dão para um

pátio calcetado em toda a extensão das trazeiras da casa, com uma muralha marítima contra a qual batem suavemente as vagas do Atlântico. Este pátio, tal como o jardim, forma um caramanchão, constituido pelos ramos entrelaçados de árvores, de onde pendem gaiolas cheias de aves tropicais. Por toda a parte, fetos de rara beleza; lagartos correndo pelos muros e cadeiras de vimes a tentarem o ocioso a cada passo. A estação inglesa dura apenas de Outubro a Maio, por isso há ainda poucos hóspedes.

Transportes originais

Como temos de aproveitar o tempo o melhor possível, chamámos um carro, ou trenó puxado por bois, para um passeio antes do jantar. São os veículos mais singulares que é possível imaginar. Parecem-se com dois trenós toscos, feitos de vimes, largos e pesados, sem pranchas de ligação, mas juntos nas extremidades. Uma portinhola preta, de madeira, de cada lado, e na porta o número do carro em grandes algarismos amarelos. Esta construção desajeitada é montada em duas peças corredouras baixas, de madeira, de extremidades arredondadas, grandes e de feitura rude.

As almofadas são cobertas de damasco vermelho e uma armação de ferro suporta a coberta, que é de pano preto brilhante. As cortinas da frente, detrás e dos lados do carro são de algodão branco.

Estão presas com cadarços ou deixam-se flutuar à brisa, à vontade do passageiro.

O carro não tem frente nem trazeira e a junta de bois amarelados pode ser atrelada a qualquer das extremidades. A canga é da mais rudimentar feitura e a língua do trenó está presa ao mesmo por uma tira de couro, com os pelos à vista.

Um homem com pesado aguilhão vai ao lado do veículo. Um rapaz, com uma chibata de cabelo de cavalo vai à frente do gado. Enxota as moscas aos bois e guia-os com a extremidade mais grossa da vara, incitando os animais, aos gritos. O trabalho do

homem consiste em evitar que o trenó deslize pelas ladeiras ingremes e ao voltar as esquinas das ruas. Consegue isto umas vezes atirando a aguilhada para debaixo da corredoura, outras metendo os ombros contra o corpo do carro. De vez em quando corre à frente do trenó e atira para debaixo das corredouras uma porção de sebo para facilitar o andamento.

Não há carruagens na cidade visto ser impossível usá-las nas estradas inclinadas da ilha. De facto, não há veículos de rodas na Madeira. As senhoras fazem as suas visitas a cavalo ou em redes. Quando a cavalo, levam as suas sombrinhas e são acompanhadas por um burriqueiro ou arrieiro, que conduz o animal e enxota as moscas com a chibata. Os passeios de machila levam-se a efeito na perfeição, no Funchal. Aluga-se uma rede com os guias em qualquer esquina, como se aluga um cavalo em Boston. A rede é coberta numa extremidade com um dossel de cambraia cor de rosa ou azul, e larga franja da mesma fazenda, pendurada dos dois lados da machila, esconde o passageiro, que vai encostado. Todas teem colchão e almofadas. Especialmente apropriada para senhoras e doentes, não se julgue que é desdenhada pelo sexo forte. Pelo contrário, encontra-se o negociante robusto que regressa tarde a casa para o jantar, reclinado voluptuosamente na sua rede, lendo a correspondência ou o jornal da noite, durante a marcha.

Todo o tráfego é feito num veículo semelhante a um barco, uma simples tábua de mão mais de 18 polegadas de largo, puxada por bois. As ruas são pavimentadas com pequenos seixos de praia, postos nas margens, sendo a calçada muitas vezes dividida em três secções estreitas por duas fiadas de pedras roladas, maiores. Não há passeios e os pavimentos estão de tal modo gastos e amaciados pela constante passagem dos *carros* com as corredouras ensebadas, que é impossível ao peão calçado subir as ruas ingremes e escorregadias.

O carro é um meio de transporte agradável, embora não seja rápido. Viajámos por algumas milhas ao longo da costa entre muros altos e debaixo de latadas cobertas de grandes massas de buganvílias em completa floração. Passámos pelo Sanatório dos Tuberculosos, hospital público fundado pela Rainha de Portugal,

cuja filha aqui morreu daquela terrivel doença. A Madeira, com um ar seco e tonificante e temperatura média de 65 graus, é agora considerada preferivel ao Sul da Europa para as doenças pulmonares incipientes. Apeamo nos no cemitério português. As pedras tumulares continham fotografias dos mortos. Ao longo das paredes havia buganvílias de troncos tão grossos como o corpo de uma criança.

Visitas a lugares de interesse

Sábado, 13 de Setembro. Saímos de manhã cedo para dar uma volta pelas lojas. Nestas abundam trabalhos em-madeira embutida, para os Quais se utilizam com a maior vantagem excelentes madeiras de marcenaria, de que a ilha tira o nome. A base de todos estes embutidos é a madeira de til, que só se encontra nesta ilha e nas Canárias. Parece-se com o pau rosa, na cor e na possibilidade do seu perfeito envernizamento. Encontrámos bordados que rivalizam com os da França, tanto em qualidade, como em preço: cestos, esteiras e mobilias de vimes, tudo baratíssimo. As portas das lojas encontravam-se expostos à venda macacos, papagaios e outros pássaros vistosos da costa da Africa, As ruas estavam cheias de camponeses, quase todos de fatos domingueiros — as mulheres com grandes capas vermelhas de flanela e corpetes de renda de cor brilhante; os homens com camisas e calças turcas de linho branco e suspensórios de cores vivas; ambos os sexos usam colarinhos ou golas largas abotoadas com grandes botões de oiro; pequenos solidéos de pano fino prolongados por uma espécie de fabicho, teso e erguendo-se da coroa, com lapelas escarlates na orla. Botas altas de couro, soltas na perna, voltando-se para baixo em larga aba, no alto, completam o traje de homens e mulheres

Das lojas fomos à catedral de Santa Clara, onde entrámos não sem que previamente, com surpreza, fôssemos levadas ao convento adjacente. O condutor do nosso carro fez-nos sentar diante de um gradeamento duplo, cruel separação entre as freiras e o

mundo exterior, porque nenhuma mão nem nenhuns lábios podem ultrapassar aquele espaço para tocar em outras mãos ou lábios que lhes sejam caros. A abadessa, mulher corpulenta e idosa de setenta anos, num hábito completo de cambraia preta brilhante, sentou-se do lado de lá da grade.

Um barrete apertado de cambraia preta descia-lhe sobre o nariz, formando arco sobre os olhos. Ela apresentou aos visitantes, para vender, algumas feias flores de penas. Contra a nossa consciência comprámos algumas e perguntámos à superiora há quanto tempo estava no convento. Desde os oito anos, apenas com dois curtos intervalos, em que, por motivo de doença, fora autorizada a sair. Setenta anos isolada do mundo, com a ideia errada de que estava ao serviço de Deus sem outra preocupação em benefício próprio e dos outros senão a de fabricar flores de penas!

Na igreja fica o túmulo de Zarco, descobridor da Madeira, arco gótico abundantemente decorado, com três animais deitados na base, tão velhos e gastos que não é possível distinguir de que bichos se trata. As paredes da igreja são altas e todas cobertas de azulejos, grandes e de cores brilhantes, com variados desenhos, combinando-se, aqui e além, em amplos quadros que ilustram assuntos bíblicos.

Depois do almoço, novo passeio de carro. Deixando para trás a cidade, subimos por mais de uma milha as estradas quase perpendiculares, entre altos muros, em cujas fendas cresciam belos fetos ou avencas — Adiantum vapillus Veneris. Altas, por cima das nossas cabeças, estendiam-se, em arco, latadas de que pendiam grandes cachos de uvas purpúreas e brancas. Rostos cor de azeitona olhavam-nos do alto das paredes e mãos de crianças estendiam-se para nós, a pedir esmola. Finalmente alcançamos a orla de um planalto, por onde passava, quando chegámos, uma estrada em ângulos rectos. O condutor convidou-nos a apear. Seguimo-lo por um longo lanço de degraus de pedra até um lindo jardim particular cheio de flores raras: grandes massas de trombetas amarelas da alamanda; enormes buganvílias; rosas, de pétalas exteriores amarelo-pálido e vermelho-sanguíneo nas interiores;

as mais fantásticas orquídeas e variadas espécies de palmeiras. No meio deste jardim vê-se enorme tronco de velho castanheiro que se diz ter mais de duzentos anos. Não se pode imaginar uma árvore daquele tamanho. Nada são, comparados com ele, os nossos olmos do rio Connecticut. Trepadeiras raras entrelaçam-se sobre o tronco nodoso e os tocos mutilados dos seus ramos gigantescos escondem-se sob uma massa de verdura.

Do jardim fomos a um campo adjacente admirar uma árvore de til, que de algum modo se assemelha ao carvalho no aspecto geral, e no arranio dos ramos e frutos. A folhagem é como a do loureiro clássico - as folhas em cachos, verde escuras, brilhantes, ovais e acuminadas na base. Seguindo pela estrada em volta do planalto, avistámos grandes pinheiros mansos cujas copas achatadas conhecemos dos desenhos italianos. Uma ribeira rápida de água saltitante e fria corria ao lado da estrada num canal artificial de um ré de largo. Tão grande volume de água existia, evidentemente, com algum fim. É a «levada», respondeu o guia, satifazendo o nosso olhar interrogador. E percebemos esta ribeira fornece água à cidade, para fins de irrigação. De facto, assim era. A água das nascentes e regatos das montanhas é recolhida em vastos depósitos ou tanques artificiais, em grandes altitudes, de onde diversas condutas principais a levam para as planícies mais baixas. Daqui, vários ramais descem às ruas inclinadas, de onde se distribui pelos campos e vinhedos particulares. Era clara a necessidade deste arranjo, visto que, segundo nos informaram, não chovia no Funchal há cinco meses.

Depois do jantar, às seis, sentámo-nos num balcão que olha para o mar. Na nossa frente estava o grande transporte inglês «The Euphrates», de seis mil toneladas. Entrou hoje no porto com o Regimento n.º 13, que há já catorze anos está ausente da Inglaterra, regressando da guerra dos zulus. Estão dois mil homens a bordo, bem como uma das melhores bandas militares inglesas, que toca toda a tarde.

O porto do Funchal é muito animado em comparação com os dos Açores. Possui comunicações telegráficas com todo o mundo, pelo cabo, para Lisboa e Brasil. Fica apenas 'a dois dias de distância, por mar, de Lisboa, um dia e meio de Teneriffe, cinco dias do Cabo e quatro de Liverpool. Tocam aqui constantemente os vapores do Havre, de Antuérpia, de Hamburgo, de Lisboa e Bordeus. Entram e saem diàriamente barcos da Inglaterra e da África. Os madeirenses falam da África com a mesma familiaridade de vizinhança com que os açorianos falam dos «Brasis».

Alguns membros da tripulação distraem-nos com suas aventuras diurnas e acham-se em especial entusiasmados com a perícia de cavaleiro do capitão S., balieiro de Nantucket que, diziam eles, desmontara do lado errado do cavalo. «Bem», explicou o capitão, eu apeei-me a sotavento do cavalo; seja como for, deixo o caso «aos amigos ..». Mas o animoso capitão não chegou a completar a frase, porque é fácil de imaginar o barulho que se seguiu às palavras «a sotavento do cavalo».

Passeios a cavalo

Domingo, 14 de Setembro. Ás nove da manhã partimos em excursão à igreja de Nossa Senhora do Monte, a dois mil pés acima do nivel do mar. A comitiva dos baleeiros, do médico, do engenheiro-chefe, do estudante, e de dois outros cavalheiros a cavalo; a artista e a doente, cada uma em sua rede, com escolta de três homens; e eu, num espirituoso cavalo preto e respectivo arrieiro.

Depois dos doceis burrinhos dos Açores, o cavalão impaciente parecia realmente terrivel. É um mistério como qualquer cavalo pode subir as ruas escarpadas, mesmo com ferraduras de cravos. Não há nenhum ponto de apoio. Nos lugares mais íngremes a estrada está pavimentada em sulcos curvos, com estreitos regos de permeio.

Os corpulentos cavalos, escolhendo sagazmente o caminho, saltam de um rego para o outro, em pulos curtos, com absoluta segurança e firmeza. É mais fácil de imaginar do que de descrever, a sensação de uma amazona sobre uma sela pequena e escorregadia, em assento inseguro, no melhor dos casos. Era tal o

ângulo da estrada que o joelho na ponta do selim comprimia-me o corpo e a cada salto do cavalo atirava-me para trás, ameaçand o arremessar-me ao chão. Foi uma provação terrível para os nervos e para os músculos. Assim, depois duma série de saltos e sacudidelas, chegámos à Levada e torneámos e subimos até saírmos da beira da terrível garganta, que termina lá em cima num sítio chamado Curral Pequeno.

O nosso intento era subir por um lado desta garganta até uma altura fronteira à igreja, descer para a ravina, dar a volta à igreja pelo outro lado e descer pela costa num dos famosos carros costeiros da Madeira.

A célebre canção de «Mother Goose» sobre

eclipsa-se por completo no Funchal com um passeio na costa desde a Igreja do Monte até à cidade, passeio que, em manhãs de verão, dão muitos cavalheiros, que vão das suas casas de campo para os seus escritórios, numa distância de mais de duas milhas, em oito a quinze minutos. Os panoramas, à medida que subíamos, tornavam-se sublimes. Na nossa frente ficava todo o lado sul da ilha, a inclinar-se abruptamente para o mar, toda a paisagem espiritualizada por uma atmosfera rara e deliciosa. O ilhéu parecia uma pequena caixa preta de chapéus, a flutuar ao largo da costa.

A nosso lado corriam ribeiras de água fresca. As encostas das montanhas elevavam-se a pique em terraços desde a costa até aos cumes. Parecia que a terra havia escorregado em diferentes épocas, formando degraus de dois ou três pés de altura e trinta a quarenta de largo. Os habitantes, tirando partido destes socalcos naturais, põem-lhes muros e ali plantam cana de açucar, batata doce e vinhas. Há centenas destes estreitos eirados entre a costa e a altura a que, finalmente, chegáramos. Andámos por entre plantações de agave americano, cujas folhas de azul-pálido, em forma de baioneta, se eriçavam para nós, à direita e à esquerda. Os eucaliptos tremeluziam por cima e as folhas em forma de serpente da pereira de espinhos rojavam-se por sobre as margens, atapetadas com a *Hedera Canariensis*, em completa floração. A folhagem sensível da delicada mimosa encontrava-se estranha-

mente justaposta à vulgarmente chamada castanha înglesa, ou melhor, castanha da Madeira, visto ser nesta ilha que ela melhor se dá.

Finalmente, chegámos a uma pequena hospedaria alcandorada em terraço mais largo, sobranceiro à ribanceira, aninhada pitorescamente em pequena mata de mimosas, cuja folhagem iridescente se assemelha às vezes à do licopódio cultivado em estufas,

Os homens encostaram a um muro as varas da machila e por turnos entraram para fumar e beber vinho da Madeira. Os cavalheiros apearam-se. Eu fiquei onde estava. As nuvens desceram ao nosso nível e começou a chover com abundância. Estávamos cansados e friorentos e com prazer chupámos um pouco do belo vinho macio. Muito pouco vinho genuino da Madeira vai para os Estados Unidos. É feito de uma mistura de uvas pretas e brancas e quando tem três ou quatro anos apresenta uma rica cor de topázio. O vinho desta idade é vendido a retalho nas lojas por cincoenta «cents» a garrafa, e o mais novo, por vinte e cinco a trinta e seis «cents». Após o descanso e o refresco, principiámos a descida. O que teria sido difícil para burros, parecia impossível para cavalos. O atalho era uma série de zigue-zagues escarpados, apenas com a largura suficiente para o animal e o seu condutor. Um perfeito precipício de centenas de pés de profundidade, à esquerda e à direita, e uma sólida muralha que dominava a mesma altura e em cujas fendas cresciam os mais raros e mais belos fetos. Lá fomos a descer cautelosamente, com ansiedade, por uma série de degraus de rocha rugosa, húmidos e escorregadios, apenas com a largura suficiente para o cavalo plantar as patas dianteiras e formar um pulo cauteloso, arrastando, a seguir, com cuidado as trazeiras. A chuva aumenta. Todos os que se acham fora das machilas estão molhados até aos ossos. Encontrámos um camponês em fato domingueiro que subia para dançar na hospedaria. Vai cantando e tocando a sua requinta. Eu grito, deliciada, à vista de uma gruta cheia de pequenos fetos de folhas em forma de rim. O meu burriqueiro, desejoso de me agradar, trepa pela margem, e, colhendo um punhado de fetos, correu com eles para as machilas. O cavalo, conhecedor da minha impericía, deu-se a

nosso amigo português, no seu pequeno garrano, anima-nos e dá-nos conselhos. No terraço em baixo aparecem alguns miserá-veis casebres de palha, por detrás dos quais corre estreita vereda, por onde vemos o valente capitão a carregar com bravura e a atirar com generosidade moedas de cobre para as mãos que se erguem e estendem dos dois lados. Em breve fomos dar a uma rua calcetada ao lado da igreja. Tiram-me do cavalo completa-mente molhada e dirijo-me para os meus amigos cujas machilas são cercadas por uma multidão embasbacada, no pórtico da igreja.

A missa terminara. Entrámos, porém, na igreja, uma das mais velhas da Madeira. Uma outra fora construida naquele mesmo lugar pouco depois do descobrimento da ilha, sendo o edifício actual uma construção de 180 anos. Ampla paróquia se estende em volta do templo, em larga superfície. A assistência de fieis na igreja, em dias festivos, é enorme. Acampam nas matas em redor e cantam durante toda a noite. O altar é rodeado de ofertas votivas que se veem por toda a parte num país católico. Ali se observam modelos, de cera pálida, de todas as partes do corpo humano, pernas, braços, seios, ouvidos, narizes, pés tortos de crianças e rostos que parecem horrivelmente vivos. Tudo isto representa os membros doentés de pessoas cujos parentes prometeram fazer estas oferendas comemorativas à Virgem, sob condição do restabelecimento dos que lhes são caros.

O pároco devou-nos a um telheiro adjacente para nos mostrar uma grande pedra redonda, semelhante a uma granada. Explicou-nos, com gravidade, que na última revolução esta bala fora disparada da cidade, lá em baixo, tendo sido encontrada no altar, sem que nada na igreja ou nas proximidades dela sofresse qualquer dano. Um de nós, céptico, tomou a liberdade de inquirir como penetrára a bala na igreja. Pare ceu o padre hesitante por um momento, mas depois respondeu com calma: «Oh! Estava uma janela aberta».

Parece que não ocorreu ao espírito do cavalheiro português que nos acompanhava, a impossibilidade de elevar um canhão

com o ângulo necessário e também a impossibilidade do resultado do tiro.

Continuou o clérigo a relatar a história de ladrões sacrílegos, que, depois de despojarem a igreja de vários objectos sagrados, foram impedidos, por algum poder sobre-humano, de fugir com o roubo. Nem ferros nem ferrolhos os detinham; mas não podiam andar e assim foram fàcilmente apanhados e metidos na cadeia. Os cavalheiros (excepto o médico, que por seus princípios puritanos era contrário) lançaram as suas esmolas na caixa dos pobres e assim saimos, debaixo de chuva grossa, para onde nos esperavam os carrinhos.

Viagem ao longo da costa

Domingo, 14 de Setembro. O carrinho do monfe leva duas pessoas, parecendo um carro cortado ao meio — estrado de vimes em corredouras de madeira, baixas, prolongando-se um pouco e arredondadas nas extremidades, para evitar acidentes. Cada carrinho é conduzido por dois homens que seguram o veículo por meio de uma corda forte, presa a cada extremidade. A rua inclinada, pavimentada com pequenos seixos da praia postos nas margens e gasta pela passagem constante do carro e do carrinho, está hoje extremamente escorregadia depois da chuva. Os homens não se atrevem a dar grande movimento ao trenó. É muito perigoso. Com uma mão a agarrar fortemente a trazeira do carrinho e a outra segurando a corda, plantam com firmeza os pés descalços no chão polido e puxam, com toda a força a corda para trás.

As suas atitudes e actividade eram soberbas. Um dos homens cai e é arrastado a distância, mas agarra-se com valentia à corda e mantém-se na vereda. Avançamos muito devagar, mas, novatos como somos, parece-nos que vamos bem depressa. Caminhamos debaixo de latadas em arco, de um muro a outro, entre os quais serpenteia a estrada. Algumas destas latadas estão cobertas de grandes massas de buganvílias em plena floração; outras supor-

tam aboboreiras, com enormes abóboras presas por amarras. Lá em baixo, homens apanham grandes cachos de uvas purpúreas e brancas, levando-as às machilas, para as comermos na viagem.

Chegamos finalmente à ladeira; os guias calçam os sapatos e começa a temerosa corrida. Correndo um pouco até o carrinho ganhar ímpeto, os guias saltam então para cima das extremidades trazeiras das corredouras, onde poisam apenas um pé, guiando o veículo por meio das cordas e do pé livre. Há quatro trenós. As corredouras dos que vão à frente deitam fumo e cheiram a madeira queimada. Contemos a respiração, e, aterradas, agarramos as mãos umas das outras. A velocidade é estonteante. Horrorizadas, as que vamos atrás, vemos uma senhora a cavalo, a trepar vagarosamente o monte. Parece impossível passarmos por ela a salvo, mesmo que ela se agarre à parede e o cavalo se conservequieto. Apenas um instante basta para ver que ele não está quie to, assustado com o trenó que se aproxima. Num momento vive-se uma vida inteira Surge uma terrivel visão de três mulheres moras ou mutiladas; e uma, ainda mais digna de dó, que ficará para contar a história em casa. Mesmo ao chegarmos, o cavalo solta-se do condutor, volta o focinho para a parede e os quadris para o renó. Agachamo-nos e atiramo-nos para o outro lado; o nosso veículo bate na anca do cavalo e atira-o, mais à amazona, para. fora do nosso rumo. Tanto ela como nós estamos salvos. Nenhum grito, nenhuma palavra saiu das nossas bocas; mas as duas que vão no trenó desmaiaram e estão exaustas com o perigo iminente, Mais alguns zigue-zagues vertiginosos e chegamos ao fundo Quinze minutos de costeamento, incluindo uma ou duas paragens, completaram o que há duas horas e meia vinhamos fazendo a cavalo. Um dos da escolta portuguesa convidou-nos a comer uns «docinhos» em sua casa. Fomos introduzidos na sala de visitas, que apresentava o aspecto de uma das suas congéneres da Nova Inglaterra durante as limpezas da primavera. O homem pediu-nos desculpa do caso, afirmando-nos que, «geralmente andava a sala sempre limpa; mas agora estavam de luto por uma tia e por isso tudo se encontrava em desordem». Ficámos a imaginar como é que a limpeza era incompativel com o luto. Na mesa do centro

havia um soberbo prato chinês antigo, cheio de cartões de visita tarjados de negro, que o nosso hospedeiro exibia com orgulho, como prova de simpatia dos seus muitos amigos!

Acabámos as nossas últimas compras na Madeira na tarde daquele domingo e às quatro levantámos ferro, de novo com

rumo aos Açores.

De novo nos Açores

Quarta-teira, 17 de Setembro. No regresso a S. Miguel, visitámos a maior cratera dos Açores, as Sete Cidades. Parece que S. Miguel está mais próxima do centro de actividade submarina vulcânica, do que as outras ilhas. Quando foi descoberta, era uma planicie larga e verdejante. Voltando mais tarde, com a intenção de a colonizar, os seus descobridores acharam que a planura se elevara centenas de pés, formando um monte, que, em alusão às povoações projectadas, tem actualmente o nome de Sete Cidades A cratera tem três e meia milhas de comprimento por duas de largo, mil e quinhentos a mil e oitocentos pés de profundidade e é ocupada por duas grandes lagoas de catorze toesas de fundura, chamadas, pela diferença da cor, Lagoa Azul e Lagoa Verde.

A cultura do ananás está actualmente a ser objecto de muita atenção nesta ilha. Tivemos a oportunidade de saborear esta deliciosa fruta no seu estado de perfeição. Cresce até considerável tamanho, é de cor amarelo carregado e de sabor agradabilissimo. Alguns chineses foram contratados e o cultivo da planta do chá está tambem a ser experimentado em várias propriedades, com bom resultado.

Na sexta-feira, 19 de Setembro, deixámos S. Miguel às quatro e meia da tarde. Tomo, valentemente, o chá no convés, mas pouco depois, por conselho do capitão, descemos todos à câmara. Ma nos acomodáramos nos desconfortáveis beliches, quando o navio começou a rolar e a jogar de popa à proa, em movimentos violentos, que nos fizeram passar um mau bocado. Desmorona-se uma pilha de madeira, com ruidoso estrondo; as escadas do navio

partem-se de encontro aos lados; as do portaló são derrubadas e as escotilhas arrombadas.

Enorme vaga bate de encontro ao barco e um grito profundo sai de todos os peitos. Parecia que o navio não mais se equilibraria. Barris de óleo de baleia soltam-se no porão e vão de encontro uns aos outros com os balanços A louça do despenseiro fica em estilhas, o mesmo sucedendo à do comissário. Atingiu-se o ponto crítico. O temporal amaina e a noite é mais calma, embora continue a ser terrível o rolar do navio.

É curioso que, quando a borrasca estava no auge, não me sentia enjoada. Logo que de mim se apossava o medo, desaparecia o enjoo. Com a relativa calma que sobreveio, voltou de novo o meu velho inimigo — facto que prova quanto o espírito e os nervos se relacionam com o enjoo do mar.

Estava de quarto o imediato, que assim descreveu o aproximar da vaga: «Vi-a chegar; puseram-se-me os cabelos em pé e tudo em minha volta começou a andar de roda». Disse o capitão: «Avançava como grossa parede, semelhante ao macaréu». Nunca vira uma coisa assim.

Segunda-feira, 22 de Setembro. O Pico com todas as suas crateras, assoma na nossa frente. Um navio baleeiro paira ao norte do Faial. Vemos dois homens na ponta do mastro à procura de baleias. Aquele que primeiro avista uma, diz-se que «levantou uma baleia» e recebe dez dollars de gratificação, dadas pelos armadores. Ao meio dia lançamos ferro na Horta e o barqueiro, Jo vem a bordo com cartas dos Estados Unidos. É como se chegássemos a casa. E esquecemo-nos de que nos separam da querida Massachusetts catorze dias de temporais do outono e 2000 milhas de mar tempestuoso.

O Faial é o ponto de reunião dos navios das zonas baleeiras circum-vizinhas e por isso encontrámos o porto cheio deles. No hotel, ficámos conhecendo muitos capitães e suas mulheres, esplêndidos tipos do carácter da gente da Nova Inglaterra. Perspicazes e calmos, heróicos em ocasião de perigo, modestos no triunfo, esperançosos em face dos desenganos, cheios de fé e de coragem, de piedade simples do velho cunho puritano, sem jactân-

cia, antes tranquilos e firmes, constituem como que um grupo de irmãos, émulos mas não rivais e com genuina admiração pelo valor uns dos outros.

O Capitão C. e sua mulher são muito estimados pelos restantes. Ele é um indivíduo de rosto crestado pelo Sol, sóbrio, calado e retraído; veste, como os outros, o traje usual do marinheiro em terra, fato azul de pano largo e colete branco. A esposa é um belo exemplar de activa mulher Yankee, com seu vestido brilhante de alpaca e laço de renda engomada em volta do pescoço; é tão airosa como o seu navio. O marido parece muito orgulhoso dela, mas é de modos mais brandos. São condescendentes um com o outro, mas nenhum é arrogante.

Alguém nos segreda que este casal «está em boa situação económica; são donos do navio; possuem uma bela casa de dois andares com persianas verdes; não teem filhos e a Snr.ª C. anda no mar em companhia do marido há cerca de dezasseis anos» e também que ela «toma o Sol», isto é, faz as observações e calcula a latitude e a longitude quando o marido está ocupado no óleo.

«A Snr.ª C. deve ser ouvida sobre a forma como salvou a vida do marido com pratos quentes», continuou o meu informador. Depois de muito instada, narrou-nos a história, em voz sumida, com admirável modéstia e dignidade e um sentido solene do perigo terrível por que passára seu marido. O navio tinha caçado uma baleia, que ficou amarrada ao longo do costado, para ser retalhada. A boca do cetáceo era de tamanho invulgar e o próprio capitão ocupára-se em separar a queixada superior, que contém as barbas comerciáveis, do resto da cabeça. Como é costume um enorme croque de ferro foi introduzido na queixada inferior presa a correntes e cepos do cordame, pelos quais é aquela levantada. Dentro da cavidade bucal assim formada, numa plataforma montada no costado do navio, directamente por cima da queixada superior, encontrava se o capitão a trabalhar activamente cortando com cuidado as finas placas das barbas da baleia, na maxila superior. A esposa, que andara ali por baixo, olhou para o lado, observou a posição do marido e exclamou, aterrada; «Oh! Guilherme, em que grande perigo estás !».

Neste mesmo instante o croque cedeu, a terrível queixada caiu, partindo a plataforma em estilhaços, fechando o capitão dentro da hórrida caverna bucal, que foi inundada pela água. Os dentes crueis cravaram-se-lhe na carne das costas, golpeando-a terrivelmente; as vagas, porém, fizeram boiar a grande queixada e o capitão, com a mais notável presença de espírito, sentindo-se solto, pôs os pés contra o costado do navio e conseguiu safar-se do tormento.

Foi retirado e julgado morto e içado para o convés. Por sinais, deu a entender que estava a morrer e que não queria que o levassem para baixo. "Mas», disse a mulher, "eu é que me não conformava com o caso. Ordenei aos homens que o conduzissem para a câmara e tirei-lhe a roupa molhada. Do rosto ferido jorrava sangue; não podia respirar; arfava, de vez em quando, com dificuldade; estava gelado como um morto. Pedi ao despenseiro que aquecesse todos os pratos que havia no navio e cobri-o com esses pratos até perceber que ele recuperava o calor. A seguir, dei-lhe a beber aguardente com fartura. Durante cinco dias e cinco noites, eu e um homem da tripulação, vigiámo-lo. Embru-lhei-o em cataplasmas como lençóis, mudando-as de vinte em vinte minutos para o aliviar dos ardumes. E assim conseguiu reviver».

Um momento depois, esquecendo por completo o grande papel que no caso desempenhára, a mulher do capitão acrescentou com sinceridade: «Mas ele não teria sobrevivido se fosse homem dado à bebida. Foi sempre rigorosamente sóbrio. Por isso, quando precisou da aguardente, esta fê-lo reviver». Foi a melhor lição de temperança que jámais ouvi.

«Não quero saber da aguardente», disse o capitão, com tranquilidade. «Parece-me que ela não me faria grande coisa se não fosse a minha mulher. Seja como for, o que é certo é que desde aquele dia não me tenho metido muito em queixadas de baleias».

Antes de haver um hotel no Faial, era a casa do cônsul o ponto de reunião dos capitães baleeiros e de suas mulheres, não sendo coisa rara reunirem ali dezoito a vinte pessoas para jantar. Esta família hospitaleira contou-nos muitas histórias emocionan-

tes de perigos e aventuras de baleeiros; da ternura, dedicação e valor dos homens, e da coragem, firmeza de ânimo, energia e auto-sacrifício das mulheres.

Adeus!

Sábado, 27 de Setembro. Depressa demais chegou o dia de nos separarmos da gente simples e bondosa dos Açores. Acedendo aos nossos pedidos, mandou-nos o capitão recado de que poderiamos ir para bordo à meia noite. O dia é como um dia de Junho na Nova Inglaterra; céu e mar lindos e calmos.

De tarde vamos de longada até Porto Pim. A ruazinha estreita está cheia de sol. As mulheres debruçam-se nos janelos para nos verem passar. Junto à praia, barqueiros descalços rolam barris de óleo de cachalote para dentro das barcaças. Outros consertam os barcos, varados na costa, a seco, longe do mar. As mulheres sentam-se à proa, a fazer meia, enquanto os homens martelam e as crianças rolam na areia.

No cais vai uma cena animada. Homens correm em todas as direcções com cargas e mantimentos para o vapor: guardas da alfândega, presumidos, andam por ali; os barcos do Pico estacionam com as velas latinas a subir e a descer, junto dos degraus.

Sentamo-nos na muralha, a observar o por do sol. A vaga, que se desfaz de encontro ao outro lado da costa, toma a cor rósea que trepa pela montanha, tal como o rubor que sobe às faces de uma donzela. Os navios, fazendo-se apressadamente ao mar a todo o pano, assemelham-se a um bando carmezim de aves tropicais, a voar para oeste. O céu está vermelho e doirado e nuvens leves e pardas flutuam por detrás do vulcão.

Por um momento, o mar é um rio vermelho. Pouco a pouco, a neblina azul diáfana, como gaze, junta-se na base do Pico, e, espelhando-se como véu estendido sobre o belo quadro, torna mais enrubescente a majestade rósea da montanha. Assim, sempre ao esplendor vivo do dia sucede o melancólico entardecer.

Silenciosamente, tristemente, vemos aproximar-se o crepúsculo. As núvens cor de rosa desaparecem aos poucos e a montanha enegrece contra o céu azul-pálido, roder in de uma faixa de névoa prateada; o mar, em baixo, é um espelho de aço, com os barquinhos formando silhuetas negras na superfície.

Ao longe, no horizonte, para oeste, navegam os navios. não já de velas cor de rosa, mas esbranquiçadas, de cascos e mastros pretos como tinta. Assim acaba o dia e com ele o nosso Verão nos Açores.

Francisco Ferreira Drumond

l Centenário da sua morte

Discurso proferido na sessão solene de homenagem à sua memória, realizada no Salão Nobre da Junta Geral de Angra do Heroísmo, em 31 de Maio de 1959, pelo Sócio Efectivo do Instituto, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral.

> Ex.^{mo} Sr. Governador do Distrito e Presidente do Instituto Histórico, Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Bispo da Diocese, Ex.^{mos} Confrades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, na inteligente compreensão da sua alta missão, resolveu celebrar o centenário do falecimento do historiador Francisco Ferreira Drumond, autor dos «Anais da Ilha Terceira». Nada mais acertado e oportuno e, rigorosamente, adentro do espírito que preside à actividade deste organismo cultural.

Designado, por benevolência dos meus confrades, e. sem dúvida, ainda pelo reconhecimento do franco apreço que tenho

manifestado pela obra do preclaro historiador, que não por meus méritos, eis-me aqui tão somente no cumprimento do que julgo um dever, a que não seria lícito eximir-me. De lamentar é, contudo, que a insuficiência de meus dotes, não permita que o papel, que honrosamente me foi confiado nesta comemoração, isto é, de ocupar a atenção de V. Ex. as na presente sessão solene, tenha o brilho e a altura, que eu também muito desejaria emprestar-lhe.

Ao iniciar, entretanto, meu desvalioso discurso, ocorre-me um tão significativo incidente passado, em pleno fulgor da Renascença, na Igreja de S. Pedro em Roma, perante Sua Santidade o Papa. Certo Cardeal, menos informado ácerca de uma obra que Miguel Ângelo ali estava realizando, e que se lhe afigurava imperfeita, avançou com um reparo manifestamente extemporâneo e injusto, que feriu o tão genial artista. Este, porém, voltando-se para Sua Santidade, exclamou:

— «Santo Padre, já vistes o que ganho trabalhando para vós. Se as penas que suporto não fossem bastantes para a saúde da minha alma, perderia o meu tempo e o meu trabalho...».

No meu caso — guardada a antinomia de grandeza que nos distancia — nem perco o meu tempo, nem o meu trabalho, sei-o bem, pela compreensão e generosidade que aqui nos congrega, e a saúde da minha alma sairá, desta feita, mais robustecida.

Meus Senhores:

O grande historiador terceirense, a cuja memória veneranda uma vez mais vimos render a nossa homenagem, foi por nós já desenvolvidamente biografado, em 1951, a quando da inauguração do seu monumento na antiga vila de S. Sebastião, sua terra natal, onde sempre viveu e produziu os notáveis trabalhos de investigação que o tornaram o Príncipe dos historiógrafos insulares.

Para que, porém, se possa avaliar devidamente, em toda a plenitude, a personalidade singular deste insigne terceirense, há que fixar, de entrada, algumas notas, embora rápidas, e coloca-lo no seu meio, no seu tempo, e ainda em face do estado em que se

encontravam os estudos historiográficos no nosso país e respectiva evolução.

Os homens e as suas obras, têm que ser vistos no espírito da sua época e na ambiência em que actuaram, ou se produziram, para ser bem compreendidos; não à luz dos nossos dias, que inevitávelmente lhes modificará, pelo menos em parte, a característica.

Ferreira Drumond, nado e criado em São Sebastião, ali lhe decorreu a existência, entre 21 de Janeiro de 1796 e 11 de Novembro de 1858; tinha portanto 62 anos de idade, quando deixou este mundo. Descendente de uma família nobre, oriunda da Escócia, que na Praia da Vitória se estabeleceu no séc. XVII, adquiriu nas escolas locais e no meio familiar, constituido por pessoas de marcada ilustração e posição social, elevada cultura humanística, vindo a ser considerado até um bom latinista e ainda um distinto paleógrafo. Dedicado também à música, em que muito se distinguiu, exerceu o cargo público de organista da Matriz da Praia, e também em S. Sebastião, ao mesmo tempo que desempenhou na sua terra natal os mais variados cargos administrativos, inclusive o de Presidente da Câmara. Era então a freguesia de S. Sebastião, a sede do concelho do mesmo nome, concelho esse que foi extinto definitivamente em 1870.

Com uma inacta vocação para os trabalhos de investigação histórica, a eles consecutiva e apaixonadamente se dedicou, desde 1818, até aos últimos momentos de vida, tendo deixado uma obra que pelas suas características singulares, constitui um verdadeiro monumento, que para sempre imortalizou o seu nome e representa legítimo orgulho da nossa terra.

A Ilha Terceira que, no justo dizer do erudito Dr. Gaspar Frutuoso, nas suas «Saúdades da Terra» — 1591, «He a universal escala do mar Poente, e por todo mundo celebrada, aonde reside o coração, o governo de todas as ilhas dos Açores na cidade de Angra», «que he como Rainha de todas as ilhas bem servida», teve no séc XIX, em Ferreira Drumond, o investigador e historiador, condigno dessa grandeza de outrora, mas — o que mais mérito lhe dá — integrado já, sobretudo por uma admirável intuição, nos novos cânones da ciência da História,

inicia la em Portugal no século anterior, como consequência das modernas correntes ideológicas europeias.

No séc. XVII, desenvolveu-se na Europa um grande movimento filosófico e cultural, por virtude das novas ideias de Bacon e Descartes, que, em última análise, negavam a sujeição ao *Magister dixit*, abalando deste modo o formalismo escolástico. A fivre investigação dos factos e o espírito crítico, como fontes do saber, conquistam terreno e abrem novos horizontes ao pensamento. Obedecendo a essas novas correntes ideológicas, que excluem o domínio do menos verdadeiro, do fabuloso, a História toma foros de ciência, como as ciências experimentais.

Mas. Ciência? Arte?

Numa palavra: Ciência pela investigação — com auxílio da Paleografia, Epigrafia, Diplomática, Esfragística, etc. —, pelo método e pela crítica, em ordem à descoberta da verdade; Arte, pela exposição dos resultados da investigação e crítica.

As modernas ideias que, como vimos, se opõem ao seiscentismo, entraram em Portugal no começo do séc. XVIII, no reinado de D. João V — esse grande Mecenas das Letras e das Artes — e foram abraçadas sobretudo pelas novas Academias e pela Congregação do Oratório. É criada, em 1720, a Academia Real de História, que passa a ostentar como símbolo a figura da Verdade, e como divisa a expressão «restituet omnia», lema este que também foi adoptado pela actual «Academia de História Portuguesa», fundada em 1946.

É a Academia Real de História que inicia a renovação dos estudos históricos no nosso país, segundo os novos métodos e espírito crítico, tendo como base a documentação. Sem documentos não há História

António Caetano de Sousa, com a sua monumental «História Genealógica da Casa Real» marca um singular progresso nos campos da moderna historiografia portuguesa. De assinalar são também os notáveis trabalhos de Diogo Barbosa Machado e Rafael Bluteau, isto é, respectivamente, «A Biblioteca Lusitana» e o «Vocabulário».

Com o desaparecimento, em 1737, dessa Academia, fundo

golpe sofreu a históriografia nacional; mas fundada, em 1779, a Academia Real das Ciências de Lisboa, renova-se a actividade historiográfica, que regista novos progressos com Antonio Caetano do Amaral, Fr. Manuel do Cenáculo, Santa Rosa de Viterbo, Cardeal Saraiva, João Pedro Ribeiro e outros, que, com seus profundos trabalhos, elevam os estudos históricos, segundo os modernos processos científicos, à maior altura.

Mas, oportuno é agora perguntar: — Perante tão notáveis progressos da historiografia nacional, como se comportou a Ilha Terceira?

Como sabemos, a nossa ilha foi sempre um importante centro de cultura intelectual, com os eruditos frades — mestres, pregadores — de S. Francisco, cujo convento era a sede da Provincia dos Açores; com os mestres jesuitas do afamado Páteo de Estudos; com os gracianos — quando se ia ao convento da Graça, dizia-se: ir a Roma; com o Paço Episcopal — lembremonos de D. Alexandre da Sagrada Família, o erudito tio de Garrett; com a conceituada Academia Militar, também, ali, mas mais tarde, no Páteo dos Estudos, etc. Desse elevado gráu de cultura e do quanto se lia e estudava então, restam testemunhos inequívocos nos livros das Bibliotecas do Liceu e do Seminário — constituidas inicialmente com o espólio dos antigos conventos — como em tempos o acentuou, o nosso saudoso e sábio mestre Dr. Ferreira Deusdado, em erudito artigo intitulado «Angra há cem anos!»

Com a preparação recebida neste meio cultural, aqui e lá fora, mui elevado número de terceirenses, se distinguiram nas letras, nas ciências e na prática das mais altas virtudes civis, religiosas e militares.

Pelo que concerne, porém, à historiografia terceirense há de notar, essencialmente :

O P.º António Cordeiro 1641 — 1722

Escreveu a «História Insulana das ilhas a Portugal sugeitas». Foi esta a história das ilhas que primeiro viu a luz da publici-

dade, em 1717. Impressa em Lisboa, constitui um in-fólio com 8 fls. preliminares e 528 pg. de texto. Teve uma 2.º edição, em 2 vols, publicada também em Lisboa, em 1866. Versa a história de todas as ilhas desde a «fabulosa Ilha Atlântica», até à do Corvo-Trata-se de uma obra de minguado valor, escrita sem o recurso às fontes documentais, sendo a sua maior parte cópia, como o próprio autor confessa, do manuscrito «Saudades da Terra», do erudito cronista micaelense Dr. Gaspar Frutuoso.

De referir é que o P.º Cordeiro cita alguns autores seiscentistas a que também recorreu e entre eles, com mais insistência, a um tal historiador Guedes. Que nós saibamos, ainda ninguém identificou este historiador, não obstante as diligências que para isso há anos praticou o mui erudito historiador micaelense Dr. Ernesto do Canto, como consta do seu Arquivo dos Açores.

Encontram-se nesta obra do P.º Cordeiro inexatidões, ingenuidades e noticias fabulosas, absolutamente inaceitaveis pela critica histórica. Este trabalho feito pelo autor já em provecta idade e ausente da Terceira havia mais de 50 anos, em nada aumenta, diga-se, a glória deste grande mestre de Filosofia e Teologia, que no Colégio das Artes, da Universidade de Coimbra, tanto se distinguiu pelos seus superiores talentos, como ultimamente se tem posto em relevo, em várias e eruditas publicações.

O P.º Jerónimo E. de Andrade 1789 — 1847

Não é propriamente um historiador — se bem que muito já tenha recorrido aos documentos —, mas sim um grande pedagogo e erudito escritor, com uma inteligente e superior visão do que à educação da mocidade convinha, tendo para ela escrito A Topografia da Ilha Terceira. É obra em 2 volumes, publicados em Angra em 1843 e 1845, a que se seguiu o aparecimento dos Apontamentos postumos, em 1850. Da prefação do 1.º volume desta curiosa publicação, respigamos este bem elucidativo passo:

«Nada mais pode ser vergonhoso ao homem de educação que

desconhecer as vantagens e as riquezas da terra que lhe deu o ser e ignorar os acontecimentos heróicos que nela se passaram.

Trata-se duma obra que se 1ê, sobretudo o 2.º vol. e os Apontamentos, consagrados especialmente à história terceirense, com muito interesse e proveito, pelas notas curiosas que fornece e espirito crítico, até certo ponto original, revelado francamente pelo seu autor àcerca de certos factos da história local.

Além destes trabalhos que viram a luz da publicidade e assim vulgarizaram a história da nossa terra e das restantes ilhas, outros e importantes foram escritos, conservando-se, contudo, ainda manuscritos, que são fontes a que se tem frequentemente recorrido. São:

-- Saudades da Terra», por Gaspar Frutuoso (1522-1591).

Deste manuscrito — a mais antiga crónica das nossas ilhas — não foi ainda publicada, como seria indispensável, não obstante todos os esforços deste Instituto, a parte relativa à Terceira e ilhas de Oeste, como o foi, desde 1922, a expensas da Junta Geral e Câmaras Municipais do distrito de Ponta Delgada, o texto correspondente a Santa Maria e S. Miguel. É certo, porém, que uma parte concernente à Terceira foi publicada pelo historiador António Ferreira de Serpa, faialense, no «Arquivo da Universidade de Lisboa», ano de 1917, não constando entretanto haver qualquer separata.

— «O Espelho Cristalino em jardim de várias flores» — 1640 a 1646, pelo florentino Fr. Diogo das Chagas, Provincial da

Ordem de S. Francisco.

— «Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores», por Fr. Agostinho de Monte Alverne (1629?-1726), micaelense.

— «Primum vivens da Fenix Angrense», pelo P.º Manuel Luis Maldonado (1645-1711), terceirense.

Dentre estes valiosos manuscritos, com cuja publicação muito beneficiaria a história açoriana, merece especial menção, sobretudo para a história terceirense, o do referido P.º Maldonado —que felizmente se guarda, em perfeito estado de conservação, no nosso

Arquivo Histórico — historiador este de grande probidade, que chegou a merecer do académico António Caetano de Sousa, insigne autor da História Genealógica da Casa Real, os melhores encómios.

Meus Senhores:

Na primeira metade do séc. XIX, as ciências históricas assinalaram deveras notáveis progressos no nosso país, mercê, especialmente, dos trabalhos de António Caetano do Amaral, de João Pedro Ribeiro, do Visconde de Santarém, e, finalmente, do grande Alexandre Hercúlano — o mais notável dos nossos historiadores.

O sábio Visconde de Santarém, integrado na corrente das modernas ideias historiográficas, proclamara em 1827:

«Os progressos das ciências tem mostrado palpavelmente, que os Documentos são o farol da História diante dos quais o império da crítica faz desaparecer a impostura e a credulidade com que a ignorante singeleza dos nossos avoengos recebia montões de fabulosas relações, com que seus historiadores e analistas os entretinham... A História, que se não funda em Documentos genuinos, não é História: pode deleitar, mas nunca convencer e persuadir.

Nesta ordem de ideias, que eram as correntes na Europa, como vimos, ressalta a necessidade imperiosa da prática dos arquivos, do recurso aos documentos genuinos e respectiva crítica, como base indispensável de toda a construção histórica.

Ora, ainda antes do erudito Visconde de Santarém ter concretizado nas palavras que ficam transcritas a indispensabilidade da documentação, para que a História possa ter um caracter científico, e do grande Alexandre Herculano se ter lançado na árdua e enfadonha tarefa da busca de documentos, por toda a parte, para escrever a sua monumental História de Portugal, ali, em S. Sebastião, Francisco Ferreira Drumond, desde os mais verdes anos, apaixonado por essa ordem de estudos, e levado por uma intuição admirável, empreendera semelhante tarefa. E assim, no elevado intento de escrever a história da Ilha Terceira, que muito

desperto em curiosidades criadoras, que o seu meio ambiente rico de tradições históricas lhe sugeria. Ali — os lugares e vestigios que recordam os primitivos tempos da colonização terceirense, pelas margens da Ribeira de Fr. João iniciada; a extínta povoação de Portalegre, com a primitiva ermida de Santa Ana, cujos restos ainda se conhecem; a vetusta instituição da Misericórdia; a importância e previlégios da Câmara Municipal, onde outrora em momentos dificeis da Governação, se reuniam as três câmaras da ilha; a tão heróica resistência ao domínio castelhano, expressa na Batalha da Salga; e, em suma, a Igreja Matriz, augusto padrão de Fé dos mais remotos tempos, incomparável na arte que ostenta, de magnificos acentos góticos, a testemunhar grandezas da gloriosa época dos descobrimentos.

Com efeito, que belos motivos de evocação e de estudo!

Levado pela sua obsidiante paixão heurística e apetrechado com os conhecimentos de Peleografia, em que se tornou autoridade, ei lo por toda a parte em busca de documentos, pelos cartórios e arquivos publicos e particulares, chegando pela insistência nas suas diligências, tal a incompreensão de quase todos, a ser tido como maluco! Estuda esses documentos com rigoroso critério histórico, e com um escrúpulo e probidade incomparáveis, deles extrai conclusões e restabelece a verdade dos factos. Organiza assim, e com as notícias colhidas nos velhos cronistas que lhe merecem crédito, sobretudo o aludido P.º Maldonado, os elementos seguros para os trabalhos históricos que publicou, quer na imprensa periódica quer em livros.

Da sua notável actividade historiográfica, orientada pelos processos científicos em voga lá fora, resultou a publicação do curioso e bem documentado livro intitulado «Memória Histórica da Capitania da Praia da Vitória», em 1846. A este trabalho seguiu-se o aparecimento dos celebrados *Anais da Ilha Terceira*, em 4 vols. que constituem a sua coroa de glória.

Nestas obras, há, como já tivemos oportunidade de afirmar noutro trabalho que corre impresso, história e também crítica Não ostentam, é certo, primores de linguagem, belezas de estilo, à Latino Coelho, Rebelo da Silva ou Herculano, mas a simplicidade de redacção jamais prejudica, e antes beneficia, a clareza, a excelência inegualável da Verdade, colhida sempre nas melhores fontes. Quaisquer senões de estilo, são ofuscados pela riqueza incomparável da investigação. Devemo-lo filiar, propriamente, na escola dos historiadores que abstraiam da denominada crítica inicial ou externa, das fontes. A sua atenção não se prende ao estudo filológico-crítico dos documentos; circunscreve-se à critica de interpretação ou hermenêutica dos factos revelados nessas fontes do conhecimento histórico.

Os Anais da Ilha Terceira, onde se encontra a narração de todos os factos históricos da nossa terra, desde o descobrimento e colonização até 1832, constituem, com efeito, um verdadeiro monumento em que não sabemos que mais apreciar, se a riqueza das informações, sempre documentadas com rigoroso escrúpulo e probidade, se o hercúleo esforço de tantos anos, que foi preciso para acumular e estudar tão preciosa coleção de documentos, como aqueles que, por cópia, instruem tão meritória obra. Mais ainda é de admirar a honestidade de processos, a absoluta imparcialidade e isenção com que alude até às personagens mesmo adversárias do seu credo político. Sendo liberal convicto, que pelas suas ideias muito sofreu, até o exílio, não deixa de reconhecer nos devidos termos a personalidade dos miguelistas que, com sinceridade e abnegação, lutaram e se sacrificaram pela sua causa.

É que a paixão pela Verdade, dominava-o por completo, tal qual áqueles que lá fora, como aludimos, representavam as modernas correntes historiográficas, e na documentação encontravam a base das suas construções históricas.

Que edificante exemplo deixou!

Meus Senhores :

A Câmara Municipal de Angra — então presidida pelo nobre Visconde de Bruges, depois Conde da Praia da Vitória — a quem, em 1845, Francisco Ferreira Drumond ofereceu o manuscrito desta sua obra capital, resolvendo publica-la a expensas suas,

como de facto publicou, os quatro volumes que a constituem, e que apareceram em 1850, 1856, 1859 e 1864, relevante serviço prestou, que nunca será demais encarecer.

Ninguém, que queira conhecer a história da nossa terra, poderá deixar de compulsar tal obra. A ela tem recorrido sempre até os melhores investigadores e historiadores açorianos, à frente dos quais sobresai o mui erudito Dr. Ernesto do Canto que, no seu valioso Arquivo dos Açores, a cita com muita frequência, transcrevendo por vezes até alguns dos seus passos.

Precedendo o aparecimento do 1.º vol. dos Anais da Ilha Terceira, resolveu Francisco Ferreira Drumond publicar, na imprensa, um Programa relativo ao assunto, que por conter notas deveras elucidativas e interessantes, oportuno julgamos reproduzi-lo aqui. Ei-lo:

Quando no ano de 1818, para salvar os interesses da minha familia, eu me vi obrigado a passar à mão quasi todos os cartorios da Ilha Terceira, não pude resistir à tentação de recopilar todos os factos, que me pareceram interessantes, no intento de suprir quanto faltasse para complemento da interessantíssima Historia Insulana. A matéria, na verdade, era vasta, delicada, e so propria a forças Herculeas: ao mesmo tempo que em mim faltavam, excepto a boa vontade, os precisos elementos; e sobre tudo, cercava-me o desagradavel aspecto duma má fortuna.

Andaram os tempos; e circunstancias politicas, que me obrigaram a deixar a patria, foram, assim mesmo, desafiar-me a curio-sidade, que em mim não havia espirado, apezar de tantas adversidades, para que não preterisse, nem desamparasse tão ardua tarefa: antes viesse associar-lhes a relação dos extraordinarios feitos, que neste baluarte da fidelidade, se haviam praticado. Já vemos que a minha empreza devia tomar um caracter mais serio. Principiei logo e não me faltaram cabedaes: pois que as pessoas mais distinctas da ilha, mui gostosamente, me patentearam seus archivos, d'onde colhi importantissimos documentos.

Assim munido, continuei até agora, nos intervallos de uma vida apoquentada, e contrária ao socego que demandam similhan-

tes trabalhos: e tenho concluido, os Annaes da Ilha 3.ª— em diferentes epochas, desde o seu descobrimento provavel, que se diz o anno de 1445, até ao presente.

Comecei pelos governos municipaes, ecclesiásticos, civis e militares; e trabalhei incessantemente por investigar os acontecimentos mais importantes: não poupando a copia d'aquelles documentos, que, ou por ineditos, ou por mais notaveis, faziam a bem da verdadeira historia; removendo controversias: com que ouso asseverar: que do mui pouco, que nos legaram nossos antepassados (na verdade mais sollicitos d'empunhar a rabiça do arado, do que de aparar a penna, com que escrevessem os feitos) eu apresento n'estes Annaes o que parece mais provavel e mais exacto.—Razão havia para que esta obra não fosse um só resumo da historia da ilha 3.ª; pois havendo ella sido, por mais de tres seculos, a capital dos Açores, aqui se deveriam achar as correspondencias e registo do que mais competia às outras; e por tal maneira que essa misteriosa cadeia, uma vez presa na principal, necessariamente se iria entrelaçar em todas aquellas até à ultima.

Tal era a connecção que dominava os Annaes da Ilha 3.ª: e que vinha sobremaneira enriquecel-os; porém, bem a meu pezar, tornava ainda mais gravosa, e impossivel a sua publicação, em presença do seu grosso volume. Em tal extremidade, luctando de uma parte com a falta de meios pecuniarios, e de outra com os necessarios elementos subsidiarios aos meus debeis talentos; abreviavam-se os dias, e já eu via uma mão indifferente extirpar esse monumento da patria, quando me socorreu a lembrança de invocar o Mecenas, e pedir um Mentor, que tomassem a cargo a direcção de meus vacillantes passos, os quaes, se não podiam ser arguidos de temerarios, ao menos pareciam dignos de commiseração.

Foi portanto á excellentíssima Camara d'Angra actual, como parte principal nos gloriosos feitos da Historia Insulana, a quem consagrei o mesquinho fructo de meus penosos trabalhos. Benignamente acolhida a minha sincera offerta, eu tive a satisfação de me serem concedidos (atenta a situação em que me acho longe da typographia) dous nobres adjuntos, os ill. mos srs. Dr. Antonio

Moniz Barreto, e José Augusto Cabral de Mello, assás conhecidos na historia patria, e na republica litteraria.

É sobre tão felizes auspicios que se vão imprimir estes Annaes, para cuja assignatura, e coadjuvação venho convidar todas as pessoas, e corporações, se me quizerem fazer a honra de subscrever. Mui util será, que algumas memorias, documentos, e foraes convenientes a este assunto, possam ser enviados a tempo de se encorporarem aqui: porque assás hão de concorrer para o seu completo aperfeiçoamento e utilidade.

Villa de S. Sebastião, 4 de Abril de 1845,

Francisco Ferreira Drumond.

P. S. — A obra consta de 2 volumes. Assignatura de cada um 600 reis».

In-O Terceirense, de 23 de Abril de 1845.

Neste curioso escrito, que constitui em parte a autobiografia de Ferreira Drumond, se surpreendem as circunstâncias que revestiram o aparecimento dos aludidos *Anais*, a protecção dispensada pelas duas mais marcantes figuras das Letras e da Cultura de então, o Dr. António Moniz Barreto Corte Real e José Augusto Cabral de Melo, podendo-se fazer ainda ideia das dificuldades emergentes, reparando-se que entre a data desse Programa, e o aparecimento do 1.º vol. da obra, decorreram cinco anos.

Mas, meus Senhores, o labor infatigável do egrégio historiador não ficou por aqui. Ainda escreveu os «Apontamentos topográficos, políticos, civis e eclesiásticos, para a história das nove ilhas dos Açores, servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira». Este trabalho, constituido por um volume de cerca de 400 fls., encontra-se, porém, ainda em manuscrito, sendo de lamentar que não tivesse até agora visto a luz da publicidade, apesar de todas as diligências que têm sído realizadas nesse sentido, inclusivamente por este Instituto. Não são de olvidar nesta resenha bibliográfica, ainda os artigos, versando vários assuntos históricos que publicou na imprensa periódica angrense.

Não está, evidentemente, toda a grande obra de Ferreira Dru-

mond isenta de correcções, mas determinadas pelo possivel aparecimento de novos documentos ou pelos progressos das ciências, não conhecidos no seu tempo. Assim tem acontecido até a certos trabalhos de Alexandre Herculano, sem que, contudo, isto lhe diminua o valor.

Neste caso está, v. g., a referência ao descobrimento dos Açores (Santa Maria), que, em virtude de diligências ultimamente realizadas, se pode ler agora claramente o documento quatrocentista que ao facto alude, verificando-se, insufismavelmente, que não foram descobertos por Gonçalo Velho Cabral, mas sim por Diogo de Silves, em 1427.

Meus Senhores:

Com a publicação dos Anais da Ilha Terceira, Francisco Ferreira Drumond, deixou nome imorredoiro. Mas, a sua memória não nos mereceria a veneração completa, que lhe tributamos, se a manifesta grandeza dos seus méritos como historiador, não tivesse, como teve, paralelo na grandeza das suas virtudes cívicas e morais.

Cidadão exemplar, lutador abnegado, grande carácter, serviu e amou apaixonadamente a sua terra, e assim a sua Pátria. Trabalhou constante e infatigavelmente e muito sofreu. Viveu, deste modo, pois, em Beleza, como assim terminou os seus dias, deixando disposições testamentárias que são o testemunho eloquente da superioridade da sua alma profundamente cristã.

Que nobre exemplo constitui a sua vida!

Concluindo: deveras se honra o Instituto Histórico da Ilha Terceira realizando estas comemorações em homenagem à memória do grande historiador Ferreira Drumond, porque, em suma, se Portugal tem nas estrofes de oiro dos «Lusiadas» a expressão máxima da sua alma heróica, nos «Anais da Ilha Terceira», está, embora em prosa e sem atavios, a alma terceirense, na plenitude das suas multímodas virtudes, fulgentes de incomparável lusitanidade, sempre abnegada e a norosimente dada à Pátria.

Tenho dito.

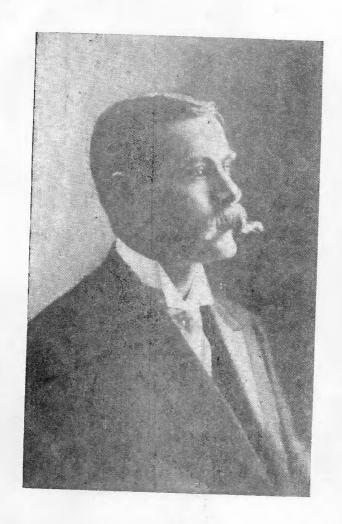
Dr. Manuel António Lino

Médico - Poeta - Artista

Discurso proferido pelo Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral,
Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo,
no acto da inauguração do busto do Dr. Manuel
António Lino, no Jardim Duque da Terceira,
em 16 de Outubro de 1949.

Ex. *** Sr. Governador, Minhas Senhoras, Meus Senhores:

A Câmara Municipal a que tenho a honra de presidir, ao realizar as importantes obras de transformação e aformoseamento desta parte alta do Jardim Duque da Terceira, entendeu mandar esculpir e colocar aqui o busto em mármore do mui saudoso Dr. Lino. Constitui, pois, o remate, o coroamento condigno e necessário destes melhoramentos, que maior beleza vieram dar a este aprazível recinto, o monumento a cuja inauguração solene jubilosamente assistimos.



Dr. Manuel António Lino



No afă persistente que estas benfeitorias demandaram, e em que se salientou a louvável dedicação do antigo vereador Sr. Luís António de Sousa, não podia deixar de surgir no nosso espírito, ao tratar-se especialmente do indispensável elemento decorativo e embelezador, isto é, das flores que agora aqui se vêm em maior profusão, encantando com as suas cores variegadas e formas caprichosas, ou inebriando com seus intensos perfumes, a lembrança da figura gentilíssima do terceirense, por tantos títulos notável. que em vida se chamou Manuel António Lino. É que, Ele, alma subtil e delicadíssima de poeta e de artista da mais requintada sensibilidade, em permanente anceio de Beleza e de Perfeição que o Sonho e o Amor vitalizam, foi um dos mais apaixonados e constantes cultores das flores - das rosas e dos crisântemos - que a nossa terra conheceu. Destarte, aos invulgares talentos de médico e de artista que, entre outros singulares predicados, muito o distinguiam, tornando-o uma autêntica glória da sua geração, juntava o de floricultor exímio, que marcava sempre nas encantadoras exposições públicas de flores que promovia ou a que concorria.

Na história da intelectualidade terceirense, o nome do Dr. Lino, médico erudito, fulgura outrossim brilhantemente como um dos mais formosos e privilegiados talentos, à poesia, ao teatro, à arte, consagrados. Por isso e pelo seu carácter do mais fino quilate, pelas suas virtudes cívicas invulgares e acrisolado amor à terra natal, — o que tudo lhe grangeou uma tão refulgente auréola de respeito, admiração e simpatia, que, ao invés do que é costume ainda hoje, volvidos vinte e dois anos sobre o seu desaparecimento, a sua memória, é geralmente venerada, e de uma forma particular, por um elevado número de amigos e admiradores, muitos dos quais se acham presentes (1) — a consagração a que assistimos, para nossa diuturna satisfação e edificante lição aos vindouros, representava um dever de reconhecimento que ao nosso espírito de há muito fortemente se impunha, e agora estamos desvanecidamente cumprindo.

Como pretendia o esteta romântico Boni de Castellane, o muito saudoso Dr. Lino observou, contumaz e fulgurantemente, o

preceito: «Façamos da vida uma obra de arte e das letras uma lição de elegância!»

Sobremaneira se honra, assim, a Câmara Municipal com a realização deste acto, pleno de espiritualidade e de justiça para com a memória de um dos nossos conterrâneos mais ilustres dos últimos tempos, acto á que a presença de Vocelências, que muito agradecemos, vem emprestar excepcional brilho.

*

Nasceu o Dr. Lino nesta cidade, em 4 de Janeiro de 1865 numa pequena casa com o número 46, da antiga rua da Guarita, depois denominada de D. Carlos I, e actualmente de 5 de Outubro, habitação que muitos anos depois, já formado em Medicina transformou no elegante prédio em que viveu e veio a morrer. com 62 anos de idade, a 15 de Junho de 1927, no estado de solteiro. Na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, foi baptizado pelo respectivo vigário, o famoso cónego honorário Francisco Rogério da Costa, no dia 19 do aludido mês e ano, tendo sido seu padrinho Manuel António de Lima.

Foram seus pais Manuel António Lino, tanoeiro de profissão, natural e baptizado na Paroquial de Nossa Senhora da Piedade, concelho das Lages, da ilha do Pico, e D. Maria Laureana do Carmo, natural e baptizada na Paroquial de Santo Amaro, do cancelho de S. Roque, da mesma ilha, na qual se receberam, passando mais tarde a fixar residência nesta cidade.

Desde os mais verdes anos, manifestou o Dr. Lino invulgar inteligência e vocação para os estudos, tendo por isso resolvido seu pai, que dispunha de um pequeno pecúlio conseguido em terras estranhas e do produto do seu trabalho nesta ilha, aproveitar-lhe as aptidões, fazendo-o frequentar a instrução primária de que fez o respectivo exame a 10 de Maio de 1876, e seguidamente o nosso Liceu. Frequentou este estabelecimento de ensino nos anos lectivos de 1876-77 a 1883-84, revelando-se sempre estudante de excepcionais méritos. Concluídos distintamente os estudos liceais a 19 de Junho do referido ano de 1884, logo seguiu

para Coimbra, matriculando-se na Faculdade de Filosofia, a fim de se habilitar com os preparatórios necessários para o curso de medicina.

Tais preparatórios, que duravam três anos, eram constituídos, por oito cadeiras, isto é, Matemática, Química inorgânica, Química orgânica e Análise química, Física (1.ª parte), Botânica, Física (2.º parte) e Zoologia; além disso, os 1.ºº e 2.ºs anos de Desenho do Curso Filosófico.

Nestes estudos superiores, o Dr. Lino afirmou a sua elevada inteligência e notável aplicação, tendo sido sempre considerado como aluno distinto.

Assim devidamente habilitado, matriculou-se na Faculdade de Medicina no ano lectivo de 1887-88, prosseguindo ininterruptamente os seus estudos durante os cinco anos do curso até que, a 30 de Julho de 1892, concluiu a sua formatura.

Quem passar os olhos pelos «Anuários da Universidade de Coimbra», verificará que o laureado estudante terceirense figura em todos os cinco anos do seu curso, como já lhe acontecera em preparatórios, no quadro, aliás de número muito reduzido, dos alunos premiados (accessit), tendo recebido os respectivos diplomas em cerímónias solenes na Sala Grande dos Actos.

No seu curso, a que pertenciam 32 alunos e que terminou com 31, apenas dois conseguiram ser premiados em todos os anos, isto é, Manuel António Lino e Lúcio Martins da Rocha que em 1894 se doutorou e, no ano seguinte, fora despachado professor catedrático da sua Faculdade. Tendo, deste modo, o talentoso Dr. Lino, que também se assinalara por outras invulgares qualidades intelectuais e morais, assegurado o acesso à cátedra universitária, para que fora convidado e instado várias vezes, preferiu, na extrema modéstia e absoluta carência de ambições que o caracterizavam, renunciar aos privilégios que lhe adviriam dessa alta e honrosa situação universitária e regressar à terra natal, ao seio da família — os pais e uma irmã — por quem nutria a maior ternura, e aqui exercer a sua actividade profissional, prometedora dos maiores triunfos.

Assim, abandonou definitivamente Coimbra, onde tanto se

distinguira pela sua privilegiada inteligência, faculdades de trabalho e diamantino carácter, o que tudo lhe grangeara o maior apreço e amizade de lentes e condiscípulos; mas, Coimbra é que jamais o deixou! A Lusa Atenas de tal sorte se lhe insinuou no espírito romântico, e o aliciou com o poder dominador e irradiante de Beleza e de Sonho, que outro ambiente não possui como o coimbrão, que, pela vida fora, até à morte, em rútilas afirmações artísticas e poéticas, havia de denunciar a capitosa influência da sua sedução, vitalizada pelo fascínio das «doces e claras águas do Mondego». Ou não tivesse ainda vivido, como viveu, durante o seu curso, na íngreme Couraça de Lisboa (2), que domina os saudosos campos desse tão poético rio, donde se disfrutam panoramas dos mais sonhadores sobre Santa Clara, com os seus vetustos mosteiros evocadores da Rainha Santa e de tantos factos históricos relevantes; da Quinta das Lágrimas, recordando os amores e sacrifício da linda Inês, que a lenda tanto embelezou; da Lapa dos Esteios, debruçada líricamente sobre as murmurantes e cristalinas águas do rio, onde Castilho realizou a famosa Festa de Maio, tão celebrada pelo nosso Romantismo; e, ao fundo para os lados da foz, a mancha espessa e verdejante do sedutor Choupal.

Na sua geração académica floresciam já os brilhantes espíritos de Eugénio de Castro — o glorioso poeta que, com os «Oaristos», criou o Simbolismo em Portugal —, Antero de Figueiredo, António Feijó, António Fogaça, Luís de Magalhães, Cunha e Costa, Silva Gaio, Manuel Ramos e outros, que muito se haviam de assinalar na vida intelectual do país, e, entre eles, embora um pouco depois, Trindade Coelho, o escritor e contista primoroso que especialmente nos deixou o tão encantador livro de crónicas coimbrãs da época — o célebre •In illo tempore».

E, por esse tempo, nos formosos campos do Mondego, arrastou seus «males» o singularíssimo poeta António Nobre, que no seu incomparável «Só» —o «livro maia triste que há em Portugal» — inseriu, na admirável «Carta a Manuel», este expressivo passo;

«Manuel, vamos por aí fora
Lavar a alma, furtar beijos, colher flores,
Por esses doces, religiosos arredores,
Que vistos uma vez, ah ! não se esquecem mais :
Torres, Condeixa, Santo António de Olivais,
Lorvão, Cernache, Nazaré, Tentúgal, Celas !
Sítios sem par ! Onde há paisagens como aquelas ?
Santos Lugares, onde jaz meu coração,
Cada um é para mim uma recordação ...»

Coimbra!... Coimbra!...

Apetrechado com uma sólida e invulgar preparação científica e cercado do prestígio alcançado pelo brilho excepcional com que fizera o seu curso, abriu o Dr. Lino consultório nesta cidade, passando a exercer clínica geral.

Não lhe foram, todavia, propícios esses primeiros tempos da sua vida profissional, em vista particularmente da extrema modéstia que o caracterizava e do seu feitio um tanto retraído, chegando a arrostar com grandes contrariedades. Porém, dentro em pouco, vencido o silêncio que em torno dele se fizera, e conquistado o público à medida que o seu valor na prática se ia afirmando, o novel médico—clínico de nova escola, incompatível com clássicos anacronismos—viu crescer a clientela e tornar-se objecto de alto respeito a sua opinião e ciência. Dedicou-se particularmente á oftalmologia, em que foi especialista abalizado.

Não se fez tardar o seu ingresso no quadro do funcionalismo público.

Após uma rápida interinidade como médico do partido municipal da Praia da Vitória, foi, em 1895, nomeado médico municipal do concelho de Angra, entrando em exercício, interinamente, a 15 de Agosto, e, como efectivo, em 2 de Dezembro de 1896; e a 1 de Agosto de 1900, tomou posse do novo lugar de Delegado de Saúde do Distrito. No exercício desta última função se manteve até 1919, ano em que foi nomeado Guarda-mór de Saúde, passando em 1926 a Sub-Inspector. No desempenho destes cargos públi-

cos e de várias missões de serviço de que fora incumbido, aqui e lá fora, deu bem a medida da sua alta capacidade científica e notáveis faculdades de trabalho e de estudo, valorizadas por uma superior ilustração, que o impuseram sempre como profissional distintíssimo.

E não foram, todavia, serenos os tempos do exercício da sua longa actividade: factos extraordinários se produziram então, nesta ilha, que muito afectaram a vida das populações e agitaram vivamente a opinião pública, em que teve de intervir e actuar decididamente como superior autoridade sanitária. São acontecimentos, e graves, que pertencem à História.

Quando grassou no Porto a epidemia da peste bubónica, descoberla em Junho de 1899 pelo Dr. Ricardo Jorge, que mais tarde tanto renome alcançaria como higienista, Director Geral da Saúde Pública e literato de primeira plana, e o Govêrno promulgou oportunas e rigorosas medidas sanitárias atinentes a debelar o terrível flagelo, de que foi vítima até o grande bactereologista Dr. Câmara Pestana, a Junta Geral do nosso Distrito encarregou o Dr. Lino de ir estudar a aludida epidemia e os mais perfeitos processos de desinfecção, não só no país como no estrangeiro - Espanha, França e Inglaterra.

Na própria cidade do Porto, trabalhou e estudou então o tratamento da peste bubónica, de harmonia com a missão de que fo-

ra encarregado.

Em 1900, cumprida essa importante e arriscada comissão de serviço, apresentou à Junta Geral do Distrito um notável relatório, constituído por 300 páginas manuscritas, com gravuras, fotografias, croquis e plantas, a que adicionou um projecto para a construção do tão necessário Hospital de Isolamento, nesta cidade-Este valiosíssimo trabalho, consagrou-o como médico e homem de estudo.

As reduzidas possibilidades financeiras da Junta Geral, porém, não permitiram a execução integral do projecto apresentado, sendo assim resolvido, de pleno acordo, optar-se por uma instalação menos dispendiosa, como de facto se efectuou.

A campanha que, em 1908, se levantou a favor de uma nova canalização de água potável nesta cidade — só 40 anos volvidos em realização! — encontrou no Delegado de Saúde um dos mais acérrimos defensores e propagandistas, também pela imprensa. A elucidativa e inteligente série de artigos — 15 — que publicou no diário «A União», ainda hoje se lêem com vivo interesse (3).

Foi, todavia, nesse mesmo ano de 1908, que o Dr. Lino passou por um dos transes mais inquietantes, trabalhosos e de maior responsabilidade da sua vida de autoridade sanitária. É que, no mês de Junho, surgiu nesta ilha, causando justificado alarme, a peste bubónica, com início na freguesia da Serreta, flagelo esse que se estendeu a outras freguesias tanto do concelho de Angra como do da Praia da Vitória, vitimando dezenas de pessoas. E dezenas de casos pneumónicos fatais, também se registaram então.

Teve, assim, que organizar e dirigir, num trabalho extenuante em que mais uma vez pôs á prova o seu alto valor e dedicação profissional, a campanha de combate, que tão grave situação exigia, para a extinção do mal e defesa da população ameaçada.

Os relevantes serviços que prestou em tão difícil e angustiosa emergência, auxiliado abnegadamente por outros distintos facultativos, renderam-lhe merecidos elogios, pondo-se também em devido relêvo então a sua extrema dedicação e esforço.

Publicou nessa ocasião um folheto intitulado «Precauções a tomar contra uma moléstia contagiosa».

A alta conpetência científica do Dr. Lino e as medidas que adoptara para a extinção da peste foram também objecto de grande apreço por parte da Missão Médica, chefiada pelo nosso ilustre conterrâneo e sábio professor de medicina do Porto, o falecido Dr. Sousa Junior, que a esta cidade chegou por ordem do Governo, em 11 de Novembro desse ano, a fim de proceder a um combate mais intenso do terrível flagelo (4).

Já o Dr. Lino, em 1902, havia sido louvado pelas instâncias superiores, « pela proficiência e inexcedível zelo empregado no sentido de debelar a epidemia de meningite cérebro-espinhal que

grassou nesta Ilha. E, em 1906, fora agraciado com a medalha de Filantropia e Caridade (5).

Inestimáveis foram ainda os serviços que prestou durante a epidemia de gripe que grassou aqui, no Faial e Pico, em 1918, tendo ido á cidade da Horta, a convite da Alto Comissário dos Açores, o General Simas Machado.

Do seu saber especializado é ainda testemunho a publicação que fez, intitulada « Vinagres », aparecida em 1902, sendo também de referir os vários relatórios que sobre a peste redigiu, e, com encómio, foram transcritos ou citados nas revistas científicas da especialidade, tanto de Lisboa, como do Porto.

Profissional distintíssimo, o Dr. Lino foi, contudo, mais um médico erudito do que um clínico para a prática extensiva da

nobre e humanitária arte e ciência de curar.

Era, todavia, o nosso homenageado essencialmente um intelectual, um poeta e um artista, com decidida vocação também para o ensino, que, finalmente — Ele, que recusara a cátedra universitária — veio a exercer no nosso Liceu, com a maior proficiência e admiração e estima dos alunos, como professor interino de Ciências Naturais e de Química, desde 1918 até á sua morte, ciências essas em que fora também, como referimos, aluno laureado nos preparatórios em Coimbra.

Homem de rara e fina sensibilidade, de alma vibrátil e delicada e afectiva e piedosa, em tudo um esteta, um elegante de áticos acentos, as duras contrariedades da vida e a sua profunda incompatibilidade com a cupidez e deliquescência de carácter, a generalizar-se no seu tempo, levaram-no naturalmente a isolar-se e a sentir o desalento, quebrado sobretudo com o exercício da função de professor. Para tanto, concorreram fortemente, ainda nos últimos tempos, os desgostos sofridos com o falecimento das pessoas de família, com quem vivia e muito estremecia—o pai em 1901 (6), a mãe em 1914 (7) e a única irmã, D. Maria de S. Pedro Lino, finalmente, em 1917 (8).

Sentindo-se cada vez mais só, na sua tebaida da Guarita ou no seu florido «Jericó», era nesses refúgios de arte e de cultura que, á semelhança de um Byron, de um Lamartine, Ele, que também a si se bastava, da sua amargura, da sua dor, fez brotar singulares obras de arte e de beleza, de ternura e de amor. Na Arte e na Fé se abrigou a sua alma dorida e nostalgica, e o seu espírito romântico encontrou a aura criadora. Cultivou as flores -sua paixão de sempre — mas, com que ternura, com que enlevo, com que arte! Nessa delicada e aliciante distracção, em que a sua índole poética e artística superiormente se comprazia, eram as rosas — oh! e como ninguém as possuia mais belas na cor, no perfume, na forma - as flores predilectas. Tratava-as enternecida e amorosamente, como uma mãi extremosa cuida de um filhinho em que põe todos os seus mimos e desvelos feminis. O fenecimento de uma rosa cujo desenvolvimento tinha acompanhado, sensibilizava-o profundamente!

Era nessas românticas tebaidas, preferentemente no seu querido «Jericó» — pequena quinta situada aos «Melancólicos», onde passava o verão, — retiro por ele transformado num ninho de beleza e de poesia, em que deveras folgava receber os amigos a quem, por vezes, lia as suas produções literárias, — que dava largas à sua obsidiante paixão de floricultor.

Não foi sem viva emoção que, ainda há poucas semanas, visitamos esse poético e evocador retiro, e ali surpreendemos vestigios do tempo do seu antigo e romântico proprietário, entre eles as velhinhas roseiras que sob o seu carinho tanto e tão belamente floriam, produzindo exemplares de tal formosura que, em várias exposições realizadas nesta cidade (9), obtiveram sempre os melhores prémios, como nos informa a imprensa da época. Nessa sua paixão de floricultor, o Dr. Lino estendeu os seus desvelos também à cultura dos crisântemos, flores de Outono, que o povo graciosamente denomina «despedidas de verão», e que há poucas dezenas de anos passaram a ser as flores da moda. Com mimosos exemplares dessas flores, realizou uma interessante e mui apreciada exposição no edifício dos Paços do Concelho, em 1914.

O erudito médico cultivou também distintamente a poesia. Perfeito temperamento de poeta, contudo, só muito depois de deixar a juventude empunhou francamente a lira, sobretudo para a contextura de algumas das suas obras teatrais, totalmente em verso, como adiante aludirei.

Além disso e de várias poesias dispersas por revistas e jornais (10), publicou em 1922 os «Kodaks», colecção de quinze sonetos que são outros tantos perfis, perfeitos e graciosos, de personalidades locais das suas relações. Um deles, o «Cronómetro», vai ser recitado pela menina Maria Alice Brasil:

Cronómetro infalível. Não varia Seja qual for o tempo, a estação ; Não se atraza d'Inverno, nem de Verão, Tem sempre a mesma marcha — noite e dia.

Passeia imenso; faz Fotografia; Lê anúncios e sabe, d'antemão, Dos portos d'onde vêm, p'ra onde vão, Os vapores de toda a Companhia.

Não ha serão amigo a que não vá ; Mas, chegado o momento do seu chá, Levanta-se, não 'stá p'ra mais demoras :

Apita pela Esposa e... toca a andar, Caminho da Pensão, Vendo-os passar, Acertai os relógios — São nove horas !

Em 1925 foi publicado o «Edelweisse», pequena brochura contendo oito primorosos sonetos que dão bem a medida da grandeza do poeta. Constituem esses sonetos como que as suas despedidas literárias, sendo quase todos impregnados de um desalento e de um pessimismo que fazem lembrar António Nobre e Cesário Verde. Todavia, impõem-se pela sua superior beleza formal.

Dois deles vão ser recitados; um pela menina Maria João Bruges: No jardim da minh' alma javenil, Em canteiro tratado, a primor. Semeei, com paixão e com ardor A flor da ilasão, fresca, gentil.

Caidadoso, com todo o grande amor Dam coração ainda em pleno abril, O canteiro reguei, e, em fino hastil, Um lábio despontou da alada flor.

Das decepções o sopro traiçoeiro, Impiedoso, matóa, sempre em botão, As queridas ilasões da mocidade,

De pena envelhecea o jardineiro; Mas, teima em cultivar, na solidão, Os tristes edelweisse da Saudade.

Outro, pelo menino António Carvão:

Parti cedo, em busca da ventura; Anciava conquistar a bela fada Seductora, que vive recatada, No palácio do Sonho, a grande altura.

Meti-me por estrada mal segara, Morava longe a minha doce amada; Branquearam-me os cabelos na jornada, A vida consumi, nessa aventura.

De muito caminhar, por lim, consado, Sem nunca conseguir minha ambição, No solo me abati. a soluçar.

E, p'r'ali me quedei, desalentado, Mirando, com tristeza, a floração Dos frios edelweisse do pesar.

A característica nostálgica, pessimista, que estas composições poéticas revelam — fazendo-nos lembrar esta última aquele encantador soneto do genial Antero «O Palácio da Ventura»—, contrasta flagrantemente com a perene mocidade de espírito do seu

autor, em constante e primoroso labor literário, até aos últimos lampejos de vida.

O Dr. Lino dedicou-se sobretudo ao teatro. Foi esta a actividade literária que mais o atraiu e em que mais extensiva e brilhante acção desenvolveu. Era, com efeito, um insigne teatrólogo.

Possuia como poucos os segredos do palco e dispunha de um raro conjunto de qualidades artisticas e literárias que lhe davam notável superioridade nesse labor. Referir a actividade teatral do Dr. Lino é reviver, no profundo encanto e emoção que ela provocou, as mais belas horas de Arte passadas nesta cidade.

Em 1913, escreveu e fez representar no Teatro Angrense, as «Rosas e Crisântemos», opereta em um prólogo e três actos, em verso, que foi admirávelmente desempenhada por amadores pertencentes à nossa melhor sociedade. Ainda no nosso espírito bem patente está o entusiasmo que a representação — várias vezes — dessa mimosa opereta, para a qual ele também compôs a música, despertou e o retumbante triunfo que constituiu para o seu autor (11).

Desse fino e encantador trabalho, que na parte literária se acha publicado, respigamos as coplas (de Clara) que a menfna Maria Armanda Lima passa a recitar:

Quando o sol da mocidade Nos escalda o coração, Só vivemos da ilusão Feita d' encanto e beldade.

Em tudo só vemos rosas Frescas, puras, delicadas, De cores lindas, mimosas, Sedutoras, perfamadas.

Nossa alma, cheia de ardor; Vive a rosa tão ligada, Que a essa soberba flor Se equala a mulher amada. Pálida rosa é a loura De cútis cor de acucena, Escura rosa a morena Fascinante, tentadora

N'essa quadra o pensamento, Borboleta caprichosa, Não se detem um momento, Vôa de rosa p'ra rosa.

Sedento de novidade Sempre em busca da ilusão. O amor, na mucidade, Tem da rosa a duração.

O sopro dos desenganos Fana a flor da ilusão, Voa a frescura dos anos, Perde a rosa a sedução;

Em seu lugar outra flor De c'rola mimosa e pura Cativa toda a ternura D'um peito cheio d'amor:

É o gentil crisântemo De cor suave e mimosa, Menos brilhante que a rosa, Mas d'um encanto sapremo.

É ele que enflora então Amores longos, seguros Afectos suaves, puros, Que nascem do coração.

Em 1916 publicou o drama também em verso «Luz Bemdita», inspirado no conto de Guy de Monpassant — «O Luar». Esta peça, em três actos, foi representada com calorosos aplausos, também no Teatro Angrense, pela companhia de Carlos de Oliveira, de Lisboa, na noite de 27 de Março de 1920.

Neste admirável drama, cujo 3,º acto, principalmente, é empolgante e revela a elevação de sentimentos religiosos do autor.

pôs este, na boca do personagem Fortunato (presbitero) os seguintes formosos versos:

Creio, meu Deus, ardentemente Em ti; na força omnipotente D' esse teu braço creador. Tudo o que existe... desde a flor, Que a vestidura aos campos tece, Até ao Sol, que tudo aquece; Desde o Oceano, onde se mira O lindo Céu, cor de safira, Até ao verme rastejante, Que, no jazigo do diamante, S esconde e vive... é obra tua.

Mas, não menos bela é a forma como o autor termina o drama, pondo na boca do mesmo personagem os versos que o menino João Manuel Rodrigues vai recitar:

Em vossos almas ha nobreza Que Deus conserve essa riqueza De sentimentos, que mostraes. Que a vossa vido nos rosaes Da felicidade, sem negrume, Contingamente se perfume.

Amae-vos, filhos: que a ventura Só é durável e segura, Se nos escalda o coração A chama ardente da afeição.

Rico e feliz será o tecto, Que vos cobrir, se um terno afecto As vossas almas enlaçar, E, mais e mais, as elevar Até ao seio do bom Deus.

Erguei, bem puros, para os Céus, Os corações, cheios d'esperanças : E, ao Senhor, meigas creanças, Com muito ardor, com fé, pedi-lhe Que em vossos peitos sempre brilhe, Com o mais divino explendor, A laz bemdita... do amor.

Também escreveu o Dr. Lino a peça de costumes regionais terceirenses, em quatro actos, «Os Gatos», mas esta obra de grande valor folclórico não chegou a ser representada. Segundo a opinião autorizada do distinto professor, poeta e dramaturgo, Dr. Côrtes--Rodrigues, é esta a sua obra capital e definitiva.

Na revista micaelense «Os Açores» — ano de 1928 — foram publicados os actos 1.º e 2.º dessa peça, com ilustrações a lápis de Domingos Rebelo, não aparecendo os restantes por aquela revista

ter terminado em Novembro do mesmo ano.

Não se limitou, todavia, ao que fica referido, a actividade teatral do talentoso médico terceirense. Traduziu numerosas peças dos principais dramaturgos estrangeiros da sua época, principalmente franceses e espanhóis, cujas línguas perfeitamente conhecia,

Assim: «Manhã de Sol», «A luz do luar» e «Ferida de Morte». dos Irmãos Quinteros; «Chilreada de Amor». de Luiz Solonet; «Tango», de Pierre Veber; «Ninho deserto» e «Um tiro de pistola», de Jacques Normand; «Aguaceiros de Março», de Adrian Vily; «O Afinador», de Maria Thierry; Doces Recordações» de Roggero; «Finalmente ... de acordo» de Marie Anne Bovet; etc.. Dentre estas peças, que viram a luz da ribalta, merece especial referência «A Manhã de Sol» dos Quinteros, que, com grande sucesso, foi representada por amadores no Teatro Angrense em 1916 (12), como, com igual êxito, foi levada à cena no Pavilhão Paris, na cidade de Funchal, pela Trupe Guignol, no mesmo ano

Muitas destas traduções são inexcedíveis de perfeição e beleza e mereceram, até fora deste meio, rasgados elogios (13).

Além de várias adaptações, compôs ainda outras obras teatrais, embora menores, destinadas a récitas especiais, tanto públicas como particulares, entrando neste número: «O Fluido»; «Dois dedos de cavaco»; «Concerto de Família»; «Sem Sal»; etc...

E, quando a morte o surpreendeu, quebrando para sempre a sua pena de oiro, estava escrevendo uma nova peça teatral, em verso, que infelizmente ficou incompleta, e se destinava a ser representada pela grande actriz Amélia Rei Colaço, cuja visita a esta cidade então se anunciara.

Os originais ou cópias das traduções de quase todas estas peças que foram representadas, e ainda de outras que o não puderam ser, encontram-se felizmente na posse de várias pessoas que foram da amizade do autor, ou seus colaboradores no tão intenso labor cénico que desenvolveu.

Prodigiosa, pode considerar-se, pois, principalmente entre nós, esta obra teatral do dr. Lino, demais caracterizada por um inconfundível acento de arte, leveza, elegância e delicadeza, que lhe concitou sempre os mais calorosos aplausos e cercou o seu nome prestigioso de refulgente glória.

Consagrou-se ainda à pintura e distintamente também cultivou a música, com que deu, como referimos, maior beleza a algumas das suas composições teatrais. (14).

A brilhante actividade intelectual deste infatigável artista e benemérito terceirense, surpreendemo-la também nos Jogos Florais, que por sua iniciativa foram realizados pela primeira vez, e com excepcional brilho, no Salão Nobre da nossa Câmara Municipal, em 5 de Julho de 1924. De notar é ainda que também era seu pensamento levar a efeito nesta cidade os celebrados «Outeiros», mas a isto a sua morte obstou.

Essa surpreendente actividade, ao longo da sua tão relevante vida, ainda se assinalou distintamente noutros sectores. Foi jornalista, figurando o seu nome entre os primitivos colaboradores do diário angrense «A União»; pertenceu à Comissão de estudo e propaganda da Autonomia Administrativa dos Açores, a partir da sua organização em 1893; foi presidente da Cozinha Económica Angrense (15); e também deu o seu concurso, embora fugaz, à política (16) — esta todavia na prática, incompatível com o seu carácter—, tendo no Governo de João Franco, exercido as funções de Governador Civil do distrito da Horta, em 1906 (47).



Legendas Dr. Lino — 1865/1927 — Cultivou — As Flores — As Letras — A Másica



Não obstante este tão eminente terceirense ter sido por índole avesso à popularidade, e duma extrema modestia, mais se comprazendo, como acentuamos, com o isolamento, poucos como ele merecidamente receberam, em vida, públicas e constantes manifestações de apreço, respeito e simpatia; e, póstumamente, têm sido objecto de bem expressivas homenagens (18).

•

Tal é, minhas senhoras e meus senhores, a vida e obra, ligeira e descoloridamente esboçadas embora, e assim reduzidas no seu verdadeiro valor, do grande terceirense, expoente dos máximos da nossa espiritualidade, que hoje homenageamos com esta inauguração do seu busto—cinzelado tão habilmente pelo capataz municipal Francisco Matias, da Ribeirinha — e que tendo na «Luz Bemdita» escrito:

«Só tem ventura quem se abisma No seio imenso do Senhor»,

terminou seus dias em Beleza, como em Beleza e para a Beleza sobretudo vivera, cercado de amigos queridos, ouvindo, devota e comovidamente, ler, a seu pedido, certos passos da «Imitação de Cristo».

Disse.

Notas

(1) Entre os numerosos amigos e admiradores do Dr. Lino, avulta o respeitável e ilustrado ancião sr. Manuel Borges de Ávila, que pela sua memória manteve sempre uma bem notória veneração, expressa até no facto de mandar celebrar missas em sufrágio da sua alma, por ocasião dos aniversários do respectivo passamento. Por esta razão, foi o sr. Borges de Ávila, incumbido de descerrar o busto do nosso homenageado, tendo, ao findar a cerimónia, como o mais velho dos seus admiradores, pronunciado um expressivo discurso que *A União*, em edição de 17 de Outubro de 1949, transcreveu na íntegra.

A talho de foice, apraz-nos referir que um dos devotados admiradores do Dr. Lino, que, com o aludido sr. Borges de Ávila e outros, muito também frequentou o celebrado *Jericó*, foi o o talentoso micaelense — ao tempo professor do nosso Liceu — Dr. Côrtes-Rodrigues, hoje uma dos maiores figuras da poesía portuguesa, a quem se devem escritos de enternecida saudade e apreço pela memória do subtil poeta dos «Edelweisse*.

- (2) Residiu, do 1.° ou 4.º ano do curso de Medicina, na casa n.º 103, e no 5.° ano, na n.º 99.
 - (3) In A União, de 1 a 20 de Abril de 1908.
- (4) Esta Missão Médica era constituída pelo Professor Dr. António Joaquim de Sousa Junior (director), Drs. Manuel Pinto, Oscar Cardoso, Domingos António Lopes, João Xavier Ataíde de

Oliveira e Joaquim José Marques Guimarães, e ainda por preparadores, enfermeiros, etc.

- (5) Despacho da Inspecção Geral dos Serviços Sanitários do Reino, de Agosto de 1902 e *Diário do Governo* n.º 199, de 5-9-1906.
- (6) Manuel António Lino (Sénior), filho legítimo de Lino António de Azevedo e de Isabel Josefa, naturais da Ilha do Pico, faleceu na Rua de D. Amélia, desta cidade, com 78 anos, em 1 de Agosto de 1901.
- (7) Maria Laureana do Carmo, viuva de Manuel António Lino (Sénior), filha legítima de Manuel Ferreira Gomes e de Maria Laureana do Carmo, naturais de Santo Amaro, Ilha do Pico, faleceu nesta cidade Rua 5 de Outubro em 29 de Setembro de 1914, com 86 anos de idade.
- (8) Maria de S. Pedro Lino, filha legítima de Manuel António Lino (Sénior) e de Maria Laureana do Carmo, nascida na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, de Angra, em 29 de Junho de 1854, faleceu na Rua 5 de Outubro, da mesma cidade, em 24 de Agosto de 1917, com 62 anos, no estado de solteira.
- (9) Foi na antiga «Loja do Buraco», sita na Rua da Sé hoje estabelecimento de fazendas do sr. João Gouveia de que era ao tempo proprietário António José Leite, também floricultor e dedicado espírito de artista de assinalados méritos na arte fotográfica, que se realizaram algumas dessas exposições, a que concorria ainda, entre vários, o antigo secretário da Câmara, José Sebastião de Castro e Canto outro exímio floricultor, que como distinto amador fotográfico se tornou também conhecido.
 - (10) Eis os títulos dalgumas dessas poesias dispersas:
- «Natus est, pro nobis» 3 sonetos, in-Açores, revista micaelense, n.º 6 de 1922.
- «Veto» soneto in-A Voz Académica, revista angrense, n.º 3 de 30-X-926.
 - "Juizos temerários, e "Pregunta", in-Açores, revista micae-

lense, n.º 3 de 1928. A primeira destas duas poesias foi publicada também no Almanaque Açores para 1928.

(11) Subiu à cena no Teatro Angrense três vezes: em 6, 9 e 16 de Março de 1913. Todos os intérpretes desta famosa opereta se fotografaram, em grupo, conforme se vê na gravura anexa.

Na 3ª representação — em homenagem ao tão festejado autor — o Dr. Henrique Braz, também requintado espírito de artista, distinto poeta e impecável diseur, recitou os seguintes mimosos e expressivos versos, que especialmente compôs para esta festa:

VERSOS

Por entre as ilores, as palmas, As ovações que nós démos, Eu perguntei: Vozes calmas, Elluvios claros das almas, que dizem tantos extremos, Tantas ilores, tantas palmas, A's Rosas e crisântemos ?!...

E uma voz que mal se ouvia,
Doce murmário divino,
Tão brando como o cicio
Das águas mornas dum rio,
Respondea: «o doutor Lino,
Baixinho, que mal se ouvia,
A sós com o sea violino,

Apre a sua alma, confessa As donas dos seus anhelos No lindo entrecho da peça: «Brancos são os meas cabelos... Mas tenho amor, tenho zelos... Toda a minha alma confessa Que meu inverno é sem gelos.

Inverno! . Inverno, afinal, Só no meu rosto apresento. Mas cá dentro, por meu mal, Um coração infernal. Bate e vibra, num tormento... En ainda venho, afinal, A cair no casamento!

O personagem idoneo, Estácio, mostra o meu sonho. No outono encontra o demónio, Cai, feliz, no matrimónio, Impertubável, risonho... Papel expressivo, idoneo, A que também me proponho.»

Nos somos dama maldade Nestas questões dos amores !... Inpentar a gente que ha-de P'ra lhe irritar a valdade ?... Démos palmas, démos flores... Nós somos dama maldade Nestas questões dos amores !

E o comentário da peça
Da peça mesmo é que sae;
A nossa ironia através,
Das nossas palmas se esvae...
É quando grita o criado,
O doutor Flores,
Na sua língua de horrores:
O home cae!...
Boa noite — meus senhores.

- (12) Foi representada no Teatro Angrense, em 26 de Julho de 1916, tendo como intérpretes — D. Celeste Magalhães (D. Laura), D. Maria Emília Pamplona (Petra), Eduardo Pereira Abreu (D. Gonçalo) e Manuel de Magalhães (Juanito).
- (43) Acerca da «Manhã de Sol», inseriram os jornais do Funchal as seguintes apreciações:

«Em «première» foi representada a peça dos irmãos Quintero «Manhã de Sol», primorosa tradução do Dr. Manuel A. Lino — de

Angra — que é um mimo. A peça — pequenina — é um diálogo entre dois velhos, que casualmente se encontram num banco do jardim público.

Ele, curvado já ao peso dos anos, amou-a quando novo, e não reconhece na velhota, que junto de si atirava miolos de pão aos pardaes, a doce jovem que, em tepidas manhãs de primavera, lhe aparecia a uma janela cercada de flores azues. Ela, não reconheceu, no seu impertinente companheiro de banco, o esvelto e aprumado moço que lhe atirava ramos de flores e a quem muito amára outrora...

E' um 'bijou' literário, que muito honra o seu tradutor, que com inegável mestria, soube fazer em lingua lusa, sem alterar a beleza da forma, nem a graça ao diálogo, o que os consagrados "hermanos Quintero" produziram, inspirados num dos seus melhores poetas: Campoamor, de quem são os versos que dão o tema à peça, duma graça e leveza taes, que comove e encanta".

In-«O Povo» • de 26-9-916

«A tradução é de Manuel A. Lino que nos inculcam como um conceituado médico, em Angra, Açores. E desde, já devem os dize-lo, o seu trabalho merece-nos o mais sincero aplauso. não só pela maneira como soube verter para o português a sonora linguagem dos Quinteros, como também pelo seu escrupulo, claramente manifestado, em conservar a subtileza, a doçura, o perfume, — deixemo-nos exprimir assim, — do delicioso original. O sr. dr. Lino compreendeu, e muito bem, que o trabalho do tradutor não é só agrupar mecanicamente palavras equivalentes ás de obra a traduzir. E preciso, primeiro do que tudo, integrar-se no pensamento dominante do autor, para depois sentir e «traduzir» as delicadezas, os pormenores gentis que se perderiam ante uma simples observação vulgar. Foi isto que fez o inteligente tradutor açoreano; por isso, o delicado mimo teatral, desses adoráveis mestres do moder-



Autor e intérpretes das Rosas e Crisântemos

Da esquerda para a direita, no 1.º plano — Sentados : D. Boa Nova Pinto Carvalho, D. Beatriz Ramos, D. Julieta Lopes, D. Amélia Linhares, Dr. Lino (autor), D. Berta Silva, D. Adélia Linhares e D. Georgina Forjaz.

2.º plano: D. Maria José Parreira, D. Maria do Carmo Forjaz, João dos Reis Neves, maestro João Lopes, D. Judite Nunes, Jorge Forjaz e D. Celeste Magalhães.

3.º plano: João de Carvalho, Guilherme Enes, Manuel Magalhães, Manuel dos Reis, Lucindo da Costa, Henrique Bruges, Ilídio Mourato, Teotónio Bruges, José Sebastião C. e Canto, Dr. Joaquim Flores, António Gil de Freitas, João Moniz de Sá C. R. dos Santos e Gregório C. Sanches Franco.

4.º plano : João Pacheco Vicira, Armando Magalhães, António Paula Carvalho e António Francisco de Rezendes.



no teatro espanhol teve toda a fluidez, a frescura, a doce e perturbadora gentileza da obra, na língua em que foi escrita.

In-«O Diário da Madeira» de 28-9-916.

(14) Foi desde a sua juventude primoroso executante de bandolim, e no seu devotamento pela maravilhosa arte dos sons chegou a fundar nesta cidade, em 1895, uma sociedade, a «Estudantina Angrense», cuja orquestra reunia os melhores elementos musicais de então, um dos quais, mais tarde, tanto se havia de distinguir como violinista, organista, chefe de orquestra, regente de banda, compositor e professor de música — o talentoso terceirense Jácome de Sousa Ribeiro.

É curioso notar que tais foram as relações de amizade, estreitadas por afinidades artísticas, entre estes dois distintos terceirenses, que tendo nascido nesta cidade, em 22-8-1896, um filho a Jácome de Sousa Ribeiro, dele foram padrinhos o Dr. Lino e sua irmã D. Maria de São Pedro, sendo ao neófito dado o nome de Lino—homenagem ao padrinho. Trata-se de Lino Ribeiro, que foi aluno do nosso Liceu e, mais tarde, veio também a ser músico, mas profissional, fazendo parte durante muitos anos, como elemento considerado, da banda da G. N. R., em Lisboa, aonde actualment reside, na situação militar de reformado.

- (15) Nessa qualidade, proferiu na inauguração solene do actual edificio da Cosinha Económica de Angra do Heroismo, em 1 de Novembro de 1904, um primoroso discurso que, na integra, foi publicado no jornal «A Semana», de 6 do referido mês.
- (16) Pertenceu à Comissão Distrital Executiva de partido político do Conselheiro João Franco partido regenerador liberal organizada nesta cidade em 2-3-1904, a qual era constituida pelas seguintes individualidades:

Dr. Manuel António Lino, Dr. Alfredo da Silva Sampaio, Conselheiro José Pereira da Cunha, José Narciso Parreira Fagundes, Artur da Silva Baptista e Eugénio da Silva Camacho.

- (17) Foi nomeado, em comissão extraordinária de serviço, Governador Civil do Distrito da Horta, por Portaria de 12-6-1906, inserta no D. G. (2.ª serie) de 15 do mesmo mês. Deste cargo foi, a seu pedido, exonerado, por Portaria de 15-9-1906, publicada na aludida folha oficial, de 17 do mesmo mês, que acrescentou ter exercido tais funções «com zelo e inteligência».
- (18) A Junta Geral do nosso distrito, tendo deliberado, em sessão de 13-2-1928, estabelecer um subsídio anual de cinco contos insulanos, destinado a quem, revelando aptidões artísticas excepcionais, pretendesse frequentar lá fora um curso especial e carecesse desse auxílio, resolveu também que em homenagem ao alto caracter e elevado espirito do distinto açoriano Dr. Manuel António Lino, este subsídio seja designado Subsídio Dr. Lino.

Tal subsídio foi, pela primeira vez, concedido a D. Maria Ramos — de seu nome completo M. de Lourdes R. Moniz da Costa —, habilitada com o Curso Complementar de Ciências do nosso Liceu, para frequentar o Curso das Belas Artes, no Porto, visto ter revelado um excepcional temperamento de artista em vários trabalhos — caricaturas e pequenas figuras modeladas em barro - duma grande perfeição e originalidade, que lhe grangearam nesta cidade públicos louvores. Esta distinta terceirense, tendo mais tarde transitado de curso, concluiu o de Ciências Biológicas na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, onde era professor-assistente o Doutor Manuel José Nogueira Valadares — notável investigador das Ciências Físicas e Nucleares, com valiosos trabalhos premiados em Portugal e no estrangeiro -. com quem se consorciou, vivendo os dois, desde 1947, em Paris. onde se dedicam a trabalhos de investigação científica no Laboratório Curie.

—A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ao elaborar o Regulamento da Exposição Regional de Floricultura que foi reazada nesta cidade em Junho de 1945, instituiu um prémio denominado Prémio Dr. Lino.

A Batalha do Porto das Mós

Pelo Major Miguel Cristóvam Aradjo

Preâmbulo

Aniquilada a expedição castelhana do comando de D. Pedro Valdez, na Batalha da Salga, no dia 25 de Junho de 1581, pelas forças da Ilha Terceira sob a superior chefia de Ciprião de Figueiredo, logo Filipe II começou a organizar nova e muito mais forte expedição cujo comando confiou a D. Alvaro de Bazan, Marquês de Santa Cruz, o melhor almirante de Espanha.

Por sua vez o Prior do Crato tinha conseguido reunir uma armada em França, com o valioso auxilio de Catarina de Médicis, comandada por Filipe Strosse, que saiu de Belle Isle a 16 de Junho de 1582. Nessa armada, que se dirigia aos Açores, embarcaram, D. António, Prior do Crato, o conde de Vimioso e vários outros portugueses. Como as Ilhas de S. Miguel e Santa Maria tinham prestado vassalagem a Filipe II a armada rumou a S. Miguel no intuito de proceder á sua conquista.

A 14 de Julho foi avistada terra e a 16 efectuou-se o desembarque de 1200 homens num trecho de costa de difícil acesso.

Logo a 20, sem se ter conseguido a rendição de S. Miguel, chegaram novas do aparecimento da frota do Marquês de Santa Cruz pelo que logo foi dada ordem de reembarcar às tropas que já se encontravam próximo de Ponta Delgada.

No dia seguinte, 21, a armada espanhola ainda se encontrava longe, a barlavento da francesa, mas no dia 22 o vento rondou e a armada de Strosse pôde manobrar. No conselho de oficiaís que se reunira houve graves divergências pois alguns capitaes eram de opinião que se não devia dar batalha por a armada estar muito enfraquecida opinando ser preferivel ir á Terceira reforçar-se com 2000 homens.

Strosse, apesar de tudo, manteve a sua opinião de se dar batalha na qual morreu a bordo do seu navio.

Esta divergência muito contribuiu para a derrota pois vários capitães de navios não entraram na batalha e dirigiram-se para

França.

O Prior do Crato, antes da Batalha, dirigiu-se para a Terceira num navio de boa andadura e lá soube da sorte da sua armada por vários navios que ali aportaram após o combate. Também ali lhe chegou a nova de ter sido aprisionado gravemente ferido D. Francisco de Portugal (Vimioso), seu lugar-tenente.

O Marquês de Santa Cruz depois de ter procedido aos julgamentos e execuções de numerosos prisioneiros, dirigiu-se com a sua armada para a Terceira. que avistou a 1 de Setembro, não tendo feito qualquer tentativa de desembarque. A sua intenção teria sido proceder ao reconhecimento das costas acessíveis da Ilha com vista ás operações do ano seguinte.

No dia 14 desse mesmo mês de Setembro chegou, com a armada a Cascais.

Preparativos para a Batalha

No dia 23 de Junho do ano seguinte saiu de Belém a armada do Marquês de Santa Cruz destinada a levar a cabo a conquista da Terceira e restantes Ilhas a Oeste desta—Graciosa, S. Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo—que ainda se mantinham fiéis ao Prior do Crato. Era assim constituída a poderosa frota:

- 5 galeões San Martin, capitania; San Filipe; San Francisco e mais dois propriedade do Marquês cujos nomes não encontrei.
- 9 navios grandes aragoneses
- −3 venezianos

- 8

 de Guiposcôa
- 7 também de Guiposcôa que tinham entrado no Tejo em fins de Maio
- 6 patachos de Guiposcôa
- -8 · Castro
- 15 zabras de Castro
- 4 caravelões portugueses destinados ao transporte de cavalos
- 9 caravelas de Alfama, também destinadas ao transporte de cavalos
- 7 barcas chatas para desembarque da infantaria
- 2 galeaças da Itália armadas de remos e velas
- 12 galeaças reais de Hespanha

A estes 102 navios deviam juntar-se mais 22 embarcações

que tinham ficado em S. Miguel no ano anterior o que eleva o número de navios da armada a 124 unidades.

Todos os navios eram grandes, fortes e bem armados sendo alguns de mais de 1.500 toneladas e o menor de 400.

Esta armada era guarnecida por 3.823 homens e nela embarcaram 9.262 soldados de várias nações que adicionados a 2.300 que tinham ficado em S. Miguel de guarnição perfaziam 11.562 constituindo 71 bandeiras a que se deve juntar ainda uma companhia de portugueses aventureiros sob o comando de D. Félix de Aragão constituída por 130 homens e, ainda, 86 centretenidos.

Para a conquista da Ilha Terceira o Marquês de Santa Cruz trazia sob o seu comando 15.601 homens numa armada de 124 navios com mantimentos para 5 meses. A maior parte da infantaria era constituída por gente escolhida, veteranos destros e disciplinados entre os quais 1 240 mosqueteiros.

Além do armamento que estava distribuido á infantaria foram embarcadas as seguintes armas e munições:

- 802 quintais de pólvora
- 306 quintais de chumbo
- -- 63 barris de balas de arcabuz e mosquetes
- 2250 quintais de corda
- 406 acabuzes com seus petrechos
- 486 piquesMais de 200 mosquetes.

Contava-se ainda com 100 quintais de pólvora e outros tantos de corda que foram embarcados em S. Miguel.

Depois de embarcado o pessoal e carregado o material e víveres a armada desceu o Tejo até Belém onde, a 22 de Jnnho, foi visitada pelo Cardeal Arquiduque Alberto que se fez transportar numa galera real tendo voltado no dia seguinte, na mesma galera, acompanhado do Duque de Gândia, Capitão General do Reino de Portugal, afim de se despedir da armada e levar-lhe a bênção papal.

E, neste mesmo dia, com vento fresco, saía a armada de Belém, rumo ao mar dos Acores.

Foi com este imenso poder que a Espanha de Filipe II se apresentou para a conquista desta Pequena Ilha que teve a ousadia de se manter fiel a um rei português e tinha aniquilado dois anos antes, na Batalha da Salga, a expedição do Comando de D. Pedro de Valdez.

Não foi, porém, somente a ideia de vingar os seus súbditos mortos naquela Batalha que norteou Filipe II. A Terceira tinha, então, um grande valor pela sua situação nas rotas das armadas das Indias Orientais e Ocidentais.

O Auditor Geral da Armada e Exército do Rei Católico, licenciado Cristoval Mosquera de Fígueirôa, na relação em que narra a tomada da Terceira pela qual nos estamos guiando neste trabalho diz: «é muito o comércio com as Indias Orientais e Ocidentais, por ser escala para refresco e refúgio das suas armadas, por ter em si água em abundância muy delgada e saudável, formosas campinas de muito trigo, cevada e pastel, que é de muito valor e de que se provê a Flandres, Inglaterra e Hespanha».

E, segundo o P.e Cordeiro, na sua História Insulana: «Nem só da terra mas também do mar foi tão grande o contacto desta Ilha que como em muitas partes afirma o antigo Frutuoso tinha muitos navios seus de alto bordo com que comerciava com o Brasil. com Angola e Maranhão. Escalavam o seu Porto as frotas do Brasil e as naus da India Oriental e as das Indias de Castela, quando com Portugal estavam em Paz, e aqui se reabasteciam e recebiam soldadesca do Castelo e continuavam a viagem no fim mais perigosa». Ainda segundo o mesmo autor, havia intenso comércio entre esta e as outras Ilhas do Arquipélago enviando aquelas os seus produtos e abastecendo-se de fazendas, drogas, especiarias, acúcar, couros, madeiras do Brasil e do Maranhão, marfim e escravos de Angola e Cabo Verde, canela, pimenta, cravo, pedras preciosas, pérolas e aljôfar da India Oriental; panos. sedas da Itália, Inglaterra, França e Holanda; azeite, sal e cera de Portugal e até ferro, breu, enxárcias, velame, âncoras e amarras de navios. Este comércio fazia-se quer por troca de mercadorias, quer por compra paga em ouro e prata.

Quatro dias após ter saído do Tejo, isto é, a 27 de Junho, a

armada dispersou-se em virtude de o vento ser muito forte e um dos navios perdeu o leme tendo sido transbordados para outras embarcações os homens e a carga, o que atrasou a viagem. À saida da barra uma das naus bateu nuns cachopos, pelo que teve de regressar ao Tejo para reparar.

Uma parte da armada chegou a Vila Franca, na Ilha de S. Miguel, a 6 de Julho e a 7 a Ponta Delgada mantendo-se a bordejar até à chegada do Marquês com os restantes navios, o que se verificou a 14 com a chegada a Vila Franca onde se demorou por se ter levantado vento de Oeste que não permitia a viagem para a Terceira, aproveitando a demora para se abastecer de água e vários géneros. As galeras tinham entrado em Vila Franca em 3.

Em Ponta Delgada procedeu-se ao embarque dos 2.300 homens, do comando do Mestre de Campo Agustin Iñiguez, de 100 quintais de pólvora e 100 de corda. Foram também embarcadas mulas, petrechos e aprestadas barcas de fundo chato para o desembarque.

Reuniu-se um conselho para se decidir em que porto se efectuaria o desembarque na Terceira.

No dia 19 de Julho a armada saiu de S. Miguel com rumo à Terceira que avistou a 23, à tarde, só tendo chegado em frente à Praia no sábado, 24.

Navegou próximo da costa com rumo a S. Sebastião fundeando, finalmente, na Baía de S. Fernando.

D. Alvaro de Bazan mandou reconhecer a costa pelos capitães Miguel Oquendo e Marolin e enviou a terra o sargento português Manuel Gonçalves Rebelo com vários exemplares dum manifesto concedendo o perdão a todas as pessoas que quizessem reconhecer Filipe II como rei de Portugal. Apesar da fragata em que o Rebelo se dirigia ao Porto Martins levar a bordo um trombeteiro para fazer os toques indicativos de parlamentário e ter hasteada uma bandeira branca foi-lhe feito de terra, por ordem do capitão Mayet, um tiroteio tão cerrado que o sargento voltou para o galeão San Martin donde tinha saído.

Pelo Marquês foram ordenadas várias fintas e o próprio D.

Alvaro, acompanhado por vários oficiais, procedeu a um reconhecimento da costa em direcção à cidade.

Ainda neste sábado, 24, o Marquês enviou a terra, numa pequena embarcação, dois terceirenses aprisionados em S. Miguel e com cópias dos éditos dirigidos à população e uma carta para o Conde de Torres Vedras, Manuel da Silva Coutinho, oferecendo-lhe várias mercês a ele e ao Comendador de Chaste no caso da Ilha lhe ser entregue pacificamente. Os mesmos enviados eram também portadores de uma carta para os habitantes.

Tinham sido enviados a S. Miguel num pequeno barco, com a missão de obterem informes sobre a armada de Castela, cinco terceirenses, todos solteiros e se chamavam: Francisco Pacheco, João Nunes, Pantaleão Dias, Manuel Gonçalves e Gaspar Gonçalves. Em S. Miguel aprisionaram um camponês que resolveram trazer para a Terceira mas, como a certa altura da viagem e ainda próximo daquela Ilha o vento se tivesse tornado ponteiro e lhes faltassem os víveres o prisioneiro induziu-os a voltarem ali. Depois de terem desembarcado foram denunciados pelo seu prisioneiro e presos. Estes prisioneiros, quando interrogados por ordem de D. Alvaro de Bazan, prestaram informações sobre o estado da Ilha Terceira sendo algumas de bastante utilidade para o inimigo, segundo Figueirôa.

O Conde Manuel da Silva recebeu a carta que lhe era dirigida, em S. Bento. onde se encontrva com muita gente de cavalo, no dia seguinte, domingo 25 de Julho.

Neste dia foi reunido novo concelho a bordo do galeão almirante San Martin para se decidir sobre o dia do desembarque e ás 6 horas da tarde o capitão Marolin transmitiu a toda a armada a ordem para se aprestarem as embarcações para aquela operação.

Quando o Marquês regressou do seu reconhecimento deu as ordens necessárias ao desembarque indicando os capitães que deviam seguir na primeira leva na qual ele também iria com o seu Mestre de Campo General; ordenou que fossem distribuídas rações para três dias e que nos primeiros barcos fossem embarcados juntamente com a infantaria, corda, pólvora e chumbo e ainda

géneros para dez dias. Deu também as ordens para o desembarque da artelharia.

Um engenheiro e alguns capitães indicaram o Porto das Mós para o desembarque embora lá houvesse um forte bem guarnecido e que fôra reforçado nesse dia. Segundo Figueirôa o Marquês já tinha recebido informações favoráveis para o desembarque nesse porto fornecidas por uns portugueses que se dirigiram ao «Galeão San Martin para o efeito». Esses portugueses, naturais da Vila de S. Sebastião, devem ter sido Aleixo Pacheco, Melchior Veloso, Diogo Gonçalves Ferreira e Domingos Álvares que conheciam «todos os passos e pedras e ajudaram a dar ordem como botariam gente em terra» (Rel. cit.).

Como, porém, ficasse a dúvida de que os citados terceirenses quereriam aconselhar mal, foi ordenado novo reconhecimento pelos mestres de campo D. Francisco Bobadilla e Agustin Iñiguez, cap. Jerónimo Frances, Tibúrcio Espanoque e o engenheiro João Baptista Cairato.

De todos os reconhecimentos e informações resultou ter sido decidido o desembarque no Porto das Mós pelas seguintes razões:

- permitir a chegada simultânea de todos os barcos que transportassem os 4000 homens da primeira força de desembarque e a seguir a segunda força de desembarque constituída pelo mesmo número de homens;
- por só haver um forte á esquerda da trincheira que era muito larga e que não podia fazer tanto dano como as outras que tinham sido vistas;
- porque este porto ficava a uma distância sensivelmente igual da Cidade e da Praia tornando o socorro mais demorado;
- porque os defensores podiam ser batidos do ilhote à direita (leste) do porto;
- porque o ponto de desembarque ficava próximo do ancoradouro da armada.

Embarcados todos os homens, com as respectivas armas individuais, o Marquês, já a bordo da galera capitania, deu as últimas ordens mandando apagar todas as luzes e determinando que se

observasse silêncio absoluto. Pelas duas da madrugada a galera do Marquês levantou ferro, o mesmo fazendo as restantes e, a remos, rebocaram para a Baía das Mós todas as embarcações — barcaças, patachas e pinaças—que não podiam fazer uso dos seus remos em virtude de terem muita gente a bordo. Dos soldados uns repousavam outros aproveitavam os momentos que lhes restavam antes do combate para se confessarem e fazerem os seus testamentos.

Das 12 galeras que faziam parte da armada, duas andavam batendo a baía da Praia onde se encontravam vários navios que segundo presumia D. Alvaro de Bazan estavam de prevenção para fugirem neles as pessoas que o pudessem fazer no momento da derrota.

Como é sabido, a França, a Inglaterra e os Países Baixos, no desejo de prejudicarem a Hespanha e, também cobiçosas dos vastíssimos domínios de Portugal, apoiavam as pretensões de D-António. Os dois primeiros países, muito em especial a França, concretizaram aqueles seus desejos com o envio de expedições como a do comando de Strosse. A Inglaterra também mandou um pequeno contingente para a Terceira. Essas tropas chegaram nos fins de 1581 ou principios de 1582, como afirmou o autor da «Relação das Coisas que Aconteceram em a Cidade de Angra, Ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em África», que cita entre os oficiais ingleses os capitães Henrique, Duarte Perim, etc., o grão capitão Charles, francês, bem como o capitão Baptista que eram como mestres de campo. Este contingente, entre ingleses e franceses, devia constar duns 800 homens, segundo a mesma fonte.

Os Paises Baixos, porém, não enviaram qualquer socorro. Nas condições que impunham, entre várias outras cláusulas, era estipulado que Sua Magestade desse «como penhor todas as suas possessões domínios e especialmente as Ilhas dos Açores».

As forças de defesa da Terceira, computadas em 8.000 homens, contavam pois com mais uns 700 ou 800 franceses e ingleses indisciplinados e brigões.

A solicitação do Prior do Crato, a França resolveu enviar mais uma expedição de cerca de 1,300 homens, constituindo 9 compa-

nhias de pé, cujo comando foi dado ao Comendador de Chaste militar sabedor e experimentado.

A partida desta expedição foi sendo sucessivamente adiada e só quando houve conhecimento de que o exército inimigo se preparava para embarcar em Lisboa se fez seguir aquele socorro. O Comendador de Chaste pretendia chegar à Terceira com grande antecedência sobre as tropas de D. Alvaro de Bazan para, com tempo, fazer os reconhecimentos necessários da Ilha e dos locais de desembarque e tomar as suas disposições defensivas. Com os adiamentos que lhe foram impostos não conseguiu este seu intento.

Em 17 de Maio de 1583 embarcava a expedição em Havre de Grace tendo a viagem sido alternativamente tormentosa e de calmarias pelo que durou 24 dias. A 11 de Junho chegou à Terceira onde foi recebido com grandes manifestações de regosijo. Foram-lhe lançadas flores das janelas e algumas senhoras desceram à rua a aspergir o Comendador com água de flor de laranjeira.

A instâncias de Manuel da Silva, lugar-tenente de D. António, o Comendador de Chaste, embora relutantemente, enviou para o Faial um contingente de 500 homens, constituindo 5 companhias das quais uma de ingleses, que foram comandadas pelo capitão Carlos de Bordeaux.

Para esta resolução do Comendador deve ter contribuído o facto de ter corrido a notícia de que do Pico fora avistada uma armada de 25 velas afirmando-se fazerem parte da armada hespanhola e ainda a afirmação de Manuel da Silva de que no Faial só havia uma companhia para a defesa da Ilha.

Foi resolvido, também, que os navios em que viera a expedição ficassem na Baía de Angra no intuito de lhes serem aproveitadas as guarnições na defesa do Porto por de Chaste julgar em pequeno número os defensores da Ilha.

A pedido de Manuel da Silva foram os dois, acompanhados de vários capitães, proceder a reconhecimentos dos locais de desembarque. O Comendador não ficou satisfeito por ter verificado haver mais pontos susceptíveis de permitir um desembarque do que os que lhe tinham sido indicados pelo Prior do Crato em França e ainda porque neles ese trabalhara com muito pouco pro-

veito em pequenos entrincheiramentos muito no interior da terra e de muito pouca força».

Em resultado dos reconhecimentos as forças francesas foram assim distribuídas: em Angra o capitão Baptista com a sua companhia de 90 homens e o capitão Brevet com a sua de 80 com a missão de defenderem as saídas da cidade; desde o «Monte Brasil até ao Porto Judeu, numa extensão de légua e meia, ficou a defesa a cargo das companhias dos capitães Baset e Capon com um efectivo de 100 homens e duas companhias de portugueses; na Salga ficou o capitão La Valade com 40 homens; em Santa Catarina, nas Mós, o capitão Bourguignon, com 50 homens e duas companhias de portugueses; (1) no forte Delgado ou Pesqueiro das Meninas, no Arrabalde, o capitão Grave, com 60 soldados; na Ribeira Seca, o capitão Louis com 40 franceses e uma companhia de portugueses; no forte de S. Fernando o capitão Campanhol com 60 franceses e três companhias de portugueses que deviam guarnecer também os fortes dos Cavalas e Esteves; no forte de Santa Margarida o capitão Chonin, com 40 soldados e marinheiros e duas companhias de portugueses; em Porto Martins, forte da Nazaré, o capitão Campols com 80 franceses e uma companhia de portugueses; na Praia o Comendador de Chaste com as companhias dos - capitães Laste, Aremissac, La Barre e Lignerol, de 100 homens cada uma, e quatro companhias de portugueses; em Vila Nova ficou o capitão Lahan Rochelois, com 20 marinheiros e uma companhia de portugueses; nas Quatro Ribeiras um sargento francês com 15 homens; nos Biscoitos, guarnecendo os dois fortes — Rua Longa e Biscoitos-o capitão Armando com 60 homens.

Manuel da Silva, com 1000 soldados portugueses, o Mestre de Campo francês, capitão Baptista com a sua companhia de 90 homens e o capitão Pomignet com 36 homens deviam seguir, pela beira mar os movimentos da esquadra inimiga entre a Praia e o Porto Judeu.

^{(1) —} Os comandantes das companhias de portaguêses no Porto das Mos eram António Alves Rafael e Domingos de Toledo.

Ás ordens do Comendador de Chaste seriam postos 60 dos melhores cavaleiros para prevenirem do local do ataque e foi resolvido enviar, em reconhecimento, aos mares de S. Miguel o patacho de Manuel da Silva pelo qual se veio a saber que já tinham sido avistadas daquela Ilha quinze ou 16 velas.

Na Cidade ficaram ainda as companhias portuguesas do comando dos capitães Miguel da Cunha, Sebastião do Couto e Tomaz Porraz Pereira cujos efectivos não mencionou o autor da «Relação» em que nos baseamos.

No dia 22 de Julho o Comendador embarcou num patacho em demanda dos navios do capitão Haye, do Snr. de Sarlobret, do de Poupietre e ainda dum outro que, contráriamente às ordens recebidas, tinham saido da Baía de Angra pela uma hora da manhã. Não conseguiu demove-los a voltarem ao porto e foi mesmo ameaçado de bordo dos navios apontando-lhe as armas e dizendo-lhe não quererem correr os mesmos riscos que ele pois seria derrotado. Em face desta atitude dos seus capitães o Comendador regressou ao porto de Angra.

Depois dêste acontecimento resolveu enviar outro patacho em reconhecimento da esquadra inimiga. Foi, de facto, avistada a esquadra hespanhola navegando rumo à Ilha e avaliado o seu efectivo em 100 velas. Recebida esta informação o Comendador foi reconhecer os fortes ao longo da Praia e verificar se estavam municiados como ordenara. Enquanto procedia ao reconhecimento as vigias postadas em pontos altos deram o sinal de terem avistado a frota, repicando os sinos que tinham sido colocados nesses pontos para o efeito.

Completado o reconhecimento e voltando à Praia foi informado de que o Conde Manuel da Silva, depois de ouvir os sinais de alarme, se dirigira para Angra.

Na manhã seguinte, 23 de Julho, apareceu toda a armada em frente à Praia e a uma légua da terra, continuando a aproximar-se e dispondo-se ao longo da costa. O Comendador foi-lhe seguindo os movimentos marchando pela costa raté à Baía de Santa Margarida onde a armada deu fundo ocupando uma linha de um quarto de légua.

Na sua narrativa Cristoval de Figueiroa indica como fundeadouro da armada a Baía de S. Fernando. Na Narrativa da Viagem do Comendador de Chaste o seu autor — que demonstra estar absolutamente ao facto do que se passou com aquela expedição menciona a Baía de Santa Margarida. Como as duas ficam adjacentes e são pequenas, especialmente Santa Margarida, é natural que a armada inimiga tivesse ocupado as duas tanto mais que se estendia numa linha de um quarto de légua, segundo a «Narrativa».

No sábado, 24, de madrugada, as galeras da esquadra do Marquês dirigiram-se à Praia em reconhecimento tendo disparado alguns tiros de canhão retirando ao nascer do Sol. Depois do meio dia fizeram novo reconhecimento à costa, voltando a disparar alguns tiros de artilharia.

Como o Conde Manuel da Silva não tivesse voltado a aparecer o Comendador mandou-lhe dizer que estranhava esse facto o qual estava produzindo mau efeito tanto entre os franceses como entre os portugueses. Pedia-lhe ainda que lhe enviasse os 60 cavaleiros que tinham sido prometidos, a substituição do capitão dos portugueses em quem estes não tinham confiança por ser poltrão e traidor e o envio de pão aos soldados pois desde que aparecera a armada inimiga tinham recebido muito pouco.

O Mestre de Campo dos franceses estabeleceu-se, com os homens do seu comando, entre o forte do Pesqueiro das Meninas (Forte Delgado) e o forte de S. Fernando e o Comendador Du Mayet nos terrenos marginais da Baía de Santa Margarida.

No domingo, 25, todas as galeras inimigas fizeram novo reconhecimento à Praia, durante a noite, tendo disparado numerosos tiros de canhão e arcabuz retirando-se, porém, uma hora antes de nascer o Sol, mas mantendo-se durante todo o dia ao longo da costa.

Na noite deste dia o Mestre de Campo e du Mayet ordenaram ao capitão italiano, Baptista, que pernoitasse com a sua companhia no Pico dos Coelhos, (P.º do Refugo) sensivelmente a meia distância entre o Porto Judeu e a Baía da Salga. O capitão, porém, resolveu it pernoitar a S. Sebastião.

O Comendador de Chaste, neste dia e quando se deslocava

ao longo da costa para próximo do ancoradouro da armada inimiga, observando o movimento das galeras, encontrou D. João de Castro que vinha render o capitão português cuja substituição solicitara e lhe entregou a carta enviada pelo Marquês de Santa Cruz ao Conde Manuel da Silva e que lhe fôra entregue pelos dois terceirenses desembarcados da armada com essa missão. Nessa carta o Marquês fazia proposta a Manuel da Silva para a entrega pacífica da Ilha mediante várias promessas entre as quais a da libertação da mulher e filhos, presas em Hespanha, dinheiro, etc.. Nas propostas eram também incluidos os franceses, razão por que Manuel da Silva a enviou ao Comendador. Este rasgou-a depois de a ter lido não tendo dado conhecimento do seu conteúdo aos que se achavam presentes.

Nessa tarde o Conde Manuel da Silva foi à Praia procurar o Comendador de Chaste tendo-lhe prometido mandar os 60 cavaleiros, o que não cumpriu. Quando regressou a Angra passou pelos postos do Comendador du Mayet e do Mestre de Campo tendo-lhe o primeiro manifestado a sua opinião de que o desembarque se efectuaria pelo Porto Judeu ou Porto das Mós onde não havia forças suficientes para a defesa pelo que lhe pedia lhe enviasse os marinheiros franceses. O Conde prometeu enviá-los e ainda que iria ele próprio com 4.000 homens reforçar aquele sector.

Tendo, porém, encontrado os marinheiros franceses em marcha para aquela região reconduziu-os para Angra. Só no dia seguinte, 26, à tarde, em plena luta, compareceu no campo de batalha.

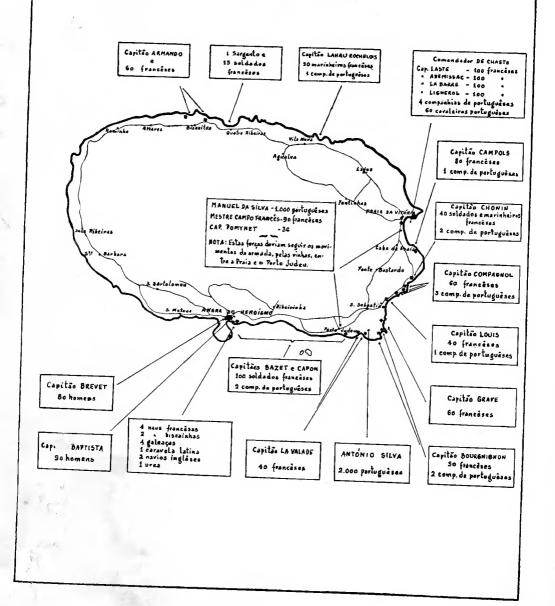
Logo que foi avistada a armada inimiga activaram-se os preparativos de defesa em terra sob a orientação do Conde Manuel da Silva.

Durante a noite de 22/23 foi reunida a tropa na cidade pronta a acudir ao local do desembarque. «Os carros da artelharia grossa foram dispostos na praça» com os bois jungidos bem como a gente de cavalo sob o comando do capitão Gaspar de Graen; foram aprestados os jumentos de carga para conduzirem os mantimentos e reunidos também os cirurgiões. Na manhã de 23 Manuel da Silva enviou patrulhas de cavalaria a vigiar a costa e

PLANO DE DEFESA DA ILHA TERCEIRA

Julho de 1583







postou-se em S. Bento com muita gente de cavalo sendo aí que recebeu a carta enviada pelo Marquês e entregue pelos dois terenses desembarcados no sábado 24, seriam 10 horas da noite.

A Batalha

I be a little of the same of the same of the same in

Pelas 4 horas da madrugada do dia 26 foi dado o assalto, de surpresa e com grande impeto, sendo imediatamente feitos, em terra, os sinais de alarme, previamente combinados, com fogueiras, tiros e o tanger dum sino para o efeito colocado no Pico das Contendas.

Após a preparação do ataque, feito pela artilharia das galeras, a primeira leva dos atacantes, somando uns 4.000 a 4.500 homens, servindo-se das embarcações de fundo chato e de pranchões, efectuou o desembarque.

A luta durou mais duma hora tendo se os defensores batido denodadamente só sucumbindo perante a superioridade de meios em potência de fogo e homens acumulados da Baía das Mós. A disparidade entre os combatentes devia ser superior a 10 para 1.

Os fortes de Santa Catarina e Santo António e as trincheiras que defendiam a Baía foram tomadas. Mas a atestar a resistência dos defensores são bem elucidativos as perdas verificadas entre os franceses da companhia do capitão Bourguignou e pena é que, por deficiência dos relatos da batalha, não possamos fazer o mesmo com respeito aos portugueses que defendiam as mesmas posições. Dos franceses morreram o capitão e 35 soldados tendo ficado feridos o tenente, o alferes e os 15 soldados restantes. Dos Hespanhois houve uns 20 soldados mortos, bem como alguns oficiais. Houve vários feridos, alguns tão gravemente que morreram dos ferimentos recebidos.

O Marquês de Santa Cruz desembarcou com esta primeira vaga de assalto, — que logo ocupou os «montes, caminhas e atalhos» — passando a dirigir a batalha de terra.

Ao romper do dia o Comendador de Chaste dirigiu-se para o

Arrabalde, da Vila de São Sebastião, em frente da qual estava ancorada uma parte da armada inimiga, presumindo que o desembarque se efectuasse por aquela região. Ouvindo tiros para o lado do Porto das Mós enviou um cavaleiro em reconhecimento tendo sido informado por ele que o inimigo desembarcara e que algumas centenas de arcabuzeiros avançavam para uma fonte, naquele lugar, a-fim-de a tomarem. Decidiu atacar imediatamente essas forças tendo-se apoderado da fonte.

Era a nascente de Nossa Senhora da Graça, junto à ermida do mesmo nome. Juntaram-se-lhe, então, as forças do Mestre de Campo e do Comendador du Mayet que tinham sido obrigadas a retirar. A fonte foi disputada várias vezes durante o dia acabando por ficar na posse dos franceses.

Diz Figueirôa que se combatia tão encarniçadamente pela posse da fonte que parecia «ser aquele o único motivo da batalha»,

Confessa também que fôra necessário trazer barris com água de bordo dos navios por as tropas sofrerem muita sêde, o dia estar muito quente e os homens «escaramuçando desde as seis horas da manhã chegando á render-se muitas vezes os carabineiros para as escaramuças por outros descançados». E de Chaste também sabia que viera água dos navios a qual se esgotou em pouco tempo.

Defendiam o Pico das Contendas as forças do Comando de Antonio Silva, sobrinho do Conde Manuel da Silva, com um efectivo de 2000 homens. Este Pico foi ocupado pelo inimigo pouco depois de efectuar o primeiro desembarque tendo sido gravemente ferido Antonio Silva que veio a morrer dos ferimentos recebidos.

Desembarcada a primeira vaga de assalto e garantida uma testa de ponte desembarcou a segunda que deve ter sido de efectivo mais elevado. De Chaste avalia a força de desembarque em 10,000 homens e a primeira leva em 6.000 no que há manifesta exagero porquanto, como já foi mencionado, a tropa de desembarque vinda na armada não chegava a 12.000 homens.

As forças portuguêsas, repelidas das suas posições defensivas.

bem como outras que acudiram ao campo de batalha, estabeleceram-se na encosta que desce do linha, estrada Angra-Vila de S. Sebastião ficando as portuguesas á direita (W) e as francesas á esquerda (L), no Arrabalde.

As forças inimigas formaram, tambem, «dois campos de tropas em batalha» ficando os alemães á direita (L) e os espanhois á esquerda (W), depois de desembarcada a segunda leva e ocupado o Pico dos Cornos e a trincheira existente entre êste Pico e o das Contendas.

As forças terceirenses que pelo meio dia eram avaliadas em 8000 homens de pé e 400 cavaleiros tentaram lançar vários ataques mas sempre se detiveram em frente ás forças do inimigo mais numerosas, mais experimentadas e mais aguerridas.

Alguns frades, uns a pé outros a cavalo, percorriam o campo incitando os portugueses ao combate.

Com a 2.ª leva de desembarque inimiga foram trazidos para terra cinco canhões.

Por volta das 3 horas da tarde, segundo Figueirôa, foram dispostas umas 1000 vacas para serem lançadas contra os espanhois.

Logo foram dadas as ordens para que os arcabuzeiros não lhes atirassem e abrissem caminho para elas passarem cerrando filas em seguida. Afirma tambem que o Comendador de Chaste, consultado, reprovou o ardil.

Segundo de Chaste perto da noite chegou Manuel da Silva ao campo de batalha com um reforço de 1000 homens e 300 ou 400 vacas declarando que os portugueses desejariam utiliza-las por o ardil ter dado resultado dois anos antes. O Comendador manifestou a sua discordância por, inclusivamente, os animais se poderem voltar contra eles próprios, e por não o julgar meio honroso de combate Exprobrou-lhe o seu procedimento por não ter aparecido no campo de batalha como prometera afirmando-lhe que ele Conde, era a causa da perda da Ilha e dos franceses mas que poderia ainda redimir-se juntando-se a êle, Comendador, e atacando o inimigo pois era preferivel uma morte honrosa a sugeitarem-se ás crueldades que os espanhois lhe infligiram. O

Conde respondeu que fizera mal mas que não podia combater dizendo que Deus lhe tirava a força e o entendimento. Pediu ao Comendador que dirigisse as operações, pois lhe garantia que os portugueses combateriam. Ouvindo isto o Comendador reuniu a sua gente e voltou para o combate.

Declinava já o dia quando chegou perto do inimigo e resolveu suspender o combate pois de noite lhe seria desfavorável. Dirigiu-se a todos os portugueses pedindo-lhes se mantivessem nos seus postos até ao dia seguinte o que lhe foi prometido e foi verificar as suas baixas.

Pelo que ficou exposto verifica-se que, contrariamente às narrativas de alguns autores, não foi utilizado o gado nesta batalha, embora essa fôsse a intenção do Conde Manuel da Silva. Quanto à quantidade é mais crível o cômputo do Comendador de Chaste embora estejamos convencidos de que a manada não seria composta sòmente de vacas mas sim de toiros acompanhados por vacas como aqui na Ilha é usual sempre que tem de se movimentar aqueles animais.

O polaco Erich Lassota de Steblovo, que fazia parte das forças de D. Alvaro de Bazan, alude também ao episódio e avalia a manada «em 1000 bois» divididos em três grupos. Refere-se tambem, às ordens recebidas de abrir alas dando passagem aos bois cerrando-as em seguida para combater a infantaria que avançasse a coberto dos animais. Afirma ainda que passaram a noite preocupados com receio do gado ser lançado aproveitando a obscuridade pelo que estavam continuamente em alarme e bradando: «Guardem as vacas; passe palavra».

Quer fosse pelas 3 horas da tarde, como afirma Figueirôa, quer perto da noite, como dizem os franceses, a verdade é que Manuel da Silva só apareceu no campo de batalha muitas horas após o desembarque das forças inimigas, na melhor das hipoteses, nove horas depois de se ter começado a combater em terra. Foi, de facto muito tempo perdido, muitas horas desperdiçadas certamente a preparar um ardil que não resultaria pela certa. O reforço de 1000 homens que seria precioso nos primeiros momentos de combate, quando o inimigo ainda não estava consolidado, naquela

altura com as forças hespanholas já solidamente estabelecidas em terra e quando, talvez, a desmoralisação já começava a invadir as forças portuguesas era — e foi — de muito menor valor.

Durante todo êste dia 26, porém, se combateu encarniçadamente sem que tanto os portugueses como os seus aliados estrangeiros, dessem mostras de desânimo ou dessem ouvidos às ofertas de graças e de perdão que lhes eram continuamente oferecidas pelo inimigo. Aproveitando os muros de divisão das terras como abrigo mantinham-se os dois campos agarrados ao terreno e quando se verificava um recuo das forças da defesa era sempre de pequena profundidade — da ordem dos duzentos passos.

As forças invassoras tiveram mais de 400 baixas nêste dia entre mortos e feridos. As 8 peças de artilharia dos portugueses contribuiram muito para estas baixas pois, segundo Figueirôa, *produziam muito dano.

Na tarde dêste dia um cavaleiro português chamado Diogo Dias, que fora feito prisioneiro pela armada que desta Ilha e por ordem de Manuel da Silva, saira a-fim-de atacar Arguim e as ilhas de Cabo Verde, afastou-se do seu esquadrão e dirigiu-se à redea alarga para o campo do inimigo tendo prestado ao Marquez de Santa Cruz várias informações entre as quais a de que havia numerosos mortos entre os portugueses e que o lugar tenente de Manuel da Silva e seu sobrinho, António da Silva, tinha sido gravemente ferido com um tiro de mosquête. Informou haver vários capitães franceses mortos ou feridos e que tanto velhos como muheres se ocupavam em levantar feridos, e transportar pão, água e vinho para os combatentes.

Refere também Figueirôa que neste dia se passaram para o inimigo vários portugueses *embora poucos* e entre eles alguns escravos a quem foi dada a liberdade.

Ao findar o dia, mas continuando ainda as escaramuças, foi ordenado pelo administrador da armada inimiga, D. Juan de Benevides Bazan, que fossem levantados os feridos — operação dirigida por enfermeiros e executada pelos escravos das galeras. Entre os feridos levantados havia alguns portugueses e franceses os quais também foram tratados pelos médicos e cirurgiões hespanhois.

Quando anoiteceu os dois exércitos inimigos suspenderam o combate que custara aos hespanhois 400 baixas. Das baixas dos portugueses não conseguimos obter quaisquer elementos.

Ponco depois da meia noite o conde Manuel da Silva preveniu de Chaste de que os portugueses se tinham dispersado e fugido para os montes propondo-lhe combinarem o que deveriam fazer. Manuel da Silva foi de parecer que retirassem para um monte cuja posse lhes dava o domínio da Ilha desde que para lá levassem artilharia, munições e víveres O Comendador consultou, porém, os seus oficials os quais foram de parecer que seria melhor ocuparem os fortes de Angra onde poderfam meter os víveres que estavam em 3 navios seus ancorados no porto proposta a que o Conde, presistindo na sua ideia, se opoz alegando que os fortes não comportavam mais de 200 homens. Ficou pois resolvido retirarem para o referido lugar que era a Agualva. O Comendador fez retirar as suas tropas pela 1/2 hora da noite. Ao iniciar a marcha preguntou pelo Conde tendo sido informado que já retirara sem marcar ponto de reunião. O Comendador, porém, não se deteve, marchando para o sítio combinado. Chegou à Agualva já de dia sendo ali informado que o Conde fugira em duas embarcações, com mais algumas pessoas. Resolveu, então, executar o seu projecto de ocupar as fortalezas de Angra tendo-se logo para ali dirigido. Já perto mandou fazer um reconhecimento por um cavaleiro que verificou já estaremem poder do inimigo, pelo que deliberou voltar para a Agualva ezentrincheirar-se ali.

O autor da narrativa da «Viagem do Comendador de Chaste à Ilha Terceira, em 1583», indignado com a atitude de Manuel da Silva e convencido de que êle teria fugido num dos dois bateis—o que, aliaz, corria ser sua intenção no caso de se perder a batalha—afirma que vendo-se o comendador enganado pelo Conde e pelos portugueses dos quais não tivera 50 que entrassem em combate, não servindo senão de pavor aos soldados franceses deliberou voltar ao lugar de N.ª S.ª de Guadalupe».

Segundo o nosso parecer esta afirmação é injusta. E' certo que aos terceirenses faltavam os conhecimentos e os laços de disciplina que possuiam franceses e hespanhois; é certa a carência

dum chefe competente e corajoso a dirigi-los no combate mas é também verdade que quando o sol, no dia 27, se ergueu acima do horizonte ainda havia 2000 portugueses no campo de batalha. E o próprio inimigo faz justiça ao ardor combativo dos portugueses.

Ao romper do dia 27 as mangas de arcabuzeiros de hespanha começaram a travar escaramuças com os portugueses que se tinham mantido no campo de batalha, os quais ainda utilizaram a sua artilharia. Foi tomada a nascente de água que no dia anterior custara muitas vidas.

Perante a superioridade do inimigo e sem chefe que as tivesse sabido conduzir na batalha e lhes tivesse incutido a força moral necessária as forças portuguesas retiraram até à Vila de S. Sebastião dispersando-se em seguida e dando ao Marquês de Santa Cruz a posse da llha Terceira e, consequentemente, a das restantes do arquipélago e com elas o último baluarte erguido contra o domínio Castelhano e a liberdade do opulento comércio das Indias.

Apesar, porém, da falta dum chefe que se reflectiu, nitidamente, no comportamento em combate das forças da defesa da Ilha/e foi causa principal da derrota, segundo Masquera de Figueiroa os combates foram duros. A defesa, por parte daqueles que não abandonaram o campo de batalha foi encarniçada; a posse do terreno foi disputada palmo a palmo, pois «só nas escaramuças do primeiro dia e dia seguinte, foram gastos duzentos e trinta quintais de polvora e no exército inimigo trezentos e oitenta sem contar a que se distribuiu pelas peças de artilharia do campo nem as que as galeras gastaram no bombardeamento».

Em 30 deste mês de Julho atendendo a que muita gente se refugiara na Praia — pelo que se calcula seria possível reunir uns 5000 homens — vários capitães combinaram com os franceses organizar um ataque às forças do Marquez de Santa Cruz, então dispersas e entretidas no saque a Angra. Um dos capitães que entrara na combinação, chamado Francisco Dias, escreveu a D. Cesar de Bazan relatando-lhe o caso e manifestando o seu arrependimento por ter sido parcial de D. Antonio, Prior do Crato. e protestando a sua fidelidade a Fillipe II.

Em resultado desta carta o Marquez, em 1 de Agosto,

mandou lançar um pregão em que se declarava que todos os portugueses que se não apresentassem até á 4.ª feira seguinte, dia 4, seriam castigados com todo o rigor. Este pregão deu o resultado previsto tendo-se apresentado a prestar vassalagem quási toda a gente que andava a monte pelo que deixou de haver qualquer possibilidade de ataque às forças invasoras.

Perante a imposibilidade de manter a resistência na Ilha às forças invasoras e as revoltas constantes das do seu comando que desejavam encetar negociações para a rendição, chegando 60 homens a irem entregar-se, o Comendador resolveu dar início ás negociações que, aliaz já lhe tinham sido sugeridas por D. Pedro de Padilha e D. Agostinho Iniguez em carta que Ihe tinham dirigido.

Após as negociações ficou resolvido que os franceses entregariam as armas e lhes seriam concedidos navios para os transportar até ao porto de Passage de onde seguiriam para França.

A viagem foi bastante tormentosa; havia falta de víveres e outros adulteravam-se, e as tripulações das naus biscainhas que transportavam os franceses reservavam para si os melhores gé neros. Por deficiencia de alimentação vários homens dos mais debilitados pela campanha morreram durante a viagem.

O exercito invasor deteve-se por pouco tempo na Vila de São Sebastião, completamente abandonada pelos seus habitantes, marchando em seguida, em ordem de batalha, para Angra.

O Marquês ordenou que as galeras investissem os navios franceses ancorados no porto de Angra e como sabia, «por lhe ter sido dito», que tanto a cidade como os fortes estavam desguarnecidos «adiantou-se com 500 arcabuzeiros para tomar os fortes antes que o inimigo o pudesse fazer e para obstar a que houvesse desordens ou fossem praticados sacrilégios nas igrejas e mosteiros.

Já passava do meio dia quando o exército começou a entrar na cidade que estava deserta. Toda a gente se tinha retirado para os montes ou lugares afastados.

Pelo caminho morreram atormentados pela sede e pelo cansaço, três soldados e D. Gaspar de Castilha. querendo-se dessedentar, bebeu tanta «água que rebentou a caminho de Angra». Foi sepultado no convento de S. Francisco

Todas as igrejas e mosteiros foram guardadas pelos arcabuzeiros que marcharam na vanguarda.

Quando o exército entrou na cidade ardia a Casa da Moeda porque o alferes Martin de Reibera ao entrar ali cedeu uma tábua tendo no mesmo instante ardido um barril de polvora. O alferes ficou muito queimado mas curou-se. Um soldado que entrara com êle veio a morrer das queimaduras sofridas.

No despojo, diz Figueirôa, «havia grande quantidade de escravos pretos que andavam fugidos pelos montes, armados de arcabuzes e mosquetes que pelejavam como barbaros e disparavam os arcabuzes tanto a miudo que muitos lhes rebentavam nas mãos». Muitos escravos se tinham recolhido nos mosteiros com os seus senhores.

Assim sucedeu no convento de S. Gonçalo, afecto a Filipe II, pelo que lhe tinha sido cortada a água; no da Esperança, partidario de D. António, onde estavam muitos refugiados foi dada ordem para que todos saissem sendo apresados todos os escravos não pertencentes ao mosteiro e feitos prisioneiros todos os senhores afectos ao prior do Crato os quais deram entrada na cadeia.

O marquês determinou que fossem soltos todos os presos acusados de parciais de castela e todos os castelhanos encarcerados entre os quais estavam: Juan Agustin de Avila, Domingos Insaurraga e Diogo Garcia, êste último enviado no ano anterior pelo Marquez a reconhecer a ilha de S. Miguel e fora prêso a bordo dum patacho. Pouco depois de solto foi morto, por engano, por soldados alemães que andavam a saquear. Os restantes presos, mencionados acima tinham sido enviados em várias missões. Encontravam-se também na cadeia duas mulheres, mãe e filha, que tinham vindo da Flórida, o alferes Carriou, o sargento Guttierrez, Juan Lopez, trinta castelhanos que trabalhavam nos fortes e dezanove portugueses afectos aos hespanhois.

Na Baía de Angra foram tomados 14 navios da armada de França sendo 4 naus francesas e 2 biscainhas, 4 galeaças, uma caravela latina, dois navios ingleses e uma urca. Além destes foram apresados mais 16 navios nas Ilhas e na Praia sendo uma nau biscainha e outra portuguesa e as restantes caravelas constituindo a armada que, sob o comando de Manuel Serradas, foram saquear Cabo Verde e Arguin.

O Marquês, ao chegar com a sua armada à liha, mandou algumas galeras patrulharem em frente das baías de Angra e Praia para evitar que os navios nelas ancorados saíssem com fugitivos.

Os navios apresados eram armados com mais de 90 peças de todos os calibres. Foram mandadas recolher à casa das Munições do Castelo de S. Sebastião onde havia mais 14 peças e algumas munições.

Numa estância sobre as Portas do Mar (Páteo da Alfândega) havia 6 peças; junto ao Colégio Velho (no alto da Rocha), 5; no torte de S. Benedito, 6; na trincheira que ligava este forte à cidade, 2; no forte de S. Sebastião, 8.

Dos 44 fortes que então, existiam, 13 eram fechados à chave e todos tinham fontes ou cisternas de boa água e estavam municiados.

Encontraram-se na Ilha 290 peças de artelharia, muitas balas muitas quartolas de pólvoras, várias armas de arremeço com dispositivos incendiários a que se chamava *falaricas* e ainda outros artifícios de fogo, além de alcatrão, salitre, etc.

Quanto ao saque afirmou um narrador coevo: «foi concedido por três dias mas durou muitos mais. O saque foi grande, e a Ilha foi, parte dela virada em dez dias, e depois dos dez dias sempre durou o saque enquanto esteve na cidade, porque depois foi pior porque os soldados por não serem descobertos, porque o Marquês os castigava rigorosamente por tomarem depois dos dez dias, matavam a gente depois de saqueados do que levavam, e desonraram muitas mulheres pelos matos, e algumas se acharam mortas por não quererem, e muitos homens enforcados e mortos, e os franceses que achavam espalhados por fora não lhe davam mais vida; e os que vieram feridos na batalha se estavam curando ou pelos hospitais, todos foram acabados. A cidade ardia, e o fedor das reses mortas e dos porcos era grande, e as moscas eram tantas que neste tempo queriam comer a gente viva. Pelas

ruas estavam homens despidos. As mulheres não sabiam dos maridos,... e alguns mataram e enterraram em suas casas e quintais, como também fizeram a Diogo Dias que se botou com o seu cavalo no campo do Marquês. Muitos homens não apareceram nem vivos nem mortos até ao dia de hoje. (1611).

Em 30 de Julho saíu para o Faial a armada comandada por D. Pedro de Toledo, constituída pelas galeras nas quais embarcaram 2.000 hespanhois e 200 estrangeiros. Simultâneamente saíu outra armada sob o comando do alferes Gerónimo de Valderrama para submeter as ilhas da Graciosa, Flores e Corvo. Nestas vieram quando do seu regresso várias pessoas para efectuarem o juramento de fidelidade e muitos presos entre os quais alguns padres e frades que foram embarcados para Hespanha.

Estas armadas regressaram em 8 de Agosto após terem submetido as 6 Ilhas que eram fiéis a D. António, Prior do Crato.

Ainda em 30 de Julho foi publicada pelo Marquês uma ordem para que os habitantes voltassem às suas ocupações e «para os soldados alojados nas casas as cedessem aos habitantes que quizessem voltar às suas moradas e quizessem viver com os soldados».

Foi também proíbida a matança dos animais e publicado o pregão em que o Marquês prometia 500 cruzados a quem trouxesse preso Manuel da Silva sendo feitas outras mercês ainda se a pessoa que o prendesse fosse portuguesa.

Manuel da Silva foi preso em 4 de Agosto por um soldado, de nome Pedro Sanchez, que o encontrou escondido numa furna. O preso não se deu a conhecer ao soldado e prometeu-lhe 20 cruzados para o acampanhar à cidade onde, segundo disse, habitava. Durante o trajecto foi reconhecido por uma escrava e que o denunciou na esperança de obter a sua alforria. Essa escrava vinha com um grupo de soldados do mestre de campo D. Francisco Bobadilla às ordens dum darrachel que logo o prendeu fazendo-o montar o seu cavalo e conduzindo-o a D. Alvaro de Bazan que determinou ficasse preso a bordo da galeaça capitanêa, do comando de Juan Ruyz de Velasco onde já estavam presos alguns clérigos e frades entre os quais o jesuita Juan Sobrino e o frade Simão

de Barros. Manuel da Silva foi acompanhado até à galeaça por D. Pedro de Padilla.

Entretanto estavam sendo organizados os processos de vários presos e publicados os éditos respeitantes aos culpados ausentes após o que foram publicadas as sentenças do alto dum grande cadafalso erguido na Praça Velha.

Depois de os tambores terem tocado a bando foram publicadas as sentenças contra as ilhas Terceira, Pico, S. Jorge, Graciosa. Flores e Corvo e contra os seus habitantes Todas estas Ilhas foram condenadas, por rebeldes, na perda dos seus foros, graças. liberdades, exemções e imunidades concedidas pelo s reis em seu favor.

Pelo mesmo pregão, lançado pelo aguazil real da armada André Vega, publicava-se ainda que toda a moeda mandada cunhar pelo Prior do Crato era considerada «falsa, má e adulterina» devendo ser queimada e condenada à morte qualquer pessoa que a usasse.

No cadafalso havia um grande braseiro onde, logo após o pregão, foi lançada toda a moeda que tinha em seu poder toda a gente de terra e mar, cerimónia em que se gastou mais de meia hora, embora feita com presteza.

António Soares, ao tempo juíz da Casa da Moeda, Baltazar Alves Ramires, desembargador, Domingos Pinheiro e João Gonçalves Correia, também desembargador, além doutros culpados ausentes, foram condenados à revelia a serem enforcados na praça pública e em seguida esquartejados e na perda dos seus bens. Os seus filhos e netos, segundo a sentença, não podiam ter empregos reais.

Na galeaça, onde se encontrava preso, Manuel da Silva foi sujeito a tormentos tendo feito algumas declarações de muita importância e oportunas (Figueirôa). No dia 8 de Agosto foi justiçado.

Por forças constituídas por alemães foram tomadas as embocaduras das ruas que davam acesso à Praça e c condenado veio acompanhado por D. Juan de Sandoval e escoltado por 200 arcabuzeiros Pelas 3 horas subiu ao cadafalso vestido de negro e com a

cabeça descoberta. Falou ao povo, que se manteve em silêncio, durante meia hora confessando-se culpado de todos os males sucedidos, pedindo perdão ao Rei pela sua rebeldia e aos pais, mães e mulheres que perderam os filhos e maridos na luta ou em consequência dela e oferecendo a Deus o sacrifício da sua vida e a ingnomínia do seu nome. Depois de ter falado, insistindo no pedido do perdão pelas faltas que cometera, ajoelhou sendo logo decapitado. A cabeça foi encerrada na mesma gaiola de ferro em que estivera a de Melchior Afonso e foi nela exposta na torre do relógio da Praça. Tendo, porém, «em atenção a sua nobreza o Marquês permitiu que fosse enterrado honradamente» (Figueirôa).

Tomaram parte no funeral vários notáveis inimigos.

Além de Manuel da Silva foram justiçadas neste dia mais as seguintes pessoas:

Manuel Serradas, negociante, que chefiou a expedição a Cabo

Verde, degolado e confiscados os seus bens;

Amador Vieira ou de Vera, degolado, confiscados os seus bens e os seus filhos infamados;

Domingos Uzel, juiz ordinário de Angra, enforcado, confiscados os bens e os filhos considerados inábeis para cargos reais; Foram também condenados à morte e à confiscação dos bens:

Pedro Cote, capitão;

Bernardo de Távora, capitão de uma galera;

António Barroso:

Arias Porraz, capitão de uma companhia;

Gonçalo Pita, capitão de infantaria e alcaide do Castelo de S. Sebastião:

Mateus Dias Pilatos, acusado de ter entrado na Cidade com a cabeça de um castelhano dependurada pelas barbas — depois da batalha da Salga — e ainda de ter comido fígados de castelhanos mortos na mesma Batalha;

Baltazar, mulato, pregoeiro, por nos pregões proferir desa-

catos contra Filipe II;

Domingos Toledo, capitão duma fortaleza do porto de Angra; Gaspar Alves Chicharro, mareante, por fazer viagens a França em navios do Prior do Crato e ter transportado para aquele reino Estevam Ferreira de Melo e Pedro de Castro e Canto que finham vindo por mandado de Filipe II à Terceira com cartas para o Governador para entregar a Hha e foram aprisionados;

Gaspar Gamboa, corregedor de Angra; (dia 12)

Intónio Matela, alferes mór da Cidade e guarda mór; Foram condenados a penas corporais e dez anos de trabalhos nas galés:

António Gomes meirinho da alfândega e provedor das armadas;

Tomé Gomes, fornecedor das tropas de defesa da Ilha; Manuel da Costa;

Ainda foram condenados em penas corporais, vergonha pública e desterro várias outras pessoas

No dia 15, depois destas execuções, foi preso Domingos Pinheiro, condenado à revelia, o qual foi enforcado no dia seguinte ao da prisão. Tentava pelas 10 horas da noite, embarcar, vestido de mulher, num dos navios da armada. (Figueirôa).

Diz Figueirôa que «embora o crime fosse muito grande exigindo um grande castigo só foram castigados os maiores culpados para evitar um grande estrago e um dano irreparável».

Ainda foi preso o capitão Pedro da Cruz, famoso e conhecido corsário e cruel verdugo dos-hespanhois» que tinha tomado parte em 12 ou 13 expedições «às Indias de Castela com as suas naus e em companhia de outras inglesas e francesas» tendo atacado e saqueado a cidade de Teragua. Foi transportado para Hespanha numa galeaça sendo garrotado em Sevilha, logo que lá chegou a armada do Marquês, e suspenso por um pé duma antena da galera "Leona" que tinha à popa um letreiro no qual eram mencionados os delitos do justiçado.

No dia 11 de Agosto saíram as galeras. Numa delas embarcou o sobrinho do Marquês, D. Pedro Ponces de Leão, levando o relatório da campanha e indo encarregado de transmitir o seu resultado como já o fôra, no ano anterior, quando da batalha naval de Vila Franca do Campo.

Foram mandados embarcar alguns portugueses com destino a

Hespanha que o Marquês julgou conveniente afastar das Ilhas, a

bem da segurança destas.

Ainda o Marquês distribuiu várias mercês aos perseguidos por Manuel da Silva, por parciais de Castela. Beneficiaram dessas mercês a viuva de Melchior Afonso, a viuva de Gonçalo Pereira, a abadessa e monjas de S. Gonçalo, o alferes Juan Carriou, Domingos Irrauraga e outros, «pois haveria umas 37 casas arrasadas com morte dos seus donos e perda dos bens sendo mandadas reedificar as casas e dando-lhes dinheiro, rendas de trigo de harmonia com os prejuizos sofridos».

O Marquês embarcou no dia 17 tendo toda a armada salvado e salvando também quando levantou ferro, o galeão capitânea.

Nos dias 17 e 18 de Agosto saíram os restantes navios. No dia 15 de Setembro a armada chegou a Sesimbra após 27 dias de viagem. Corromperam-se os abastecimentos o que produziu doenças nos soldados e afundou-se um patacho carregado de cavalos mas salvando-se a tripulação.

De Sesimbra, a armada dirigiu-se para Cadiz onde terminou a viagem.

Conclusão

Antes de entrarmos nas considerações finais sobre Batalha vamos apresentar alguns dados biográficos de Manuel da Silva, o lugar-tenente de D. António nesta Ilha Terceira e o principal responsável pelo desastroso resultado da peleja.

Manuel da Silva Coutinho, feito Conde de Torres Vedras por D. António, nunca chegou a entrar na posse do vínculo. Era aparentado com a melhor nobreza de Portugal e Hespanha mas podia ser considerado pobre. Tinha dívidas. Tomou parte activa e destacada na aclamação do Prior de Crato em Santarém e na Batalha de Alcântara. como general, sendo, portanto dos que, desde os primeiros momentos abraçou a causa daquele pretendente e se lhe mantiveram sempre fiéis.

A esposa e filhas tinham sido presas e levadas para Hespanha logo que o Duque de Alba, após ter vencido a Batalha de Alcântara, chegou a Lisboa.

Era, Manuel da Silva, de baixa estatura, de nariz aquilino, dextro cavaleiro, muito amante de folguedos e de aventuras amorosas. Tinha um génio versátil. Era capaz de praticar as maiores crueldades mas magnânimo, também, por vezes. Rodeava-se de grande pompa. Tinha nas cavalariças em Angra 20 a 25 cavalos e deslocava-se sempre com escolta de franceses e ingleses quando exercia as funções de lugar-tenente de D. António.

Chegou a esta Ilha, a bordo de uma nau francesa, em Fevereiro de 1582 tendo sido recebido com grande pompa e não menores demonstrações de regosijo. Enquanto lhe era preparado o palácio de Cristóvão da Moura, na actual Rua João Vaz Corte. Real, alojou-se no Convento de S. Francisco.

Partidário acérrimo e amigo dedicado do Prior do Crato, absolutamente dedicado á sua causa, porque o foi, desde a primeira hora, e sempre presente todas as vezes que, pela palavra—Manuel da Silva era orador fluente—ou pelos actos de força, como na aclamação de D. António em Santarém e na Batalha de Alcântara, era necessário defender as pretensões daquele pretendente ao trono de Portugal, até se desenrolar a Batalha do Porto das Mós não deu mostras de cobarde ou traidor.

Quando ainda na véspera da Batalha, recusa as ofertas do Marquês de Santa Cruz para entregar a Ilha, a despeito de serem tentadoras — dinheiro para pagar as dívidas, o título de Conde, o governo das Ilhas e a libertação da família — parece firmemente disposto a manter a sua lealdade à causa que voluntáriamente abraçara. Não responde à carta, não pratica o mais insignificante acto que nos leve a crer pretenda aceitar a oferta, nem mesmo procura indagar da atitude do Comendador de Chaste, mencionado na mesma carta e a quem eram também teitas propostas no mesmo sentido. Limita-se a mandar-lhe a carta por D. João de Castro. Pretenderia assim sondar o francês e deixar-lhe a iniciativa; esperar que de Chaste, desejando aceitar a oferta se lhe dirigisse para concertarem entre os dois a entrega da Ilha? E' pregunta impossível de responder. O certo, porém, é que Manuel da Silva não tomou qualquer iniciativa nesse sentido.

Manuel da Silva deu provas de não confiar nos franceses. Primeiro insistindo para que fossem destacados 500 para o Faial quando se sabia que o atáque esperado era dirigido contra a Terceira e, mesmo na hipótese, aliás inadmissível, de o Marquês de Santa Cruz ir tomar o Faial depois de derrotado na Terceira nem os 500 franceses constituiam reforço suficiente às forças de defesa da Ilha nem os hespanhois da guarnição que fosse deixada se poderiam manter ali com a Terceira vitoriosa a pouca distância o que permitiria o envio de uma expedição, por assim dizer, em qualquer época do ano. Mais tarde, quando contrariou, de novo, de Chaste opondo-se a que fosse ocupar os fortes da cidade volfiou a dar provas dessa desconfiança, que, aliás, não passava despercebida aos tranceses. Com esta atitude, em primeiro lugar,

enfraqueceu muito a defesa facilitando o desembarque e emisegundo lugar afastou, na derrota, a possibilidade duma resistência mais prolongada que não convinha a D. Alvaro de Bazan e que levaria este, talvez; a aceitar uma rendição negociada com a qual se evitariam os males sofridos pela população e, talvez, até a morte que sofreu Manuel da Silva. De facto a armada hespanhola não podia prolongar a sua estadia nestes mares até ao começo do inverno sob pena de se perder por efeito dum temporal. Uma resistência demorada frustraria, portanto, os planos do Marquês de Santa Cruz obrigando-o a reembarcar. E não é admissível que deixasse forças em terra empenhadas num assédio sem o apoio da frota a qual, só no verão seguinte poderia afrontar estes mares sem risco de perda total.

Pelo que respeita à falta de confiança nas tropas francesas, ele justifica-se plenamente pelo procedimento duma parte dos capitães que fugiram com os seus navios do teatro da Batalha de Vila França e pelo comportamento dos soldados franceses que ele encontrou nesta Ilha. As lutas de caracter religioso que, por esse tempo, se desenrolavam em França contribuiram também para essa desconfiança estendendo-se mesmo a muitos naturais da Ilha que tomaram o partido de Castela.

Ao assumir o governo, a situação que Manuel da Silva enfrentou era bastante difícil. Fervilhavam as intrigas que tinham levado Ciprião de Figueiredo ao afastamento do poder; os habitantes, pelas causas acima apontadas, pela incerteza em que tinham vivido acerca da situação em que se encontrava D. António, pelos sacrifícios a que um prolongado estado de guerra os obrigava, etc., estavam divididos quanto à sucessão do reino. Uma parte da Nobreza, do clero secular e do monástico eram partidários de Filipe II, já aclamado e reconhecido como rei de Portugal em quási todo o território com excepção, sòmente, das Ilhas que obedeciam ainda à Terceira. Os soldados franceses estacionados na Ilha eram exigentes, indisciplinados e brigões. Praticavam assaltos, com certa frequência, a casas nos arredores da cidade não exitando no cometimento das maiores violências. A repressão cruel a que Manuel da Silva se entregou entre os parciais ou supostos parciais

de Castela, justiçando-os, submetendo-os a tormentos ou exilando-os para França — com o beneplácito, embora, do Prior do Crato e na armada que o conduziu — provocou ainda maiores dessidências e um profundo ódio contra o lugar-tenente. O seu pronunciado gosto pela ostentação, o seu carácter versátil, oscilando entre a prática das maiores crueldades e alguma magnanimidade muito contribuiram também para o ódio que a população lhe votava e se patenteou claramente quando, derrotado, andava errante pelo interior da Ilha, miserável e esfomeado. Ninguém desejava acolhe-lo, prestar-lhe qualquer auxílio. E à suspeita de que pretendia fugir para a Graciosa com alguns outros perseguidos pela justiça do Marquês de Santa Cruz, em barcos do porto dos Biscoitos, para lhe gorar o intento, um grupo de mulheres arrombou a machado as embarcações.

Durante o seu governo deu mostras de pouco conhecedor da ciência militar não só por não ter fortificado convenientemente vários pequenos postos que permitiam o desembarque, como foi reconhecido por de Chaste, mas ainda por ter mandado abrir várias trincheiras para defesa de locais próprios para desembarque muito para o interior.

A sua atitude, após o desembarque das forças inimigas é absolutamente incompreensivel. Atribuira-se a missão de comandar uma reserva móvel estabelecida entre a Praia e o Porto Judeu e deslocando-se pela beira-mar conforme aconselhassem os movimentos da esquadra inimiga. Depois desta fundeada seria natural que fosse estacionar em lugar próximo do ancoradouro para estar apto a acudir rápidamente ao local do desembarque. Na véspera do desembarque encontrava-se na cidade e tendo a operação sido iniciada de madrugada só pelas 4 horas da tarde apareceu no campo de batalha com mil homens sob o seu comando directo e com a manada de toiros para repetir o ardil usado com êxito na Salga, aliás em condições diferentes das que se apresentavam nesta Batalha.

A esquadra do Marquês de Santa Cruz estava ancorada na Baía de S. Fernando. Os reconhecimentos a que procedeu o Marquês faziam prever o desembarque entre a Praia e o Porto Judeu; inclusive. A esquadra não podia preparar qualquer movimento,

aliás na dependência absoluta do vento pois só as galeras podiam utilizar remos, sem que êsses preparativos fôssem presenciados de terra. Não se justifica, portanto, que Manuel da Silva não se encontrasse no momento de desembarque próximo do lugar onde se presumisse ele se realizaria.

Não se justifica também a falta de ligação com o comando francês como se verifica pelo facto de o Comendador ter discordado do emprego dos toiros para o qual não tinha sido ouvido. Ao estabelecer-se o plano de defesa — e este foi feito de acordo — previu-se o desembarque na zona compreendida entre a Praia e Porto Judeu mas especialmente na Praia. Como se explica que Manuel da Silva se encontrasse em Angra no dia 25 de Julho, quando, como já deixámos dito, êle se atribuira a missão de vigiar a zona compreendida entre a Praia e o Porto Judeu, «marchando pelas vinhas», de harmonia com os movimentos da Esquadra.

Antes da batalha, durante os mêses que medearam entre a sua chegada a esta Ilha e o fatídico dia 26 de Julho, não soube chamar a si a população, não soube reuni-la em sua volta na defesa do ideal que abraçára e pelo qual já se tinha sacrificado por várias vezes. Antes, pelo contrário, os dividiu ainda mais e se foi tornando cada vez mais odiado.

Descurou a defesa da Ilha e, mesmo as medidas que tomou nêsse sentido, as obras de fortificação em que superintendeu não foram eficazes pelo desconhecimento que tinha da ciência militar da época. Só, talvez, na Praia — onde se previa o desembarque—se trabalhou com algum acerto em obras defensivas.

Fazendo regressar a Angra os marinheiros franceses que iam reforçar a defesa confirmou a desconfiança dos seus aliados.

Desenvolvida a batalha e, dar-se crédito à «Relação da viagem do Comendador de Chaste à Ilha Terceira em 1583», aliás concordante em várias passagens com outras narrativas dos acontecimentos que se deram, por então, nesta Ilha. Manuel da Silva, ao chegar onde ela se desenrolava, «pedia ao Comendador que o escusasse de se bater dizendo que Deus lhe tirava a força e o entendimento mas prometendo que faria combater os portugueses que trazia consigo» sob as ordens de Chaste.

O certo é que não combateu.

Somos forçados a admitir que Manuel da Silva não quiz bater-se, não se sentiu com ânimo para o fazer. Esta cobardia, desmentida, aliás por actos que praticára anteriormente teria origem no presentimento de que as suas forças não lhe obedeceriam, na convicção de não poder resistir eficazmente ao grande poderio do Marquez de Santa Cruz ou traduziria a desconfiança que sempre manifestou a respeito dos franceses? E' possível que todas essas cousas se tivessem somado e, assim, tivessem ditado a atitude estranha que tomou.

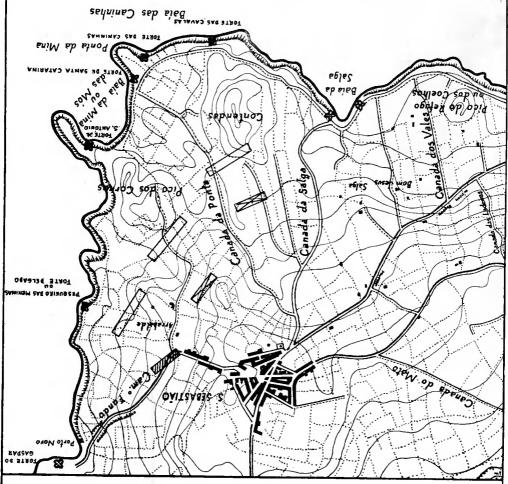
Há quem tenha apodado Manuel da Silva de traidor. Não perfilhamos essa opinião por quanto, se êle o quizesse, teria cometido a traição em seu proveito garantindo para si honras e dinheiro, a liberdade da família e o governo das Ilhas. Regeitou, porém, as ofertas que lhe foram feitas nesse sentido. Cometeu erros graves, muito graves, que foram pagos com abundância de sangue, muitas desgraças, consideráveis prejuizos e lhe custaram a própria

cabeça mas não traiu intencionalmente, deliberadamente.

Durante o seu governo não soube reunir a população à sua volta na defesa do ideal que êle e essa população tinham abraçado de moto próprio. Acentuou as divisões entre a população e tornou-se geralmente odiado durante o período de paz em que governou. Na iminência da guerra e durante ela não praticou um único acto, não teve qualquer gesto que o redimisse dos erros cometidos, das injustiças e das violências praticadas e não quiz ir para o combate e saber morrer com honra para por fim subir os degraus do patibulo e sucumbir ingloriamente e desonrado sob o golpe de cutelo do algoz.

Conduzidos por um chefe competente e cordato os portugueses com os seus aliados, tinham probalidades de vencer. Mas. pelo menos, podiam ter sofrido uma derrota honrosa em que fossem negociadas as condições de rendição. Porque, embora inferiores em número, embora não tivessem sido já queimados pelo sol dos combates, beneficiavam das vantagens que lhe proporcionava o terreno e das dificuldades que, para o inimigo, resultavam de uma operação de desembarque, muito especialmente, num porto

BATALHA DO PORTO DAS MÓS
26/27 de Julho de 1583



FECENDY

Estrada : cemitério: capela

Caminhos: carreteiro; de pe posto

esgimini esprot 🗀



que oferecia poucas facilidades para tal operação pela natureza da costa, pela pequena frente em que havia mister operar com as embarcações pejadas de tropas, tão cheias de homens que muitas foram rebocadas por impossibilidade de instalar os remadores. Nestas condições seria fácil inflingir graves perdas ao inimigo, pelo menos, no primeiro desembarque, mas que se reflectiriam nas operações seguintes.

A defender a Baía havia sòmente 200 homens e a artilharia dos fortes foi pouco eficaz porque não era possível inclinar-se as peças o suficiente para atingirem as galeras e barcas chatas, de borda muito baixa, e beneficiando do grande ângulo morto das bocas de fogo.

E' certo que a construção dos fortes não foi obra de Manuel da Silva mas com medidas adequadas teria obviado ao inconveniente. Também é certo que D. Alvaro de Bazan beneficiou da surpreza mas não é menos certo que a reserva, como já foi dito, não estava judiciosamente colocada.

Após o desembarque o avanço do inimigo não foi espectacular. Durante o dia 26 sucederam-se os combates com sorte vária e a noite surgiu sem vencidos nem vencedores.

A batalha perdeu-se durante a noite de 26/27. O autor anónimo da «Relação das coisas que aconteceram em a Cidade de Angra, Ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em Africa afirma que de Chaste e Manuel da Silva combinaram, durante essa noite, abandonar o campo e dirigirem-se para a Agualva onde se entrincheirariam para continuarem a resistência motivo pelo qual muitos combatentes, ao conhecerem o concluio, abandonaram os locais de combate. A versão dos franceses diverge desta. Segundo ela, Manuel da Silva, ao ter conhecimento de que muitos dos seus homens tinham abandonado o campo de batalha dirigiu-se ao Comendador combinado seguiram para a Agualva e lá entrincheirarem-se, congregarem os combatentes dispersos e os recolhidos á Praia e lançarem um ataque á cidade. Já vimos também que o Comendador preferia ir ocupar os fortes de Angra antecipando-se ao Marquês de Santa Cruz no que foi contrariado por Manuel da Silva.

Na manhã de 27 as tropas de Filipe II não tiveram dificuldades no seu avanço. A falta de um comandante nas hostes portuguesas tinha-as desmoralizado.

São do inimigo estes palavras: "posso afirmar não referir a história que se tenha visto um exército junto, em proporção tão numeroso e tão oposto ao nosso e tão abastecido de armas e munições, encastelado em terra montanhosa e fortificada que assim se tenha domado como o que por nós hoje foi visto».

Podia ter sido inflingida uma derrota às forças do Marquês de Santa Cruz. E essa derrota afectaria não só o prestígio de Hespanha mas também — e muito gravemente — o comércio com as Índias e o dominio castelhano em Portugal.

E depois de derrotada uma expedição como a do comando de D. Alvaro de Bazan era difícil — não impossivel, é certo — mas muito difícil a organização de outra ainda mais poderosa e de êxito inseguro. Porque no ano seguinte o moral da população seria maior e o auxílio estranho mais poderoso. E talvez o comandante dessa expedição não pudesse contar com o valioso auxilio duma base em São Miguel a uma singradura da Terceira, e que nesta expedição lhe permitiu meter água e alguns víveres nos navios, o reforço de 2000 homens que ali ficaram no ano anterior, as barcas chatas e os pranchões utilizados no desembarque na baía das Mós e ainda algumas munições.

Antes de finalizar estas considerações e, como reforço a a afirmativas feitas nesta complicação, sobre a importância que a conquista da Ilha Terceira tinha para a Hespanha — o que, aliás, já sobejamente prova o poderio da esquadra posta sob o comando do Marquês de Santa Cruz — vamos transcrever, ainda algumas passagens da Relação de Mosquera de Figueiroa. E com essas transcrições julgamos sentir apoio na nossa opinião de que a Ilha poderia resistir e vencer o exército que a invadiu e conquistou.

Afirma Figueirôa: ... E considerando a sua posição e o rigor com que se mostra por mar e terra torna difícil a empresa muito mais do que comunmente se pode julgar por se darem condições que se não tem notícia de concorrerem tantas em outras ocasiões; porque considerando o tamanho desta Ilha e ser tão habitada e

frequentada por gente acostumada a trabalho de milícia...; rodeada de altas penedias que impedem com facilidade o desembarque do inimigo; outra dificuldade é de ter de se combater gente rebelde mas não pela força mas por vontade própria e ainda briosos e ensobrecidos com o sucesso que obtiveram sobre D. Pedro de Valdez.

São ainda do mesmo autor estas palavras: «a conquista da liha Terceira era de tanta importância... porque de rende-la resulta vir a escusar-se o trabalho e grandes despesas de preparar cada ano uma grande armada para proteger as frotas que com muita riqueza em prata e ouro vêm cada ano das Indias as quais têm de fazer forçosamente a derrota por ali............ Além de tudo isto há necessidade, para conquistá-la, de barcos a remos os quais nunca navegam tão longe nestes mares.

Angra, Maio de 1960.

Miguel C. Araújo.

Elementos extraidos de:

- Relação das coisas que aconteceram na cidade de Angra Ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em Africa.
- Conquista da Ilha Terceira em 1583, pelo licenciado (Cristoval Mosquêra de Figueirôa, Auditor Geral da Armada e Exército d'El-Rei Católico.
- Diário de Erich Lassota de Steblovo.
- Viagem do Comendador de Chaste à Ilha Terceira em 1583.
- C. Castelo Branco, in Eusébio Macário.

A Propósito de um Centenário

O Posto Sematórico do Monte Brasil

Sua importância histórica - Influência na Tradição Uma achega para o seu restabelecimento

Pelo Tenente-Coronel FREDERICO LOPES JR.

O posto semafórico que existiu no alto do Pico do Facho, no Monte Brasil, datava dos primeiros tempos do Povoamento. O cosmógrafo Luís Teixeira assinala-o na carta da Ilha Terceira por êle desenhada no ano de 1588, e Jean Hughes Linschoten assinalou-o também na sua famosa carta, desenhada em 1595 e inserta na "História da Navegação".

Da importância capital que teria tido para a defesa da ilha, nem é preciso falar, porquanto relatados ficaram, por cronistas coevos, os ataques de surpresa sofridos pelas populações expostas à arremetida dos corsários, ao tempo infestando os mares em busca dessas preciosas prêsas que eram as caravelas no retôrno das Indias, pejadas de preciosidades caras.

Devia porém haver outros pontos de observação e sinaliza-

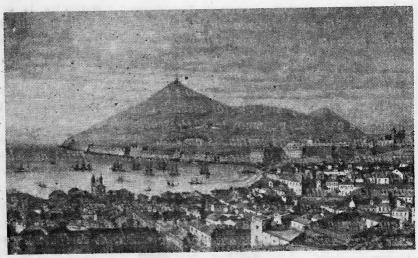
ção disseminados pela costa, alguns mesmo em contacto directo com o do Facho, e de facto assim era, porquanto no Volume 3.º dos «Annaes», Drumond, ao descrever o alevante de 1818, faz a seguinte referência aos «fachos» existentes na ilha: «...junto à costa se postaram vigias, e também sobre as montanhas fachos...» (1).

Mais tarde, mencionando os dispositivos adoptados para a defesa, que antecederam o ataque da esquadra miguelista à Praia, em 11 de Agosto de 1829, diz o citado autor, em nota, a pag. 222 do Vol. 4.º, dos citados «Annaes» referindo-se à povoação de S. Sebastião: «E" ponto elevado entre a estrada que vai da Praia à cidade, distante do mar uma milha. Descobre de cima do pico das cruzes, onde se achava um telegrapho, toda a costa leste e do pico, das contendas, em que se achava outro avista os mares até dobrar a ilha para o norte. Eram nestes dois pontos que deviam achar-se vigias de confiança, mas não foi assim.» E mais adiante, também em nota, a pag. 225, podemos ler: *Presenciei todos estes movimentos de cima do pico das contendas da villa de S. Sebastião, onde às nove horas da manhã do dito dia fui procurar o oficial do telegrapho, que era um padre Pedro, e Francisco de Paula, irmão do outro official que servia no 3.º telegrapho, que estava no pico das cruzes, mas ambos estes o haviam desamparado, segundo se disse naquele tempo, afim de se unirem à força que se achava nos fortes onde foram nomeados muito antes officiais. Duvido de tanta generosidade e valor! O certo é que tanto o primeiro como o segundo não existião no posto nem pessoa alguma que fizesse os devidos signais, e por isso não os recebeu o facho da cidade nem o da -Praia, que também se achava entregue a um sapateiro por nome lacintho de Lemos.

Mas já Linschoten, na «História da Navegação», atraz citada, escrevera: «Há guardas e sentinelas colocadas sobre todas as montanhas da ilha que olham para o mar a-fim-de que o Governador e os capitães sejam avisados a tempo de se porem em prevenção».

A toponímia indica-nos ainda hoje alguns, como a ponta da Atalaia, a Leste da cidade, para além da enseada das Aguas, o pico do Facho, na baía da Praia, o da Vigia, na freguesia de St.*

Bárbara, etc., o que confirma em absoluto a existência de muitos outros à volta da ilha, numa rede de observação que a puzesse ao abrigo de surpresas. Se assim não fôra, não seria possível ao *Facho do Monte Brasil* dar notícia da presença de navios ao Norte, e lá estava no *Telegrapho de signais* tambem essa referência. (n.º 3, 7, 16 e 18 do 1.º ANUNCIO, e 27 a 38 do 2.º ANUNCIO — Fig. n.º 1).



Gravura da 1.ª metade do Século XIX, (1832?) em que figura o Posto Semafórico do Monte Brasil. (O vapor que se vê fundeado deve ser o «Superb»)

Em Angra, o sistema de «signais» deve ter sido estabelecido por volta de 1560. Em 29 de Março de 1567 (?) o cardeal D. Henrique, então Regente, enviou para a Terceira um «Regimento de Vigias» determinando o estabelecimento de postos de vigia ou atalaia por toda a costa da ilha, bem como os sinais que deviam ser feitos e constavam de fumos, tiros de mosquete e «fachos» de noite.

Da forma como era feita a sinalização no final do Século XVI, nos fala Linschoten ao descrever o Monte Brasil e os picos de que está de vigia dá sinal dos navios que vê vir tanto do lado do oriente como do ocidente, pondo uma bandeira sobre a coluna que está do lado do ocidente, quando vê navios que vem dos lados do Brasil, da Guine, de Cabo Verde e de outros lugares da parte ocidental e austral; colocando-a sobre a coluna oriental, quando os navios vem do lado de Portugal e outros lugares da parte oriental e setentrional. Quando eles excedem o número de cinco, dá a conhecer isso içando uma bandeira maior que a usual e por som de trombeta. As colunas veem-se muito facilmente da cidade por causa da sua altura. Por este modo nada de novo se descobre no mar sem que toda a ilha seja disso advertida.

No Século XVII, o Padre António Cordeiro, na sua "História Insulana" descreve-o assim: "...em o mais alto monte, sobre o forte de Santo António tem um Facheiro, ou Atalaya, com sua casa, e soldo, e dous pilares altos, hum para a parte do Nascente até o Sul se vigiar, outro para divisar do Sul ao Poente; e da parte d'onde aparecem alguns navios, poem outros tantos sinais, ou fachos embandeirados, se porem aparecem mais de sete, poem-se huma só bandeira grande, e de guerra, e então a Fortaleza dispara peça que leva a recolher os soldados que andarem fora, e a cidade

toca a rebate.

Posteriormente, talvez já no Século XVIII, ter-se-ia modificado o sistema de sinalização, mas só no Século XIX encontramos um *Telegrafo de signais permanentes no Monte Brasil* impresso na tipografia do jornal «O Angrense», em 1847, conforme o exemplar existente no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, reproduzido na grayura n.º 1. Esse «Telegrafo» não pode ser o mais antigo dentro do sistema então usado, mas sim elaborado sôbre outro, anterior pelo menos ao ano de 1832, em que a designação de «vapor» não poderia evidentemente aparecer porque só naquele ano, ao que parece, visitou estas ilhas o primeiro navio a vapor, o «Superb», vindo de Belle-Isle com os Liberais emigrados, o qual andava sempre agregado à Expedição e era o único barco a vapor de que então dispunha-mos», como pode ler-se na narrativa do inglês Hudges (2) ao serviço da Rainha nestas paragens, e consta

muitas vezes do «diário» de Barreiros, citado por Vitorino Nemésio em «Exilados».

Nessa época a navegação era particularmente intensa, pois muitos dos navios então fretados, por aqui ficaram ao serviço da Expedição, em contínuas andadas, não só para recuperação das Ilhas à causa de D. Maria II, mas também para manter a ligação com as bases inglesas e francesas, donde vinham, além do reforço em homens, munições e material de toda a espécie, bem como a necessária correspondência confidencial que não podia andar por mãos mercenárias nem sujeita a itinerários perigosos.

Dessa actividade nos dá conta Vitorino Nemésio em «A Terceira durante a Regência», notável trabalho de reconstituição histórica que sobremaneira valorizou o «Memorial da Muito Notavel Vila da Praia da Vitória», comemorativo do 1.º Centenário da Batalha de 11 de Agosto de 1829.

Assim se expressa o escritor: «Os portos de procedência dos navios eram dos mais desvairados, pois até de Colombia e do Senegal as velas ruflavam para a ilha. Ia-se de Londres a Angra em 9 dias, mas tambem se gastava um mês. De Liverpool, a viagem variava de trêse dias a perto de 5 semanas. De Ostende, um mês, ao Havre, vinte e seis dias, mas às vezes tambem só onze; dôze dias a um mês de Plymouth e uns vinte e três de Bristol. A derrota mais longa era a do Rio (dois mêses), e as mais rápidas Cork e Gibraltar, que chegaram a fazer-se em cinco dias. A escuna Prudência, de uma vez, tendo largado de França, ganhou a Terceira em menos de três sois! E ainda aproavam veleiros de Buenos Aires e de Dublin, de Ramsgate e do inferno. Todo este ranger de mastros fazia da îlha uma colmeia, e, com a repetição dos itinerários, pilotos e capitães tornavam-se populares...

Se o bloqueio promovido pelos ingleses aos navios da Expedição Liberal, obrigava a uma observação particularmente intensa, o próprio estacionamento de embarcações de todas as categorias nos portos desabrigados desta ilha, (3) era motivo sobejo de uma assistência informativa cuidada, como primeira garantia de segurança. Daí a insuficiência da sinalização primitiva e a necessidade do estabelecimento de um verdadeiro "Código de Sinais" que

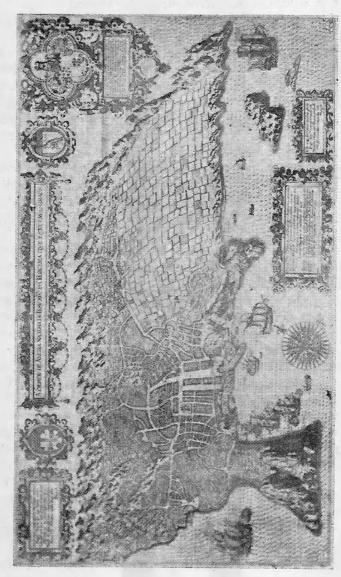
abrangesse as situações mais frequentes e fornecesse à guarnição militar da ilha os elementos essenciais para uma vigilância contínua e minuciosa das actividades marítimas.

Teria nascido então, possivelmente, o primeiro «telegrafo» sôbre o qual havia de ser decalcado depois o que a nossa gravura n.º 1 reproduz. Examinando êste, notam-se de facto incoerências e anacronismos, injustificados se na verdade o «telegrafo» tivesse sido organizado naquela época, em que já as «naos» e os «corsários» não andava de parceria com os «vapores», ao menos por estes mares.

Como se verifica, os indicativos eram bastante numerosos, divididos por 3 «ANUNCIOS» com trinta e quatro sinais diferentes para cada um, o que equivale a um total de cento e dois, capazes de exprimirem todas as situações então previstas. Tal «telegrafo» devia ter vigorado até 30 de Junho de 1938, data em que começou a funcionar uma «Tabela de Sinais do Monte Brasil», (Fig. n.º 2) organizada pela Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra do Heroismo, e que continha apenas dois «Anúncios» com 36 sinais diferentes para cada um, num total de 72, na qual aparecem outras designações como a de «rebocador», «gasolina», «navio de vela com motor» e «avião», verificando-se o desaparecimento das designações de «navios ao norte», certamente por já não existirem os restantes «fachos» ou «vigias» que dispostos pela periferia da ilha, eram os únicos que poderiam fornecer ao Pico do Facho de Angra tais indicações.

A inauguração do telégrafo eléctrico em 1894 devia ter reduzido em muito a importância do posto, pois de Lisboa e S. Miguel passaram a chegar, com a precisa antecedência, notícias da saída dos navios que à Terceira se dirigiam, sendo portanto conhecida ao menos a data provável da chegada, em especial tratando-se dos «vapores da carreira» (4) cujo itinerário e velocidade de marcha eram por demais sabidos.

Restavam porém ainda os navios de vela que faziam serviço entre as ilhas, e os que, de Inglaterra, vinham carregar laranja ou de Cherburgo, Bordeus, Nantes e outros portos franceses, vinham às lagostas, muito abundantes nestes mares, especialmente entre a



Reprodução da carta de Linschotten vendo-se no 1.º plano o Posto Semafórico do Monte Brasil

Terceira e a Graciosa, além de outras embarcações cuja vinda era puramente eventual, aparecendo sem prévio aviso.

A sinalização era feita por meio de cestos de forma esférica ou cilíndrica, prêsos a uma vara horizontal que era içada num mastro com auxílio de cadernal ou roldana.

A cada posição do cesto, suspenso por uma corda, correspondia um algarismo, e a cada número expresso por eles correspondia uma palavra ou frase indicativa da natureza do navio, rumo que levava, nacionalidade, etc.

Como as indicações a dar eram em número superior às combinações que podiam fazer-se com o reduzido número de cestos empregados, que não ia além de oito, havia ainda uma bandeira a içar no topo do mastro e um balão, mais pequeno que os restantes, que se prendia acima ou abaixo do cruzamento das varas, determinando assim os «anuncios». Na coluna correspondente devia ser procurado o número indicado pelos outros cestos.

No «telegrafo» de 1847 eram três os «ANNUNCIOS», reduzidos mais tarde a dois, com numeração da 1 a 78, tendo os números assim seriados: — de 1 a 8, de 12 a 18, de 23 a 28, de 34 a 38, de 45 a 48, de 56 a 58, de 67 a 68, e finalmente 78, a fim de que todos os números de dois algarismos tivessem o das dezenas inferior ao das unidades.

Os esquemas adeante representados nas Fig. n.ºs 1 e 2, são aliás suficientemente elucidativos para dispensarem a deficiente explicação aqui feita.

Muito embora, pelas razões expostas, tal serviço houvesse perdido a importância que lhe atribuiram noutras eras, continuava e continua ainda a ter, de facto, sua utilidade prática, especialmente para a pequena cabotagem, pela insuficiência de notícias que sôbre ela por vezes se fazia sentir, apesar do telégrafo e da telefonia representarem progresso evidente nas comunicações. Foi por isso talvez que a Junta Autónoma dos Portos, criada em 1928, passando a interferir no assunto, resolvera alterar o sistema, renovando o material e actualizando o código de sinais por forma a melhor poder servir, sobretudo as entidades que no tráfego

têm directa interferência: a Capitania, a Alfândega e a Guarda Fiscal.

O critério porém que presidiu à organização do novo código, não respeitou os indicativos anteriores, alguns dos quais haviam ficado na tradição, pelo continuado uso durante mais de um século; mas, apesar da mudança operada, mantiveram-se ainda por largo tempo na linguagem popular certas locuções que com o primitivo «telégrafo» se relacionavam, e que eram mesmo de emprêgo corrente, em especial no jogo do «Quino», ou «Loto», em voga nos começos do actual século, e que tem hoje por sucedâneo o muito falado e discutido «Bingo», trazido à ilha pelas Forças Americanas aqui estacionadas desde 1945, hoje bastante vulgarizado e apreciado, sobretudo pelos angrenses. Está nestes casos o muito conhecido «24 — vem para terra» que figurava na coluna do primeiro anúncio, inserta no já citado «telégrafo» de 1847, decalcado sôbre o anterior existente.

A pessoa que tirava as esferas ou discos com os números, ao anunciá-los em voz alta para que todos os pudessem marcar nos cartões, costumava, por brincadeira, substitui-los por uma frase que constituisse segura referência, pois os enganos provenientes da graça podiam acarretar prejuizos, nem sempre bem aceites por todos.

Assim por exemplo, em vez de ler o algarismo 3, dizia: «A conta que Deus fez». E toda a gente sabia de que número se tratava, não havendo portanto motivo para dúvidas. O n.º 6 anunciava-se: «meia dúzia», ao que algum dos presentes acrescentava, em cómica elucidação: «a conta da tia Antónia», alusão a uma figura popular daquele tempo, conhecida por «Tia Antónia meia dúzia» em razão das faculdades especiais de que dispunha para satisfazer de pronto, com esquisitos ruidos, o pedido de «meia dúzia» formulado por quem queria divertir-se com a habilidade da velhota, dando-lhe em paga uma pequena moeda que ela beijava agradecida. O 8 era «os óculos do Baeta», expressão cuja origem não consegui averiguar, mas que toda a gente aceitava e compreendia, naturalmente pela semelhança do algarismo com o objecto mencionado. E assim por deante, até chegar o 24 que

tinha, a traduzi-lo, a expressão: *vem para a terra*, a qual era nem mais nem menos que o indicativo correspondente àquele número no primitivo *telegrafo de sinais*, ao serviço do posto semafórico existente no Pico do Facho do Monte Brasil, para anunciar os navios que demandavam o porto de Angra, o que constituia, nesses já recuados tempos, motivo de júbilo para as populações, por semanas e até meses privadas de comunicações com o exterior.

Com a chegada das Forças Expedicionárias que, por exigências da segunda Guerra Mundial, vieram para as Ilhas em missão de soberania, o serviço de vigilância voltou a ter importância capital na defesa, e ficou totalmente entregue à autoridade militar, pelo que o Posto Semafórico do Monte Brasil foi extinto em 3 de Abril de 1941, tendo desaparecido do Pico do Facho o mastro de sinalizações e parte dos edifícios ainda ali existentes e que faziam parte das construções estabelecidas para alojamento do facheiro e da guarda do posto.

Terminada porém a Guerra e sendo abandonadas as posições ocupadas pelas forças militares no Monte Brasil, foi êste, em grande parte, entregue pelo Ministério do Exército à Junta Geral do Distrito, para ser aproveitado como Parque da Cidade.

Contudo, não voltou a pensar-se no restabelecimento do * *Telegrafo de signais** que, segundo a tradição, fora criado em 1560, sob a regência do Cardeal D. Henrique, devendo portanto festejar, em 1960, o 4.º Centenário da sua fundação.

A par da utilidade que ainda na verdade teria, sobretudo para o serviço das embarcações de cabotagem e de pesca que, na sua grande maioria, não dispõem de emissores de T. S. F., (5) o seu restabelecimento devia fornecer ao arquivo histórico da cidade mais um motivo de atracção se, como já o preconizou o Dr. Baptista de Lima, ilustre Director do Arquivo Distrital e actual Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, fosse feita no Pico do Facho do Monte Brasil uma reconstituição do

velho Posto Semafórico, já quatro vezes centenário, em cujo edificio, ainda na traça original, se exportam documentos da época relacionados com a sua existência e utilidade de suas funções, não esquecendo repor nos seus primitivos lugares os dizeres, que, como o •24 — vem para terra», conseguiram vencer o esquecimento e o menospreso dos homens, para chegarem até nós incólumes, na linguagem metafórica da tradição popular angrense.

Notas

- (1) «Annaes da Ilha Terceira», por Francisco Ferreira Drumond vol. 3.º pag. 309.
- (2) «A Terceira na Época da Expedição Liberal» (Excerpto de um capítulo da obra «Narrative of the Expedition to Portugal in 1832», por G. Lloyd Hodges, tradução de João Auglin) in. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 8, pag. 32.
- (3) Em 1811, na tempestade que caíu sôbre a ilha, com fortís-simo vento de Sudoeste, na noite de 3 para 4 de Dezembro, *naufragaram no porto da cidade 7 navios, escapando mui poucos hamens da tripulação, e dos que neles se achavam para seguir viagem*, como diz Drumond a pag 221 do vol. 3.º dos «Annaes». E nos livros de *Registo de Entradas* da Capitania do Porto de Angra, encontramos tambem a indicação de terem naufragado, num só dia, a 26 de Janeiro de 1861, cinco navios, a saber:

Patacho português «Micaelense», de 111 toneladas, Escuna inglesa «Wave Queen», de 75 » Chalupa inglesa «Water Witch», de 49 » Patacho americano «Adolin Sprague». de 211 » Lugre português «Destro Açoriano» de 224 »

(4) — Os primeiros navios a vapor utilizados nas Ilhas para o transporte de passageiros, pertenciam à frota de Guerra.

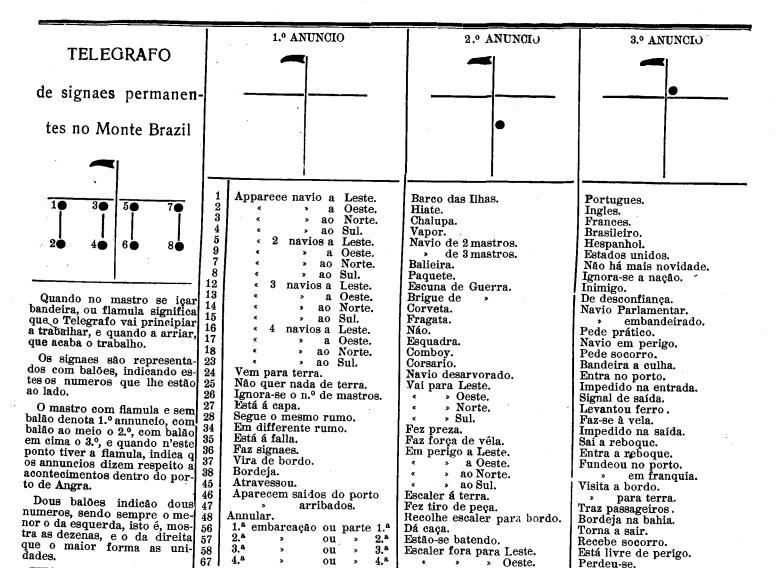
Além do *Superb* já citado, foram sucessivamente utili-

zados o «Mindelo», de 1848 a 1850, o «Infante D. Luis» em 1851 e o «Argos» em 1854. A primeira carreira rugular de navegação a vapor entre o Continente e os Açores, foi iniciada em 1857 com o «Duque do Porto», de 240 toneladas, pertencente à «Companhia União Mercantil» que aqui chegou no dia 24 de Julho daquele ano, vindo de Lisboa por Ponta Delgada. Fez viagens mensais até Setembro do mesmo ano, entrando novamente ao serviço o navio de guerra «Infante D. Luis» até ao mês de Julho de 1858 em que apareceu o vapor-paquete «D. Estefânia», de 720 toneladas, e foi, no mês de Setembro, substituido pelo «Açoriano», de 650 toneladas, o qual se manteve ao serviço até 1867.

A 21 de Novembro de 1868, fundeou no porto de Angra o navio «Insulano», de 799 ton, adquirido depois em 1872 pela «Empresa Insulana de Navegação», fundada no ano anterior, e foi o primeiro da Carreira das Ilhas, tendo feito a última viagem em Janeiro de 1875. Só em 1883 foi celebrado, entre Abraham Ben Saude, sócio e representante da firma «Bensaude & Companhia» e o então Ministro da Marinha, conselheiro Manuel Pinheiro Chagas, o contrato para a carreira regular entre Lisboa, Madeira e Açores, que até hoje se tem mantido, com ligeiras alterações.

(5) — Apenas as lanchas a gasolina das Armações Baleeiras, dispõem de pequenos emissores para serviço exclusivo da pesca.

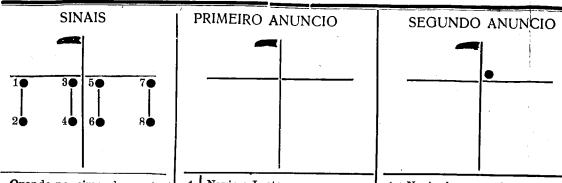
Figura n.º 1



. ` . 1.44 Ministério das Obras Públicas e Comunicações
Direcção Geral dos Serviços Hidraulicos e Eléctricos
Innta Antónoma dos Portos do Districto

Junta Autónoma dos Portos do Districto de Angra do Heroismo

TABELA DE SINAIS DO POSTO DO MONTE BRAZIL



Quando no cimo do mastro se içar a bandeira, significa que os sinais vão principiar e quando se arriar, que os mesmos terminaram.

Os sinais são indicados por balões indicando estes os números que lhes estão ao lado.

O mastro com a bandeira e sem balão indica o primeiro anuncio, com o balão por cima da verga o segundo anuncio.

Dois balões indicam dois números sendo sempre o menor o da esquerda, representando as dezenas e o da direita, que é o maior, as unidades.

Quando o navio vier do Oeste o balão descendo junto ao mastro indica a aproximação da embarcação e quando este estiver passando por detraz do Monte Brazil chegará á base, indicando a saída para o prático.

A bandeira içada na ponta da verga do lado Leste ou Oeste, indica que, para qualquer dêsses lados, á nevoeiro que impéde verem-se as embarcações,

1	Navio a Leste
2	Navio a Oeste
2 3 4 5 6 7	Navio ao Sul
4	Mais de um navio a Leste
5	Mais de um navio a Oeste
6	Maís de um navio ao Sul
7	Vapor
8	Gasolina
12	Embarcação das Ilhas
13	Hiate
14	Chalupa
15	Lugre
16	Barca
17	Rebocador
18	Navio de Vela
23	Navio de Vela com motor
24	Navio de Guerra
25	E squadra
26	Vem para terra
27	Não quer nada de terra
28	Faz sinais
34	Bordeja
35	Vae para Leste
36	Vae para Oeste
37	Vae para o Sul
38	Em perigo a Leste
15	Em perigo ao Oeste
6	Em perigo ao Sul
7	Avião á Leste
	A

Avião a Oeste

Avião ao Norte

Amarisou a Leste

Amarisou a Oeste

Amarisou ao Sul

Está avariado

Avião ao Sul

67

68

78

		
-	_	
ı	1	Navio desarvorado
1	2	Pede Prático
1	3 4 5	Pede socorro
1	4. 5	Demanda o porto
1	6	Barcos de pesca Canôas baleeiras
1	7	Português
ı	8	Francês
ı	12	Inglês
1	13	Italiano
ŀ	14	Espanhol
ı	15	Alemão
ı	16	Americano
ı	17	Navio estranjeiro
ļ	18	Ignora-se a nacionalidade
Ł	23	Vem a reboque
ı	24	Abrigado na costa
ı	25	Fundeado na costa Leste
L	26	Fundeado na costa Oeste
ı	27	Entrou no Fanal
L	28	Saíu do Fanal
L	34	Vem escaler para terra
	35	Voltou para bordo
	36	Incêndio a bordo
	37	Está em perigo
	38	Anular o sinal
	45 46	Aparecem baleias a Leste
	40 47	Aparecem baleias a Oeste Aparecem baleias ao Sul
	48	Levantou vôo
	56	Submergiu-se
	57	Norueguês
	58	Brazileiro
	67 I	Holandês
	88	Suéco
	78	Japonês

• .

Achegas para a elaboração do inventário artístico dos Açores

pelo Dr. JOÃO CUNHA DA SILVEIRA

As Ilhas são, fundamentalmente, natureza bela e gente sã e trabalhadora

Quem percorrer os Açores e neles se detiver há-de concluir que o Arquipélago é, sem dúvida, muito mais obra prima do Criador do que das suas criaturas.

A este propósito dos Açores — Natureza alguma cousa temos escrito já.

Lembramo-nos, por exemplo, de algures, (4) havermos referido acerca da terra em que nascemos e onde viveram e labutaram os que antes de nós estiveram, desde a época remota do povoamento, lá na era de quatrocentos: S. Jorge (agora alterado, num pormenor ou noutro):

«Antes de tudo, a posição, maravilhosa, entre quatro outras ilhas, o Faial e o Pico, no Canal; ao norte, a Graciosa, e a esfumar-se, em frente do Topo, a Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Bastariam os cambiantes de luz que, no decorrer dos dias e das estações, lhe dão, em cada hora, uma visão sempre nova e admirável.

E os pôres do Sol, tão belos como semelhantes apenas os parece haver lá para as bandas do Oriente.

E a grande serrania que é a Ilha toda, com os seus montes que se erguem, às vezes, a mil e mais metros acima do mar (o da Esperança é de todos o mais alto).

E as ribeiras e cascatas, que correm pelos vales, nas vizinhanças do Topo, até ao Atlântico profundo.

E o verde calmo das pastagens, que se estendem por cumes e desfiladeiros; e as hortênsias que as dividem e transformam a Ilha, em certa época, num imenso iardim.

E os bosques de cedros que ainda cobrem vastos espaços.

Mesmo as neblinas frequentes que dão à paisagem certa fantasmagoria.

E até as próprias tempestades, que falam alto naquelas paragens».

Logo, acrescentámos:

«Mas reconhecemos, de bom grado: não se aplica apenas a S. Jorge o que fica dito, que em todas as terras açorianas Deus distribuiu farto quinhão de beleza».

Sobre o povo tivémos, igualmente, oportunidade de frizar como tem contribuido «com o seu suor e sangue e as qualidades melhores dos açorianos, firmadas nas Sete Partidas do Mundo: adaptabilidade, tenacidade, amor ao trabalho, honestidade, religiosidade e espírito de sacrifício» (2) para o cultivo duro das suas terras e a prosperidade daquelas para onde emigram, em busca de dias melhores — mas sem esquecer os que ficam e procurando, sempre que possível, ainda que não seja senão próximo do fim da vida, voltar —: os Estados Unidos, o Brasil, e mais recentemente, o Canadá e a nossa África.

Mas a arte não deixa de estar presente nos Açores

Pode dizer-se que não há ilha onde exista igreja, capela, convento ou casa solarenga que não tenha algo a ver e a admirar.

Dois museus, com quadros, e tantas preciosidades, evocadoras, a par de amostras belas de artesanato regional, antigo e contemporâneo; enriquecem Ponta Delgada — no Convento de Santo André — e Angra do Heroísmo, no Solar que foi de ramo fidalgo dos Bethencourts —.

Não temos — nem de longe — a pretensão de enumerar o que se encontra espalhado em cada terra, digno de ser visto. Mas sempre diremos:

Em S. Miguel, sem sair da Cidade, a Matriz, iniciada na primeira metade do século XVI, mas só finda no ano que inaugurou a era de setecentos, com suas portas barrocas, portal manuelino, suas três naves ricas de ornamentos, seus altares de cedro esculpido; a Igreja do Colégio, de vastas proporções, edificada pelos Jesuitas, ao findar o século XVI, cuja fachada se diria mais palaciana do que de templo, com monumental retábulo barroco; o Convento da Esperança, que vale para os que crêem, independentemente do que nele há de artístico, por albergar o Santo Cristo dos Milagres, venerado em todo o Arquipélago, com seu tesouro de oiro e pedras preciosas, que a piedade das gentes açorianas vem a acumular desde o século que se seguiu ao descobrimento da Ilha; a Igreja de S. José, do convento que foi dos franciscanos, com suas três naves de volutas, nas quais se admiram pinturas várias, altar-mor, de rica obra de talha, azulejos do século XVIII e certo painel com expressivas figuras em relevo.

As tão decorativas portas da cidade, construidas em 1783; o velho forte quinhentista de S. Braz; o belo edifício conventual de Santo André, com fachada e claustro que remontam ao século XVI, no qual está instalado o museu, a que aludimos, onde se encontra um S. Pedro atribuido a Zurbaran, entre outros quadros antigos; velhos azulejos; uma tapeçaria de Aubusson; colecção de instrumentos musicais, além de telas e esculturas dos dois maiores artistas contemporâneos das Ilhas, Domingos Rebelo e Canto da Maia; e exposição etnográfica, para dar a conhecer os costumes, festas e utensíios de trabalhos micaelenses.

E-diversas casas antigas, das velhas famílias, que vêm dos primeiros povoadores.

Angra do Heroísmo — do Heroísmo por muito e bem ter lutado pela independência de Portugal —, na Terceira — que foi e é, ainda, sob vários aspectos, cabeça do Arquipélago, sem contestação a mais linda e harmónica das cidades açorianas, com seu traçado quase primitivo — está, igualmente, semeada de casas solarengas, de edifícios públicos dignos de serem olhados, de igrejas e conventos, nos quais vale bem a pena entrar.

A Sé, que remonta ao século XV, se bem que fosse nos fins do seguinte que tomou a importância actual, com suas torres altas, recobertas de azulejos, brancos e azuis, suas três naves, tecto de cedro trabalhado, a capela-mór sustentada por seis colunas jónicas, esplendorosa Capela do Santíssimo, suas preciosas alfaias de oiro e a galeria de retratos dos bispos dos Açores, desde os tempos de quinhentos, na Sala Capitular. Nela ressoou uma das vozes maiores de Portugal, a do Padre António Vieira.

A Igreja do Colégio, edificada no início da segunda metade do século XVII, também com seu tecto de cedro bem trabalhado, suas pilastras de pedra esmaltadas de oiro e capela dedicada a S. João Baptista Machado, jesuita nascido na Cidade e supliciado no Japão, pela Fé de Cristo.

O Convento de S. Francisco, com os túmulos de Paulo da Gama, irmão do grande Almirante, que morreu em Angra, quando do regresso da India, e de João Vaz Côrte Real, donatário da Terceira e de S. Jorge, pai dos que teriam descoberto a América antes de Colombo.

A Câmara, um dos edifícios municipais melhores do País, embora de traça que pouco vai além de uma centena de anos; o Palácio do Governador, no velho convento jesuitico, conhecido pelo Real Colégio da Companhia, que já foi paço real, com seu vasto salão, no qual pendem quadros a oleo, de todos os reis da Dinastia de Bragança, além de outros, entre os quais um de D. Sebastião, considerado de certo valor.

E o Castelo filipino de S. João Baptista, guardião que foi da cidade, que os terceirenses souberam, após luta tenaz, arrancar aos espanhois, a seguir à revolução libertadora de 1640, reputado

como uma das fortalezas mais completas da Europa, do seu tempo.

Na cidade da Horta, no Faial, as igrejas de S. Francisco e de S. Salvador, ambas do século XVII, com altares de talha dourada, dignos de menção, e a última com um rico altar de prata, na capela do Santíssimo. E, ainda, vetusta fortaleza do século de quinhentos, o antigo edifício do Colégio dos Jesuitas e outros mais.

Claro que não é apenas nas ilhas principais que há obras de arte a admirar. Em cada uma das restantes, existem, também e sempre, um templo, um antigo convento, a câmara municipal, um forte, as portas das vilas, velhas casas residenciais que merecem que nelas se entre e nos quedemos, um bom pedaço.

Mas a finalidade deste estudo não é realizar o inventário artístico dos Açores, que, aliás, urge ser iniciado nalgumas ilhas e completado noutras, em bases sólidas, por especialistas. Nós não somos mais do que amadores de boa vontade.

O que se torna urgente é haver, em cada ilha, quem saiba mostrar — arte e natureza — aos que chegam, o que é digno de ver e fixar. (Não há muito tempo, em luminosa manhã de Agosto, tivémos em Angra, no Convento de S. Francisco, de servir de cicerone a estrangeiros de várias raças e línguas, à falta de quem melhor soubesse do ofício). Por que não editar — a cargo dos organismos oficiais — guias sucintos, mas atraentes, nas línguas mais faladas, para distribuir aos que vêm a cada terra do Arquipélago?

Desembarquemos, agora, em S. Jorge

Quem se atreva a arrostar com o conselho que é dado aos que se dirigem, pelo mar, até às terras açorianas: Nas ilhas de S. Jorge e do Pico não merece a pena, ao turista apressado, desembarcar — lê-se e dificilmente se acredita que tal tenha escrito quem compete, exactamente, chamar visitantes ao Arquipélago! — logo se achará no Cais das Velas, onde se reunem, em

dia de «S. Vapor», gentes de todas as partes da Ilha, em espectá culo animado e colorido.

Transpostas as portas armoriadas da Vila, do último ano de século XVIII, pouco terá de andar até à praça principal, em que se encontra a Igreja Matriz.

Vale a pena a ela ir, não apenas para orar ao Padroeiro, S Jorge, que venceu o Dragão, símbolo do mal e encarnação demoníaca; mas, igualmente, para observar o que nela se encontra digno de ser admirado: o retábulo que se acha na Capela-Mór, de talha dourada e com quadros, de assuntos místicos, em estilo barroco primitivo, oferta do Rei D. Sebastião, em 1570, a pedido dos povos que ali vivíam.

Também na Capela-Mór, o cadeiral, artisticamente esculpido, de velho cedro entalhado.

A Igreja foi mandada construir pelo Infante D. Henrique que ao facto se refere, expressamente, em seu testamento: «ordenei e estabeleci a igreja de S. Jorge, na Ilha de S. Jorge»; e que, portanto, foi erecta em data anterior à do seu falecimento, ocorrido em 1460. Vários reparos houve, pelo tempo fora — conhecem-se, pelo menos, os dos anos de 1606, 1664, 1785 e 1825, nem sempre muito felizes —. Em 1930, com a melhor das intenções, aliás, a fachada principal e sul foi reconstruida havendo-se desprezado as pedras que já se encontravam trabalhadas para o pórtico principal — basaltos bem aparelhados —, substituidas pelo prosaico cimento. Mas não ficam por aqui os «maus tratos» que deram ao templo, nos seus cinco séculos de vida: as três naves, de arcaria simples, de volta inteira, em tufo cinzento, foram, em determinada altura, revestidas de ocre, sem dó nem piedade!

E' na Matriz que se encontra o quadro, representativo de S. Jorge, que constitui um dos objectivos deste estudo e de que nos ocuparemos detidamente.

Na praça, a que aludimos, acha-se a casa residencial dos Morgados Teixeira Soares e que foi da Viscondessa de S. Mateus, ligada a essa família, que lhe compõe, airosamente, o fundo.

Seguindo pela rua Guilherme da Silveira – que lembra um dos primeiros povoadores da Ilha, o flamengo Willelm Van der



Altar-mór da Igreja de S. Francisco, na vila das Velas (S. Jorge)



Haegen — e continuando pela rua Cunha da Silveira (em que existe o solar dessa família, que remonta ao século XVII, o qual tem albergado, pelos tempos fora, os visitantes ilustres de S. Jorge chefes de Estado, bispos, governadores, etc. -, além de todos os outros que lhe bateram às portas), depressa o viandante se encontrara no Jardim da Vila, não muito grande, mas airoso e sempre florido, para onde dá a Câmara Municipal, edifício cuja fachada tem certa nobreza, com duas colunas, em relevo, que ladeiam a entrada, encimadas pelas armas reais, e cuja sala de sessões possui tecto, de madeira policromada e em caixotões, armoriado, que merece ser visto. Trata-se de construção que teve lugar entre 1719 e 1744, da qual foi arquitecto Manuel de Avelar, pertencente a uma família que deu valioso contributo artístico a S. Jorge.

Perto, próximo do mar, está o Convento de S. Francisco - actualmente transformado em hospital -, construido em meados de seiscentos. Na igreja, a ele anexa, aconselhamos, também, a entrar, pois é de boas proporções e nela se acham três altares, de obra de talha dourada, dos fins do século XVII e inícios do século XVIII, belos e bem conservados, um deles armoriado, da invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, onde, ao que se julga, existe a única figuração das armas dos Silveiras dos Açores, que remontam àquele Van der Haegen, a que aludimos, em poder de descendentes seus há ao redor de duzentos e cinquenta anos. (3)

Se o visitante continuar a percorrer a Vila, não longe encontrará um caminho que o conduz, à beira-mar, até a um arco natural, que merece a deslocação. E poderá subir a monte sobranceiro à Vila, o Morro, donde se desfruta vista esplendorosa e do alto do qual, se tiver sorte, poderá assistir à «pesca», de baleias (ou, mais verdadeiramente, de cachalotes) no Canal, que sempre há-de

recordar.

Detenhamo-nos, finalmente, junto do quadro representativo de S. Jorge

Quando, há alguns anos, estivémos na Ilha, observámos um pequeno quadro, representativo de S. Jorge, que existe na Matriz das Velas, o qual nos despertou interesse e a curiosidade de indagar a sua história.

Alguem de valor e dado a investidas pelo passado — João Gabriel de Ávila — pôs-nos na pista de elementos que nos podiam elucidar.

Vai para noventa anos — precisamente em 15 de Abril de 1871 (4) — escreveu o Dr. Teixeira Soares — jorgense de nomeada, que se dedicou à história da Ilha—: «Ainda hoje existe na Matriz desta Vila (das Velas), um pequeno quadro de 23 cm. de comprimento, sobre 17 de largo, representando o invicto cavaleiro em acto de avançar sobre o Dragão, o qual era levado sob o pálio nas antigas procissões. E' pintura sobre vidro e a nosso ver de algum merecimento artístico.

Em data recente — 1955 —, João Gabriel de Ávila retomou o caso (5), em boa hora, dando-lhe actualidade. Escreveu ele:

Existe, também, uma peça a que se atribui alto merecimento artístico, um pequeno quadro de pintura em vidro, representando o Martir S. Jorge a cavalo, atacando o dragão lendário. E' muito antigo. Afirmamos isto porquanto, num acordão celebrado entre a Colegiada da Matriz e a Câmara das Velas, em data de 1705, se faz referência ao mesmo, e, numa nota apensa àquele acordão, se diz que, muito anteriormente a 1609, o quadro era levado em procissão, sob o pálio, na festa pomposa que se realizava no dia 23 de Abril, dia em que a Igreja comemora o triunfo daquele Martir.



Quadro de S. Jorge, existente na Matriz das Velas



Para além do valor do quadro como obra de arte, desejávamos conseguir a sua identificação. Poder filiá-lo na pintura flamenga do século XV, permitiria admitir que fora trazido pelos primeiros povoadores de S. Jorge, talvez naquelas urcas, bojudas embarcações, «carregadas de gente e fazenda», onde veio Willelm Van der Haegen, «com sua mulher e casa e família», o qual «trouxe consigo oficiais mecânicos de todos os ofícios», conforme reza documento oficial datado de 1571 (8). O tema do contributo flamengo no povoamento dos Açores (que se encontra longe de estar esgotado) tem sido, de algum tempo a esta parte, o nosso «violon d'Ingres» (7).

No intuito de aprofundar o assunto, e por, em pintura, nada mais ser-mos do que apreciadores interessados, pusemo-nos em contacto com várias autoridades na matéria. Fomos, porém, forçados a servirmo-nos de reprodução fotográfica, difícil, em especial por se tratar de pintura em vidro.

Principiámos pelo dr. João Couto, nosso antigo mestre de história, que dirige o Museu Nacional de Arte antiga, em Lisboa.

Eis o que nos disse (8):

A fotografia que junta do quadro que representa S. Jorge é muito má e por ela mal se pode avaliar da qualidade da pintura.

E' um trabalho popular de inspiração erudita e a data deve coincidir com a que é indicada.

Haviamos referido remontar, pelo menos, ao século XVI.

Submetida, também, a reprodução ao Dr. Leo Van Puyvelde, Conservador-chefe, honorário, dos Museus Reais da Bélgica, este deu o seu parecer nos termos seguintes (9):

•Pelo que a fotografia, insuficiente, permite ver, trata-se de uma obra muito grosseiramente pintada. Nela não posso distinguir a maneira de pintar dos Flamengos do século XV, nem mesmo do XVI. Mas a composição é imitada em grande parte de quadros semelhantes, feitos provávelmente com base numa obra composta por Jean Van Eyck, mas desaparecida; um destes quadros do século XV, dum artista desconhecido (erradamente atri-

buido a Van der Weyden), vi-o quando se encontrava na colecção de Lady E. Masson, em Londres, o outro, pintado provávelmente a partir de Van Eyck, seria obra de Pedro Nisart e encontra-se no Museu Arqueológico de Palma. Nestes dois quadros vê-se igualmente o solo juncado de partes de esqueletos das vítimas do dragão que S. Jorge combate.

Simonne Bergmans, doutora em Arte e Arqueologia e, também, autoridade em pintura flamenga antiga, referiu-nos o seguinte (10):

«Na medida em que a fotografia comunicada permite dar uma opinião na ausência de qualquer indicação sobre cores e factura, a concepção e o estilo levar-me-iam a pôr de parte uma atribuição a um artista flamengo. Do meu conhecimento, um flamengo do fim do século XV ou do começo do XVI nunca pintou personagens numa escala tão diferente da de Santa Margarida e do S. Jorge.

Tal concepção encontra-se na pintura francesa, na pintura italiana, na pintura alemã; não conheço nenhum exemplo na pintura flamenga.

Penso que se poderia encarar a hipótese dum artista português sob a influência flamenga.

Para tornar ainda menos clara a questão, acresce que, segundo o Conservador do Museu Real das Belas Artes, belga, D'Hulst (11) — que igualmente se pronunciou acerca da pintura — «nenhum quadro sobre vidro existe ou é conhecido na Bélgica».

Apesar da neblina que fica pairando sobre o quadro, parecenos que não deve ser posta de parte, dada a sua filiação possível
de Van Eyck, que se trate de imitação, de factura pouco cuidada,
embora, trazida pelos flamengos que para os Açores vieram, sem
dúvida por influência da princesa Isabel, filha do nosso D. João I
e irmã do Infante D. Henrique, casada com Filipe o Bom e mãe
de Carlos o Temerário (que tanto se orgulhava da sua ascendência
lusitana). Ou, mesmo, obra de algum desses flamengos, até já pintada em S. Jorge.

É de recordar, aqui, em favor desta hipótese, que Jean Van



Filipe o Bom e Isabel de Portugal, duques da Borgonha e da Flandres—pintura, sobre madeira, existente na Abadia de S. Pedro, em Gand



Eyck fez parte da missão que veio a Portugal negociar o casamento daquela nossa Infanta; e a ele se ficou a dever um belo retrato (12), dessa princesa, tão querida do marido, que este, em sua honra, adoptou e mandou inscrever no brasão a divisa, expressiva: «Aultre naray» — Não terei outra!

Eis um tema aliciante, sobre o qual os eruditos se poderão debruçar — assim o esperamos — e resolver. Nós quisémos, apenas, chamar, para ele, a atenção de todos.

A Igreja de Santa Bárbara das Manadas, em S. Jorge

Trata-se do alfobre mais completo da Ilha, em matéria artística.

O templo encontra-se situado quase a meio caminho das Velas à Calheta, as duas vilas e os dois portos principais de S. Jorge, a escassas três léguas, por estrada pitoresca.

Nenhum viajante, que percorra a terra, deve deixar de visitá--lo; e não distraida e apressadamente, mas com algum tempo e espirito curioso e observador.

A fachada, muito simples (quase se diria de ermida pobre, perdida no campo) deixá-lo-á um tanto desiludido; mas chame o padre ou o sacristão, que, logo, lhe hão-de abrir a Igreja, se não tiver chegado à hora da missa ou de outros actos do culto, frequentes nas terras cristãs dos Açores. A primeira impressão mudará, de seguida.

Na «Ilha de S. Jorge (Açores), Apontamentos para a sua História», obra escrita por José Cândido da Silveira Avelar (13)—onde, aliás, existem elementos de valor, analisados e expostos com consciência e preocupações de exactidão — encontra-se tão sómente o seguinte:

A Igreja dedicada a Santa Bárbara é construção do século passado (XVIII). A capela-mór é ornamentada de azulejos representando a vida de Cristo desde o nascimento até à morte. Tem o seu orgão.

É pouco; e ainda por cima, não inteiramente verdadeiro, pois os azulejos da Capela-Mór não descrevem a vida do Redentor, mas, sim, a de Santa Bárbara, padroeira do templo.

Procurámos desenvolver mais o assunto. Mas na Ilha, mau grado as boas vontades encontradas, não conseguimos outros pormenores.

Acabámos porém, por obter cópia do parecer da Direcção dos Monumentos Nacionais — de 26 de Abril de 1946 — que foi a base que serviu à definição da Igreja «como imóvel de interesse nacional», feita por Decreto de 1950 (14).

Damos, a seguir, pela primeira vez — supomos — conheci-

mento público desse parecer:

*Igreja curiosa, duma só nave, com portal datado de 1770. Exteriormente, simples, sem interesse de maior, apresenta-se todavia interiormente, quer em conjunto, quer em pormenor, cheia de interesse.

Possui um tecto apainelado com barrotame exterior moldu-

rado, travado por linhas de madeira.

Vários enquadramentos moldurados com motivos religiosos embelezam o tecto que é pintado a cores várias.

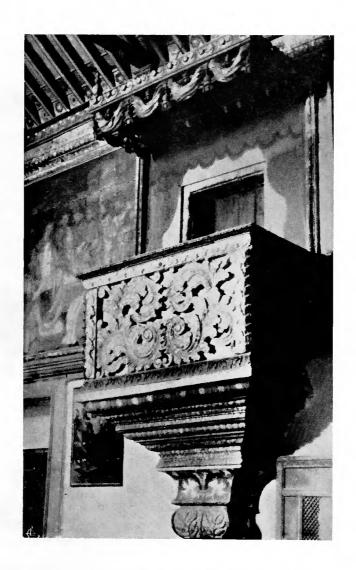
Quatro altares, de talha do século XVIII, de boa factura, enriquecem esta Igreja, que bem merece a classificação de Imóvel de Interesse Público.

A Capela-Mór, com tecto apainelado, com doze paineis representando os «passos de Jesus».

As paredes da Capela-Mór, são revestidas de azulejos de bom desenho, azuis sobre fundo branco — representando passagens da vida de Santa Bárbara.

A balaustrada de madeira, que separa os altares do corpo da Igreja, é de madeira do Brasil, ricamente trabalhada no gosto do renascimento».

É, já, muito mais do que se lê na «Ilha de Jorge», mas — cre-



Pormenor da Igreja de S.ta Bárbara



mos - não tudo, ainda, pois a Igreja de Santa Bárbara, nas Manadas, bem merece que a estudem, em profundidade, e nos digam — os entendedores — o que vale, como significado e artisticamente.

E depois de bem olhar tudo, recorde, antes de sair, o nosso viajante, servindo-se dos lindos e antigos azulejos existentes, a história da Padroeira, Santa Bárbara, virgem e mártir, decapitada por confessar alto a sua Fé em Cristo Nosso Senhor vai para mil e setecentos anos, parece que em Heliópolis ou em Nicomédia, lá para as bandas da Ásia Menor.

Nunca se perde em meditar as existências que são exemplos, nesta nossa época caracterizada pela tibieza no viver do dia a dia.

Volta-se à mesma ideia: os Açores - e, portanto S. Jorge - são obra maior de Deus

Alguma cousa ficou dito — muito pouco afinal — sobre o que os homens deixaram nos Açores (e em S. Jorge, nomeadamente), no domínio da Arte.

E' campo pouco explorado, em relação ao qual algo há, ainda, a revelar e a aprofundar. Mas a sedução do Arquipélago está, essencialmente, nas suas belezas naturais e no povo que o habita.

Todas as ilhas merecem ser muito mais conhecidas; e não sómente nos portos em que se desembarca, mas no interior, em cada recanto.

Quem até elas vier, de muito longe que seja, não se sentirá defraudado por haver tido de afrontar o Atlântico bravio, mesmo que lhe não hajam proporcionado tudo aquilo que quem viaja exige, neste nosso tempo de comodismo.

As provas? Não é necessário sair de S. Jorge:

Depois de visitar as Velas — «capital» da Ilha, que já lhe ajudámos a percorrer, ponha-se a caminho o nosso viandante. Mas detenha-se, próximo, junto de Entre-os-Morros e olhe a pequena enseada, de águas de azul safira, no meio de duas elevações que o sol doira e parecem, a certas horas, feita de cobre não polido; e comece a contemplar o Canal, que tem o Faial e o Pico como fundo.

De seguida, surgir-lhe-à a Beira, povoado onde têm início as pastagens, com vacas a abarrotar de leite, gado de trabalho, relva muito verde e já as primeiras hortênsias, de azul mais ou menos intenso; e, também, milheirais que, quase sempre, ultrapassam, em altura, o homem. Aí se teriam fixado os primeiros beirões que vieram a povoar a Ilha

No sítio do Terreiro da Macela admire as quatro ilhas que povoam o Oceano, naquelas paragens: o Pico, com sua Montanha que sobe além dos dois mil metros e o Faial, no Canal de S. Jorge, na Costa Sul; e, na do Norte, a Graciosa e a Terceira: Se for uma manhā luminosa ou um ocaso límpido, verá um dos espectáculos mais sugestivos do Criador do Céu e da Terra.

Rese, mais adiante na Ermida de Toledo (teria sido alguém, da cidade que foi cabeça da Espanha Imperial, que deu o nome ao lugar?), da invocação de S. José, que um jorgense, dos quatro costados (15), que muito amou a sua terra, dotou cristâmente o sítio, vai para oitenta anos, em plena zona daquelas «pradeiras sem fim que se convertem em ondas de leite», no dizer expressivo de quem soube sentir S. Jorge (16).

E siga, pelas estradas ladeadas de hortênsias, até aos Nortes; e, ali, volte a parar, junto das fúccias gigantes, que cobrem muros inteiros, pondo, na paisagem, uma nota álacre e vivamente colorida.

Perto, no Miradouro (donde se vêm, minúsculas Fajās, das quais se destaca a de Santo Cristo), fique um bom pedaço: trata-se de perfil grandioso da Ilha, montanhas altas, cobertas de vegetação densa e flores, que caiem, abruptamente, sobre o mar; e, junto dele, pequenos aglomerados de casas que parecem entrar pela água dentro. E, ainda, lagoas, às vezes lembrando a esmeralda, outras a turquesa, onde apetece vogar, horas inteiras.

Vá, depois, a caminho do Topo, extremo da Ilha, defronte da



Perfil da Ilha de S. Jorge



Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo, onde se detiveram os Flamengos que, na segunda metade do longínquo século XV, vieram até S. Jorge, certamente por influência, como dito ficou, da nossa princesa Isabel, a pedido de seu irmão, o Infante Navegador. Aí viveu, largos anos, Willelm Van der Haegen, o ascendente dos Silveiras dos Açores e o mais «seguido e aplaudido» dos que da Flandres se deslocaram, cuja fama e exemplo de altas virtudes ainda hoje perduram, cerca de quatrocentos e cinquenta anos, sobre o seu passamento, que conheceu com antecedência, havendo feito reunir a família, na sua casa, «estalagem para quantos iam e vinham áquela terra», conforme Gaspar Frutuoso, nas suas «Saudades da Terra e do Céu», a primeira Crónica que, nos fins do século XVI, contou os fastos acorenses (17). O Padre António Cordeiro, na «História Insulana», aparecida nos inícios de setecentos (18), descreve assim, a morte do primeiro Guilherme da Silveira: «... e adorando o Senhor, ao levantar da hóstia e comungando ao consumir dela, e recebendo a extrema Unção, expirou então com todos os sacramentos, como não menos católico que honradíssimo e exemplar fidalgo».

Volte, pela Costa Sul, e admire as grandes ravinas que, cobertas de vegetação densa, vêm de muito alto, até ao mar, as quais gado leiteiro e outro, sem medo dos abismos, povoa, aqui e ali.

Continue pela gentil Ribeira Seca, com suas quintas arborizadas e uma ou outra casa que foi solarenga.

Desça à Calheta, segunda vila e porto de S. Jorge, entre na sua Igreja, percorra os arredores aprazíveis, volte a subir aos montes e siga, sempre a contemplar as tonalidades várias das águas do Canal e das Ilhas que o limitam, diferentes em cada hora. Repare no cimo da Montanha do Pico, de inverno coberto de neve, onde o sol se espelha, e, quase sempre, com nuvens, que ora o escondem, ciosamente, ora o desnudam, aos nossos olhos maravilhados.

Mais tarde, pare junto da Igreja de Santa Bárbara, nas Manadas que bem merece visita atenta, conforme lhe aconselhámos já.

Na freguesia de S. Mateus da Urzelina — que tirou o nome

da urzela que nela abundava, que foi muito usada em tinturaria e da qual se serviram, para comerciar, os flamengos dos primeiros tempos —, perca-se uma tarde inteira pelas quintas que crescem por onde, há cerca de século e meio, passou o fogo dos vulcões que iluminaram, trágicamente, as noites de S. Jorge.

Entre na do Areeiro, que—conforme a descrevemos um dia (19)— se estende das faldas da serra até ao mar. Povoam-na pinheiros; eucaliptos, tantas árvores de fruto; uma avenida de faias gigantes, daquelas que pela noite fora «cantam» para quem as saiba ouvir, vai morrer quase à beira do Atlântico. Atravessa-a uma ribeira, — a Ribeira do Areeiro — em que as águas, quando correm torrencialmente dos montes, muitas vezes nela não cabem e se espraiam pelas terras, tornando-as mais férteis. Fetos e inhameiros cobrem-lhe o vale. Atapetam-na, conforme as épocas, milhares de jarros e belas-donas.

E existe, ainda, nela, um souto, com castanheiros de todas as idades e de todas as corpulências.

Volte a por-se ao caminho; e trepe aos montes que dominam as Velas. Aquiete-se, por alguns momentos, no Miradoiro, mesmo a pique sobre a Vila: olhe bem os barcos, que se recortam no seu porto, nas águas que, vistas assim do alto, dir-se-iam imensa safira. Procure que seja à hora do crepúsculo; e contemple o sol, a «afundar-se» lentamente, entre o Pico e o Faial: Não haverá, no Mundo, muitas visões assim!

Desça. então, às Velas: e, se estiver apressado, volte a embarcar.

Mas se ficar mais alguns dias, não se há-de arrepender.

Além de voltar ao que mais lhe efalou, poderá, por exemplo, fazer a ascenção do Pico da Esperança, o mais alto da Ilha, acima de mil metros sobre o mar, donde o panorama é esplendoroso. Desça à Fajã de Santo Cristo, mergulhe na lagoa, que nela há; e visite as furnas em que os archotes fazem rebrilhar as pedras e as águas de forma estranha e poética; e, se puder, assista às festas em honra do Senhor Santo Cristo que, ainda no verão, reunem peregrinos de S. Jorge inteiro. E tome parte nas comemorações, coloridas e pitorescas, em louvor do Espírito Santo, as mais caracte-

rísticas dos Açores, com suas «coroações» e romarias de carros floridos e gente alegre e folgazã mas sem deixar de ser crente.

Vá até às freguesias do campo — nos Açores não se fala de aldeias — e oiça os cantares e veja o bailar dos moços e das raparigas. E admire o artesanato, que vem dos pais e dos avoengos: colchas de lã, garridas e decorativas, pequenos barcos, miniaturas de igrejas e outros objectos, em «miolo de figueira» e de marfim, rendas e tanta cousa mais.

Se gostar de pesca, os mares estão coalhados de peixes saborosos.

Se lhe agrada a caça, abundam pombos bravos, coelhos, saborosas galinholas e, até, se quizer usar a carabina, cabras bravias, junto da Ponta dos Rosais. Poderá, mesmo, assistir à «pesca» da baleia, espectáculo forte, arriscado e algo pitoresco.

Se for poeta, não há melhor local do que os prados de S. Jorge, que se estendem a perder de vista, para recordar, as Geórgicas e as Bucólicas Virgilianas e as Éclogas dos nossos poetas de quinhentos.

Se tiver alma de músico, poderá ser embalado pelos «acordes» da Pastoral Beethoveniana ou por certo Poema de Debussy, em especial pelo seu último «andamento»: «Diálogos do Vento e do Mar».

E, se pintar, não se arrependerá de trazer consigo os seus pinceis e todas as cores da Natureza (Quantas vezes, em relação a S. Jorge, temos lembrado os versos do Poeta: «Qu'é dos pintores do meu país estranho, onde estão eles que não vêm pintar?» (20).

E pela Ilha, inteira — como em todas as do Arquipélago — há que observar o povo, que trabalha rijo para que a terra fértil, embora, se transforme, cada ano, em trigais, campos de milho e em «ondas de leite».

Aqui fica o desejo de um açoriano.

Oxalá as nossas palavras sirvam para chamar investigadores e artistas — com Maiúsculas! —, donde quer que se encontrem que identifiquem e ponham em evidência as obras de arte que nas

lhas existem; e saibam traduzir, em prosa, em poesia, em escultura, em pintura e em música, a natureza e o povo acorianos.

O Arquipélago e a sua gente bem merecem que tal seja realizado, com seriedade e beleza, sem mais tardança.

Notas

- (1) «Willelm Van der Haegen, tronco dos Silveiras dos Açores», (em «Insulana», orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949).
- (2) «Achegas para o estudo do contributo açoriano nas lutas contra os holandeses no Brasil» (in «Insulana», 1952).
- (3) Pertence à familia Cunha da Silveira.
- (4) Jornal «O Jorgense», n.º 5, ano I, de 15-4-1871.
- (5) Jornal «A União», n.º 18024, ano 62.º, de 2-12-1955.
- (6) Sentença em processo de justificação genealógica, identificada no estudo referido em nota supra (n.º 1).
- (7) Além do trabalho citado, na nota 1, «Un gentilhomme flamand du XV^e siècle aux Azores» (na Revue Coloniale Belge, n.º 171, 1952); e «Apport à l'étude de la contribuition flamande au peuplement des Azores (nas «Communications» da Académie de Marine de Belgique, 1957).
- (8) Officio de 28-12-56.
- (9) Carta de 27-6-1959, enviada por intermédio do nosso amigo, o notável escritor e conferencista belga, Pierre Goemaere. Também do Dr. Leo Puyvelde, havia-nos transmitido informes valiosos o nosso amigo Louis Michiels, cônsul de Portugal em Bruxelas.
- (10) Carta de 6-1-1960.
- (11) Elemento que nos foi comunicado, em 28-12-1959, pelo nosso amigo Omer Grawet, da Radio-Televisão Belga, que recentemente visitou os Açores em busca de vestígios flamengos.
- (12) «O Paço de Cintra», pelo Conde de Sabugosa, 1903.
- (13) Tip. Minerva Insulana, Horta, 1902.

- (14) Decreto n.⁰ 37.728, de 5-1-1950.
- (15) Conselheiro Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa.
- (16) Júlio Castilho (Visconde de Castilho), citado em «Subsidios para o estudo das pastagens açorianas, Ilha de «S. Jorge», pelo Eng.º Ag.º Henrique de Sampayo e Castro Pereira da Silveira.
- (17) Crónica terminada, ao que parece, entre 1586 e 1590 ver último estudo citado na nota n.º 7.
- (18) Em 1717.
- (19) «Cunhas da Silveira, contributo para a história duma família açoriana» (na «Insulana», 1954).
- (20) António Nobre «Só».

Desejamos que fique, aqui, consignado o nosso mais vivo agradecimento, pela cooperação que nos foi dada, à Direcção Geral do Ensino Superior e de Belas Artes, à Sr.ª Dr.ª Simonne Bergmans; e aos Srs. Pierre Goemaere, Louis Michiels, Omer Grawet, Leo Van Puyvelde, João Couto, Fernando Ávila e João Gabriel de Ávila.

APÊNDICE



MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA LISSOA - PORTUGAL

N.º 898

Proc 63-M

Min. JC.

Dect. MF.

Lisboa, 28de Dezembro de 1956.

Exmº. Senhor

Dr. João Cunha da Silveira

Meu prezado amigo

Desculpe de só agora responder à sua estimada carta.

A fotografía que junta do quadro que representa S. Jorge, é muito má e por ela mal se pode avaliar/a qualidade da pintura.

 \hat{E} um trabalho popular de inspiração erudita e a data deve coincidir com a que é indicada por V. Ex^{a} .

Com cumprimentos,

sou amigo grato

João Couto Director

Assunto

Conf.

Bruxelles,27 Juin 1959 15, Avenue Kamerdelle

Wonsieur Pierre Goemaere "L'Isba" Robertville.

Cher Monsieur Goemaere,

Pour autant que la photographie insuffisante permet de le voir,il s'agit d'une oeuvre assez lourdement
peinte. Je n'y puis distinguer la manière de peindre des flamands
du XVe siècle, ni même du XVIe. Mais la composition est empruntée
en grande partie à de tableaux pareils, faits probablement d'après
une oeuvre composée par Jean van Eyck, mais disparue; l'un de ces
tableaux du XVe siècle est d'un artiste inconnu (on dit à tort
de van der Weyden) je l'ai vu lorsqu'il se trouvait à la collection de Lady E. Masson, à Londres; l'autre, peint probablement d'après van Eyck, serait l'oeuvre de Pedro Nisart et se trouve au
Museo Arquelogico de Palma. Dans ces deux tableaux on voit également le sol jonché de parties de squelettes des victimes du
dragon que combat Saint Georges.

Je vous retourne ci-joint la photo.

Veuillez agréer, cher Monsieur Goemaere, l'expression de mes sentiments les meilleurs.

Leo van Puyvelde

SIMONE BERGHANS
OCCION EN HISTOINS DE LANS EL ARTHEOLOGIE
Mindemotré de L'EXEMPE

TELEPHONE SEED 122572

Bruxelles . 6 janvier 1960. Rue de Stassart, 96.

Monsteur,

Je n'ai pas été en rapport avec M. Grasset (?) ou Gravet (?) .

La photographie de la peinture aur verre en question m'a été communiquée par M. D'Hulst, qui me prinit de lui donner un avis, ceci vers la mi-décembre.

Pour autant que la photographie communiquée permette de porter un avis en l'absence de toute indication de couleurs et de facture, la conception et le style me fersient écarter une attribution à un artiste flamand. A ma connaissance, un flamand de la fin du XVe ou du début du XVIe p'a jamais peint des personnages à une échelle aussi différente que celle de la sainte Marguerite et du saânt Georges.

Cette conception se retrouve dans la peinture française, dans la peinture italiemene, dans la peinture allemandei je n'en consais accun exemple dans la peinture flamande. Je pense que l'on pourrait envisager l'hypothèse d'un artiste portugais acus l'influence flamande.

Je vous remercie de l'envoi de votre tiré à part que je vais lire avec beaucoup d'intérêt, et je regrette de ne pouvoir vous envoyer en échange un tiré à part de mon étude sur un Portrait Ajlé, considéré par moi comme etact un portrait posthume et reconstitué au début du XVIIe, de Don Sébastien de Portugal. Cette étude est malheureusement épuisée.

Recevez, Monsieur, l'expression de mes sentiments distingués.

Dr. Jose da Silveira, Advegado, Av. de Berne, 4, R/C. D.O. LISEOA 1 Portugal.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL DIRECÇÃO GERAL DO EMSINO SUPERIOR E DAS BLEAS ANTES



CÓPIA

ICREJA DE SANTA BÁRBARA - ILHA DE S. JORGE - Freguesia das
Manadas - Igreja curiosa, duma só nave. com portal datado de
1770
Exteriormente, simples, sem interesse de maior, apresenta-
-se todavia interiormente, quer em conjunto, quer em pormenor,
cheia de interesse.
Possue um tecto apainelado com barrotame exterior moldura-
do, travado por linhas de madeira
Vários enquadramentos moldurados com motivos religiosos
embelezam o tecto que é pintado a cores várias
4 Quatro altares, de talha do século XVIII, de bos factura,
enriquecem esta Igreja, que bem merece a classificação de Imóvel
de Interesse Público,
A Capela-Mor, com tecto apainelado, com dôze painéis re-
presentando os "passos de Jesus"
As paredes da Capela-Mor, são revestidas de azulejos de
bom desenho, azuis sôbre fundo branco - representando passagens
de vida de Santa Berbere



-2.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL MESCRA-CERAL DO EMBINO SUFERIOR E DAS SELAS-ARTES

A balaustrada de madeira, que separa os altares do côrpo
da Igreja, é de madeira do Brasil, ricamente trabalhada no gosto
do renascimento.
Évora, 3ª. Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais,
em 26 de Abril de 1946 a) Humberto Reis - Arquitecto de 32.
classe - O Arquitecto Director a) ilegível
Está conforme
Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, em 6 de
Outubro de 1959.

Pel'O CHEFE DA REPARTIÇÃO

/31 W



O "ALABAMA"

Um episódio da Guerra da Secessão da América do Norte em águas terceirenses

Pelo DR. CÂNDIDO PAMPLONA FORJAZ

Por herança familiar encontro-me de posse da reprodução fotográfica de um quadro que representa o famoso (e lendário?) episódio do navio norte-americano (confederado) «Alabama», ao fugir do seu perseguidor nortista «Kearsarge».

Esse quadro foi pintado pelo nosso patrício, Sr. Henrique Abreu, filho do ilustre terceirense Doutor Eduardo de Abreu que sobre ele e o acontecimento que reproduz redigiu as notas abaixo insertas e que se encontram impressas no verso da citada reprodução fotográfica (1).

A leitura dessas notas sugeriu-me a ideia de indagar com mais minúcia o que se teria passado realmente com o célebre «Alabama».

Pesquisando no registo de correspondência do Governo Civil,

^{(1) —} Essas notas são antecedidas da indicação autografada «Photographia N.º 14» e vem acompanhadas com a reprodução, impressa, de um mapa da costa da Terceira em frente dos liheus, e com a «de um fragmento do primeiro mapa (o de Corssaro de Veneza) em que se mencionam os liheus» e ainda de uma fotogravura da perseguição do navio nortista «Morning Star» pelo «Alabama».

encontrei no livro referente a 1862, cópia do ofício N.º 118, 2.ª secção, dirigido em 26 de Agosto desse ano ao Ministro do Reino pelo Governador Civil de então, Jácome de Bruges, futuro 2.º Conde da Praia da Vitória.

Embora se notem novas divergências entre esse ofício e as informações do Doutor Eduardo de Abreu, pode facilmente verificar-se que ambas se referem ao mesmo caso: condizem os factos e condizem os nomes dos navios. Só não condizem as datas: ao passo que aquelas informações aludem à partida para a baía do Fanal a 28 de Agosto, o ofício do Governo Civil diz que ela se efectuou a 20. Mas como as restantes informações estão certas, é lícito atribuir essa discordância a um lapso.

A nota do Doutor Eduardo de Abreu diz textualmente o seguinte, referindo-se à autoria e assunto (2) do quadro de que junto se insere uma fotogravura, infelizmente algo deficiente devido à deterioração da reprodução fotográfica donde é extraída:

Reprodução do grande quadro a óleo de 1,20x0,91^m, pintado segundo documentos históricos, sobre a famosa passagem do «Alabama» pelo canal dos Ilheus do Canto, mais conhecidos por «Ilheus das Cabras», iludindo a perseguição do «Kearsarge». Os Ilheus foram pintados segundo uma bôa fotografia tirada em 1906. O

Amares (Portugal: Minho)

1st January, 1909

Dear Sir

To commemorate the voyage of your large Fleet around the World, under your prominent Command, and wishing, as an old Azorian great friend and admirer of your free country, to salute your passage by this sea whose horizon brings you near Home, I take the liberty to offer you a small picture to record a naval episode of the last Civil War, in 1862, wich has settled for ever the power and progress of the United States. I mean the historical

^{12) —} Á esquerda da reprodução do quadro pode ver-se a da carta envia da pelo Doutor Eduardo Abreu ao Almirante Sparry quando lhe ofereceu o original do referido quadro. Eis o respectivo texto em que se respeita escrupulosamente ortografia e redacção:

«Alabama», é a cópia de uma gravura do mesmo navio, que vem no diário do seu comandante, o célebre capitão Semmes, que morreu no posto de Almirante, e professor do Observatório astronómico de New York. — Um dos marinheiros do «Alabama» era tio do último presidente da República dos Estados Unidos, Teodoro Roosevelt. — Em 1906 ainda viviam na Escócia, um oficial, e nos Estados Unidos, um oficial e um engenheiro, que pertenceram à guarnição do Alabama». - Ainda vive o notável escritor, infatigável viajante e milionário norte-americano. Henrique Rew, que concorreu para o poderoso artilhamento do «Kearsarge», a fim de seguir para os Acôres, a descobrir e afundar o «Alabama», o que só conseguiu dois anos depois, a 19 de Junho de 1864, em frente de Cherbourg. - O tenente John Low é que comandou o N.º 290 desde Birkenhead. (onde fora construido nos estaleiros dos irmãos Lairds) até à baia da Vila da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, iludindo a vigilância das autoridades inglesas e norte-americanas, que desconfiavam da construção daquele navio. Naquela baia recebeu o seu novo comandante, o capitão Semmes, que ali tinha chegado dias antes de Liverpool, no «Bahama», passando o N.º 290 a

passage of the Alabama. by the small channel between the Islander of Canto, running away from the «Kearsarge».

It was my son Henry Abreu, the actual owner of these Islanders, who has painted this small stableau, expressly to offer you in your passage by the Azores. He began this picture in Italy and has just finished it here. He is simply an samateur and never had any lessons: so hopes you will excuse its defects accepting it only as a proof of great admiration for that great deed and of our love for America.

Accept Honorable Admiral in Chief as well as the Admirals Emory Schroeder, Wanwright, and Potter, and all your comrades and companions in that famous tour around the World, the expression of my highest consideration.

His Excellency the Admiral Sperry United States Navy Commander in Chief, United States Atlantic Fleet

Yours very truly Dr. Eduardo Abreu

denominar-se «Alabama», hasteando a bandeira confederada, na manhã de 28 de Agosto de 1862, seguindo logo para a baía de Angra, e depois para o Fanal, onde completou o seu armamento recebido de bordo do «Bahama» e do «Agripina». O tenente Low, que serviu de imediato no «Alabama», sendo um dos poucos sobreviventes do mesmo navio no combate contra o «Kearsarge», morreu em Liverpool a 8 de Setembro de 1906, onde era rico e estimado



negociante deixando sua fortuna para escolas, hospitais e asilos de marinheiros. — A 20 de Maio de 1907, também faleceu o banqueiro George Granville Lancaster, de Northamptonshire, que a bordo do seu iate «Daerhound» presenceou o terrivel combate dos dois cruzadores, recolhendo o capitão Semmes, e mais sobreviventes do «Alabama», quando este se afundava. O cirurgião do «Alabama», David Herbert Llwellyn, inglês, recusou-se a saltar para um escaler, por não querer abandonar os feridos e com eles morreu.

* *

Por honrosa participação do Almirante Sperry, ao oferente, datada de Washington, D. C., a 3 de Abril de 1909, o quadro a

óleo foi considerado como propriedade do comandante em chete da esquadra dos Estados Unidos, do Atlântico, no navio do seu comando. Pertence actualmente ao seu sucessor, o Almirante Schroeder, a bordo do U. S. S. «Connecticut», com a insignia de navio chefe, em Navy Yard, em New-York.

1-Junho-1909.

* *

Ora, que dizia o Governador Civil no seu citado e extenso oficio?

— Informava que no dia 10 de Agosto desse ano (1862) chegara à baía da Praia da Vitória o vapor «Barcelona», dizendo-se procedente de Londres e com destino a Havana. Como não apresentasse carta de saude, ficou de observação. O respectivo comandante informou as autoridades locais que o seu navio era de guerra, sem que todavia estivesse artilhado.

No dia 18 do mesmo mês chega também àquela baía a barca «Aggripina», que se dizia igualmente proveniente de Londres mas com destino a Demerara, ficando também de observação por falta de carta de saude.

Dois dias depois, ou seja a 20, aporta ainda à Praia da Vitória terceiro navio: o vapor «Bahama».

Logo após e com espanto geral a «Aggripina» atraca ao «Barcelona», a pretexto de precisar alijar para efeitos de reparações, e começa a baldear carga para este vapor.

Queixa-se o Governador Civil das manifestas «faltas de consideração pelas autoridades e regulamentos fiscais do país» e de «não pararem as desatenções».

Com efeito «os três navios, vindos em direcção d'oeste, e passando em frente do porto desta cidade, voltaram à roda do Monte Brasil e foram fundear do outro lado na baía do Fanal, que não é ancoradouro. Aí, sem mais permissão, atracaram os dois vapores e começaram a baldear carga».

Não obstante a intervenção do Vice-consul inglês, a instâncias do Governador Civil, os navios continuaram com o mesmo procedimento. Entretanto «a população mostrava alguma inquietação pela maneira misteriosa e causadora de suspeitas por que estes

navios se apresentavam e sobretudo pelo insultante proceder com que desconsideravam as autoridades... Dizia-se geralmente que estes navios eram corsários americanos dos estados do Sul que nestes mares tinham vindo armar-se, o que (acentua o Governador Civil) não parecia sem fundamento porque com efeito entre eles tinha havido baldeação de petrechos de guerra.

O Governador Civil procurou, por intermédio do Director da Alfândega e do Intendente de Marinha, levar os navios ao acatamento dos regulamentos a que estavam obrigadas todas as embarcações que demandassem portos nacionais. Mas vendo que não o conseguia dirigiu-se ao General da Divisão a solicitar-lhe que preparasse as forças militares para, pela força, imporem a saida desses navios, caso eles não viessem fundear na baía de Angra e submeter-se às leis do país. Finalmente, e felizmente, os navios (que de certo já teriam tido todo o tempo para completar o transbordo da carga), vieram para a baía de Angra e o comandante do «Barcelona» desembarcou e, acompanhado do cônsul inglês, foi apresentar desculpas ao Governador Civil por ter infringido os regulamentos, o que só fizera por ignorância (!), «julgando eu (Governador Civil) que deveria aceitar, como aceitei as satisfações que veio apresentar-me». Atitude de prudencia, aliás inevitável perante os factos consumados, para a qual o Governador acaba por solicitar a aprovação do Ministro do Reino.

O estranho incidente não podia deixar de merecer a atenção da imprensa da época. Mas só no semanário «A Terceira», N.º 183, de 23 de Agosto desse ano de 1862, encontrei referência ao caso, aliás narrado com pouca exactidão.

Sob o titulo «Embarcações suspeitas», noticia o referido periódico a chegada à Praia da Vitória de dois vapores com bandeira inglesa, rebocando um deles uma barca com o mesmo pavilhão. E depois de aludir à falta de cumprimento das disposições da lei fiscal e de saude, o jornal acrescenta:

«Estes acontecimentos tem dado lugar a muitas conjecturas, sendo as mais prováveis, que na comunicação destes navios nos nossos portos não ande estranha a guerra entre a América do Norte e a América do Sul (sic), pois se viu que enquanto estive-

ram ancorados passaram de uns para os outros muitos caixotes em que se presumem petrechos de guerra, arvorando alguns deles a bandeira inglesa para levarem a fim a sua especulação»!

* *

Como se vê, nem no ofício do Governador Civil nem na imprensa, mesmo na posterior a estes acontecimentos, se faz referência a fuga pelo célebre «Alabama» por entre os Ilheus do Canto. A ser ela real de certo não teria passado despercebida nem ao Governador Civil nem aos periódicos, por muito pouco sensacionalista que fosse a imprensa de então. Mas nem na correspondência oficial nem nos jornais encontro referência à ousada travessia dos Ilheus pelo não menos ousado navio sulista. Não sei, pois, a que atribuir essa lenda (se é que o é). Seja como for, a verdade é que foi aqui, nas aguas da Terceira, na baía do Fanal, e mau grado os protestos e até ameaças das autoridades, que se procedeu ao armamento do famoso "Alabama", que bem se pode considerar precursor do não menos famoso cruzador alemão "Emden", verdadeiro navio camaleão e terror dos mares na guerra de 1914-1918.

Por outro lado a pormenorizada notícia do Doutor Eduardo de Abreu com referências concretas a diversas protagonistas da aventura, tragicamente terminada, com testemunhas presenciais, à vista do Cherburgo e ainda o facto, aludido no final dessa notícia, de o quadro original de Henrique Abreu ter sido considerado como propriedade do Comandante em Chefe da Esquadra do Atlântico, dos Estados Unidos, permite acreditar que algo de extraordinário por estas paragens se passou com o «Alabama».

Lenda, fruto da imaginação popular, a passagem pelo meio dos Ilheus? Realidade? (3)

Do que não há dúvida, repito, é que foi aqui, na Terceira, e va-

^{(3) —} Nas notas do Doutor Eduardo de Abreu afírma-se que o quadro foi pintado segundo «documentos históricos» sem dizer quais eles tivessem sido. E por minha parte não consegui averiguá-lo.

lendo-se de uma estranha ignorância» dos regulamentos portugueses, que o «Alabama» se preparou para a sua aventurosa missão, conseguindo, ainda durante dois anos, manter a marinha de guerra nortista permanentemente alerta em sua perseguição, terminada, dramaticamente em 19 de Junho de 1862.

Cândido Pamplona Forjaz.

Comemoração do I Centenário da Morte do Historiador Terceirense, Francisco Ferreira Drumond

Não tendo sido possível comemorar na data própria a passagem do I Centenário da Morte de Francisco Ferreira Drumond, o qual faleceu na vila de S. Sebastião a 11 de Setembro de 1858, foi a comemoração transferida para o ano de 1959, conforme resolução tomada pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira em sua reunião de 15 de Maio de 1958.

No dia 31 de Maio de 1959 foi levada a efeito a iniciativa do Instituto Histórico, a qual constou dos actos que abaixo se mencionam, realizados de acordo com o programa estabelecido pelo Instituto, ao qual aderiram com vivo e justo entusiasmo todas as entidades convidadas a colaborar na homenagem à memória do maior dos historiadores terceirenses.

1) Ás 9 horas foi celebrada Missa na Igreja Paroquial de S. Sebastião, por alma de Ferreira Drumond, com a presença do Governador do Distrito, Ex.^{mo} Sr. Dr. Teotónio Machado Pires, e de várias autoridades, achando-se a igreja repleta de fieis. A nave central era ocupada por crianças das escolas da freguesia e da catequese, com os seus professores e professoras.

Foi celebrante o Rev. Padre Manuel Coelho de Sousa, natural de S. Sebastião, professor do Seminário Episcopal e figura de grande relevo do meio cultural terceirense.

2) Finda a Missa, organizou-se um cortejo que do adro da Igreja se encaminhou para o Rossio da Vila, onde se encontra o Monumento a Ferreira Drumond, inaugurado em 14 de Outubro de 1951 por iniciativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo à qual presidia então o Sr. Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte-Real e Amaral.

No cortejo tomaram parte, além do Ex.^{mo} Sr. Governador do Distrito e autoridades, as crianças das escolas e muito povo. A Filarmónica União Sebastianense encorporou-se também no cortejo que seguiu até ao Rossio pelas principais ruas da Vila engalanadas com vistosas colchas.

Em frente do Monumento discursou o sócio do Instituto Histórico, Sr. Tenente-coronel Frederico Lopes Jr., que foi escutado em silenciosa atenção e vibrantemente aplaudido. Os aplausos repetiram-se com o mesmo entusiasmo quando a Filarmónica União Sebastianense executou o seu hino em frente do Monumento, junto do qual as crianças das escolas foram desfilando e juncando de flores o pedestal onde ele assenta.

Reorganizou-se depois o cortejo que, com a mesma disposição, se dirigiu para a casa da rua da Misericórdia, onde viveu e morreu Francisco Ferreira Drumond e onde na mesma data da inauguração do Monumento, foi descerrada uma lápide com legenda adequada, também mandada ali colocar pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Ali se dispersou o cortejo, tendo a casa sido franqueada a todos que nele tomaram parte pelo seu actual ocupante, Sr. José Jacinto Machado, bisneto de Ferreira Drumond, que, apesar dos seus 89 anos, assistiu a todos os actos de homenagem a seu bisavô. Outros descendentes de Ferreira Drumond se acharam também presentes, entre eles o Sr. Capitão Luís Ferreira Machado Drumond, distinto etnógrafo e sócio efectivo do Instituto Histórico, que é trineto de Ferreira Drumond.

3) Pelo meio-dia iniciaram-se as comemorações em Angra do Heroísmo com uma missa por alma de Ferreira Drumond, cele-

brada no Altar Mór da Sé Catedral, à qual assistiram o Governador do Distrito, autoridades, sócios do Instituto, seminaristas, uma deputação da Mocidade Portuguesa Feminina e muitos fieis.

Foi celebrante S. S. Il. Ma, Monsenhor José Pereira da Silva, Vigário-geral da Diocese. Ao Evangelho o Rev. Padre Manuel Coelho de Sousa fez uma vibrante oração, evidenciando o respeito que a Igreja tem pela memória dos seus filhos mais ilustres. A missa foi acompanhada com cânticos pelos seminaristas.

4) Pelas 15 horas o Governador do Distrito inaugurou, com a presença das autoridades, a Exposição Documental e Bibliográfica sobre Ferreira Drumond, organizada sob a direcção do Sr. Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, director da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, no respectivo edifício.

Depois de saudar Sua Exão Governador e as pessoas presentes, o Sr. Dr. Baptista de Lima referiu-se amplamente à personalidade de Ferreira Drumond e à sua acção, dando depois indicações directas sobre os valiosos documentos e livros ali expostos. A exposição prolongou-se por alguns dias e foi muito visitada, tendo sido organizado um catálogo da mesma, distribuido aos visitantes.

5) Pelas 21 horas realizou-se no Salão Nobre da Junta Geral do Distrito a sessão solene promovida pelo Instituto Histórico, à qual presidiu Sua Ex.ª o Governador do Distrito, que àquela data era igualmente Presidente do Instituto.

Além dos sócios do Instituto, assistiram o Presidente e Procuradores da Junta Geral, autoridades civis, militares e eclesiásticas e muitas senhoras e cavalheiros. Sua Ex a Rev. ma o Sr. D. Manuel Afonso de Carvalho, Bispo da Diocese, assistiu em lugar de destaque.

Executado o Hino da Maria de Fonte por um quarteto, foi aberta a sessão pelo Ex. ^m ^o Governador, e dada a palavra ao sócio do Instituto, Sr. Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte-Real e Amaral, professor de História do Liceu Nacional, que pronunciou o discurso que é incluido em outro lug r deste Boletim, e que foi calorosamente aplaudido.

Encerrou a sessão o Ex.^{mo} Governador que enalteceu o brilho das comemorações e manifestou o agradecimento do Instituto Histórico a todas as pessoas e entidades que contribuiram para esta significativa homenagem à memória do nosso grande historiador e ínclito terceirense.

Conforme fôra estabelecido no programa da Comemoração, o sócio do Instituto, Sr. Tenente-coronel Frederico Lopes Jr. publicou no jornal «A União», de 30 de Maio, um artigo intitulado «Francisco Ferreira Drumond — suas actividades espirituais» e no «Diário Insular», de 31 de Maio, outro artigo sob a epígrafe «Francisco Ferreira Drumond — um lutador — um exemplo»

O Instituto Histórico, agradece a todas as pessoas e entidades que contribuiram para que a comemoração do centenário do falecimento do grande terceirense, que foi Francisco Ferreira Drumond, tivesse decorrido com o brilho que era devido à sua memória.

Agradece também a Imprensa local o valioso apoio prestado.

VARIA

OS «LADRILHOS» DA TERCEIRA

Significado especial tem, na ilha Terceira, a palavra LADRILHO, pois a definição que os dicionaristas apontam situa-se apenas na peça rectangular, de barro cozido, a que vulgarmente se chama tijôlo, não exprimindo em nada a ideia que, desde o século XVII pelo menos, anda ligada a esta palavra, tendo-a como sinónimo de «passeio», faixa lajeada ou empedrada que margina os arruamentos, destinada à circulação de piões.

É fácil de explicar a adopção do termo no sentido indicado, se considerarmos a maneira como na cidade de Angra eram pavimentados os passeios das ruas até fins do século XIX. Acúrcio Garcia Ramos, disso nos dá conta na sua «Notícia do Arquipélago dos Açores» (1869), dizendo, a pag. 69:

«É regularmente disposta, com ruas — de boa casaria — em linhas rectas, conservando entre si parallelismo, largas, bem calçadas e com passeios laterais de lagedo».

Conhecemos alguns deles que se mantiveram lajeados até aos começos do actual século, como sejam os que, ha menos de vinte anos, havia nas ruas Príncipe de Mónaco (Rocha), Jesus, Mota, João Vaz Côrte Real (Marquês), Garoupinha, Miragaia e na Ladeira do Castelo onde ainda existem uns restos já com bastante desgaste a assinalar o tempo decorrido. Eram constituidos por lajes de can-

taria, unidas umas às outras com argamassa, e daí certamente, pela forma rectangular idêntica à dos ladrilhos, assim foram designados no conjunto.

Na «História Insulana», do Padre Cordeiro, a pag. 41 do Vol. II (2.ª Série) numa referência à rua da Palha, lê-se:

<... toda tão fechada de casaria, tão ladrilhada, e direita, como as suas paralelas...>

E porque «paralelas» ha umas poucas, como sejam as antigas Direita, de S. João, do Salinas, dos Cavalos, de Jesus, dos Canos Verdes e dos Quatro Cantos, fácil é concluir-se que, na sua grande maioria pelo menos, as ruas eram já orladas de passeios a que chamavam LADRI-LHOS.

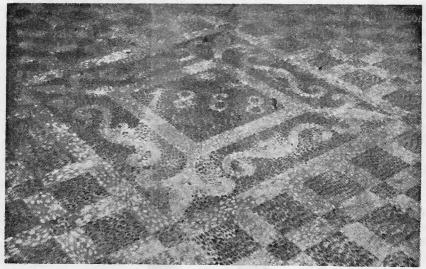
Também na «Reforma das Posturas do Concelho de Angra, em 1955», publicada com introdução e notas do Dr. Luís Ribeiro, no Boletim do l. H. I. T. n.º 9 — 1951 —, a pag. 134, lê-se:

«80 — Nenhum carreiro leve os carros por syma dos ladrilhos da cidade, e quem o contrario fizer pague de couma dous mil reis».

E nas «Posturas da Câmara Municipal de Angra, de 1788», igual referência se encontra, nestes precisos termos:

«... O carreiro que vier a ella com carro andara sempre deante dos bois, e pelo meyo das ruas, ou dos caminhos, de forma que nunca passem por sima dos ladrilhos com os ditos carros, ou bestas, com pena de quinhentos rels, por cada huma das ditas prohibiçoens».

As lajes porêm não pavimentavam apenas os passelos das ruas, Eram por igual empregadas nos «portões» (¹), vestíbulos e pátios interiores das casas solarengas, até fins do século XVII, havendo ainda na cidade alguns exemplares que o bom censo dos proprietários conserva e de que o átrio do Palácio Bettencourt, onde em hora feliz ficou instalado o cie de «tufo», de fácil extracção e pouco rija, era todavia sujeita a rápido desgaste, e talvez por isso e pelo desejo de melhorar a decoração dos pavimentos, no século XIX começaram a substitui-las por um empedrado especial, feito com pequenos seixos rolados do mar, pretos e brancos, em figuras geométricas ou desenhos decorativos, como se vêem nos saguões de algumas casas, tendo muitas vezes marcada, ao centro, a data da construção, fechada em



Arquivo Distrital, é espécime notável a assinalar, como a casa do Coronel Silveira, na rua do General Carmona, a de Ilídio Mourato na rua da Sé e, na via pública, o Patio da Alfândega e o Adro de S. Francisco, êste já em grande parte calcetado a paralelipípedos,

A pedra geralmente empregada, boa de trabalhar por ser uma espéartísticas cercaduras. São bons exemplares, ainda excelentemente conservados, o que existe na residência do Dr. Marcelino Moules, na rua de Jen.º 99, e outros, por exemplo, nos prédios n.º 42, 73, 99, 121, 137, 141 e 15 daquela mesma artéria citadina, o do solar dos Condes do Rego Botelho, na rua Duque de Palmela, o da casa dos Carvalhais, na rua Sidónio

Pais, n.º 194, o da casa do Largo Prior do Crato n.º 3, o do n.º 156 da rua da Sé e o da rua Rio de Janeiro n.º 37, todos idênticos aos da segunda metade do século findo.

São notáveis também, a *passa-deira* na entrada nobre do solar da Madre de Deus e a *roseta* que ainda se conserva no pequeno largo por detrás da Alfândega, frente à rua de S. João, na Estrada 28 de Maio, hoje denominado da Estrela, devido à existência daquela *roseta*, em forma de estrela, que o decora. (2)

No adro da Sé o pavimento era mixto, compreendendo empedrados de seixos a preto e branco que umas faixas lajeadas dividiam em rectângulos. Está hoje asfaltado, como os arruamentos que ladeiam o templo.

Nos começos do século XVIII ou já no século XIX, começaram a adoptar na construção dos «ladrilhos» pequenos paralelipípedos de pedra, empregados depois no calcetamento de quase todos os passeios da cidade, à excepção daqueles que já então no século XX, o feio e inestético cimento veio substituir, na febre de modernismo que tanto destroe e conspurca, sem olhar aos inconvenientes da aplicação de certos materiais, onde o seu emprêgo, determinado certamente por critério sim-

plista, estaria em boa razão contraindicado.

O facto de se substituir o lajedo pelos paralelipípedos, não alterou porem a designação primativa e até, tanto o seu uso se generalizou, que na visinha ilha de S. Miguel, pelo menos no primeiro quartel do século actual, a determinado dôce apresentado sob a forma desses pequenos paralelipípedos, denominavam «Ladrilhos da Terceira», nome por que eram geralmente conhecidos.

Pouco cuidado tem havido na recomposição dos antigos «ladrilhos» que, por motivo de obras e natural desgaste, se vão arruinando, razão porque poucos se encontram com a regularidade do empedrado primitivo, o que é de lamentar, visto constituirem já uma característica da cidade.

E elas não são tantas, infelizmente, que permitam ou aconselhem desperdícios...

F. L.

^{(1) —} O «portão» da cesa, não significa apenas, no vulgo, a porta que a põe em comunicação com a rua, mas tambem o espaço compreendido entre a porta da rua e a escada que dá scesso ao interior, e que tem o nome de vestíbulo ou átrio.

^{(2) —} Embora montendo o mesmo desenho, foi reconstruida em paralelipipedos, tambem a preto o branco.

VIDA DO INSTITUTO

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1959.

No dia 29 de Janeiro de 1959, no Salão Nobre do Paço da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, realizou-se a primeira Sessão Ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada de harmonia com o estabelecido no artigo 2.º do Regulamento do Instituto e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º e 3.º do referido Regulamento.

Estiveram presentes os sócios efectivos Senhores: Dr. Teotónio Machado Pires, Presidente; Tenente Coronel José Agostinho; Tenente Coronel Frederico Lopes, Major Miguel Cristóvam de Araújo, Major Costa Ferreira, Governador do Castelo de S. João Baptista, Capitão Luiz Ferreira Machado Drumond, Francisco Coelho Maduro Dias e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Assistiu tambem o Presidente Honorário deste Instituto Histórico, Snr. Dr. José Leal Armas, Presidente da Junta Geral deste Distrito Autónomo.

Aberta a sessão pelas 20 horas e 30 minutos, foi lida, e aprovada a acta da sessão anterior.

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente que disse

que nos termos do artigo 3.º do Regulamento do Instituto ia proceder à apresentação do Relatório das actividades do Instituto e Conta de Gerência do ano findo e bem assim do Plano de Actividades para o ano que agora se inicia.

Leu o Senhor Presidente, em primeiro lugar, o referido Relatório onde se encontra descrito, em síntese, a acção deste organismo cultural no último ano e da qual consta uma importante actividade em prol dos trabalhos de expedição e intercâmbio do folclore musical terceirense, já recolhido e gravado; diversas diligencias no sentido de se garantir protecção e defesa do nosso património histórico e artístico e ainda a publicação de mais um número do Boletim do Instituto. Terminada a sua leitura foi o Relatório aprovado por unanimidade tendo o Senhor Tenente Coronel José Agostinho pedido a palavra para agradecer algumas referências que nêle se fazem à sua benemérita acção a favor deste Instituto e congratular-se pela actividade deste organismo no ano findo, particularmente no que se refere à publicação do seu Boletim.

Falou depois o Senhor Tenente Coronel Frederico Lopes, a propósito das referências que certo orgão da imprensa local fizera acerca da pretensa demora na remessa duma colecção de discos a um posto emissor desta cidade, tendo o assunto sido ampla e pormenorisadamente esclarecido pelo Senhor Presidente, com a leitura da correspondência trocada e outros elementos demonstrativos da firmeza, prudência e dignidade com que procedera a Mesa do Instituto, o que mereceu a aprovação de todos os presentes.

Foram depois aprovadas, por unanimidade, as Contas de Gerência do ano findo, após terem sido examinadas, nos termos dos Estatutos, por uma comissão constituida pelos sócios Snrs. Tenente-Coronel José Agostinho. Major Miguel Cristovão de Araújo e Major Costa Ferreira.

Passou o Senhor Presidente à leitura do Plano de Actividades deste organismo cultural para o corrente ano de 1959, do qual constam entre outras iniciativas, a comemoração condigna do I Centenário da morte do historiador terceirense, Francisco Ferreira Drumond, a efectuar em Maio próximo e reedição dos Anais da

Ilha Terceira; a publicação do Livro VI das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Frutuoso, trabalho que se encontra a cargo do Secretário do Instituto, Dr. Manuel Baptista de Lima e que por motivo justificado fora forçado a interromper no ano findo; a publicação dos volumes XVI e XVII do Boletim do Instituto, o primeiro destes em impressão e para os quais já foi entregue uma boa parte do original; e, finalmente, iniciar as possíveis deligências no sentido de instalar condignamente o Instituto.

Após ter sido aprovado por unanimidade o Plano de Actividades para 1959, o Senhor Presidente ainda no uso da palavra disse que em virtude do notável aumento verificado na Biblioteca deste Instituto, cujo recheio se eleva presentemente a 1.612 volumes e de volumoso depósito de edições também existente e com notável tendência para ir sucessivamente aumentando, lhe pareciam exíguas as dependências que fora possível reservar para este Instituto no edifício do Palácio Bettencourt, acrescendo ainda por outro lado, que nas referidas dependências, por absoluta falta, de espaço, fora necessário instalar a Secção de História do Museu Regional desta cidade, cujo rápido desenvolvimento ultrapassa todas as espectativas, como era de conhecimento de todos os presentes.

Nestas condições, continuou o Senhor Presidente, a instalação do Instituto no local onde inicialmente parecera possível alojá-lo, não só não resolvia as suas actuais necessidades, mas iria também prejudicar efectivamente o Museu Regional, por cuja criação tanto havia pugnado o Instituto e que se veria a ssim compelido a eliminar do harmonioso conjunto das suas salas toda a referida Secção de História, cuja falta não deixaria por certo de ser muito lamentada por todos quantos a conhecem e viram como se encontra instalada e até pelo facto desta Ilha ser uma terra onde o factor histórico se reveste duma capital importância.

As palavras do Senhor Presidente mereceram a aprovação de todos os presentes, tendo falado seguidamente o Senhor Tenente-Coronel José Agostinho que disse que em face do desenvolvimento dos serviços da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital e do grande aumento dos respectivos fundos, factos bem notórios e de

todos conhecidos, lhe parecia que, dada a visível dificuldade duma nova ampliação do Palácio Bettencourt, a natural e lógica expansão da Biblioteca Pública se poderia fazer com toda a vantagem ocupando o andar nobre deste Edifício, uma vez que o Museu Regional fosse transferido para outro onde ficasse condignamente instalado e com possibilidades também de futura expansão e que êsse edifício poderia ser, em seu entender, o do antigo Convento de S. Francisco desta cidade, uma vez que se encontrasse desocupado. Por isso sugeria que se propusesse à Junta Geral deste Distrito que após a transferência do Liceu Nacional para as novas e definitivas instalações, a referida Junta se mantivesse na posse daquele Convento para ali instalar convenientemente o Museu Regional e o próprio Instituto Histórico, pois reconheciase desde já que aquele edifício reunia excelentes condições para esse efeito.

A proposta do Sr. Tenente Coronel José Agostinho foi recebida com aplauso e aprovada por todos os presentes, tendo o Sr. Dr. Baptista de Lima declarado que, embora ressalvando a opinião e decisão dos seus superiores hierárquicos a quem competiria resolver finalmente o assunto, com ela concordava por ser também a sua maneira de pensar e a melhor forma que até hoje encontrara para resolver duma maneira inteiramente satisfatória o grave problema que a falta de espaço irá fatalmente criar no Palácio Beltencourt num futuro que já se reconhece estar muito próximo.

Voltando a usar da palavra disse o Snr. Presidente que em virtude do Instituto Histórico não possuir os meios necessários para facultar à leitura pública a sua Biblioteca, em cujo recheio avultam obras de reconhecido mérito, histórico, literário, filosófico e etnográfico, propunha que a referida livraria fosse depositada, ao abrigo da respectiva disposição legal, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital desta cidade, sem perda de qualquer parcela por legítimos direitos do Instituto, seu proprietário, mas para que ali pudesse constituir instrumento vivo de cultura, ficando o seu inventário, catálogo e consulta inteiramente subordinados aos preceitos legais e outras disposições que regulam e orientam o funcionamento daquele Estabelecimento do Estado.

Tendo sido recebida com muita simpatia e aprovada por unanimidade esta proposta, disse o Sr. Presidente que fora informado pelos herdeiros do falecido Dr. Luís da Silva Ribeiro de que os mesmos se encontravam na disposição de venderem, por preço acessível, a escolhida biblioteca que pertencera aquele saudoso Presidente do Instituto.

Por proposta do Snr. Tenente-Coronel José Agostinho, logo secundado pelo Senhor Tenente Coronel Frederico Lopes e seguidamente por todos os outros sócios, ficou estabelecido que o Instituto Histórico propusesse à Junta Geral deste Distrito a aquisição da referida Livraria a fim de ser integrada na Biblioteca Pública desta cidade, onde as suas valiosas espécies possam ser devidamente aproveitadas pelo público ledor, e, em especial, pelos estudiosos e investigadores da nossa etnografia e da nossa história.

Tendo-se generalizado a discussão sobre a forma como e onde deveria ser feita a reedição dos «Anais da Ilha Terceira» de Ferreira Drumond, foi aprovada por unanimidade uma proposta do Secretário da Mesa, Snr. Dr. Baptista de Lima, no sentido de se consultarem algumas das mais importantes oficinas tipográficas do País, solicitando a apresentação de propostas pormenorizadas, das quais constem todos os elementos de apreciação necessários a uma escolha e decisão devidamente fundamentadas, por parte do Instituto.

Seguidamente disse o Snr. Presidente que se encontrava na Mesa e ia ser lida pelo respectivo signatário, uma proposta do Secretário do Instituto para que este organismo cultural formulasse junto das entidades competentes o pedido de classificação de diversos monumentos desta Ilha, entre os quais se contam a Matriz da Praia da Vitória, os conventos de S. Gonçalo, S. Francisco e Nossa Senhora da Conceição, as capelas de Nossa Senhora da Boa Nova e do Espírito Santo, a Casa dos Corte-Reais e Castelo de S. João Baptista em Angra e diversos fortes na costa da Ilha Terceira, ainda em estado de recuperação.

Após a leitura da referida proposta que foi aprovada por unanimidade, informou o Snr. Dr. Baptista de Lima que fora procurado pelo proprietário da Capela do Espírito Santo, Snr. Carlos Tadeu Rocha que lhe pedira o seu interesse e o do Instituto Histórico para a classificação deste monumento como imóvel de interesse público, tendo-lhe até entregado para esse efeito um memorial, do qual constam elementos suficientes para fundamentar o pedido de classificação daquele templo.

Como exemplos de compreensão e interesse pelo valor, significado e protecção dos nossos monumentos, como o presente, eram infelizmente muito raros entre nós, propunha o secretário da Mesa que o Instituto se congratulasse com a iniciativa do Snr. Carlos Tadeu Rocha em pedir a classificação da Capela de que é proprietário, o que foi igualmente aprovado.

Informou o Senhor Presidente de que fora também já entregue pelo secretário Snr. Dr. Baptista de Lima e se encontrava na mesa, a lista com os nomes de personalidades ilustres desta Ilha, ou que a ela tenham prestado serviços relevantes, a qual fora elaborada por aquele sócio em cumprimento da deliberação de 24 de Janeiro de 1957 e a fim de satisfazer um pedido da Câmara Municipal de Angra, com vista às denominações a atribuir aos novos arruamentos desta cidade.

Tendo sido aprovada por unanimidade a referida lista, após a sua leitura, propôs o senhor Presidente, o que por todos foi aprovado com aplauso, que o Instituto agradecesse a Sua Ex.ª o Senhor Ministro do Exército, a remoção da carreira de tiro do campo do Relvão, medida pela qual de há muito este Instituto se vinha vivamente interessando e da maior importância não só para a boa conservação das muralhas do Castelo de S. João Baptista mas também para o conveniente aproveitamento do Monte Brasil como Parque da Cidade.

O Senhor Dr. Teotónio Pires comunicou seguidamente que o Instituto Histórico se encontrava representado na Comissão distrital das Comemorações do Centenário da Morte do Infante D. Henrique pelo respectivo Presidente e que uma das contribuições desta organismo cultural para as referidas comemorações seria a publicação do Tomo I da Insulana Monumenta Histórica", cuja preparação se encontrava a cargo do sócio efectivo Snr. Dr. Baptista de Lima.

Foram seguidamente eleitos por unanimidade, sob proposta da Mesa, sócios honorários, os Ex.^{mos} Senhores; Prof. Doutor Aurélio Quintanilha, antigo catedrático da Universidade de Coímbra e cientista de renome universal: Prof. Artur Santos, mestre eminente do Conservatório Nacional de Música e que em colaboração com este Instituto procedeu à recolha da música regional desta Ilha, mediante trabalho científico digno do maior elogio, e Prof. Walter Piazza, Presidente da sub-comissão Catarinense de Folclore, Etnografo e historiador da colonização açoreana das terras brasileiras.

Procedeu-se depois à eleição dos seguintes sócios correspondentes: Dr. João da Cunha da Silveira açoreano e investigador da história destas ilhas; — Dr. Manuel Silveira Cardoso, açoreano, Director da «Lima Library» da Universidade Católica da América. Washington; Dr. Alberto dos Santos, açoreano, professor do ensino técnico e publicista: Dr.ª D. Elsa de Mendonça, açoreana, professora dos Liceus e estudiosa da etnografia linguistica; Dr. Martim Machado de Faria e Maia, acoreano, diplomata e escritor; João Dias Afonso, acoreano, jornalista e escritor; Capitão Aniceto António dos Santos, açoreano, antigo Governador do Distrito Autónomo de Ponta Delgada que com muito interesse tem acompanhado o desenvolvimento e progresso das instituições culturais de Angra; Dr. Alvaro Sampaio, acoreano, professor do ensino liceal, antigo presidente da Câmara Municipal de Aveiro e escritor; Dr. Alberto Rosa, acoreano, licenciado em filologia germânica e professor: João Gabriel de Avila, açoreano, funcionário superior da Câmara Municipal das Velas que muito se tem interessado pela protecção, conservação e restauro dos monumentos históricos da Ilha de São Jorge.

Seguidamente o Senhor Presidente apresentou uma lista com os quatro nomes que a Mesa sugeria como possíveis individualidades a eleger para quatro das vagas existentes no número dos sócios efectivos e que agora se resolveu preencher, fixando-se igualmente a reunião extraordinária em que a mesma eleição deveria ter lugar, para o dia seguinte, trinta de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e nove, nos termos do parágrafo segundo do

artigo quarto dos Estatutos e considerando-se desde já convocados para a referida reunião todos os sócios presentes.

Foram aprovadas as propostas de admissão dos sócios contribuintes Ex mºs Senhores: Dr. José dos Santos, Miguel Figueiredo Corte Real e Dr. João da Cunha Vasconcelos.

Foi resolvido agradecer ao Sr. Teotónio da Câmara de Ornelas Bruges a gentileza que tivera de oferecer ao Instituto uma tradução do Capítulo relativo aos Açores da obra de Richard Henry Major «Vida do Infante D. Henrique», a qual contudo não poderá ser publicada no Boletim, em virtude desta obra já se encontrar traduzida em português há muitos anos e os Estatutos não permitirem a reedição de traduções, salvo se extremamente raras.

Foi tambem apresentada pelo Senhor Presidente a transcrição de uma carta do Brigadeiro Mexicano aposentado, Eng.º Vito Alenis Robles, remetida ao Secretário do Instituto pela Academia Portuguesa de História e em que aquele investigador mexicano solicita informações sobre a vida e primeira actividade do capitão Alberto do Canto, natural desta Ilha e que o signatário demonstrou ser o verdadeiro fundador da cidade de Saltilho, entre os anos de 1578 e de 1579.

Falando sobre o assunto comunicou o Senhor Dr. Baptista de Lima que tivera já a felicidade de descobrir o nome de Capitão Alberto do Canto e a respectiva ascendência, residente na Vila da Praia, em obras genealógicas e que presentemente procurava nos livros de registo paroquial desta Ilha qualquer termo que lhe pudesse dizer respeito, afim do mesmo ser comunicado com o resultado da sua investigação aquele historiador mexicano.

Foi aprovado um voto do Senhor Tenente Coronel Frederico Lopes para ser comemorado como melhor parecer o aniversário do falecimento do Maestro Henrique Vieira da Silva.

Foi igualmente aprovado sob proposta do Senhor Presidente um voto de pesar pelo afastamento desta Ilha do nosso presado consócio Reverendo Senhor Cónego José Augusto Pereira que definitivamente fixou residência em São Miguel, o Senhor Cónego Pereira, sócio fundador do Instituto Histórico, deu a este Organismo, durante largos anos, o fervor do seu talento, o melhor da sua valia intelectual.

Foram também aprovados votos de sentimento pelo falecimento dos sócios efectivos originários, Srs. António Raimundo Belo e Cónego Dr. Francisco Garcia da Rosa. Os referidos votos constam do relatório apresentado e lido pelo Senhor Presidente. Foi resolvido dar conhecimento dos aludidos votos às famílias dos sócios falecidos.

Pelo Senhor Tenente Coronel José Agostinho foi apresentado um resumo das comemorações do Centenário do nascimento do ilustre terceirense, Ministro e Par do Reino, Conselheiro Jacinto Cândido da Silva, tendo sido deliberado publicar esse texto no Boletim do Instituto.

Pelo mesmo sócio efectivo foi igualmente apresentado um trabalho do Snr. Prof. Walter Piazza, lido na Casa dos Açores do Rio de Janeiro, na sessão comemorativa do seu VI.º aniversário, o qual foi também resolvido publicar no próximo número do Boletim deste Instituto.

Deliberou-se ainda enviar à Biblioteca da Cooperativa de Colonização «A Açoreana», de S. Jorge do Catofe, Quibala, Angola, as publicações do Instituto de que haja exemplares disponiveis.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, quando eram vinte e três horas e quinze minutos.

(assinados) — Teotónio Machado Pires Manuel Coelho Baptista de Lima

> PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 1959:

No dia 30 de Janeiro de 1959, no Salão Nobre do Paço da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, reuniram-se os sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, em sessão extraordinária convocada por deliberação tomada em reunião ordinária deste Instituto, efectuada no dia 29 de Janeiro

do mesmo ano, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 4.º dos Estatutos e da alínea a) das Instruções aprovadas em sessão ordinária de 24 de Janeiro de 1957, para os efeitos do disposto no referido parágrafo segundo do artigo 4.º dos Estatutos.

Estiveram presentes os sócios efectivos Senhores: Dr. Teotónio Machado Pires, Presidente, Tenente-Coronel José Agostinho, Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, Major Miguel Cristovão de Araújo, Francisco Coelho Maduro Dias e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Aberta a sessão pelas 20h00, disse o Senhor Presidente que se ía proceder à eleição de quatro novos sócios para preenchimento de quatro das vagas existentes no número dos sócios efectivos, que fora resolvido preencher na última reunião ordinária do Instituto Histórico na qual fora apresentada uma lista organizada pela Mesa, contendo quatro nomes, a qual ía ser distribuída pelos presentes para o referido efeito.

Efectuou-se seguidamente a votação, por escrutínio secreto, nos termos do artigo 7.º do Regulamento do Instituto e de harmonia com o preceituado nas alínias c) e d) das Instruções aprovadas na Sessão de 24 de Janeiro de 1957, tendo sido eleitos escrutinadores os sócios Senhores Tenentes-Coroneis José Agostinho e Frederico Lopes.

Havendo dado entrada na urna seis listas, verificou-se que nenhuma eliminação tinha sido feita, pelo que foram eleitos, por unanimidade, e proclamados pelo Senhor Presidente sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, os Ex. Senhores: Doutor José Enes, Professor de Filosofia do Seminario Maior de Angra e Escritor; — Doutor José Leal Armas, médico-veterinário, Presidente da Junta Geral e especialista em Zootécnia; Doutor Rafael Valadão dos Santos, Professor efectivo e Vice-Reitor do Liceu Nacional de Angra; e Arquitecto Fernando de Sousa, antigo professor do Ensino Técnico e arquitecto consultor das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória e da Junta Geral do Distrito de Angra.

Não tendo havido nenhuma reclamação da forma como a elei-

ção decorrera, deliberou-se dar conhecimento aos novos sócios da sua eleição.

E nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão quando eram 20 horas e quinze minutos.

(assinados) — Teotónio Machado Pires

Manuel Coelho Baptista de Lima

SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 1959:

No dia 2 de Dezembro de 1959, no Salão Nobre do Paço da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, reuniram-se os sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, em sessão extraordinária convocada de harmonia com o estabelecido no Regulamento do Instituto, por convocatória de 27 de Novembro findo, para efeitos de autorizar o Presidente deste Instituto Histórico, ou quem suas vezes fizer, a exercer o direito de voto na eleição a que se refere o artigo 10.º e seus parágrafos do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes (eleição de procuradores à Junta Geral).

Estiveram presentes os sócio efectivos Senhores: Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, Cónego Dr. José Enes, Dr. José Leal Armas e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Aberta a sessão por 20 horas e 30 minutos, o Secretário da Mesa, Sr. Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, assumiu a presidência, em representação do Presidente do Instituto, que por motivo justificado havia informado não poder comparecer a esta reunião.

Em seguida apresentou uma lista dos Procuradores efectivos e substitutos à Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, a eleger para o quadriénio 1960-1963, com a qual todos os presentes concordaram.

Seguidamente o sócio Sr. Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, propôs que como representante deste Instituto Histórico.

fosse designado o sócio Sr. Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, em consequência do Presidente, Sr. Dr. Teotónio Machado Pires, se encontrar impedido pelo desempenho das funções de Governador Civil deste Distrito e não haver ainda designado qualquer dos sócios para esse efeito.

Os sócios presentes concordaram com a proposta do Sr. Dr. Valadão Júnior, tendo sido deliberado, por unanimidade, que o Sócio Sr. Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, represente o Instituto Histórico na eleição acima referida.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão quando eram 20 horas e 45 minutos, lavrando-se a presente acta, a qual vai assinada pelo sócio que serviu de Presidente e pelo sócio Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes, que serviu de Secretário.

(assinados) — Manuel Coelho Baptista de Lima Frederico Augusto Lopes da Silva

SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1959:

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de 1959, realizou-se no Salão da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, a segunda reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, para eleição da mesa que háde funcionar no biénio de 1960-1961, nos termos do parágrafo 3.º do artigo 9.º dos Estatutos.

Aberta a sessão pelas 20 horas e 30 minutos, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Teotónio Machado Pires, Governador do Distrito Autónomo e Presidente do Instituto, e achando-se também presente o Ex.^{mo} Sr. Dr. Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral e Presidente honorário do Instituto, estavam presentes os sócios Srs: Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva Júnior, Tenente-Coronel José Agostinho, Governador do Castelo de S. João Baptista,

Major José Manuel Celestino Soares da Costa Ferreira, Capitão Luiz Ferreira Machado Drumond, Major Miguel Cristovão de Araujo, Rev.º Cónego Dr. José Enes, Dr. José Leal Armas, Dr. Rafael Valadão dos Santos, Arquitecto Fernando de Sousa e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (secretário).

Passando-se à eleição da mesma para o biénio de 1960-1961, segundo as normas usuais, apurou-se terem sido eleitos os seguintes sócios: Presidente, Tenente-Coronel José Agostinho, Secretário, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Tesoureiro, Francisco Coelho Maduro Dias. Nos termos do parágrafo 4.º do artigo 9.º dos Estatutos, os sócios eleitos só entrarão em exercício depois da eleição sancionada por Sua Ex.º o Ministro da Educação Nacional.

Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 21 horas.

(assinados) — Teotónio Machado Pires Manuel Coelho Baptista de Lima

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto, receberam-se no ano de 1959 e muito se agradecem, as seguintes publicações:

- Das Artes e da História da Madeira N.ºs 28 e 29 Vol. V N.ºs 4 e 5 1958/1959.
- Revista da Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa Vol. VI Fasc. 1.° e 2.° 1958 e Vol. VII Fasc. 1.° 1959.
- Exposição Histórico-Militar Câmara Municipal do Porto 1958.
- Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul N.º 9 1958 Porto Alegre Ano VII Bulletin University of Kentucky N.º 22 1958.
- O Instituto Vol. 119 1957 Coimbra.
- H. A. Bulletin Vol. IV N. $^{\circ}$ 4 1958 e Vol. V N. $^{\circ}$ 2/3 1959.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa Série 76 N.ºs 7/9 1958 e Série 77 N.ºs 1/3 1959.

- Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga Vol. 3.º N.º 4 1958.
- Boletim Pecuário N.º 2 Ano XXVI 1958 e N.º 1 Ano XXVII 1959.
- Arquivo do Distrito de Aveiro N. 94, 95 e 96 1958.
- Boletim da Junta de Provincia da Extremadura N.ºs 47 a 49 1958.
- O Concelho de Santo Tirso Vol. VI N.º 2/3 1958.
- Atlântida Orgão do Instituto Açoriano de Cultura Vol. III N.º 1 1959.
- Identificação de um frontal de altar do século XVII por João Afonso Corte-Real Lisboa 1953.
- Le Pérou Son progrés financier et economique 1958.
- Proceedings of the Technical Session Kentucky Oil and Gas Association Twenty-Second Annual Meeting June 5-6, 1958 — Série X — 1958 (University of Kentucky)
- Revista de História São Paulo N.º 36 Ano IX 1958 e N.º 37, 38 e 39 ANO X 1959.
- Boletim de Trabalhos Históricos Arquivo Municipal de Guimarães Vol. XX N.º 1/4 1958.
- Boletim Cultural Câmara Municipal do Porto Vol. XXI Fasc. 1,2 1958.
- Revista de Guimarães Sociedade Martins Sarmento Vol-LXVIII — n.ºs 3/4 — 1958.
- Trabalhos de Antropologia e Etnografia Porto Vol. XVI XVII Fasc. 1/4 1958/1959.
- Lares Ano XXIV Fasc. III/IV 1958 Ano XXV Vol. único 1959.
- Índice Cultural Espanhol Ano XVI N.ºs 157, 158 e N.ºs 161 a 165 1959.
- Trinta Anos de Reitorado, por João H. Anglin 1959.
- Os Priorados na Ilha de S. Miguel Pelo cónego J. A. Pereira 1959.
- O Seráfico Patriarca de Assis, por José C. Ponte da Costa 1959 Relatório e Contas da Casa dos Açores Lisboa Gerência de 1958.

Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Angra — Gerência de 1958.

Relatório e Contas do Lawn Tennis Club — Gerencia de 1957 e 1958.

Boletim do Núcleo Cultural da Horta - Vol. I - N.º 3 - 1958.

Publicações do Dr. Manuel S. Cardoso.

The «Biblioteca Histórica Portugal e Brasil».

The Guerra dos Emboabas, Civil War in Minas Gerais -1708-1709.

The Last Adventure of Fernão Dias Pais — 1674 — 1681.

Oliveira Lima And the Writing of History.

Another documents on the «Inconfidencia mineira».

The Brasilian Gold Rush.

Notes for a biography of Salvador Correia de Sá e Benavides — 1594 — 1688.

The Lay Brotherhoods of Colonial Bhia.

Miscellany Tithes in colonial Minas Gerais.

Journal of the English folk Dance and song Society — London Vol. I — N.° 1 — 1932 — N.° 2 — 1933 — N.° 3 — 1934 — Vol. II 1935 — Vol. III N.° 1 1936 — N.° 2 1937 — N.° 3 1938 — N.° 4 IV 1939 — Vol. IV — N.° 1 1940 — N.° 2 1941 — N.° 3 1942 — N.° 4 — 1943 — N.° 5 — 1944 — N.° 6 — 1945 — Vol. V — N.° 1 1946 — N.° 2 1947 — N.° — 1948 — Vol. VI N.° 1 1949 — N.° 1950 — N.° 3 1951 — Vol. VII — N.° 1 — 1952 — N.° 2 1953 — N.° 3 1954 — N.° 4 1955 — Vol. VII N.° 1 1956 — N.° 2 1957 — N.° 3 1958.

Peculiaridades ritmicas e melódicas do cancioneiro infantil brasileiro, por Henriqueta Rosa Fernandes Braga — 1950.

Bulletin — British Institute of recorded Sound n.º 7 e 10 - 1957 - 1958.

Dentfche Boltslieder Mit ihren melodien — 1954 — 1957.

Whit book of Communism in Doninichn Republic.

Agronomia Lusitana — Vol. XVII e $XX - N.^{os}$ 2, 3, 4 e 5 — 1955-1958.

Pedras de Armas do Concelho de Lousada — Comissão de Etnografia e Histórica da Junta de Província do Douro Litoral — XVI.

- Anuário do Museu Imperial Petropolis Vol. XIX 1953.
- Boletim Cultural Peruano Ano II N.ºs 213 1959.
- José Leite de Vasconcelos nas Ilhas de baixo, por Pedro da Silveira 1959.
- Insulana Orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada Vol. XIV 1958.
- Boletim da Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral Nona série Vol. III 1959.
- Analdes Universidad de Santo Domingo N.º. 67/68 1958.
- Calendário V Boletin informativo Universitário Santo Domingo Vol CXV.
- 4 Conferencias Ciudad Trujillo 1858.
- Revista de dialectologia y tradiciones populares Tomo XV 1959 Cuaderno III...
- Relação dos discos gravados no Estado de Rio Grande do Sul 1946.
- Boletin bibliográfico e informativo Universidade de São Paulo ANO III N.º 9 1959.
- D. António Pereira Coutinho O Mestre, o Botânico e o Homem, por A. Quintanilha.
- Richard B Goldschmidt, por A. Quintanilha 1951.
- Aperçu sur l'Etat actuel de nos conncissances concernant la «Conduit Sexuelle» des espécies d'hyménomycétes, por A. Quintanilha et J. Pinto-Lopes 1950.

INDICE

Autores

Anglin (Dr. João H.)	
— Um Verão nos Açores e a Madeira de relance, II (tradução)	107
Araujo (Major Miguel Cristóvam de)	
A Batalha do Porto das Mós	191
Cunha da Silveira (Dr. João)	
Achegas para a elaboração do Património Artístico dos Açores	247
Côrte fieal e Amaral (Dr. Joaquim M. de Sá)	
Francisco Ferreira Drumond (Discurso)	152 166
Giese (Prof. Dr. Wilhelm)	
—— Olarias de Vila Franca do Campo (S. Miguel)	5

Forjaz (Dr. Cândido P.)						
O «Alabama» — Um episódio da Guerra da Secessão em águas terceirenses	275					
Lopes Jr. (Tenente-coronel Frederico)						
Vocabulário Regional Terceirense O Posto Semafórico do Monte Brasil						
Valadão Jr. (Dr. Francisco Lourenço)						
Na Vila da Praia: Um Juiz de Fóra. Um frade constitucional, 1823-1824	85					
Assuntos						
Artigos						
Olarias de Vila Franca do Campo (São Miguel), pelo Prof. Dr. Wilhelm Giese	5 10					
Na Vila da Praia: Um Juiz de Fora. Um frade constitucional do Convento de S. Francisco, 1823-1824, pelo Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr.						
Um Verão nos Açores e a Madeira de relance, II, excerto da obra «A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira, por C. Alice Baker (Boston), traduzido pelo Dr. João H. Anglin	107					
pelo Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte Real e Amaral	152					
O Dr. Manuel António Lino: Médico — Poeta — Artista, Discurso pelo Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte Real e Amaral	166					
A Batalha do Porto das Mós, pelo Major Miguel Cristóvam de Araújo A Propósito de um Centenário: O Posto Semafórico do Monte Brasil,	191					
pelo Tenente-coronel Frederico Lopes Jr	23 0					
Silveira	947					

O «Alabama» — Um episódio da guerra da Secessão da América do Norte em águas terceirenses, pelo Dr. Cândido Pamplona Forjaz	275
Francisco Ferreira Drumond	283
Vária	
Os Ladrilhos da Terceira, por F. L.	287
Vida do Instituto	
Actas das reuniões havidas no ano de 1959	29 0
Publicações recebidas	303

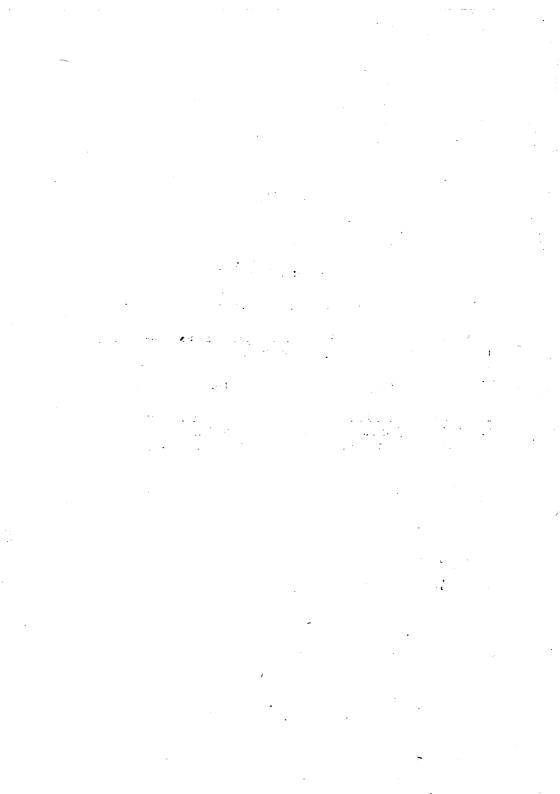
• • •

ERRATAS

(comunicadas pelo autor)

No artigo «O Dr. Manuel António Lino», publicado no presente número deste Boletim, há a fazer as seguintes emendas:

Pág.	Linha	Onde se lê		Leia-se
170 181	34 6 29	livro maia triste os Gatos trupe guignol,	,	livro mais triste os Ratos Troupe Guignol.



Este número, que é o décimo sétimo do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir na oficina da Tipografia Andrade aos trinta e um de Dezembro de 1960.

